

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

***MADE BY AUSTRÁLIA, DELIVERED* EM TIMOR-LESTE: A INFRAESTRUTURA  
DE PRODUÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TOMAK**

Ana Carolina Ramos de Oliveira

Brasília – DF

2023

***MADE BY AUSTRÁLIA, DELIVERED* EM TIMOR-LESTE: A INFRAESTRUTURA  
DE PRODUÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TOMAK**

Autora: Ana Carolina Ramos de Oliveira

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Kelly Cristiane da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Antropologia.

Brasília

2023

ANA CAROLINA RAMOS DE OLIVEIRA

***MADE BY AUSTRÁLIA, DELIVERED* EM TIMOR-LESTE: A INFRAESTRUTURA  
DE PRODUÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TOMAK**

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Susanna Barnes – University of Saskatchewan/Canadá

Prof. Dr. Henyo Barretto – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Daniel Schroeter Simião – Universidade de Brasília (Suplente)

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação e aquisição do título de Mestra em Antropologia Social são resultados de um processo que me ensinou a importância e o poder das redes e dos nós afetuosos que herdamos e construímos ao longo da vida. Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, dona Elizete. Ela foi quem me ensinou a dar o primeiro nó dessa rede chamada vida e me apresentou aos que hoje são a minha família. Elisa, Maya, João Bernardo, Leandra, Evandro e Diogo, vocês são os ramos que estão na minha árvore antes mesmo de eu brotar. À família da minha madrinha, Maria Nazareth, à minha “tia” Neir e à Isabel, vocês também são como raízes que se entrelaçaram com a minha mãe e me ajudaram a brotar, crescer e continuar crescendo mesmo depois da partida dela. Muito obrigada.

À Profa. Dra. Kelly Silva, pela orientação e por todo o seu engajamento através do Laboratório de Estudos em Economias e Globalização (LEEG) para a minha formação e das minhas colegas, meu muito obrigada. A amiga e parceira que você se tornou ao longo desse processo é fruto também da relação fluída e sincera que criamos. Foi e continuará sendo um prazer aprender com você. Aqui, reforço a importância da Universidade de Brasília (UnB) e da sua formação holística por ter me possibilitado, ainda no curso de Relações Internacionais, conhecer mais profundamente o seu trabalho. Sem essa abertura da UnB, eu dificilmente teria me aproximado da temática do desenvolvimento pelo viés antropológico, o qual acredito ser frutífero e essencial para pensar as problemáticas “globais”.

Volto à dimensão da infraestrutura pessoal para agradecer ao André Gontijo, pessoa que entrou no meu caminho em um dos meus momentos mais doloridos e, de uma forma mágica, me trouxe cor e tons inimagináveis para a minha rede. Através de você e da sua irmã, Danú Gontijo, três pessoas foram especiais nesse processo, Maria José Gontijo, Vander Gontijo e Maria Kallas. As nossas conversas foram “fertilizações cruzadas” para a escrita desta dissertação.

Por falar em fertilização, não posso deixar de mencionar o papel excepcional do LEEG na finalização deste trabalho e na minha infraestrutura antropológica. Agradeço a todas as companheiras de antropologia que contribuíram para que eu conseguisse melhor recortar e dissertar sobre o objeto de pesquisa. À Andreza Benila, Renata Nogueira, Alberto Fidalgo-Castro, Alexandre Fernandes, Miguel dos Santos Filho, Lucivânia Gosaves, Keu Apoema, Maria Luíza Vietes, Marina Puzzilli, Fábio Martins, Nádia Moreira, Pedro Ribas, Daniel Simião e Wendel Batista, os meus sinceros agradecimentos e vida longa à essa relação antropológica.

Aproveito para agradecer outra dimensão essencial dessa infraestrutura: a equipe da secretaria do DAN. À Rosa Cordeiro, ao Jorge Máximo, à Branca e à Fernanda, o meu muito

obrigada. Pela minha perspectiva, acredito que a gestão do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, durante o governo de 2019-2022, se desenrolou diante de dificuldades e incertezas para o ensino público, em especial das ciências humanas. Acredito que isso coloca vocês, administrados e gestores, como partes fundantes da minha infraestrutura de formação.

Também não poderia deixar de mencionar as professoras que, durante o mestrado, participaram direta e indiretamente de grande parte do que apresento neste documento: Henyo Barretto, Alberto Fidalgo-Castro, Carlos Sautchuck e Ricardo Araújo, este do Departamento de Economia. As trocas em sala de aula foram importantíssimas. Além dos professores, as aulas e ensinamentos foram potencializados pelas trocas com quatro estudantes do mestrado, em especial: Marina Fonseca, Aisha Lembá, Ivo Lima e Jéssica Zaramella. Agradeço a vocês pelas trocas nesses anos. À Marina Fonseca, agradeço também pela parceira no podcast Conversas da Kata<sup>1</sup> e nos momentos de fazer manutenção nas rachaduras dessa infraestrutura.

Por fim, agradeço àquelas que do meu lado, fisicamente ou não, continuaram me dando suporte afetivo, material, psicológico e emocional. À Lara Bueno, Daniella Gomes e Lucas Aguiar, agradeço por mais de uma década de amizade e por todo o apoio que vocês me oferecem nos meus momentos mais frágeis. Base forte como a nossa é algo digno de estar nos agradecimentos do mestrado, como estive na monografia de graduação. Também sou grata à Júlia Moura, Heloísa Valença, Marcelle Lucena e Inayara Oliveira, as “Furakas”, pelo laço de amizade tão íntimo, criado no contexto da graduação, mas que por caminhos dos mais “tortuosos” se transformou em um laço de vida.

À Fernanda Lisboa, Alessandra Quines, Renata Nogueira, Thalita Amorim e Vinícius Dudu, meu muito obrigada pelas trocas e pelas vezes que me ouviram e me acalmaram. Nesse sentido, também não poderia deixar de agradecer à “Diretoria” que junto com o André, entrou na minha vida de forma avassaladora, mas tem construído seu lugar com marcas maravilhosas. Obrigada Natália Kenupp, Ingrid Castilho e Andressa Miranda. Agradeço também à família Moreira, no nome da Cris, por terem me abrigado e me acompanhado no primeiro ano do mestrado. Diversas conexões ocorreram através de vocês e sou muito grata.

Ainda mais importante foi a psicóloga e o psiquiatra que juntos foram base para o meu percurso.

Por fim, gostaria de agradecer, mais uma vez, à Kelly Silva e Susanna Barnes pela participação em projetos de pesquisa das pesquisadoras. O projeto financiado pela Global Community Service Fund, em parceria com as duas, tem sido uma oportunidade ímpar para

---

<sup>1</sup> Para saber mais, acesso: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/conversas-da-kata>.

cruzamentos e fertilizações, e possibilitou a minha viagem para o encontro anual da American Anthropological Association (AAA) ainda durante a escrita desta dissertação.

Ademais, agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa do DF (FAP-DF) pelo financiamento da minha participação no curso da Escola de Inverno de Ecologias Feministas de Saberes em 2020, na Universidade de Coimbra, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou a minha bolsa de mestrado durante um ano e meio do total cursado.

## RESUMO

Esta dissertação argumenta como se deu o processo de produção do programa de desenvolvimento do Estado australiano TOMAK (*To 'os Ba Moris Diak, Farming for prosperity* ou Agricultura para Prosperidade), antes de ser *delivered* em Timor-Leste em 2016. O programa foi produzido dentro do Departamento de Relações Exteriores e Comércio (DFAT), ao qual a Australian Agency for International Development (AusAID) foi anexada em 2013. Com base na análise etnográfica em sítios eletrônicos e arquivos documentais, abordo a arquitetura de concepção e implementação do programa e argumento que, antes de ser entregue em Timor-Leste para engajar as comunidades com o mercado, o programa circula como uma mercadoria no mercado internacional de empresas de consultoria e gestão. Discorro sobre como os documentos acessados pelo meio digital me levaram à compreensão de como a in-formação ali contida estava relacionada com a forma mercadoria que perfaz o programa antes deste chegar em Timor-Leste. O primeiro capítulo analítico, “A Circulação do Programa pela Web”, foca nos sítios eletrônicos navegados. A partir destes, discorro sobre a figuração do programa como mercadoria. O segundo capítulo aborda, de forma mais detida, o *Investment Concept Document*, e faz isso analisando suas seções principais. Abordo como a construção do conceito do programa, nesse documento, define a economia praticada nas áreas rurais de Timor-Leste, enquanto também constrói o argumento de que há investimento a ser feito. Em seguida, com base nas in-formações do *Investment Concept*, analiso um dos programas centrais para a construção do TOMAK, o *Seeds of Life* (SoL), e as epistemologias que fundamentam a abordagem dos dois programas. Demonstro como algumas técnicas de *clusterizar* e conceituar as práticas agrícolas como *staple* são vinculadas a uma extensa infraestrutura epistemológica. Incluí as seções Opção de Investimento 2 e o Anexo 6 do documento neste capítulo para me debruçar mais atentamente à forma pela qual o SoL fundamenta o investimento do Estado australiano no TOMAK. Por fim, finalizo retomando o seminário realizado pelo TOMAK em parceria com a Rede Feto enquanto estive no país em 2017. Trato da dimensão dos efeitos que esses seminários geram. Abordo esses espaços de interação como rituais, argumento que objetos, formas e técnicas operam em conjunto com as pessoas participantes para comunicar para si, e para os outros, dimensões de como se engajar com “o desenvolvimento”.

**Palavras-chave:** programa de desenvolvimento; mercadoria; Austrália; Timor-Leste; antropologia econômica.

## ABSTRACT

This dissertation argues how the production process of the Australian development program TOMAK (To'os Ba Moris Diak, Farming for Prosperity) unfolded before its delivery in Timor-Leste in 2016. The program was developed within the Department of Foreign Affairs and Trade (DFAT), to which the Australian Agency for International Development (AusAID) was attached in 2013. Through ethnographic analysis of websites and documentary archives, I explore the concept process, design and implementation architecture of the program and argue that, before being delivered in Timor-Leste to engage communities with the market, the program circulates as a commodity in the international market of consulting and management firms. I discuss how the information contained in digital media led me to understand how it was related to the commodity form that shapes the program before its arrival in Timor-Leste. The first analytical chapter, 'The Circulation of the Program through the Web,' focuses on navigated websites. From these, I elaborate on the program's representation as a commodity. The second chapter delves deeper into the Investment Concept Document, analyzing its main sections. I address how the construction of the program's concept in this document defines the economy practiced in rural areas of Timor-Leste, while also making the argument for investment to be made. Subsequently, based on the information from the Investment Concept, I analyze one of the central programs for TOMAK's construction, the Seeds of Life (SoL), and the epistemologies that underpin the approach of both programs. I demonstrate how certain techniques to cluster and conceptualize agricultural practices as staples are linked to an extensive epistemological infrastructure. I include sections 'Investment Option 2' and 'Annex 6' of the document in this chapter to further examine how SoL grounds the Australian state's investment in TOMAK. Finally, I conclude by revisiting the seminar held by TOMAK in partnership with the Rede Feto while I was in the country in 2017. I discuss the dimension of the effects generated by these seminars. I approach these interaction spaces as rituals and argue that objects, forms, and techniques operate in conjunction with participating individuals to communicate dimensions of how to engage with 'development' to themselves and to others.

**Keywords:** development program; commodity; Austrália; Timor-Leste; economic anthropology.

## LISTA DE SIGLAS

- ACIAR – *Australian Centre for International Agricultural Research* (Centro Australiano de Pesquisa Agrícola Internacional)
- AIP – *Aid Investment Plan* (Plano de Investimento de Ajuda)
- ANTL – Arquivo Nacional de Timor-Leste
- APSC-TL – *Asia Pacific Support Collective–Timor-Leste* (Coletivo de Apoio Ásia Pacífico–Timor-Leste)
- ASI – Adam Smith International
- ATM ID – *Approach to Market Identity* (Número de Abordagem ao Mercado)
- BESIK – *Be'e, Saneamento no Igiene Iha Komunitade* (Água, Saneamento e Higiene na Comunidade)
- BM – Banco Mundial
- CDP – Comissão de Políticas de Desenvolvimento
- CERN – Conselho Europeu de Pesquisa Nuclear
- DAC – *Development Assistance Committee* (Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento)
- DESA – Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas
- DFAT – *Department of Foreign Affairs and Trade* (Departamento de Relações Exteriores e Comércio)
- DNS – *Domain Name System* (Sistema de Nome de Domínio)
- EOI – *Expression of Interest* (Expressão de Interesse)
- ECOSOC – *Economic and Social Council* (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas)
- FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GAFSP – *Global Agriculture and Food Security Program* (Programa Global de Agricultura e Segurança Alimentar)
- HIKMOR – *Hikis Kosar Hadi'a Moris* (Deixe o Suor Melhorar a Vida)
- HTML – *Hyper Text Markup Language* (Linguagem de marcação de hipertexto)
- IADE – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
- ICRISAT – *International Crops Research Institute for the Semi-Arid Tropics* (Instituto Internacional de Pesquisa de Culturas para os Trópicos Semiáridos)
- IAH – Índice de Ativos Humanos
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

- IVE – Índice de Vulnerabilidade Econômica e Ambiental
- IP – *Internet Protocol* (Protocolo de Internet)
- JICA – *Japanese International Cooperation Agency* (Agência de Cooperação Internacional do Japão)
- KONSSANTIL – *Konselho Nasional Seguransa Aihan, Soberania no Nutrisaun Timor-Leste* (Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Soberania e Nutrição de Timor-Leste)
- LDC – *Least Developed Countries* (Países Menos Desenvolvidos)
- LEEG – Laboratório de Estudos em Economias e Globalização
- MAP – Ministério de Agricultura e Pesca
- MDF – *Market Development Facility*
- MSD – *Market Systems Development* (Sistema de Desenvolvimento de Mercado)
- ODA – *Official Development Assistance* (Assistência Oficial ao Desenvolvimento)
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ONGs – Organizações Não Governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PARCIC – *Pacific Asia Resource Center Interpeoples' Cooperation* (Cooperação Interpessoal do Centro de Recursos da Ásia-Pacífico)
- PDF – *Portable Document Format* (Formato de Documento Portátil)
- PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento
- PIB – Produto Interno Bruto
- PMD – País Menos Desenvolvido
- REMAJELEJU – **R**egolinda Ikun Leseq, **E**miliana Modesta, **M**agareta Beno, **A**mélia, **J**efina Alves, **L**eonora dos Santos, **L**eonora, **J**uliana Alves
- RFT – *Request for Tender* (Pedido de Licitação)
- RFP – *Request for Proposal* (Pedido de Proposta)
- RNB – Renda Nacional Bruta
- SEM – Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socioeconômica da Mulher
- SoL – *Seeds of Life* (Sementes para Vida)
- STS – *Science and Technology Studies* (Estudos de Ciência e Tecnologia)
- TCP – *Transmission Control Protocol* (Protocolo de Controle de Transmissão)
- TOMAK – *To'os ba Moris Di'ak* (Agricultura para Prosperidade)
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNTAET – *United Nations Transitional Administration in East Timor* (Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste)

UI – *User Interface* (Interface do Usuário)

URL – *Uniform Resource Locator* (Localizador Padrão de Recursos)

UX – *User Experience* (Experiência do Usuário)

USAID – *United States Agency for International Development* (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

## ISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 – Logotipo e símbolo do Programa TOMAK  | 16  |
| Figura 2 – Linha do Tempo de etapas e processos de produção do TOMAK                                 | 25  |
| Figura 3 – “Teoria da mudança do TOMAK”  | 26  |
| Figura 4 – Recorte da página de início do Website TOMAK.ORG  | 30  |
| Figura 5 – Recorte da página de início do Sítio eletrônico DFAT.GOV.AU                               | 32  |
| Figura 6 – Recorte da página de início do Sítio eletrônico DFAT.GOV.AU                               | 32  |
| Figura 7 – Mapa do Site do Programa <i>To’os Ba Moris Di’ak</i>                                      | 46  |
| Figura 8 – Primeira Parte do Mapa do Site DFAT   | 48  |
| Figura 9 – Segunda Parte do Mapa do Site DFAT  | 50  |
| Figura 10 – Apresentação do Sítio eletrônico<br>TENDERS.GOV.AU/ATM/SHOWCLOSED                        | 53  |
| Figura 11 – Recorte na vertical da primeira parte da Página 2 do <i>Investment Concept</i>           | 77  |
| Figura 12 – Extração de trecho do <i>Investment Concept Document</i> : Opção 1                       | 83  |
| Figura 13 – Extração de trecho do <i>Investment Concept Document</i> : Opção 2                       | 85  |
| Figura 14 – Extração de trecho do <i>Investment Concept Document</i> : Opção 3                       | 88  |
| Figura 15 – Teoria da Mudança segundo o <i>Investment Concept Document</i>                           | 89  |
| Figura 16 – Resumo dos métodos de <i>delivery</i> retirado do <i>Investment Concept Document</i>     | 91  |
| Figura 17 – Recorte da Opção 2 de Investimento   | 102 |
| Figura 18 – Forma do conteúdo expresso no Anexo 6 sobre Sistemas de Meios de Subsistência Timorenses | 106 |
| Figura 19 – Recorte da Figura “Target Beneficiary Typology”  | 107 |
| Figura 20 – Convite da Rede Feto e TOMAK para o seminário  | 117 |
| Figura 21 – Capa do Perfil dos Grupos de Produção de Mulheres em Agricultura e Nutrição              | 121 |
| Figura 22 – Segunda página do Perfil dos Grupos de Produção de Mulheres em Agricultura e Nutrição    | 127 |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>AGRADECIMENTOS .....</b>  | <b>4</b>  |
| <b>RESUMO.....</b>   | <b>7</b>  |
| <b>ABSTRACT .....</b>  | <b>8</b>  |
| <b>LISTA DE SIGLAS .....</b>   | <b>9</b>  |
| <b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....</b>   | <b>12</b> |
| <b>SUMÁRIO.....</b>  | <b>13</b> |
| <b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>  | <b>15</b> |
| <b>1.1 QUAIS SÃO AS PARTES DESTA ARQUIVO?.....</b>                                       | <b>21</b> |
| <b>1.2 O QUE SIGNIFICA TOMAK/TOMAK? .....</b>  | <b>25</b> |
| <b>1.3 MODO DE PRODUÇÃO DESTA ARQUIVO .....</b>  | <b>28</b> |
| 1.3.1 Introduzindo o campo .....   | 28        |
| 1.3.2 Navegando pelo(s) arquivo(s) .....   | 29        |
| 1.3.3 Etnografia: a técnica de traduzir e escalar.....                                   | 34        |
| <b>1.4 IN-FORMAÇÃO: INFRAESTRUTURAS E FRONTEIRAS .....</b>                               | <b>37</b> |
| <b>2 A CIRCULAÇÃO DO PROGRAMA PELA WEB .....</b>   | <b>42</b> |
| <b>2.1 COMO ACESSEI CADA WEBSITE? .....</b>  | <b>45</b> |
| 2.1.1 Tomak.org .....  | 46        |
| 2.1.2 Dfat.gov.au.....   | 48        |
| 2.1.3 Tenders.gov.au .....   | 51        |
| <b>2.2 A HISTÓRIA DA WEB.....</b>  | <b>57</b> |
| 2.2.1 Internet e Web: sinônimos? .....   | 58        |
| 2.2.2 Bem-vinda à Web .....  | 60        |
| <b>2.3 A WEB E A INTERNET EM TIMOR-LESTE .....</b>                                       | <b>63</b> |
| <b>3 INVESTIR OU NÃO INVESTIR?.....</b>  | <b>69</b> |
| <b>3.1 ASSISTÊNCIA PARA PAÍSES MENOS DESENVOLVIDO .....</b>                              | <b>72</b> |
| <b>3.2 CONCEITO DE INVESTIMENTO E PROBLEMA A SER RESOLVIDO .....</b>                     | <b>74</b> |
| 3.2.1 De onde vem o Conceito? .....  | 75        |
| 3.2.2 Quais são as opções para “solucionar” o problema e “defender” o investimento?..... | 83        |
| 3.2.3 “The way forward” .....  | 88        |
| <b>3.3 RESULTADOS ESTIMADOS PARA O INVESTIMENTO .....</b>                                | <b>89</b> |

|   |            |
|---|------------|
| <b>4 FINI NO TO'OS BA MORIS DI'AK.....</b>  | <b>95</b>  |
| <b>4.1 BREVE HISTÓRICOS DO SEEDS OF LIFE.....</b>                                 | <b>97</b>  |
| <b>4.2 A INFRAESTRUTURA A PARTIR DO SEEDS OF LIFE .....</b>                       | <b>100</b> |
| 4.2.1 <i>Staple food theory</i> .....   | 100        |
| 4.2.2 “ <i>Clustering</i> ”: técnica para produzir Sistemas de Conhecimento ..... | 105        |
| <b>4.3 OS PROGRAMAS E AS TÉCNICAS .....</b>                                       | <b>108</b> |
| <b>5 OS RITUAIS DO DESENVOLVIMENTO.....</b>                                       | <b>111</b> |
| <b>5.1 O SEMINÁRIO.....</b>   | <b>115</b> |
| 5.1.1 Do convite à sessão de abertura .....                                       | 115        |
| 5.1.2 Apresentação e discussão .....  | 121        |
| 5.1.3 <i>Networking</i> e Socialização .....                                      | 131        |
| <b>5.2 DISCUSSÃO .....</b>  | <b>134</b> |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>137</b> |
| <b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>   | <b>143</b> |
| <b>ANEXO A – <i>EOI (Expression of Interest) Form</i> .....</b>                   | <b>152</b> |
| <b>ANEXO B – <i>Investment Concept Template (Versão de 2022)</i> .....</b>        | <b>154</b> |
| <b>ANEXO C – <i>Investment Design Template (Versão de 2023)</i> .....</b>         | <b>156</b> |

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 25 de agosto de 2017, durante minha segunda semana de trabalho de campo em Timor-Leste, participei de um seminário<sup>2</sup> que reuniu algumas mulheres de diferentes distritos do país na sede da Fundação Alola<sup>3</sup>, na capital, Díli, para discutir e compartilhar as práticas de produção agrícola para o mercado consideradas bem-sucedidas e o papel das mulheres nessas atividades. O evento também contou com a participação de representantes de agências estrangeiras de cooperação internacional<sup>4</sup>, de organismos internacionais – como a ONU (Organização das Nações Unidas) Mulheres –, do Estado e dos supermercados locais.

No fundo da sala, onde ocorreram as principais atividades do seminário, o *banner* retangular informava o título escolhido para evento em tétum: “*Hametin Kolaborasaun Feto no Halo Desizaun iha Agricultura, Nutrisaun no Dezenvolvimentu Merkadu Ambiente Servisu*” (tradução minha: “Fortalecer a colaboração e a tomada de decisão das mulheres na agricultura, nutrição e no desenvolvimento do ambiente de serviço do mercado”<sup>5</sup>). Essa tarde de discussões foi palco do meu primeiro encontro com o Programa TOMAK (*To’os ba Moris Di’ak*, em tétum), objeto desta dissertação.

O TOMAK é um programa agrícola financiado [I: *supported*] pelo governo australiano e gerenciado [I: *managed*] em Timor-Leste pela Adam Smith International (ASI), em conjunto com a organização internacional não-governamental Mercy Corps<sup>6</sup>. A primeira se define como “uma empresa de consultoria global que trabalha localmente para transformar vidas, tornando as economias mais fortes, as sociedades mais estáveis e os governos mais eficazes”<sup>7</sup>.

A sigla TOMAK, em tétum, além de um acrônimo para *To’os Ba Moris Di’ak*, também significa “completo” ou “inteiro”. Em inglês, o programa é definido como *Farming for Prosperity*, e em português traduzo como Cultivando/Plantando para a Prosperidade. A dupla definição para TOMAK/*tomak* passou a ter um espaço reservado no sítio eletrônico [tomak.org](http://tomak.org) na segunda fase recém aprovada do programa (2022-2026).

<sup>2</sup> Em algumas ocasiões, referir-me-ei a este seminário também como “seminário na Rede Feto” ou “seminário de 2017” para evitar a repetição constante do título extenso.

<sup>3</sup> A Fundação Alola é uma organização criada em 2001 para proteger mulheres e crianças diante da violência e efeitos dos ataques da milícia indonésia. O nome é uma homenagem a uma jovem menina, Juliana ‘Alola’ dos Santos, de 15 anos, que foi brutalmente violentada. Disponível em: <https://www.alolafoundation.org/history/> Acesso em: 15 abr. 2023.

<sup>4</sup> Utilizo este termo para me referir a qualquer organização estrangeira atuante em Timor-Leste que, em nome de outro país ou da Organização das Nações Unidas (ONU), implementa políticas e problemas de desenvolvimento.

<sup>5</sup> Agradeço especialmente ao Alberto Fidalgo-Castro por ter me auxiliado na tradução para português.

<sup>6</sup> “A Mercy Corps ([www.mercycorps.org](http://www.mercycorps.org)) é uma organização de desenvolvimento internacional que “trabalha em mais de 40 países para promover o desenvolvimento liderado pela comunidade e orientado pelo mercado”, atuando em Timor-Leste desde 2007 (DFAT, 2015c, p. 1).

<sup>7</sup> Disponível em: <https://adamsmithinternational.com/who-we-are/> Acesso em: 15 abr. 2021.

O programa foi criado pelo Departamento de Relações Exteriores e Comércio (DFAT, sigla em inglês para Department of Foreign Affairs and Trade) da Austrália, em 2014, quando funcionários e pesquisadores viajaram para Timor-Leste em uma Missão de Conceito (DFAT, 2014a). Na época do seminário, em agosto de 2017, o TOMAK estava em seu segundo ano de execução no país, de um período previsto de cinco anos (meio de 2016 até meio de 2021).<sup>8</sup>

Foi através do convite de Benjamin Adrianus dos Santos, o Benny, funcionário da Rede Feto na época, e amigo leste-timorense desde 2015, enquanto esteve em Brasília para o seu intercâmbio na UnB, que participei da discussão. Aquele encontro fazia parte do período pré-campo da pesquisa da graduação, durante o qual percorri diferentes espaços que traziam o tema da produção para o mercado como meio para o empoderamento econômico feminino.

Segundo o sítio eletrônico do programa, o qual acessei em 2017 depois de ver o logotipo no convite pela primeira vez, o TOMAK

é um programa de subsistência agrícola apoiado pelo Governo Australiano em Timor-Leste. Fazemos um trabalho em estreita colaboração com o governo, ONG e parceiros do setor privado para aumentar a capacidade das comunidades timorenses em se envolverem com confiança e competência em mercados agrícolas rentáveis. [... E estamos] apoiando os esforços para estabelecer uma base de segurança alimentar e boa nutrição para famílias de agricultores usando uma variedade de abordagens.<sup>9</sup>

**Figura 1 – Logotipo<sup>10</sup> e símbolo do Programa TOMAK**



Fonte: <https://hamutuk.tl/tm/profiles/organisation/TOMAK/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

O seminário foi um espaço importante para os meses subsequentes em Timor-Leste e pelas relações criadas a partir daquele momento. O vínculo pessoal com a Cecília da Fonseca, leste-timorense que ocupava e continua ocupando o cargo de *Gender Equality, Disability and*

<sup>8</sup> Em 2021, foi elaborada e implementada a extensão do programa até 2026.

<sup>9</sup> Tradução minha do conteúdo disponível em: <http://tomak.org/about/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

<sup>10</sup> No campo da publicidade e *design*, a criação de um empreendimento passa pela definição de uma identidade visual. Nome, logotipo e o símbolo da marca são dimensões identitárias construídas para trazer ao cliente o reconhecimento imediato. Estes termos fazem parte do meu cotidiano e a explicação é produto das trocas com publicitárias e *designers*. Agradeço às amigas que corroboraram para esta percepção, dentre elas, Marcelle Lucena e Fábio Martins.

*Social Inclusion Specialist*<sup>11</sup> do TOMAK, por exemplo, manteve a minha conexão indireta com o programa e foi uma espécie de semente da qual um dos frutos é esta dissertação.

\*\*\*

Investigo o TOMAK como meio para continuar desmembrando e desvendando o fenômeno global do desenvolvimento, seu vínculo com a expansão da economia e sociedade de mercado e algumas dimensões da complexa rede de conexões criada em nome do “desenvolvimento econômico e nacional” no caso do sudeste asiático (Hart; Padayachee, 2010, p. 51; Polanyi, 2000 [1944]; Shepherd, 2013). Embora possamos abordar este fenômeno por diferentes frentes nesta dissertação, focalizo o modo como funcionários do Estado australiano e pesquisadores produziram este programa de desenvolvimento e garantiram sua “entrega”, ou o seu “*delivery*”, em Timor-Leste, país classificado por organismos internacionais como “menos desenvolvido”<sup>12</sup> (ONU-CDP, 2021a, 2021b).

No sítio eletrônico do DFAT, seção Programa de Desenvolvimento da Austrália, uma das subseções é: “Onde nós entregamos o programa de desenvolvimento da Austrália”. O termo nativo para se referir ao processo de estabelecimento do programa nos países alvo é *delivery*/entrega, por isso opto por mantê-los a partir daqui, priorizando *delivery*.<sup>13</sup>

O trabalho de campo nos arquivos digitais e no Arquivo<sup>14</sup> do programa e de instituições correlatas, como o DFAT – entre abril de 2021 e março de 2022, de forma intermitente –, além da participação no seminário em parceria com a Rede Feto, na Fundação Alola, são as fontes a partir das quais produzi o conjunto de informações acionadas e recortadas que analiso para construção desta dissertação de mestrado. Além do repertório analítico próprio à antropologia econômica, exploro o TOMAK também a partir da bagagem epistêmica das pesquisas do campo dos estudos sobre o desenvolvimento e dos estudos multidisciplinares sobre ciência, tecnologia e sociedade (STS, sigla em inglês).

As questões e investigações de James Ferguson (1994) sobre os efeitos econômicos e não econômicos da operação de um projeto de desenvolvimento em Lesoto, em especial sua abordagem para a dimensão técnica, é algo a ser realçado e tomado como ponto de partida do

<sup>11</sup> P: Especialista em Igualdade de Gênero, Deficiência e Inclusão Social.

<sup>12</sup> Sobre a criação do conceito de país menos desenvolvido (LCD, sigla em inglês para *least developed countries*) em 1971, a história e disputas de poder antes do estabelecimento da categoria pela Assembleia Geral da ONU, ver Fialho, 2012, em “Altruism but not Quite: the genesis of the least developed country (LDC) category”.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/development/where-we-deliver-australias-development-program> Acesso em: 21 abr. 2021.

<sup>14</sup> Entendo A/arquivo digitais tanto os espaços de armazenamento e hospedagem de documentos, os sítio eletrônicos, como os documentos acessados em *Portable Document Format* (PDF). Para evitar confusões, ao mencionar os sítio eletrônicos como espaço de armazenamento de arquivos, me referirei a ele como Arquivo.

argumento geral desta dissertação. Arturo Escobar (1994) sobre as relações de poder entre centro e periferia; e Timothy Mitchell (2002) sobre a construção do Egito como Estado moderno, a partir das técnicas e medidores do que seria a Economia Nacional, também ancoram minhas análises. Esses estudos possuem propostas analíticas que convergem com o meu intuito nesta dissertação por levantarem questões acerca da formação da instituição estatal, em um contexto pós colonização e/ou conflito, tendo como lente de análise as relações estabelecidas através e em nome de um certo regime e noção econômica.

Em paralelo, por tomar como fontes de análises de documentos, inspiro-me em duas linhas analíticas: aquela dos estudos das ciências humanas e sociais sobre técnica e tecnologia que autoras como Michelle Murphy (2017) – e Christopher Shepherd (2013) para o caso de Timor-Leste – fazem para abordarem as várias facetas do “desenvolvimento”; e uma segunda que entrelaça os arquivos, sua forma textual, com a própria história colonial e moderna (Stoler, 2010; Riles, 2010).

O conjunto de informações que este trabalho toma como objeto contempla duas dimensões: a conceitual e a forma. A primeira trata da análise do que chamo de conteúdo informado do programa, ou seja, o embasamento, as teorias acionadas, conceitos, preceitos, objetivos, justificativas e categorias que embasam e definem a destinação de 25 milhões de dólares australianos para o “investimento da Australian Aid no setor agrícola e de segurança alimentar” (DFAT, 2015c, tradução livre)<sup>15</sup>.

Em segundo lugar, a dimensão da forma da comunicação dos documentos, dos sítio eletrônicos e do próprio evento. Tenho em mente as análises de Ann Laura Stoler (2010) ao tratar como *objeto* os arquivos coloniais, “artefatos culturais de produção de fatos”, os quais devem ser analisados a partir das “condições sociais e políticas que produziram estes documentos” (p. 469). Annelise Riles (2010; 2006) também aborda como os documentos, sua forma, dizem respeito a dimensões da modernidade.

Nesse sentido, etnografo os arquivos e o Arquivo – os sítio eletrônicos e documentos em *Portable Document Format* (PDF) ou Word<sup>16</sup> – produzidos no âmbito do programa TOMAK, e o seminário, para responder as seguintes perguntas:

1. Como a cooperação internacional para o desenvolvimento do Estado australiano, sob a liderança da Australian Aid, produz os seus programas e garante a implementação em

---

<sup>15</sup> “Australian Aid investment in the agriculture and food security sector”. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/about-us/business-opportunities/Pages/investment-design-and-supplier-engagement-tomak-farming-for-prosperity-timor-leste> Acesso em 20 março 2021.

<sup>16</sup> PDF, em português, significa Formato de Documento Portátil. Word é o nome do aplicativo que processa textos e foi produzido pela Microsoft Office em 1983.

- países como Timor-Leste e os mobiliza pela prerrogativa de modernização e desenvolvimento?
2. Como ocorre o processo burocrático do Estado australiano para garantir que o governo direcione parte do seu orçamento para implementar um programa de desenvolvimento em Timor-Leste?
  3. Qual o papel dos documentos produzidos pelo DFAT, *Investment Concept* e *Investment Design Document*, lançados respectivamente em 2014 e 2015, no processo de criação do programa?
  4. O que esses programas, na etapa de concepção e definição dos gestores e pesquisadores, comunicam sobre Timor-Leste enquanto Estado-nação? Como eles definem a Economia Nacional a ser desenvolvida?
  5. Como os fluxos financeiros entre países doadores e receptores do mundo do desenvolvimento são fundamentados e formatados na contemporaneidade?
  6. O que podemos extrair do formato, dos materiais e do conteúdo do seminário “*Hametin Kolaborasaun Feto no Halo Desizaun iha Agricultura, Nutrisaun no Dezenvolvimentu Merkadu Ambiente Servisu*”, se considerarmos este, e outros eventos em formatos similares, como rituais, no sentido antropológico?

A partir dessas questões, discorro sobre a infraestrutura epistêmica do programa TOMAK (Murphy, 2017). Além disso, demonstro como se dá a produção do objetivo do programa TOMAK em Timor-Leste – engajar a produção agrícola com o regime de troca de mercado para o desenvolvimento (DFAT, 2014a; Silva, 2016) – segundo a Australian Aid<sup>17</sup>, vinculada ao DFAT há nove anos. Ainda, evidencio que é preciso ampliar a análise sobre os programas de desenvolvimento em Timor-Leste, e alhures, para escalas que englobem o momento de gestação dos mesmos dentro de agências estatais para o desenvolvimento.

Argumento que, desde o início de sua produção no DFAT, passando pela distribuição através dos sítio eletrônicos australianos e pela comercialização por meio da plataforma AusTender<sup>18</sup>, o TOMAK se configura como uma mercadoria a ser transacionada como diferentes coisas e entre diferentes esferas econômicas (Bohannan, 1955). Na etapa de

---

<sup>17</sup> A AusAid (Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional, sigla em inglês) foi fundada em 1973 e passou a operar com esse nome em 1995. A agência que tem o logotipo de um canguru vermelho com “Australian Aid” em azul marinho (ver Figura 2) foi anexada ao DFAT em 2013, após a eleição do Governo de Tony Abbott. (Hill, 2023).

<sup>18</sup> Explicarei a seguir do que se trata, mas o nome AusTender é o nome dado para o Sistema de Informações de compras do governo australiano, no qual é possível encontrar as oportunidades de negócios com o Estado, planos anuais de aquisição, além de contratos. Para saber mais: <https://www.tenders.gov.au/> Acesso em: 20 jul. 2021.

conceitualização e *design* da primeira fase do programa, antes de ser implementado e ter endereço em Díli, demonstro como a sua biografia revela outras dimensões de sua identidade, em especial a de mercadoria<sup>19</sup> (Kopytoff, 2008; Gregory, 1982; Tsing, 2015).

A produção do programa TOMAK possui a forma, linguagem e estética de uma mercadoria, as quais não são eclipsadas ao chegar em Timor-Leste. Este é o argumento perseguido: o TOMAK, enquanto mercadoria, circula e ativa outros mercados antes de chegar em Timor-Leste; ao mesmo tempo, enquanto programa da Australian Aid, agora dentro dos escritórios do DFAT, é implementado para “engajar as comunidades com cadeias de valor comerciais e lucrativas” (DFAT, 2014a).

Ao extrair as informações de como o governo australiano constrói o conceito e *design* do programa, e o transaciona no regime de troca de mercado com outras instituições globais, como as empresas, estamos diante de mais uma dimensão do complexo fenômeno do desenvolvimento e da difusão de práticas econômicas de mercado (Polanyi, 2000 [1944]; Silva, 2016).

\*\*\*

A próxima seção da introdução apresenta todos os capítulos que compõem o arquivo desta dissertação e como se entrelaçam no argumento central. Em seguida, apresento brevemente o TOMAK para situar as leitoras no escopo, objetivos e justificativa do programa. Na terceira parte, “modo de produção deste arquivo”, divido a apresentação do meu trabalho de campo em três partes: (i) introduzindo o campo; (ii) navegando pelo(s) arquivo(s); e (iii) etnografia: a técnica de traduzir e escalar. Na primeira, indico as etapas e como o objeto foi construído nas minhas andanças do mestrado; na segunda, apresento os sítio eletrônicos do programa TOMAK, ou seja, o Arquivo que possibilitou acessar os outros arquivos; e, por fim, abordo a condição de tradução e escala nesta dissertação e na própria antropologia.

Por fim, a quinta e última parte discute um pouco mais os estudos de Susan Leigh Star (1989; 1999) que embasam a opção de Michelle Murphy (2017) por infraestrutura. As abordagens da socióloga Susan Star também aparecem na obra de Christopher Shepherd (2013), o qual opta por discorrer sobre a problemática do desenvolvimento nas zonas rurais de Timor-

---

<sup>19</sup> O conceito de mercadoria, aqui, segue o estudo de Kopytoff (2008) acerca da dimensão processual da mercadoria; ou a perspectiva negociada de Tsing (2015). Todos esses estudos possuem débitos com o pioneiro estudo de Karl Marx (2013) sobre a produção de mercadorias e o aumento do capital através da mais-valia. De todo modo, e dadas as limitações do que proponho nesta dissertação, mercadoria está se referindo a objetos, artefatos que não necessariamente nascem como mercadoria, mas são aqueles que correspondem aos requisitos do regime de mercado para circularem, em algum momento da sua vida, como mercadoria. Ou seja, esses objetos nascem com valor de troca, que faz parte do processo de produção do objeto, ainda que este possa ter uma vida diferente após entrada no mercado (Silva, 2016).

Leste pelo viés da *Science and Technology Studies* (STS), acionando o conceito de “objetos de fronteira”. Discorrerei sobre a tríade – infraestrutura, objetos de fronteira e desenvolvimento – antes de finalizar a introdução e começarmos o percurso.<sup>20</sup>

### 1.1 QUAIS SÃO AS PARTES DESTE ARQUIVO?

Construo as questões norteadoras desta dissertação a partir das inquietações que o estudo de Michelle Murphy, “The Economization of Life” (2017), nos apresenta pelo processo de difusão global de indicadores e índices de quantificação, da vida e da morte, em nome da Economia Nacional. Opto por diferenciar “Economia” e “economia”, sabendo que tal diferença pode ser bastante simplista. No primeiro caso, o termo se refere à dimensão nacional ou à área científica das ciências econômicas que produz conhecimento sobre e para a Economia<sup>21</sup>. Já economia(s) diz respeito às práticas de reprodução da vida de coletivos que podem ser calculadas ou não, mas que não estão vinculadas, necessariamente, às prerrogativas do que o Estado entende por Economia.<sup>22</sup>

A criação e difusão dos conceitos de “população” e “Economia”, junto com os artefatos técnicos para quantificá-los, passam a ser modos de governança e intervenção (Murphy, 2017, p. 8-9). Segundo Murphy (2017), analisar tais conceitos e como eles operam dentro dos escritórios, e por meio de técnicas quantitativas e qualitativas de pesquisa, significa também nos questionar como chegamos no que ela nomeia de infraestrutura epistêmica. Nesse sentido, infraestrutura epistêmica passa a ser um conceito que opera em toda a dissertação, mobilizando parte das minhas questões.

Assim como demonstrarei mais à frente, a discussão do conteúdo da episteme dessa infraestrutura só pode acontecer se a sua forma material e in-formação estiverem no foco (Murphy, 2017; Stoler, 2010). O que os documentos e o seminário in-formam, além de como in-formam, é o plano de fundo da dissertação. A escrita de “informação”, separando a primeira sílaba, é um artifício adotado para chamar atenção de como conteúdos, conceitos, categorias, são formados. A lista de referências de Annelise Riles (2010), que inclui o capítulo de Christopher Pound (1995), “Imagining in-formation: the complex disconnections of computer

---

<sup>20</sup> O que temos como informação, além da etnografia do encontro em 2017 e do espaço digital, são os documentos produzidos para e pelo programa, disponibilizados no sítio eletrônico [tomak.org](http://tomak.org), página *Resources*, ou no [dfat.gov.au](http://dfat.gov.au) e outros relacionados à ONU ou à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). É deste conjunto de informações que sigo, sem pretensão de avaliar, mas sim analisar.

<sup>21</sup> Estou tratando da economia de mercado (Polanyi, 2000 [1944]), mas tenho preferência por Economia ou Economia Nacional, neste caso, pois este é o termo utilizado em campo para tratar das mudanças econômicas.

<sup>22</sup> Murphy (2017) utiliza, para esse segundo caso, o termo “extraeconômicos”.

networks”, no livro editado por George Marcus, “Technoscientific imaginations: Conversations, profiles, and memoirs” foi o que me gerou esse *insight*.

Em cada capítulo, sigo o fio condutor, a saber, os modos de produção e reprodução de programas de desenvolvimento entre países chamados desenvolvidos no senso comum, como a Austrália, para países definidos como menos desenvolvidos como Timor-Leste. O próximo, “A Circulação do Programa pela *Web*”, antes de partir para os objetos de análise em si, trata da apresentação dos sítio eletrônicos do TOMAK e do DFAT, os quais abordo pela dimensão arquivística desses espaços digitais. Ao tratar a internet e a *Web*<sup>23</sup> como um imenso Arquivo sobre o “desenvolvimento”, estou me aproximando das pesquisas do campo de etnografia de documentos e arquivos coloniais (Stoler, 2010; Da Cunha, 2005).

Em paralelo, sigo os alertas metodológicos de Carolina Parreiras (2021) e Leticia Cesarino (2020) sobre a importância de tratar os próprios espaços digitais, e suas interfaces<sup>24</sup>, como objetos etnográficos, não só o seu conteúdo. Cesarino (2020) nos lembra a discussão sobre pesquisas *na* aldeia e *da* aldeia que está na história da antropologia desde o seu início. A pesquisa *na* internet e sítio eletrônicos<sup>25</sup> se entrelaça, então, com a pesquisa *da Web* e da internet.

O terceiro capítulo, “Investir ou não Investir?”, disserta sobre o programa TOMAK a partir da investigação de dois documentos produzidos antes de sua implementação, sucedida a partir de meio de 2016: *Investment Concept* (2014a) e *Investment Design (2015) Documents*<sup>26</sup>. O TOMAK é fundado na hipótese defendida por diferentes atores do mundo do desenvolvimento, qual seja, a diversificação da Economia Nacional dos países menos desenvolvidos é o principal meio para “reduzir a pobreza”, aumentar as rendas e desenvolver o país (Timor-Leste, 2011, p. 128; DFAT, 2014a, p. 2). Este argumento é defendido em diferentes escalas do mundo do desenvolvimento – desde os Estados, às ONGs e organismos internacionais.

---

<sup>23</sup> A *Web* e os sítio eletrônicos são diferenciados aqui. Ao falar das páginas e urls, opto por sítio eletrônico. No entanto, por *Web*, entendo o que Morais, Lima e Franco definiram (2012, p. 58, grifo meu): “uma rede de abrangência mundial; rede de computadores na Internet que fornece informação em forma de hipertexto; um dos muitos serviços oferecidos na Internet; **um sistema de informação mais recente que emprega a Internet como meio de transmissão**”.

<sup>24</sup> Apesar desta ser uma categoria analítica em diversas áreas de estudos da antropologia, restrinjo-me, aqui, a utilizá-la no seu uso mais “comum”: “1. elemento que proporciona uma ligação física ou lógica entre dois sistemas ou partes de um sistema que não poderiam ser conectados diretamente; 2. área em que coisas diversas (dois departamentos, duas ciências etc.) interagem; 3. fronteira compartilhada por dois dispositivos, sistemas ou programas que trocam dados e sinais.” Disponível em: <https://encurtador.com.br/pBFJX> Acesso em 20 abr. 2023.

<sup>25</sup> Dado o uso corrente que fazemos de *site* para nos referir ao sítio eletrônico, os dois termos serão aqui tratados como sinônimos.

<sup>26</sup> Ao longo da dissertação, também me refiro a esses documentos como *Concept* e *Design*.

Na próxima seção desta introdução, vemos uma simples linha do tempo sobre o contexto de produção desses documentos na história do TOMAK. No entanto, é no terceiro capítulo que me aprofundo na forma e conteúdo acionados nos documentos para definir o “investimento” e os “problemas” da Economia Nacional, do crescimento e desenvolvimento econômico de Timor-Leste. Argumento que o processo epistemológico no qual a produção dos dois documentos sobre o “investimento” está envolvida é resultado de técnicas de governo, no sentido foucaultiano.

O binômio conhecimento e poder se torna central nesse capítulo (Foucault, 2007), que busca entender a classificação das práticas agrícolas das comunidades leste-timorenses de acordo com a suas dietas alimentares e modos de produção; além de como o DFAT, junto com pesquisadores, constrói o “problema” para o qual o investimento será direcionado, e a área de atuação. As dimensões de produção, divulgação, venda de programas no mercado global de empresas privadas estarão no foco a partir de um olhar forte para a linguagem, a forma de comunicação, apresentadas nos documentos e nos sítio eletrônicos.

O programa de desenvolvimento australiano<sup>27</sup> é entendido como resultado de uma longa interação entre instituições governamentais australianas, instituições do governo de Timor-Leste, ONGs nacionais e internacionais dos dois Estados, empresas do mercado de projetos e programas internacionais para o desenvolvimento, instituições de pesquisa nacionais e internacionais e especialistas. O resultado dessa interação é o programa, mas, aqui, não me restringirei ao primeiro ano de concepção, 2014. Abordarei o que deu abertura para que este programa fosse criado, o seu antecessor, *Seeds of Life* (SoL).

Diante da escolha de analisar a infraestrutura epistemológica, reservo o quarto capítulo, *Fini no To'os ba Moris Di'ak*, para apresentar o programa *Seeds of Life* (SoL) – *Fini ba Moris*, em tétum, ou Sementes da Vida em português (Murphy, 2017) – a partir do *To'os ba Moris Di'ak*. Para fins desta dissertação, o SoL será discutido tendo em mente como os documentos *Concept* e *Design* constroem o investimento no TOMAK a partir do que o SoL já havia produzido em termos de conhecimento, documentos etc.

Neste capítulo, demonstro como a proposta de atuação do TOMAK, e de definição do seu conceito, está em constante relação com a história prévia de execução do *Seeds of Life*. A relação do TOMAK com o SoL se constrói tanto no contraste quanto no reforço de determinado resultado, dado ou conhecimento. Um dos principais é o que embasa os “sistemas *staple food*”.

---

<sup>27</sup> Como categorizado pelo DFAT no seu sítio eletrônico. Para mais informações, ver: <https://www.dfat.gov.au/development/australias-development-program>. Acesso em: 15 jul. 2022.

Entrelaço o que pesquisei sobre esse conceito em outros espaços nos quais o encontrei, como o volume “The Creation of the East Timorese Economy” (2019) de Mats Lundahl e Frederik Sjöholm, e presente no documento de 1995 da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Além disso, esboço o conteúdo do Anexo 6 do *Investment Concept* (2014a) para falar da técnica de *clustering* ou clusterização<sup>28</sup> que produziu o “Sistemas de Meios de Subsistências Timorenses”.

Por fim, o penúltimo capítulo, “Os Rituais do Desenvolvimento”, discute o seminário de 2017, e os documentos produzidos pelos grupos de produção de mulheres antes do evento, mas que compuseram parte importante deste. A abordagem desse evento, e outros dos quais participei durante o campo, leva em consideração a longa trajetória antropológica de estudos sobre rituais que extrapola a dimensão religiosa e apresenta o conceito de ritual também para entender a sociedade e suas dimensões (Douglas, 2014 [1966]; Turner, 2015[1982]; Tambiah, 1985).

Ao acionar o conceito de ritual para analisar o seminário, defendo que a categoria analítica antropológica é uma forma de discorrermos sobre como a própria noção de verdade acerca de determinado tema é construída. Demonstro como se dão as formas e *performances* das mulheres, assim como dos artefatos técnicos no seminário, que seguem uma estrutura ritualizada, no sentido proposto por Roy Rappaport (2001 [1999]). Silva (2012) realizou esforços semelhantes ao abordar uma conferência entre os parceiros do desenvolvimento em Timor-Leste em 2002.

As práticas do e no seminário do TOMAK, ritualizadas e reproduzidas também em outros espaços que executam ações de programas de desenvolvimento, são abordadas pela forma de execução destas atividades. Ao mesmo tempo, também indico o conteúdo apresentado. Dessa forma, este capítulo final é ancorado no estudo do seminário para demonstrar como “setor agrícola”, “agricultura de Timor-Leste” e a atuação específica das mulheres são definidas e informadas (Timor-Leste, 2011, p. 128; DFAT, 2014a, p. 2).

---

<sup>28</sup> Este termo, em inglês, e a sua versão “aportuguesada” são alguns estrangeirismos que têm sido cada vez mais comuns na língua portuguesa. Nas últimas décadas, *clusterizar* se vinculou ao campo dos *Big Data*, de análise e mineração de dados. Segundo o documento do Prof. Dr. José Augusto Baranaukas (s.d., p. 1-2), do Departamento de Computação e Matemática da Universidade de São Paulo, *clustering* pode se traduzir como “agrupamento”. Constitui-se como “uma técnica de aprendizado não-supervisionado, ou seja, quando não há uma classe associada a cada exemplo. Os exemplos são colocados em *clusters* (grupos), que normalmente representam algum mecanismo existente no processo do mundo real que gerou os exemplos, fazendo com que alguns exemplos sejam mais similares entre si do que aos restantes. Dado um conjunto de objetos, colocar os objetos em grupos baseados na similaridade entre eles; utilizado para encontrar padrões inesperados nos dados; inerentemente é um problema não definido claramente”.

Executadas inúmeras vezes, as formas dos seminários passam a operar junto com o seu conteúdo no alcance dos objetivos, assim como na sua institucionalização como a forma correta (Silva, 2008; 2012; Rappaport, 2001 [1999]); Tambiah, 1985). Em todos os capítulos, demonstro de que forma *o que* se diz e faz “para o” ou “em nome do desenvolvimento”, além do *como* se diz e faz, operam na produção do programa TOMAK.

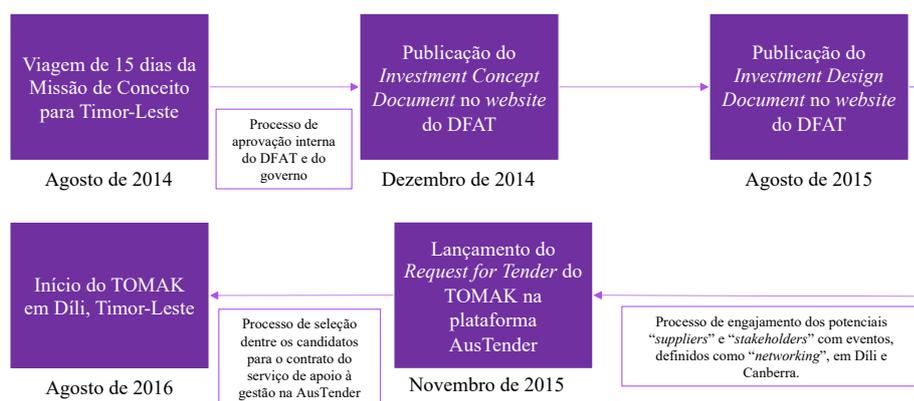
## 1.2 O QUE SIGNIFICA TOMAK/TOMAK?

De forma a apresentar às leitoras o TOMAK (*To’os ba Moris Diak*), adiciono as informações gerais do programa a partir do primeiro documento estratégico e de “pano de fundo” encontrado no sítio eletrônico tomak.org: o *Investment Design Document* (2015a). Como demonstrarei no terceiro capítulo, o *Investment Design* é uma sequência de outro documento anterior, *Investment Concept Document* (2014a). O referido documento não está disponível no tomak.org, mas demonstro o meu encontro com ele no sítio eletrônico do dfat.gov.au nos capítulos seguintes.

De todo modo, faz-se necessário indicar que, segundo o *Investment Design*, de agosto de 2014 até março de 2015, deu-se a etapa de *design* com o time composto por representantes do “DFAT, Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation (através da *Food Systems Innovation Initiative*), Australian Centre for International Agricultural Research (ACIAR) e uma equipe de especialistas contratados independentes” (DFAT, 2015, p. i). Para fins da dissertação, a fase de *design* é composta também pela etapa do *conceito* e, por isso, demonstro a linha do tempo criada a seguir.

A imagem abaixo foi construída por mim a partir das informações disponíveis no sítio eletrônico do DFAT, nos dois documentos – *Concept* (2014a) e *Design* (2015) –, apenas para facilitar a argumentação e a visualização do que estou chamando de “produção” do TOMAK. Ademais, nos capítulos seguintes, os termos como “*Suppliers*”, “*Stakeholders*” e “*Request for Tender*”, dentre outros, serão melhor explicados.

### **Figura 2 – Linha do Tempo de etapas e processos de produção do TOMAK**



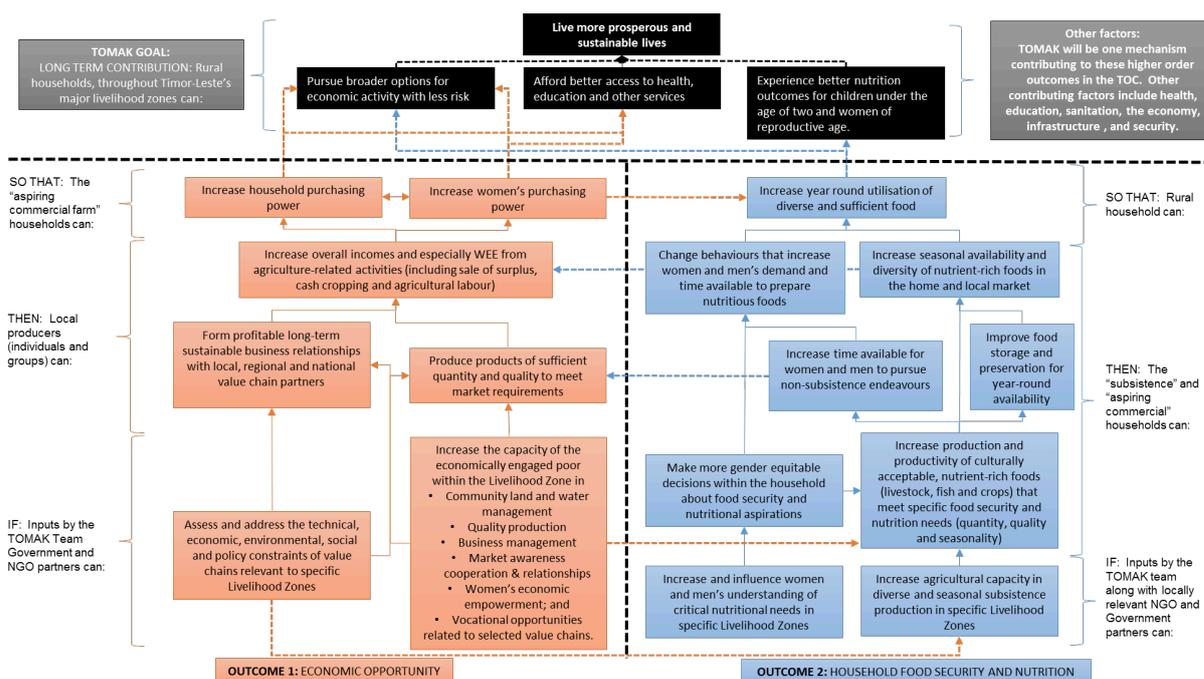
Fonte: Arquivo pessoal da autora (2022).

O *goal* [P: objetivo/meta] do programa, escrita de forma centralizada, com outra formatação visual – fonte, tamanho e cor – e destacada do restante do texto, afirma o seguinte: “os agregados familiares rurais ao longo de uma das principais Zonas de Subsistência de Timor-Leste **vivem** vidas mais prósperas e sustentáveis” (DFAT, 2015a, p. 17, grifo nosso).

Segundo o documento, “a meta seria alcançada por meio de dois *outcomes* [P: resultados] interrelacionados”: (i) oportunidade econômica; e (ii) segurança alimentar e nutrição dos “agregados familiares” (DFAT, 2015a, p. 17-18); apesar de interrelacionados, no texto, são destrinchados separadamente. Abaixo do título de cada *outcomes*, as seguintes frases, em destaque afirmam, no primeiro, “produtores comerciais locais **estão estabelecendo** parcerias sustentáveis e lucrativas com agronegócios e prestadores de serviços nas cadeias de valor agrícolas selecionadas”; e, no segundo, “parceiros localmente relevantes **desencadeiam** a demanda familiar por produção durante todo o ano e utilização de alimentos diversos e suficientes” (DFAT, 2015a, p. 17-19, grifo e tradução meus).

Antes da explicação, adiciono a Teoria da Mudança do TOMAK (Figura 2) retirada do *Investment Design* (2015a) para fins exclusivos de análise. A teoria é bem elucidativa de como o TOMAK entende que se daria o “encadeamento” entre meta e resultados. Chamo atenção, além do próprio título, para a estrutura gramatical indicada nas laterais: “Se ..., então ....., para que...” [I: “*If ... , then ... , so that ...*”]. A *forma* e o conteúdo do programa não estão desassociados, assim, exponho a figura com a teoria da mudança, publicada no *Investment Design*, para demonstrar como o conteúdo – meta e resultado – são “formatados” pelo próprio programa.

**Figura 3 – “Teoria da mudança do TOMAK”**



Fonte: *Investment Design Document*. DFAT, 2015a, p. 15.

No espectro mais amplo, tais “resultados” almejados, pelo e através do programa, estão conectados com proposições a nível nacional, como aqueles a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) de 2011, publicado pelo Estado de Timor-Leste, e a níveis internacionais, como os produzidos por órgãos responsáveis pela classificação e avaliação dos “países menos desenvolvido e em desenvolvimento” (Comissão de Políticas de Desenvolvimento – CDP, em inglês; Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – Ecosoc, sigla em inglês).

As mudanças na performance da prática agrícola leste-timorense, propostas pelo TOMAK, fazem parte de um conjunto mais amplo e capilarizado de ações da cooperação australiana para fortalecer a Economia Nacional. A iniciativa tem relação com outros engajamentos da Austrália a nível local e nacional, como o Market Development Facility (MDF), Programa Nacional Desenvolvimento Suku (PNDS), Be'e Saneamento No Igiene Iha Komunitade (BESIK), entre outros. O MDF, em específico, “[...] utiliza a abordagem de *Market Systems Development* (MSD) para promover desenvolvimento econômico sustentável, a partir de maiores rendas para mulheres e homens, nos [...] países parceiros”<sup>29</sup>.

A necessidade de aumentar a renda monetária aparece diversas vezes no *Investment Design* como justificativa para a realização das atividades e para a expansão da economia de

<sup>29</sup> Tradução própria da seção “O que fazemos” do sítio eletrônico do MDF. Para acessar: <https://marketdevelopmentfacility.org/> Acesso em 20 de abril de 2021.

mercado. Embora não abordemos diretamente outros regimes de produção, distribuição, troca e consumo operantes em Timor-Leste<sup>30</sup> (Fidalgo-Castro, 2015; Silva, 2016; Silva et al., 2023), o fato de o programa se ancorar na pauta de engajar “os agregados familiares” com a “prática agrícola comercial”, em detrimento da de “subsistência”, e com uma dieta que alcance o que é definido como “segurança alimentar” (DFAT, 2015a, p. 1), já nos indica que o papel do TOMAK perpassa, também, pela dimensão dos comportamentos dos “agregados familiares” rurais.

Nas palavras do documento: “O TOMAK incluirá todas as pessoas rurais – homens, mulheres, famílias e comunidades – ajudando-os a fazer as mudanças necessárias em suas **normas e comportamentos**, sejam eles relacionados à diversidade alimentar ou empreendimentos comerciais” (DFAT, 2015a, p. 11, grifo nosso). Percebemos, então, que o programa, por meio das metas e resultados, já nos apresenta que uma “intervenção” é necessária para que “agricultores comerciais” – e outros “agregados familiares” com perfis potenciais – se engajem nas “cadeias de valor produtivas e lucrativas” e com os sistemas de mercados (DFAT, 2015a, p. v).

### 1.3 MODO DE PRODUÇÃO DESTE ARQUIVO

#### 1.3.1 Introduzindo o campo

Durante o trabalho de 2017 em Timor-Leste, eu já tinha identificado que as atividades e relações construídas em nome do desenvolvimento pelos diversos atores faziam parte das políticas do Estado de Timor-Leste, definidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED) publicado em 2011.<sup>31</sup> Se partes do PED já tinham sido tangenciadas por mim na monografia de graduação, ao abordar como se dava o engajamento com o *merkado turístiku* no contexto de Ataúro (Oliveira, 2019a), no mestrado, eu partiria para outra dimensão: da agricultura.

Ao ingressar no mestrado na UnB, em 2019, retornei ao caderno de campo do seminário e de outros eventos com o logotipo do TOMAK de forma pontual para o curso de Antropologia da Ciência e Tecnologia. Nesse mesmo ano, me aventurei em duas disciplinas na Pós-Graduação em Economia da mesma universidade, que tinham relação com o tema de desenvolvimento econômico. Essas disciplinas, e outras do currículo do Departamento de

---

<sup>30</sup> Para tal, recomendo o livro lançado recentemente, “Economic Diversity in Contemporary Timor-Leste”, organizado por Silva, Palmer e Cunha (2023).

<sup>31</sup> Um ano antes de completar a primeira década como Estado-nação independente.

Antropologia, colaboraram para que em 2021 eu começasse a minha pesquisa nos documentos do TOMAK.

Durante a conjuntura inicial da pandemia da COVID-19, em no início de 2020, o espaço digital, já bastante imbricado no nosso cotidiano, ficou mais perceptível e passei a observar também a participação do digital no trabalho antropológico (Parreiras, 2021). Na primeira metade de 2020, trabalhei nos documentos digitalizados do Arquivo Nacional de Timor-Leste (ANTL) por Kelly Silva. Com o empenho na leitura, organização e categorização dos documentos coloniais, transformados em digitais, passei a me aproximar, também, da discussão sobre etnografia de documentos e arquivo (Da Cunha, 2004).

Apesar de não ter colocado os materiais do ANTL como primeira opção ao longo da dissertação, a centralidade do discurso sobre “desenvolvimento econômico” após a década de 1950 não poderia ser desconsiderada. Este tema, em outros formatos, também apareceu nos documentos do ANTL da colonização portuguesa. A produção de arquivos, então, é resultado dos séculos precedentes de práticas de administração colonial por Estados específicos (Stoler, 2010).

De toda forma, a curiosidade instalada desde 2017 tomou conta de mim e passei a focar no TOMAK. Inicialmente, pensei em fazer uma seleção, lê-los e, em paralelo, realizar entrevistas virtuais com algum funcionário do programa, lestes-timorenses e estrangeiros. Embora eu ainda tenha interesse no diálogo com as pessoas que participam do cotidiano de programas de desenvolvimento em Timor-Leste, para fins desta dissertação, os documentos são lidos e foram selecionados a partir das observações de Ann Laura Stoler (2010 [2002]) em “Arquivos coloniais e a arte da governar”.

Stoler (2010 [2002]) chamou atenção para a dimensão epistemológica, e ao mesmo tempo técnica, dos arquivos coloniais. Ao tratar esses artefatos como *processos*, isto é, “experimentos epistemológicos e não como meras fontes. [... Os] arquivos coloniais [são vistos] como transparências nas quais se inscrevem relações de poder e como tecnologias de governo intrincadas em si mesmas” (2010, p. 466, textos adicionados por mim). É nesse sentido que proponho analisar os documentos do TOMAK em conjunto ao conceito de infraestrutura epistêmica (Murphy, 2017).

### **1.3.2 Navegando pelo(s) arquivo(s)**

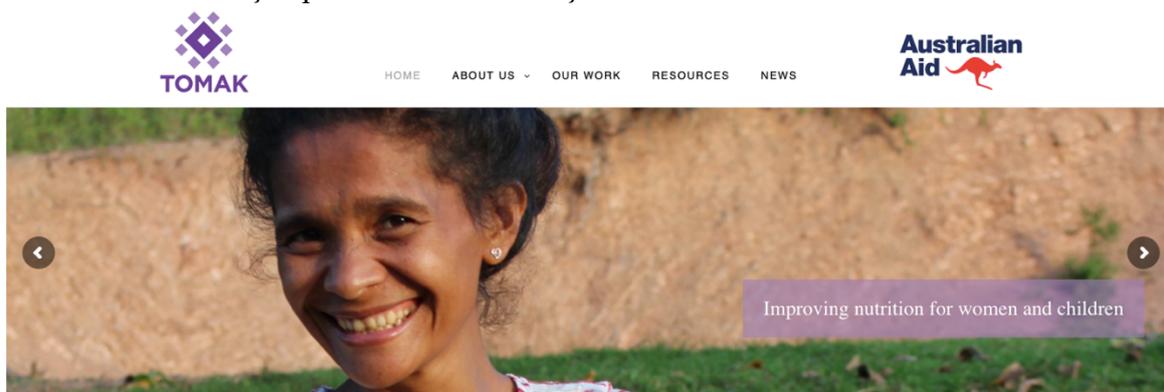
A coleta e análise dos arquivos do programa TOMAK ocorreu entre 2021 e 2022. Antes de partir para os documentos, artefatos da modernidade (Riles, 2006), faz-se necessário apresentar à leitora o espaço no qual eu acessei esses arquivos: o sítio eletrônico. Aqui, foco na

minha relação etnográfica com o sítio eletrônico tomak.org e de instituições relacionadas, acessados pelas conexões e redes criadas pela internet. Os sítio eletrônicos que “hospedam” os documentos utilizados nesta dissertação é o nosso Arquivo para a etnografia de documentos (Da Cunha, 2004).<sup>32</sup> A *internet* e a *web* possibilitam hoje uma difusão e compartilhamento de informações que constroem e conformam também a nossa forma de conhecer o mundo ao nosso redor.<sup>33</sup>

A figura a seguir, composta por quatro fotografias capturadas da e pela tela do computador, demonstra como era a seção de entrada do sítio eletrônico tomak.org.<sup>34</sup> A primeira linha da imagem, branca e com os logotipos do TOMAK e da Australian Aid, não se alterava; somente a imagem, com o texto em inglês, mudava de tempos em tempos, automaticamente ou clicando na seta indicada em cada lado.

**Figura 4 – Recorte da página de início do sítio eletrônico TOMAK.ORG**

#### 1. Melhorar a nutrição par mulheres e crianças



<sup>32</sup> Agradeço aos encontros do LEEG, em especial ao do dia 14 de abril de 2023, no qual os apontamentos de Andreza, Lucivânia e Marina foram importantes para a reflexão aqui proposta.

<sup>33</sup> Digital, virtual, cibernético são algumas das formas de se referir ao espaço criado pelas redes e sistemas de computadores conectados pela *internet*, que passa a ser um dos principais intermediadores de relações no pós-1980. Segundo Luli Radfaher, na coluna Datacracia do Jornal da USP, “digital é aquilo que passa por um sistema digital, ou seja, aquilo que passa por um computador [...]. Virtual é algo que não existe, então é algo que não está ali.” Ainda que muitas vezes sejam utilizados como sinônimos, aqui optarei pelo termo digital para qualificar as informações retiradas de sítio eletrônicos e outros URLs disponíveis na internet e o espaço desses sítio eletrônicos. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/digital-virtual-e-remoto-nao-sao-sinonimos/> Acesso em 10 de nov. de 2021.

<sup>34</sup> Na parte superior da imagem, vemos os menus em inglês. A entrada estava no *menu* “Home”, em português, “início”.

## 2. Incentivar a tomada de decisão equitativa para famílias agricultoras



## 3. Apoiar a agricultura comercial sustentável



## 4. Promover a Agricultura Sensível à nutrição



Autoria: TOMAK e DFAT. Fonte: Disponível em: <https://tomak.org/> Acesso em :15 de jul. 2021. No último acesso em 14 de abril de 2023, o sítio eletrônico estava com um novo *design, layout*; no entanto, a estrutura e organização das informações continuavam as mesmas.

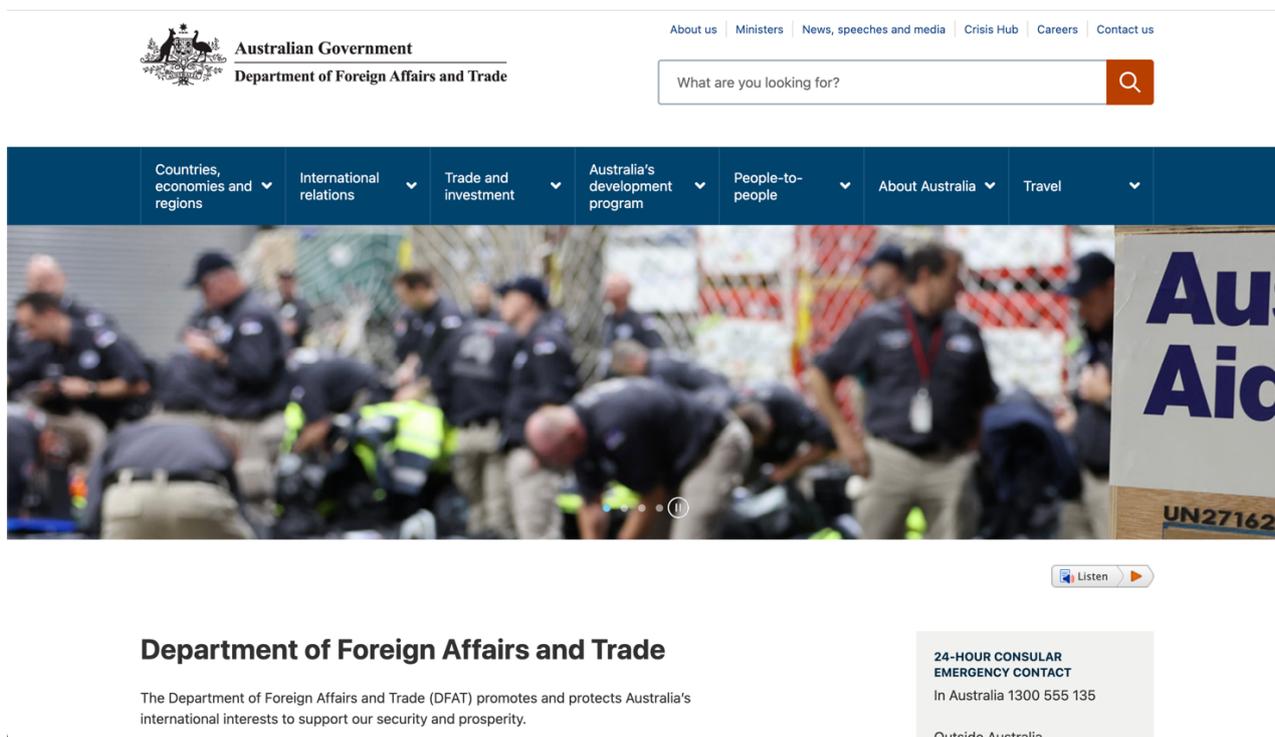
Como abordarei no próximo subtópico, “Etnografia: a técnica da tradução”, o processo de tradução do inglês para o português se deu constantemente durante a realização do trabalho de campo. No caso acima, optei por manter a tradução para que a leitura da dissertação fosse mais fluída e acessível. Para facilitar, mantive em inglês, idioma dos “nativos” desta etnografia, apenas as categorias e informações importantes para o argumento.

Voltando à questão dos sítio eletrônicos, até meio de 2021, todos os documentos que eu tinha acessado do programa estavam disponíveis na página *Resources* do tomak.org. No entanto, a onipresença do logotipo da Australian Aid, tanto no sítio eletrônico quanto nos documentos, guiou a minha curiosidade de pesquisar sobre a “agência de ajuda australiana” no sítio eletrônico e buscador Google, em inglês. Foram os trânsitos pela *Web* e internet, entre

URLs e mais URLs<sup>35</sup>, que me levaram para a história prévia de inserção da Australian Aid no Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Austrália.

A apresentação inicial do [dfat.gov.au](http://dfat.gov.au) está incluída na figura a seguir.

**Figura 5 – Recorte da página de início do sítio eletrônico DFAT.GOV.AU**



Fonte: <https://www.dfat.gov.au/> Acesso em: 20 jun. 2021

Como logo percebi pelo nome do departamento, muitos temas estão ali englobados. O desenvolvimento é um deles. Adiciono, então, a figura da página de início da seção “Programa de Desenvolvimento da Austrália”.

**Figura 6 – Recorte da página de início do sítio eletrônico DFAT.GOV.AU**

<sup>35</sup> Sigla para “Uniform Resource Locator”, em inglês, traduzido para o português como “Localizador Uniforme de Recursos”. Esse é o nome dado para o endereço dos sítio eletrônicos.

Home > Australia's development program

## Australia's development program

Stopping COVID-19 outbreaks for our neighbours using Australian wastewater testing know-how

Surveillance of our wastewater, sewage and stormwater for traces of SARS-CoV-2 is something most Australians are now used to. Since October 2020 Australia has been sharing it with our neighbours in Southeast Asia.

Read more

Keeping neighbouring farmers safe to secure our region's economic recovery

Helping our neighbouring coffee farmers recover from the impact of global shutdowns

Back to top

Fonte: <https://www.dfat.gov.au/development/australias-development-program> Acesso em: 20 jun. 2021.

Ao observar o sítio eletrônico do DFAT, não tenho pretensão de analisar os componentes do menu “Programa de desenvolvimento da Austrália”. No escopo desta dissertação, está a produção do TOMAK pela AusAID iniciada em meio de 2014, quase um ano depois da anexação da agência ao DFAT (Day, 2016). Sendo assim, meu interesse é introduzir o espaço de produção desta pesquisa às leitoras e, no próximo capítulo, um breve mapa de como estava organizada e dividida a parte relativa ao “desenvolvimento”.

Faz-se necessário apontar que os sítio eletrônicos já foram modificados algumas vezes, principalmente o do DFAT, desde o término do período de coleta de documentos. Então, o que abordo nesta dissertação foi produzido em 2021. O sítio eletrônico do TOMAK mudou em 2023 com um novo *layout* gráfico, ou seja, disposição e organização dos elementos visuais, focando na próxima fase (2022-2026) a qual totalizará 10 anos de execução do programa.

As extensões dos programas acontecem, como no caso do *Seeds of Life*, criado para durar cinco anos, mas estendido duas vezes, operando por 15 anos. Entendo que, mesmo que o programa tenha entrado em uma nova fase, a infraestrutura de produção do TOMAK não deixou de operar e se torna interessante observar a mudança do *Seeds of Life* para o TOMAK quando este faz referência constante àquele.

### 1.3.3 Etnografia: a técnica de traduzir e escalar

A língua inglesa foi o principal idioma utilizado por mim durante a etnografia do programa TOMAK. Na verdade, a relação entre conjuntos linguísticos e semânticos distintos, e o processo de tradução implicado, sempre foi constante nesta e em outras pesquisas. Isso porque, a essência da própria prática antropológica de “observar e descrever o outro” diz respeito à tradução, que não é somente linguística.

Ao longo da história da disciplina, a “descrição etnográfica” e o lugar de “observador da verdade empírica” foram desestabilizadas a fim de realçar que o mundo descrito pelo antropólogo é o mundo possível de ser descrito e não “o mundo que existe” (Segata, 2012). Nessa perspectiva, “o nosso problema é que quando o outro descreve o mundo, esse mundo é o que é possível de ser produzido no limite de uma certa linguagem – a dele. O que eu posso descrever a partir dessa descrição do outro, é aquilo que cabe no limite de uma certa linguagem – a minha” (Segata, 2012, p. 93).

No mestrado, estive mais vinculada às reflexões sobre técnica, nas suas diferentes possibilidades analíticas. A tradução, e o traduzir, passaram cada vez mais ao centro, ao me aprofundar nos estudos da Teoria do Ator-Rede que tratam os laboratórios, tão próximos a nós, “cientistas”, como espaço de análise. Quando antropólogas pesquisam “o outro próximo”, e não “o outro distante”, os “nativos” passam a ser, em certa medida, nós mesmas. O inglês, por ser um idioma com o qual tenho proximidade e, poderia dizer, certa fluência, era traduzido para o português constantemente de forma que, só ao longo dos diálogos sobre a pesquisa, entendi que esse movimento requeria uma técnica que não poderia ser naturalizada.

Ao longo das discussões coletivas do Laboratório de Estudos sobre Economias e Globalização (LEEG), alertaram-me para as interferências na leitura das trocas recorrentes entre português e o inglês, e a tradução implicada. Em outras ocasiões, optei por adicionar citações no idioma de origem, principalmente de obras teóricas, para “evitar” que alguma “má interpretação” ocorresse nesse processo.<sup>36</sup> No entanto, ao se tratar de um programa de desenvolvimento do Estado australiano produzido integralmente em inglês, percebi que seria difícil me “esquivar” de traduzir para o português.

Por outro lado, como a manutenção de coerência e concordância faz parte do fazer antropológico, as categorias “do campo” são importantes de serem mantidas. Desta forma, a dissertação das próximas páginas mantém o duplo movimento de traduzir integralmente os textos e conteúdos incluídos do inglês para o português, como eu faria sem questionar se fosse

---

<sup>36</sup> No caso do idioma tétum, língua oficial de Timor-Leste, eu apresentava a tradução realizada em conjunto com amigos, como o Benny, Alberto, dentre outros, em nota de rodapé.

um material em tétum, por exemplo; enquanto mantém os termos e categorias importantes para o objeto e argumento desta pesquisa em inglês, já que é esta a forma de comunicação na escala de análise que aciono.<sup>37</sup>

Acionar escalas faz parte e está na gênese da produção de conhecimento, antropológico e de outras áreas (Cesarino, 2014). Ao estudar o modo como cooperantes brasileiros dão sentido as suas práticas, intituladas de “cooperação sul-sul”, Cesarino (2014) demonstra como a escala faz parte das práticas dos cooperantes. Eles se ancoram em “manobras de escala [... que] costumam envolver outros modos comuns de colocar-em-relação, tais como analogias, contextualizações [...] e atribuições a domínios” (p. 26). As escalas, e manobras, que Cesarino (2014) observa no campo são abordadas a partir de Marilyn Strathern, a qual “tem enfatizado o modo como esse acionamento de escalas, contextos e domínios envolve o rearranjo, eclipsamento e realce seletivo de certos elementos, com base em certas matrizes relacionais bem estabelecidas” (p. 26).

No espectro mais amplo, o que coloco em observação é como se processa a produção de conhecimento no mundo do desenvolvimento, e como as técnicas envolvidas são imbuídas de relações sociais estabelecidas. A etnografia, como técnica (Sautchuk, 2017), modifica as relações que construímos nesse movimento de tentar traduzir e “compreender”.

Ainda que o conceito de “desenvolvimento” tenha sofrido mudanças ao longo dos anos, como demonstrou Keith Hart e Vishnu Padayachee (2010), o estabelecimento de uma “Agenda 2030”, depois dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para 2015, não deixa dúvida da sua contínua atuação. Independente do que realmente se “traduz” na “escala” global, internacional e local, o que realço ao longo do trabalho é como “o desenvolvimento” é produto de uma infraestrutura epistêmica ampla e extensa: a infraestrutura epistêmica da economização da vida (Murphy, 2017).

\*\*\*

Antes de partirmos para a próxima seção desta introdução, é importante realçar como o objeto material de análise desta pesquisa, os documentos produzidos a partir de conhecimentos da cooperação internacional para o desenvolvimento australiana, são também as mesmas matérias concretas que produzimos com o conhecimento da prática etnográfica (Riles, 2010). A “etnografia não é método”, como nos indicou Mariza Peirano (2014), mas é técnica de produção de conhecimento documental, em conjunto com a tradução e o ato de escalonar.

---

<sup>37</sup> Indicarei, entre colchetes, o idioma e a palavra original [P, para português; I, para inglês; T, para tétum].

Segundo Carlos Sautchuk (2017), “a técnica remete – em variadas dimensões, formatos e escalas – a movimento, mudança ou alteração, mesmo que seja para reforçar, reproduzir ou manter determinados padrões de relação (p. 12). Se a técnica é uma forma de movimentar, alterar, transformar relações e padrões de relações, o fazer etnográfico é uma técnica, que engloba outras técnicas, como a tradução e a escala, e é tão moderna quanto os fenômenos que analisamos (Riles, 2006, 2010; Sautchuk, 2017; Cesarino, 2014).

Os arquivos documentais do programa TOMAK são analisados segundo a abordagem de Annelise Riles (2010; 2006) para os documentos de encontros globais promovidos por organizações como a ONU e para o próprio produto etnográfico. Segundo Riles (2010, p. 6), são “artefatos da modernidade” que conseguem trazer a “rede”, o “global”, para fora. Ela coloca evidência na dimensão estética da in-formação “cruza[ndo] preocupações ‘globais’ e ‘locais’”. Riles (2010, p. 18), ainda, “ênfatisa o modo como as preocupações de antropólogos e outros modernos com a intensificação das ‘relações globais/locais’ é em si um efeito da forma como ordenamos as informações, um efeito de nossos dispositivos estéticos (cf. Riles 1995)”.

A autora chega nessa percepção a partir do acompanhamento das delegações de Fiji ao se preparem para a IV Conferência Mundial sobre Mulheres (Conferência de Pequim)<sup>38</sup>, ocorrida no ano de 1995. Annelise Riles (2010) prestou “o que as participantes chamavam de ‘assistência técnica’, como ajudar a planejar reuniões, redigir documentos, escrever e preparar o *layout* para boletins informativos, transcrever anais de conferências, coletar materiais de pesquisa” (2010, p. xv).

Se, “de todas as coisas, [o documento] um assunto que Bruno Latour denominou ‘o mais desprezado de todos os assuntos etnográficos’ (1988, 54)” (2006, p. 2), para Riles, ele é um universo de possibilidades. Além de fazer parte da história da disciplina, “os documentos são artefatos paradigmáticos das práticas modernas de conhecimento. [...] E] fornecem, assim, um terreno pronto para a experimentação de como apreender a modernidade etnograficamente” (Riles, 2006, p. 2). As análises de Riles, e a proposta de Stoler (2010) para os arquivos coloniais, nos oferecem outra dimensão e teor para os documentos do programa TOMAK.

Riles (2010) aproveita o seu vínculo com os artefatos documentais da Conferência, e com a própria “Rede” de mulheres em questão, para abordar como a estética participa da informação e dos efeitos. O que se in-forma e a estética desta in-formação são os meios escolhidos por Annelise Riles (2010) para estudar “a eficácia das formas do global, como a

---

<sup>38</sup> IV Conferência Mundial sobre a Mulher com tema central “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, organizada pela Organização das Nações Unidas.

Rede”. Ou melhor, como indicado logo em seguida, para estudar “a eficácia da forma em gerar o efeito da eficácia” (p. 172).

Dadas as limitações de uma dissertação, estudo a construção do programa TOMAK, na sua forma e estética documental, para demonstrar o argumento de que “o efeito do programa” é também produto da forma e estética da etapa de produção. Ou seja, no processo de construção do *Investment Concept e Design*, depois na disponibilização desses documentos na AusTender, o objetivo proposto no interior desses artefatos – engajamento com o mercado – já é um dos efeitos da sua própria forma e estética de mercadoria.

#### 1.4 INFRAESTRUTURAS E OBJETOS DE FRONTEIRAS DO DESENVOLVIMENTO

Durante o mestrado, tomei como desafio acompanhar de forma mais próxima a técnica de ensino da “Economia” por meio da participação do cenário da Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília, e em aulas sobre economia política e desenvolvimento econômico. Nesta altura, já conhecia o conceito de “infraestruturas epistêmicas” (Murphy, 2017) e começava a me debruçar também sobre os estudos da antropologia da ciência e tecnologia no seu extenso espectro de possibilidades. Peço licença a esse campo antropológico, pois serei um tanto reducionista ao selecionar apenas aspectos, autoras e teorias acionados pelos próprios teóricos tomados como base para este trabalho (Murphy, 2017; Shepherd, 2013).

Em “Development and Environmental Politics Unmasked: Authority, Participation and Equity in East Timor”, Shepherd (2013) aborda ações e práticas “para desenvolvimento” no período pós-independência e ao longo da trajetória colonial em Timor-Leste. Christopher Shepherd (2013, p. 22) mescla os estudos sobre desenvolvimento, a partir da antropologia, e os do campo da STS. O foco do autor está em analisar “micropolítica cotidiana do desenvolvimento que liga os escritórios governamentais e as agências para cooperação internacional com os espaços rurais onde os projetos são implementados” (Shepherd, 2013, p. 3, tradução própria).

Segundo Shepherd (2013), o que possibilita que mesmo diante de divergências e explícita falta de concordância, projetos e ações políticas “para o desenvolvimento” sejam levados adiante é a operação de objetos que assumem a característica de “objetos de fronteira” (Star; Griesemer, 1989). Ao mesmo tempo maleáveis e rígidos, plásticos, adaptáveis e robustos, esses objetos fazem parte das relações estabelecidas e participam da sua concordância e reprodução. Para Star e Griesemer (1989, p. 393), que apresentaram o conceito para Shepherd (2013), essas categorias de objetos

têm significados diferentes em mundos sociais diferentes, mas sua estrutura é comum o suficiente para mais de um mundo para torná-los reconhecíveis, um meio de tradução. A criação e gestão de objetos de fronteira é um processo chave no desenvolvimento e manutenção da coerência entre mundos sociais que se cruzam.

O conceito foi fruto de análises das relações no Museu de Zoologia de Vertebrados da Universidade da Califórnia, Berkeley, entre pesquisadores e gestores, a partir da teoria do ator-rede e da análise ecológica. O mundo científico, laboratorial e de pesquisadores não é só onde Star e Griesemer (1989) trabalham, mas também de onde sugerem suas hipóteses e investigações. Para desenvolver o conceito de “objetos de fronteira”, os autores partem dos diálogos com Bruno Latour (1987), dentre outros, que se debruçaram sobre como mundos sociais distintos se encontram, convergem e buscam meios para continuarem sendo reproduzidos (Star; Griesemer, 1989, p. 392). Na teoria do ator-rede, segundo o que Star e Griesemer (1989, p. 389) demonstram, as “questões importantes dizem respeito ao fluxo de objetos e conceitos através da rede de aliados participantes e mundos sociais”.

Latour (1987; 1994) segue toda uma linhagem de antropólogos e sociólogos que questionaram a “suposta universalidade” da visão ontológica moderna, a qual relega aos humanos a condição de sujeito, a possibilidade de agência, e aponta para objetos e coisas como formas de apreendermos sobre “o outro” e sobre “nós”. Defende-se um olhar simétrico para humanos e não humanos, e para a relação que esses dois criam em direção à produção de determinados fenômenos.

Ademais, tais pesquisas defendem que atores humanos e não humanos – actantes – constituem redes e canais de tradução entre si (Latour, 1994). Essa corrente contribui para analisarmos o que constitui e o que chamamos de modernidade. O que faz com que nos vinculemos a essa tal de modernidade como se existisse no plano material, concreto e palpável? Quais objetos a compõem e como esses objetos se conectam com os humanos e outros não humanos? Como a combinação de diferentes elementos pode produzir um conhecimento com *status* de universal e verdade atemporal (Akrich, 1997, p. 205)?

A modernidade, no senso comum definida, dentre outras características, por técnicas e tecnologias “avançadas”, então, não seria resultado de um conjunto de objetos externos criados, que estão apenas esperando para serem utilizadas pelos humanos. Para compreender o que é chamado modernidade, e como ela opera, é preciso ver os objetos na sua interação com os seres humanos e como ambos se traduzem e conseguem se comunicar.

É a partir dessa visão que a primeira parte dos estudos de Shepherd (2013) discorre sobre três tipos de regimes de desenvolvimento “ideais” – de coação, de obrigatoriedade e de negociação (p. 26) – e demonstra como “objetos de fronteiras” participam da operação dessas

políticas não só hoje, como no período colonial. Os regimes, como modelos ideais, são categorias que o autor aciona para dar sentido à complexa rede de práticas e ações, atuais e históricas, que se definem pela etiqueta de “desenvolvimento”.

Por exemplo, durante o período de 1769 e 1910, a colonização portuguesa aumentava sua presença no lado oriental da ilha à medida que a disputa territorial com os holandeses se intensificava. Shepherd (2013) argumenta que esse período tinha um teor de regime ou ordem negociada, durante o qual alianças foram feitas, principalmente com os Mambai, e o engajamento das comunidades com plantação de café foi incentivado a partir de “campanhas de pacificação”. O café, então, foi um dos primeiros “objetos de fronteira” das relações de poder dos e pelos colonizadores portugueses (Shepherd, 2013).

No contexto mais recente de retomada da independência em Timor-Leste, Shepherd (2013) se debruça em quatro tipos diferentes de programas de desenvolvimento – produção de laticínios, estufa de alta tecnologia, revolução verde e uma iniciativa de gestão de terras. Ele aborda como tais programas se desenrolam a partir da agência dos objetos de fronteiras neste período caracterizado prioritariamente por uma “ordem de desenvolvimento negociada”.

Por concordar com Shepherd (2013), ao afirmar que o período contemporâneo tem um teor de “ordem de desenvolvimento negociada”, trago a definição proposta pelo autor. Esta ordem se define como

menos orientada para a reestruturação social e tende a promover sistemas sociotécnicos mais flexíveis deliberadamente adaptados às circunstâncias locais. [...] ela] atende a relações de poder local e conhecimento local e luta por tipos particulares de equidade e participação ao longo das linhas de gênero, classe, região e assim por diante. A participação, no entanto, não implica igualdade entre desenvolvedores e desenvolvidos [I: *developees*] e a autoridade técnica de cima para baixo permanece convincente, embora a dinâmica de poder também evolua no curso das negociações (Shepherd, 2013, p. 27-28).

Assim, o caminho percorrido por Shepherd (2013) tem várias sobreposições com o estudo de Murphy (2017), por mais que aquele trate do conceito de desenvolvimento em Timor-Leste e esta da economização da vida. Em principal, o fato de os dois acionarem Susan Star, socióloga americana dos estudos sobre a informação em suas respectivas análises tornou a episteme, a forma da informação (ou in-formação) e o próprio conceito de “infraestrutura epistêmica” instigantes como janelas analíticas para compreender o processo de produção do programa TOMAK.

Ao se debruçar sobre como a informação percorre na “modernidade”, os modos classificatórios, a estabilização de conceitos, e como mundos sociais distintos se traduzem e dialogam, Star nos oferece, além do conceito de “objetos de fronteiras”, o conceito de

“infraestrutura” (1999). Murphy apreende a abordagem de Susan Star (1999) sobre a infraestrutura da informação que, no final do século XX, estava dando saltos ainda pequenos quando comparado com o que se vivencia hoje.

Naquele momento, Star (1999) mostra a relevância de pensar a infraestrutura da informação não como uma matéria sólida, mas como componentes relacionais. As ciências sociais teriam muito a se beneficiar, segundo a autora, se colocassem essa infraestrutura no centro da investigação. Uma questão relevante e pouco explorada seria relativa aos efeitos “da padronização ou classificação formal na formação de grupos, o projeto de redes e sua importação para várias comunidades, ou sobre os ferozes debates políticos sobre nomes de domínio, protocolos de troca ou idiomas” (Star, 1999, p. 378).

Os estudos dos espaços laboratoriais são paradigmáticos de como essas redes físicas, mas invisíveis, se articulam e são criadas, débito evidente de estudos latourianos. É verdade que Star (1999) publicou tal artigo antes de desencadeamentos deste século que alteraram a infraestrutura da informação – como a tomada de cena pela “web 3.0”, nome comum dado pelos próprios desenvolvedores dos sítio eletrônicos. De toda forma, a dimensão relacional da infraestrutura, assim como suas propriedades e características (Star, 1999, p. 381-382), tornaram possível refletir, no novo contexto, como o conhecimento, a episteme, alcança um certo lugar de infraestrutura, de estabilização, “não questionável”, “uma representação verídica do mundo” (idem, p. 388).

Entender partes que operam da infraestrutura epistêmica de hoje também é um exercício para o passado. Murphy (2017) olha para algumas dimensões da construção e erguimento dessa infraestrutura que transformou indicadores e técnicas quantitativas da macroeconomia em reguladores “abstratos e materiais” da nossa própria vida. “A macroeconomia é um milagre para nós por meio de medidas como o PIB que operam como fantasmagramas, práticas quantitativas que são enriquecidas com afeto, propagam imaginários, atraem sentimentos e, portanto, têm efeitos sobrenaturais em excesso de seus preceitos racionais (Murphy, 2017, p. 24, tradução livre).

“A Economia” [I: “*The Economy*”, (Murphy, 2017, p. 7)] começou a construir sua própria atmosfera na qual se designa “tanto vidas humanas valiosas quanto inestimáveis: vidas que valem a pena viver, vidas que não valem a pena morrer, vidas que valem a pena investir e vidas que não valem a pena ter nascido”.<sup>39</sup> Murphy (2017) evidencia como os eventos da

---

<sup>39</sup> O que John Maynard Keynes propôs para “solucionar a crise de 1929”, foi difundido e transformado, ao longo das décadas subsequentes e o desencadear de outras ciências, como a demografia, por organismos internacionais

primeira metade do século XX – crise de 1929 e Segunda Guerra Mundial (1945) – e as “práticas liberais das ciências sociais” (2017, p. 7) participaram da consolidação e disseminação global de métodos e técnicas de cálculo quantitativo.

A relação entre os países passou a ocorrer através de indicadores, como o PIB, a taxa de natalidade, de mortalidade, dentre outros, os quais, ainda que abstratos em certas circunstâncias, são conhecimentos com dimensão material-afetiva-infraestrutural. Se a Economia criou uma infraestrutura afetiva do cotidiano que inclui e exclui o que é e deve ser economia, entendo que as ações em torno do que se etiqueta como “desenvolvimento” são um dos braços dessa extensa infraestrutura (Murphy, 2017; Hart; Padayachee, 2010).

A população e a economia tornaram-se presenças materiais-semióticas-afetivas-infraestruturais massivas que agora podem ser difíceis de imaginar o mundo sem. Eles se tornaram uma forma de o capitalismo imaginar e organizar seu próprio meio, para conjurar suas próprias condições de possibilidade (Murphy, 2017, p. 7)

As técnicas de quantificação, classificação e teóricas que produzem os conhecimentos acionados nas relações etiquetadas de desenvolvimento são manejadas nos laboratórios por pesquisadoras – como eu. Desde a Economia, e seu espaço de formação profissional na UnB, até a análise dos arquivos do TOMAK e do DFAT, a minha pesquisa esteve sempre preocupada com o conceito de “infraestrutura epistêmica” que opera no e para o desenvolvimento (Murphy, 2017). A questão de perceber os objetos que transitam entre os mundos dos “desenvolvedores e *developees*” ficará para outra oportunidade pelas limitações que a pesquisa aqui produzida possui.

---

e agências estatais de desenvolvimento econômico, dentre elas Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e USAID (sigla em inglês da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).

## 2 A CIRCULAÇÃO DO PROGRAMA PELA *WEB*

No cerne deste capítulo está a apresentação do mapa visual produzido por mim sobre os sítio eletrônicos do DFAT e do TOMAK. O intuito é ilustrar para as leitoras como esses Arquivos participaram da minha pesquisa sobre o TOMAK. Além disso, para compor o argumento desta dissertação, este capítulo indica como os documentos de produção do TOMAK, *Investment Concept* e *Investment Design*, circulam antes de serem implementados em Timor-Leste.

A partir da minha experiência de usuária e pesquisadora, delimitei-me a abordar os meus percursos *online* nos espaços digitais da cooperação australiana.<sup>40</sup> Os dois sítio eletrônicos – TOMAK e DFAT, e outros acessados através desses – são construídos praticamente em língua inglesa na sua totalidade. O sítio eletrônico específico do programa, tomak.org, possui vários dos documentos tanto em inglês como em tétum<sup>41</sup>. Demonstro como os *hiperlinks*<sup>42</sup> que vinculam o sítio eletrônico do DFAT com a Plataforma AusTender são mais do que um encadeamento de URLs (Localizadores Uniformes de Recursos, em português).

A plataforma AusTender, acessada pelo URL “<https://www.dfat.gov.au/about-us/business-opportunities/Pages/investment-design-and-supplier-engagement-tomak-farming-for-prosperity-timor-leste>” (DFAT, 2015b), traz contribuições significativas para a demonstração de como o *Investment Design Document*, produto do *Investment Concept* (2014a), opera também como mercadoria. Para fins deste capítulo, trago no conteúdo um pouco da história da *Web* e como ela compõe a infraestrutura digital, e arquivística neste caso. Por mais que não seja o foco desta dissertação, ignorar que o mundo do desenvolvimento perpassa pela (infra)estrutura e interface digital e não abordar minimamente o contexto histórico de surgimento seria um desvio do foco na “infraestrutura epistêmica” (Murphy, 2017).

Durante grande parte da minha trajetória de investigação das políticas, projetos, ações e programas de desenvolvimento, e o seu encontro com o contexto particular de Timor-Leste, estive interessada em observar justamente o momento em que os responsáveis pelos programas entravam em contato com as comunidades e seu público-alvo. Colocar o sítio eletrônico e a *Web* no meu horizonte de análise foi como se eu tivesse descoberto um mundo de pesquisa

---

<sup>40</sup> Ainda que os sítio eletrônicos da ONU, por exemplo, com seus departamentos e divisões fragmentados e engatilhadas em organogramas extensos, me despertem um instinto de pesquisa etnográfica, eles ficam como um projeto futuro.

<sup>41</sup> Idioma oficial de Timor-Leste, além do português. Na época da pesquisa, os principais documentos em tétum eram os relacionados à plantação de diferentes legumes, grãos, dentre outros, além de conteúdos relativos à dimensão comportamental e de atitude.

<sup>42</sup> *Hiperlink*, na linguagem comum do espaço digital, é um *url* incorporado em algum texto de sítio eletrônicos ou arquivos, que direciona para outra página, ou localização, seja da internet ou das redes de computadores. Este é um artifício interessante que torna possível com que diferentes “mundos” se conectem.

ainda bastante inexplorado por mim. Digo inexplorado porque a minha lente para as práticas do “desenvolvimento”, seja lá o que ele signifique na prática, focalizava a dimensão da fricção (Tsing, 2005) entre o mundo dos desenvolvedores e o dos beneficiários.

Entretanto, ao me questionar o que torna possível a operação de programas de desenvolvimento em países definidos como “menos desenvolvido”, passei a prestar atenção no modo de exibição, classificação e comunicação do “desenvolvimento” ali presente (Riles, 2010). Os sítio eletrônicos, assim como os documentos, possuem uma forma que participa da transformação do programa em mercadoria, antes da implementação, e não são adjacentes aos documentos.

Se o DFAT produz o programa internamente, no seu escritório, e, em seguida, apresenta e distribui no mercado internacional, através do AusTender e de um ATM ID (Número “*Approach to Market*”), estes espaços, e a sua infraestrutura, são componentes também da infraestrutura epistêmica do desenvolvimento (Murphy, 2017). Essa transformação do *Investment Design* em um ATM me faz recordar do argumento de Anna Tsing (2015) sobre a cadeia global de cogumelos *matsutake* e os diferentes significados que assume no percurso desde a sua coleta até o “destinatário final”.

As figuras que compõem este capítulo mantêm o idioma original dos sítio eletrônicos. Elas comunicam às leitoras como o sítio eletrônico, em especial a seção “Programa de Desenvolvimento da Austrália” estava organizada. O mapa construído para o tomak.org e dfat.gov.au fazem parte da minha “experiência de usuária” como pesquisadora.

Ao utilizar o termo “usuária”, chamo atenção para a forma como os desenvolvedores de sítio eletrônicos e páginas se referem àquelas pessoas que utilizarão o espaço. Os sítio eletrônicos são produzidos por *designers* especializados em UX (User eXperience) [P: “experiência do usuário”].<sup>43</sup> Observo isso apenas para indicar a participação do processo de “imaginação” ou “projeção” de um determinado usuário para a utilização desse objeto, o sítio eletrônico, que aqui está sendo pontuado como Arquivo.

A dimensão “imaginária” também é encontrada no argumento de Michelle Murphy (2017), ao acionar o conceito de fantasmagramas para se referir às “práticas quantitativas que são enriquecidas com afeto, propagam imaginários, atraem sentimentos e, portanto, têm efeitos sobrenaturais em excesso de seus preceitos racionais.” (p. 24, tradução minha). De toda forma,

---

<sup>43</sup> No campo do *design*, os trabalhos de *User Experience Design* (UX) e *User Interface Design* (UI) são cargos que trabalham justamente com a dimensão do usuário e do “produto final”. O primeiro diz respeito ao trabalho de projetar e “desenhar” determinada relação do usuário com o produto ou serviço em questão. O UI, em outra ponta, trabalha com a *interface* a ser desenhada para a interação do usuário.

não há pretensão, aqui, de me aventurar nos estudos sobre antropologia e *design*, relação entre usuário e objeto, transferência de tecnologia, e outras abordagens que, sem dúvida alguma, trariam observações e questões relevantes para o fenômeno do desenvolvimento e transformações econômicas.

Por mais que eu tenha tido contato com Bruno Latour (1994), Madelaine Akrich (1997), Leticia Cesarino (2014), dentre outras, o meu foco está nas discussões da antropologia da economia/econômica. Ao ser vinculado do DFAT ao AusTender, o *Investment Design* (2015), faz mais do que oferecer o programa para o mercado internacional de serviços de gestão, ele ativa e circula em diferentes mercados. É interessante observar que o TOMAK, construído no *Investment Design*, vira objeto de especulação por organizações de diversas naturezas entre o seu lançamento e a abertura do *Approach to Market* (ATM), entre novembro e dezembro de 2015, no AusTender.

A in-formação do *Investment Concept* (2014a) e do *Investment Design* (2015), lançados respectivamente em dezembro de 2014 e julho de 2015, passa por constante manejo e manipulação pelas organizações internacionais com e sem fins lucrativos. Essas organizações passam a operar no final da produção do programa e são responsáveis pelo *delivery* e por certa produção documental a respeito do mesmo, reportando-se ao governo australiano, o qual paga em moeda australiana.

\*\*\*

Este capítulo está dividido da seguinte forma: início com a seção “Como acessei cada sítio eletrônico?”, a qual divido em três partes; depois, conto um pouco da história da *Web*, que possibilita acessar os sítio eletrônicos e finalizo com uma discussão entre *Web*, “desenvolvimento” e novas formas econômicas. A próxima seção retoma o mapa do sítio eletrônico do TOMAK, em primeiro lugar, e do DFAT, em segundo, além de demonstrar como eu cheguei na plataforma AusTender.

Neste capítulo, demonstro como os sítio eletrônicos são recheados de arquivos e documentos, os quais, como objetos de fronteira, atuam para que, mesmo diante de divergências e diferentes modos de pensar agricultura e nutrição, exista concordância entre as partes envolvidas. A relação que se constrói entre o DFAT, criador e produtor do programa, Adam Smith International, *operational contractor*, e Mercy Corps, *supply chain partner*, é permeada por modos classificatórios que vinculam as instituições ao DFAT em uma relação de mercado, enquanto garante o *delivery*.

No que diz respeito aos programas e instituições que trabalham “em prol do desenvolvimento”, o que entendo como algo importante a ser questionado mais à frente é: que tipo de informação está sendo passada por esse meio digital e para quem? o que o espaço digital comunica? como ele comunica? quem é o público-alvo? quem, de fato, tem acesso a tais informações? e, por fim, qual a importância deste sistema informacional e de comunicação para os objetivos do “desenvolvimento”?

Neste capítulo, exponho como o programa é classificado, apresentado e tornado público para o mercado internacional de organizações não governamentais e empresas de gestão através dos sítio eletrônicos. Técnicas de comunicação e in-formação das mais diversas, desde a escrita, contabilidade, listagem, confecção de planilhas de custo, produção de propostas, computação, dentre outras, são entendidas como relacionadas ao campo técnico, mas sua operação e agência estão entrelaçadas com a própria agência humana. Apresento mais adiante algumas contribuições teóricas para adensar essa afirmação e aprofundar nesse domínio sugerido por Escobar (2016 [1994]).

## 2.1 COMO ACESSEI CADA SÍTIO ELETRÔNICO?

Na área de *design* de sítio eletrônicos, a interface diz respeito à dimensão visível, atrativa e que, como uma fronteira, conecta dois lados. Ela vai nortear a “experiência da usuária” e é a parte onde conteúdo e *layout* se encontram para fazer nascer o sítio eletrônico. Digamos que seja a parte mais “palpável” desse espaço. Existe todo um campo de estudos em que interação *marketing*, *design*, psicologia e antropologia para abordar essas interfaces. Este, entretanto, não é o caso desta dissertação.

Observo as práticas e ações de produção e *delivery* da cooperação internacional para o desenvolvimento do Estado australiano, colocando em meu horizonte certos alertas epistemológicos apresentados por Shepherd (2013): as relações em torno do desenvolvimento, seja lá o que isso significar, são construídas a partir de muita negociação, disputa de autoridade entre aqueles que implementam e os que recebem, e não reflete apenas uma situação de hierarquia vertical. O conceito de “objetos de fronteiras” foi acionado por Shepherd na análise de quatro programas de desenvolvimento, apontando como certos objetos funcionavam nas relações que esses programas estabelecem entre pessoas de contextos e visões distintas. (Star; Griesemer, 1989; Shepherd, 2013).

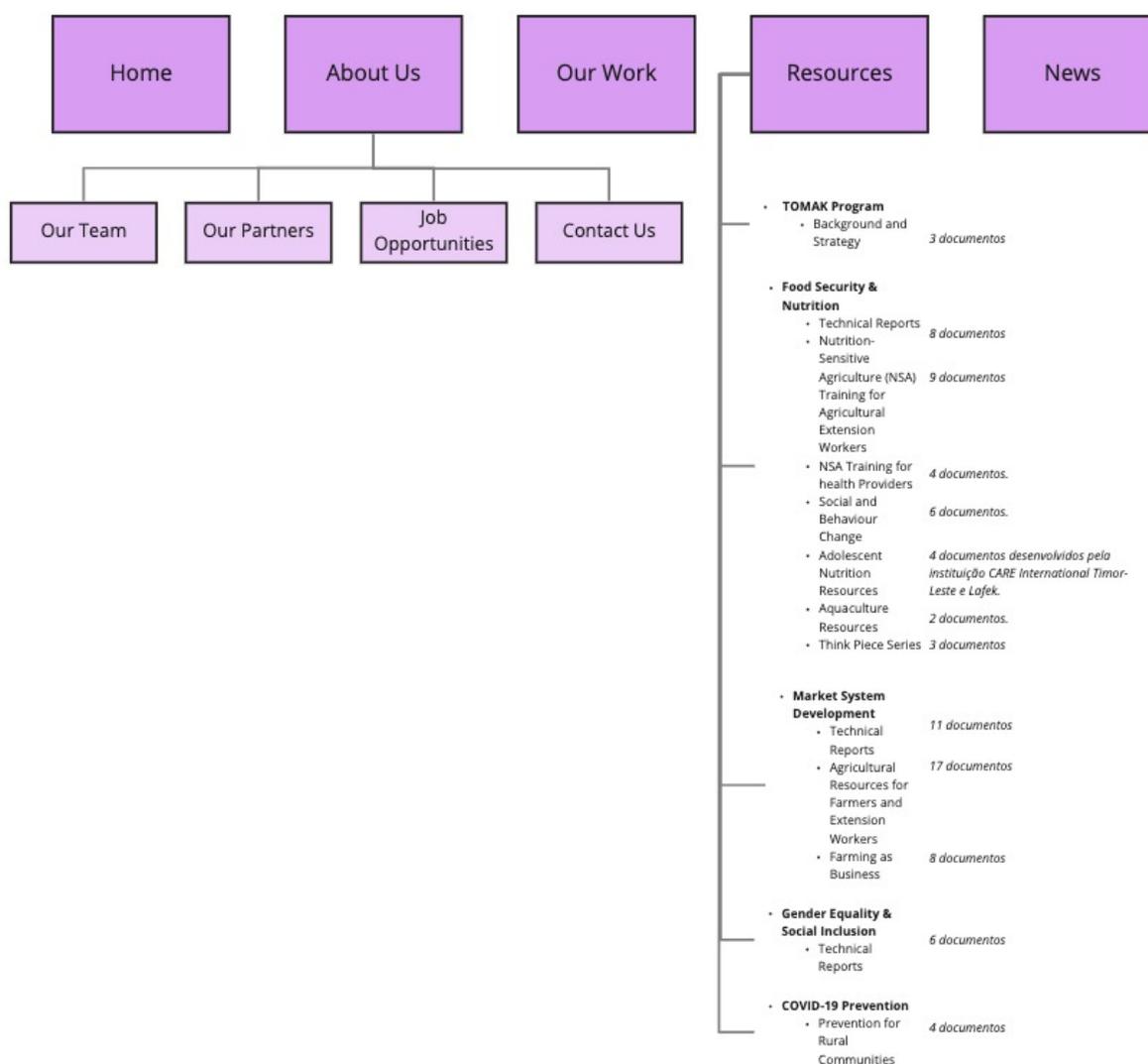
Argumento que os sítio eletrônicos são espaços de circulação do TOMAK para preparar o *delivery*, e possibilitam que haja esse fluxo por ser preenchido por diferentes objetos de fronteiras. Abaixo, demonstro que há dimensões de objeto de fronteira no DFAT e no

AusTender na medida em que possibilitam que um programa de desenvolvimento também seja transacionado como mercadoria.

### 2.1.1 Tomak.org

O sítio eletrônico do TOMAK tem uma infraestrutura classificatória e hierárquica menos fragmentada quando comparada ao do DFAT a ser exposto a seguir. Desde 2017, quando comecei a acompanhar o programa e acessar o sítio, até início de 2023, nenhuma mudança na estrutura e no layout tinha sido realizada. Junto com a segunda fase do TOMAK, iniciada em 2022, veio uma atualização no sítio eletrônico. O que mudou foi a aparência e disposição de algumas informações, mas o mapa do site, ou seja, suas seções e subseções, continuava o mesmo. A Figura 7 abaixo, produzida em 2021, continua válida.

**Figura 7 – Mapa do Site do Programa *To'os Ba Moris Di'ak***



Fonte: Autoria própria. Produzida na plataforma online de quadro branco colaborativo, Miro, 2021.

O primeiro nível, mais escuro, contém os menus principais que aparecem logo no topo da página. No segundo, com os quadrados mais claros, há os menus secundários dentro da página *About Us*. Durante a produção do mapa, todos os tópicos estavam na página [tomak.org/resources](http://tomak.org/resources). Depois da alteração, ao entrar em “*resources*”, acessamos os documentos do “Background & Strategy”. Ainda, há um menu com outros quatro tópicos e somos direcionados para os seguintes URLs:

- [tomak.org/food-security-nutrition](http://tomak.org/food-security-nutrition);
- [tomak.org/market-systems-development](http://tomak.org/market-systems-development);
- [tomak.org/gender-equality-social-inclusion](http://tomak.org/gender-equality-social-inclusion);
- [tomak.org/covid-19-prevention](http://tomak.org/covid-19-prevention).

Desde o início da construção do programa, em 2014, até a finalização da etapa de pesquisa, já foram produzidos 85 documentos, dos quais 58 possuem versão em tétum.<sup>44</sup> Atualmente, apesar de algumas mudanças na nomenclatura, o *sítio eletrônico* manteve a forma e o modo de encadear. A mudança no *layout*, no início da segunda etapa de execução do TOMAK, estendido até 2026, ao mesmo tempo em que há a manutenção da estrutura e da informação do *sítio eletrônico*, pode ser um indicador da importância da forma na operação de programas de desenvolvimento nos quais a cooperação internacional se envolve.

O curso de extensão oferecido pela Associação Brasileira de Antropologia, “Metodologias, Políticas, Técnicas e Contenciosos do digital: uma introdução”, em 2021, ministrado por Carolina Parreiras, trouxe diversos questionamentos, e visões, o reforço constante de exercitarmos o fazer antropológico ainda que esse espaço digital se apresente como automatizado, desumanizado ou neutro.

Parreiras (2021) demonstrou em cada aula como existem pessoas por trás da produção e das decisões de como organizar esse espaço digital. Existe um interesse e objetivo muito bem delimitado e colocado em movimento quando se organiza um *sítio eletrônico*, quando se cria um algoritmo ou se disponibiliza algo nas redes da *Web* (Riles, 2010).

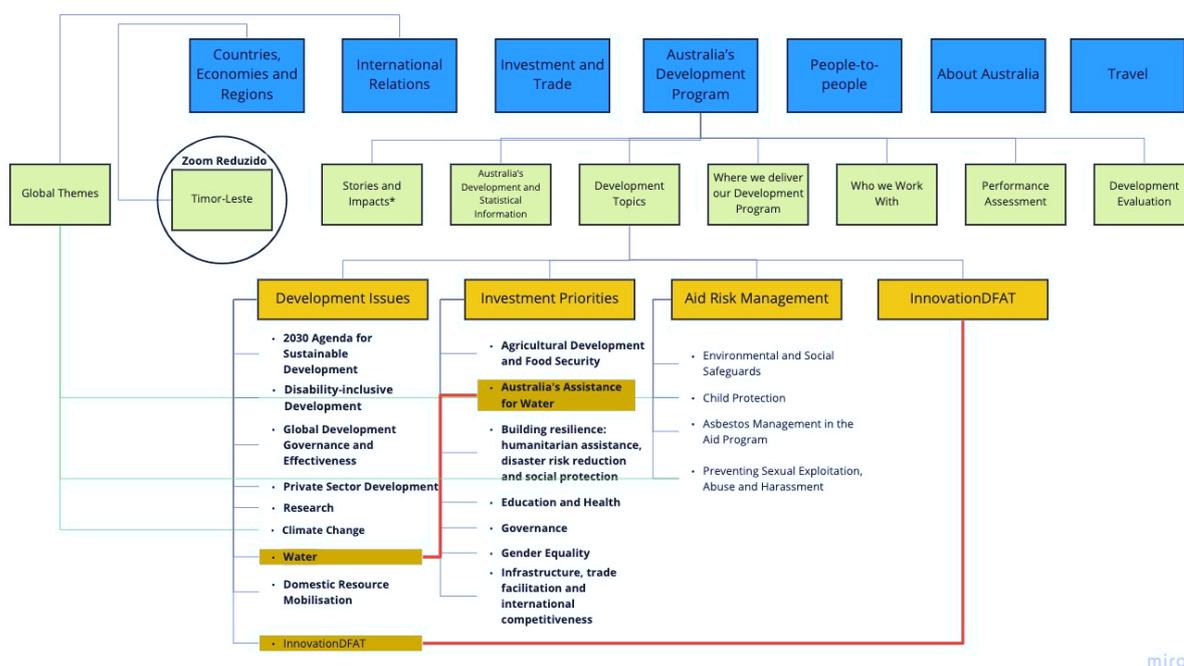
---

<sup>44</sup> Em 2023, contabilizei 89 documentos ao todo e pude perceber que vários dos que eu acessei anteriormente, do primeiro ano, por exemplo, não estavam mais disponíveis.

### 2.1.2 Dfat.gov.au

As figuras 8 e 9 indicam o mapeamento do site do DFAT de acordo com o que entendi ser interessante durante a minha pesquisa. Decidi mapear apenas os menus *Australia's Development Program* e *Countries, Economies and Regions* para acessar o que o sítio eletrônico classifica sobre, e in-forma dentro de, Timor-Leste.

**Figura 8 – Primeira Parte do Mapa do Site DFAT<sup>45</sup>**



Fonte: Autoria própria. Produzido em 2021.

\* Esta seção, *Stories and Impacts*, foi adicionada no dia 22 de outubro de 2021, depois da primeira versão do diagrama, e contém 5 notícias referentes a ações no Vietnã, Papua-Nova Guiné, Timor-Leste, Indonésia e Camboja. Fonte: Autoria própria. Produzida na plataforma online de quadro branco colaborativo, Miro, 2021.

O primeiro nível, em azul, indica os menus iniciais, os que estão visíveis logo no topo da página quando se acessa o site; o segundo, em verde claro, nos indica os menus secundários e inclui apenas o relacionado ao desenvolvimento. A partir do segundo nível, encontrei dificuldade de organizar o que a interface me mostrava, porque, ao desenhar o que derivava de cada quadro verde, um labirinto difícil de sair aparecia. Por isso, mais uma vez selecionei apenas o conteúdo do tópico que mais nos interessa. Linhas desenhadas na figura acima, de certa forma visíveis, facilmente pareceriam um nó com pontas difíceis de serem desamarradas se eu tentasse indicar na mesma figura todos os níveis em verde claro.

<sup>45</sup> Mantive o idioma em inglês para respeitar as categorias nativas utilizadas.

Quando experienciei o sítio eletrônico apenas como usuária, como foi inicialmente, vi o quanto foi fácil ver a narrativa que estava sendo construída através de cada clique como uma “verdade” sobre a questão do desenvolvimento e das ações da Austrália nos países da região. Esse espaço digital com o comando voltar e seguir tão comuns e operantes, aparece como uma facilidade em comparação à forma do labirinto.

No entanto, essa facilidade também tem outros efeitos. Segundo o meu uso, facilita a perda de visão do labirinto no qual nos encontramos. Neste caso, percebi que a interface do sítio eletrônico, que tem uma infraestrutura diferente, corrobora para uma visão limitada da complexa teia que relaciona o fenômeno global do desenvolvimento, principalmente nas relações e cooperação internacional.

O terceiro nível, em laranja, nos indica os itens dentro do menu, *Development Topics*, e esses itens se desmembram nos subtópicos indicados abaixo de cada caixa laranja. É importante ressaltar que os subtópicos desse nível, *Climate Change*, *Child Protection* e *Preventing Sexual Exploitation, Abuse and Harassment*, apesar de estarem colocados nesse lugar, quando clicamos, o site nos leva para o menu *International Relations*, e para o sub nível, *Global Themes*. Isso nos demonstra um tratamento diferenciado para esses três itens.

A linha em vermelho serve para indicar que o conteúdo do link está localizado em dois lugares. Por exemplo, quando se clica em *Water*, em *Development Issues*, o sítio eletrônico nos direciona para a página *Australia’s Assistance for Water*. E os termos em negrito dizem respeito aos menus nos quais eu mais me centrei e analisei, ou seja, *Development Issues* e *Investment Priorities*.

É importante informar às leitoras que, apesar de ter focado no mapeamento da interface apresentada, e não nos URLs (*Uniform Resource Locator*), algo que chamou minha atenção foi que o endereço URL do menu *Australia’s Development Program*, que começa como *dfat.gov.au/development*, é diferente do menu *Investment Priorities* e *Who We Work With*. Ou seja, em vez de ser *dfat.gov.au/development/development-topics/investment-priorities*, eles possuem o seguinte URL: *dfat.gov.au/aid/investment-priorities* e *dfat.gov.au/aid/who-we-work-with*.<sup>46</sup> Os conceitos de “aid” e “development” por vezes aparecem até como “sinônimos” para o cenário político da Austrália que, desde 2013, anexou a AusAID ao DFAT e abriu a

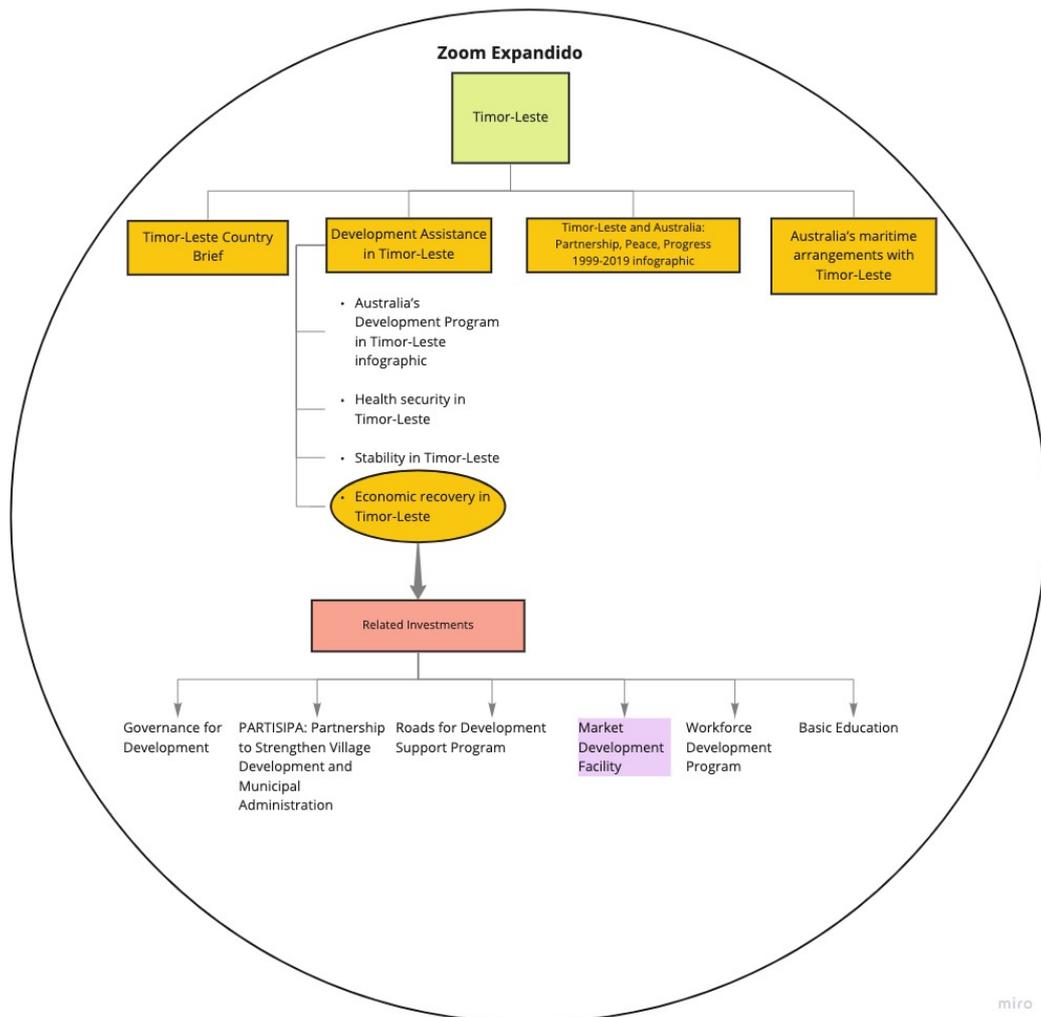
---

<sup>46</sup> No final de 2023, o “aid” desses URLs já tinha sido alterado e o novo endereço adicionou o termo development no lugar, isto é, *dfat.gov.au/development/*.

discussão sobre os propósitos e efeitos de ajuda internacional para o desenvolvimento (Hill, 2023).<sup>47</sup>

A Figura 9 é continuação da figura anterior por ser o “zoom expandido” do menu *Countries, Economies and Regions*. Nesta, fui até Timor-Leste e persequei os caminhos que eu percebia terem mais relação com o conceito do TOMAK, até que desemboquei no *Market Development Facility*, passando pelo tópico *Economic Recovery in Timor-Leste*.

**Figura 9 – Segundo Parte do Mapa do Site DFAT**



Fonte: Autoria própria. Produzida na plataforma online de quadro branco colaborativo, Miro, 2021.

Tentei, através da imagem acima, e do que foi apresentado na figura anterior, chegar até o TOMAK. Embora não tenha chegado em nenhuma página ou documento citando o programa,

<sup>47</sup> Depois de 10 anos de anexação da Australian Aid ao DFAT, governo, pesquisadores e especialistas têm discutido, no cenário australiano, sobre a total exclusão do termo “Aid” e “Development” do nome do DFAT. Para o atual Ministro do Desenvolvimento Internacional e do Pacífico, Pat Conroy, “Aid” deveria estar no centro do título do departamento. Para saber mais, ver: <https://devpolicy.org/a-shot-at-the-title-why-dfat-should-change-its-name-20230208/> Acesso em: 15 abr. 2023.

a opção por tentar “encontrá-lo” através do DFAT foi um desafio que inicialmente parecia um atraso. No entanto, o fato de o TOMAK não aparecer diretamente nesses menus, mas aparecer em outros, é também uma informação a ser observada.

O ponto *Market Development Facility* (MDF) está sombreado em roxo por ser o programa de investimento que também aparece constantemente nos documentos do TOMAK. Ou seja, poderia dizer que este foi o mais próximo que cheguei do TOMAK, no DFAT. Segundo o DFAT,

o *Market Development Facility* (MDF) da Austrália é um programa de desenvolvimento do setor privado de vários países que opera em Fiji, Timor-Leste, Paquistão, Sri Lanka e Papua Nova Guiné. O MDF ideias inovadoras para aumentar o desempenho dos negócios, estimular o crescimento econômico e, em última instância, fornecer benefícios para os pobres - enquanto trabalhadores, produtores e consumidores. O objetivo do MDF é criar empregos e renda sustentáveis adicionais para mulheres e homens pobres nas áreas rurais e urbanas. (tradução própria).<sup>48</sup>

A construção dos desenhos acima foi um tanto difícil. Não exatamente pela confecção em si, que não deixa de ser um processo diferente de um texto, mas principalmente pela dificuldade em entender como poderia organizá-lo a fim de extrair algo interessante para entender mais sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento. Ademais, tinha como principal intuito buscar os componentes do TOMAK – mercado agrícola e nutrição – no DFAT.

### 2.1.3 Tenders.gov.au

Em determinado momento, durante o percurso digital, procurei no Google os seguintes termos: *dfat australia tomak*, o que tinha como intuito tentar buscar algo além do que a interface do DFAT me apresentava. Logo nos primeiros *links*, encontrei a página: “*Proposed program in Timor-Leste—TOMAK: Farming for Prosperity—Investment Concept*” [P: Programa proposto em Timor-Leste–TOMAK: Agricultura para Prosperidade]. Ao acessá-la, além do PDF e Word do documento *Investment Concept*, a seção tinha outros elementos interessantes.

O *menu* do sítio eletrônico do DFAT na qual encontrei o documento tem o título *Business opportunities* [P: Oportunidades de Negócios]. O endereço digital, indo contra a minha expectativa de encontrar o *Investment Concept* em alguma das seções Programa de Desenvolvimento Australiano ou Relações Internacionais, estava vinculado ao *menu* “Sobre Nós” – *dfat.gov.au/about-us/business-opportunities*, com o seguinte texto:<sup>49</sup>

<sup>48</sup> Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/geo/timor-leste/development-assistance/economic-recovery-in-timor-leste#market-development-facility> Acesso em: 20 de ago. de 2021.

<sup>49</sup> Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/about-us/business-opportunities/Pages/proposed-program-in-timor-leste-tomak-farming-for-prosperity-investment-concept> Acesso em: 25 de outubro de 2021.

Um Conceito de Investimento para um novo programa proposto em Timor-Leste – TOMAK: *Farming for Prosperity* – é fornecido [I: *provided*] **para conhecimento do mercado** [I: *information of the market*] **e dos proponentes/licitadores potenciais** [I: *prospective tenders*].

É provável que o DFAT exija um **Contratante Operacional** [I: *Operational Contractor*] para fornecer **serviços de gerenciamento** [I: *management services*] para o programa TOMAK. Se aprovada, a licitação proposta será listada no site da AusTender [link externo] quando for lançada no mercado.

[Link para o Conceito de Investimento em PDF e Word]

**Esta informação é fornecida apenas para fins de planejamento e não representa solicitação ou constitui um pedido de proposta** [I: *request for proposal (RFP)*], **nem é um compromisso de compra ou licitação para os serviços descritos. Esta potencial oportunidade de aquisição está sujeita a atrasos, revisões ou cancelamentos** (DFAT, 2014b, quatro primeiros grifos nossos; último grifo do autor).

Este foi o primeiro alerta sobre a característica marcante do *Investment Concept* enquanto uma mercadoria em potencial. A linguagem reforça a intersecção dos programas em prol do desenvolvimento com o ambiente dos negócios e empresas. *Information of the market, prospective tenders; operational contractor; management services; request for proposal*, para citar alguns, são os termos que têm participado de forma recorrente na produção, divulgação e circulação de programas de desenvolvimento na Austrália, mas não só.

É pela característica liminar do *Investment Concept* que opto por me centrar nele no capítulo seguinte. Diferente de outros documentos que poderiam ter sido escolhidos, este é produzido ainda num contexto de incerteza de investimento por parte do DFAT. Após a aprovação, como ocorreu, abre-se a nova etapa de produção de documentos, a qual será finalizada com a publicação do *Investment Design Document* pelo DFAT.

De toda forma, voltando ao propósito desta seção, esse primeiro URL, além de apresentar o documento, indicava que a plataforma AusTender também participaria da construção e produção do TOMAK. Então, outra página do DFAT, também vinculada ao URL *dfat.gov.au/about-us/business-opportunities*, foi acessada por mim através do Google e me possibilitou entender o interim entre lançamento do *Investment Design* e a definição da Adam Smith International e da ONG internacional Mercy Corps como *operational contractor* e *supply chain partner*, respectivamente.

A página, <https://www.dfat.gov.au/about-us/business-opportunities/Pages/investment-design-and-supplier-engagement-tomak-farming-for-prosperity-timor-leste>, tinha o seguinte título: “Updated: TOMAK – Farming for Prosperity (Timor-Leste) Request for Tender (RFT) Released” [P: Atualizado: TOMAK – Agricultura

para a Prosperidade (Timor-Leste) Lançado o Pedido de Licitação (RFT, sigla em inglês)] (DFAT, 2015b). Seu conteúdo e in-formação estão divididos em quatro tópicos:

1. *Investment Design for TOMAK*;
2. *TOMAK Supplier Engagement & Stakeholder Workshop and Networking Events*;
3. *TOMAK Supply Chain Partner EOI Register*;
4. *Question or comments*<sup>50</sup>.

As categorias presentes nos títulos dos tópicos, *Supply Chain Partners* e *Supplier Engagement*, são utilizadas para definir as instituições que serão responsáveis pela gestão e *delivery* do programa. A página já inicia com a informação de que o *Request for Tender* para o TOMAK, que aqui está sendo traduzido semanticamente como Pedido de Licitação, tinha sido lançado na AusTender em 6 de novembro de 2015. Neste caso, essa informação está no modo “*hiperlink*”, ou seja, pode-se clicar em cima e um novo URL vai abrir. Neste caso, o URL nos direciona para a página [tenders.gov.au](http://tenders.gov.au), como demonstro abaixo.

Diferente do EOI, o RFT não indica um *template* para que os potenciais *contractors* submetam no AusTender.

**Figura 10 – Apresentação do Sítio eletrônico  
TENDERS.GOV.AU/ATM/SHOWCLOSED**

---

<sup>50</sup> Tradução livre por mim: “1. *Investment Design* para o TOMAK; 2. TOMAK Engajamento de Fornecedores & *Workshop* de Partes Interessadas e Eventos de *Networking*; 3. TOMAK Registro EOI (*Expression Of Interest* [P: Expressão de Interesse]) do Parceiro da cadeia de suprimentos; 4. Questões e Comentários”.

Home » Closed ATM View - DFAT/AOP/025

## Closed ATM View - DFAT/AOP/025

**TOMAK - Farming for Prosperity (Timor-Leste)**

**Contact Details**  
 Contracts Officer  
 Phone: 617801111  
 Email Address: [tomak@dfat.gov.au](mailto:tomak@dfat.gov.au)

**ATM ID:** DFAT/AOP/025  
**Agency:** Department of Foreign Affairs and Trade - Australian Aid Program  
**Category:** 80161500 - Management support services  
**Close Date & Time:** 21-Dec-2015 2:00 pm (ACT Local Time)  
[Show close time for other time zones](#)  
**Publish Date:** 6-Nov-2015  
**Location:** Overseas  
**ATM Type:** Request for Tender

**APP Reference:** DFAT/AOP/025  
**Multi Agency Access:** No  
**Panel Arrangement:** No

**Description:** This is a new Australian Aid investment in the agriculture and food security sector with an estimated budget of AUD25million over five years from 2016 to 2021.

Fonte: <https://www.tenders.gov.au/atm/ShowClosed/8f41246d-fb6b-6df0-1bee-028dac104b47?PreviewMode=False> Acesso em 25 out. 2021.

Sobre a figura acima, chamo atenção para o título da página, “Closed ATM View – DFAT/AOP/025”, que indica que o *Approach To Market* do TOMAK já tinha sido finalizado. Além disso, a centralidade do ID, sigla em inglês para “identidade” também é um elemento relevante. A figura indica que o tipo de ATM era o *Request for Tender* e que a categoria de tal ATM era “80161500 – *Management support services*” [P: Serviços de suporte de gestão]. O ATM ficou aberto até 21 de dezembro de 2015, pouco mais de um mês.

Considero a mudança de “categoria” – ao sair do DFAT para o AusTender – além claro, do próprio vínculo do *Investment Concept e Design* com a seção “Oportunidades de Negócios”, como pontos chaves para a minha argumentação. Assim como Tsing (2015; 2005), pretendo tangenciar a questão de como o “global” se forma e é construído através de mediações e fricções. Continuarei, durante toda a dissertação, discorrendo sobre as diferentes “identidades” biográficas do TOMAK (Kopytoff, 2008). É nesse sentido, inclusive, que o *Seeds of Life*, como antecessor do TOMAK, também tem importância neste trabalho.

\*\*\*

Voltando aos tópicos da página do DFAT que nos leva para o AusTender, o primeiro contém um resumo do investimento proposto no *Investment Design* e o link para as versões em PDF e Word. Em seguida, *TOMAK Supplier Engagement & Stakeholder Workshop and*

*Networking Events*, indica que antes da transformação do TOMAK em um ATM ID, o DFAT organizou um evento de “*networking*” em Díli e Camberra, em agosto e setembro respectivamente. Esta parte oferece outros documentos e arquivos adjacentes ao TOMAK para que os *suppliers* construam a sua proposta. Segundo o sítio eletrônico, os eventos foram oportunidades para as organizações internacionais, e sediadas em Timor-Leste,

de se envolverem com o DFAT no *design* e planejamento da aquisição, e apresentarem sugestões sobre questões relacionadas para informar a redação do DFAT para a documentação planejada do *Request for Tender* (RFT), incluindo a minuta da Tabela de Requisitos e a minuta da Tabela de Preços para o contrato futuro. Sugestões sobre metodologia de avaliação e critérios de seleção também foram anotadas. Os workshops também proporcionaram oportunidades de *networking* no país para empreiteiros [I: *contractors*] e fornecedores [I: *suppliers*] em potencial, e partes interessadas [I: *stakeholders*] no mercado, se envolverem.<sup>51</sup>

No final da seção, os materiais do *workshop* e um recado chamam a minha atenção. Os artefatos da modernidade entram em ação, mais uma vez (Riles, 2006). O cronograma dos dois *workshops*, o arquivo da apresentação do evento e o referente ao resumo do TOMAK estão disponíveis. Antes de passar para a próxima parte, a frase com o seguinte conteúdo me deixou ainda mais alerta para a necessidade de considerar os legados do *Seeds of Life*: “o DFAT encoraja as partes interessadas a acessar relatórios e publicações relevantes sobre o sector agrícola em Timor-Leste no sítio eletrônico *Seeds of Life* [link externo] e no sítio eletrônico Market Development Facility [link externo]” (DFAT, 2015b, s. p.).

Em seguida, o terceiro tópico apresenta os documentos relativos ao registro de “Expression of Interest” (EOI). O EOI é um documento específico, com *template* em Word disponível nesse tópico, e que diz respeito aos *Supply chain partners*<sup>52</sup>, os quais, junto com os *contractors*, farão o *delivery* do TOMAK.

Antes de prosseguir, é importante reforçar que esses documentos – e coloco evidência nos nomes e nos modos de se referir a eles, que estão no interior desses artefatos modernos (RILES, 2006) – são produtos de um modelo [I: *template*] ou forma [I: *form*] que estão indicados nos títulos dos arquivos em PDF ou Word. Esses nomes comunicam para diversos grupos sociais, de diferentes lugares, a forma da in-formação que possibilitará o estabelecimento da relação entre as partes.

Para o *Concept e Design Document*, existem modelos disponibilizados pelo governo australiano no sítio eletrônico do DFAT que definem a estrutura, forma e a própria gramática

<sup>51</sup> Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/about-us/business-opportunities/Pages/investment-design-and-supplier-engagement-tomak-farming-for-prosperity-timor-leste> Acesso em: 25 out. 2021.

<sup>52</sup> No Anexo A, B, C, as leitoras podem observar alguns exemplos de *templates* tanto do EOI, como do *Investment Design e Investment Concept*.

de construção das propostas a serem submetidas pelos *Supply chain, manager* e outros. *Investment Concept e Design*, então, conformam como instigadores de um processo de competição para que a informação por trás dos documentos seja transferida para essas organizações, além do dinheiro para execução do *Design*. Estas, em contrapartida, oferecem serviços de gestão, implementação e produção de documentos.<sup>53</sup>

Tornando a focar no sítio eletrônico, em seguida, um PDF e um Word indicam a lista das organizações que submeteram o EOI. Nesta lista, além do nome e tipo de organização, havia também a indicação sobre o país de origem dos mesmos. Por limite de espaço e tempo, não abordarei o que cada organização apresentou.

Diante do fato que o intuito é dissertar sobre o modo de produção e implementação do TOMAK, o EOI da Mercy Corps, *Supply chain partner* selecionada, é o que nos interessa. Na verdade, é preciso pontuar que, mais do que o EOI da Mercy Corps, nos interessamos pelo EOI em si. Segundo o DFAT (2015b), o registro do EOI “é um recurso para fornecedores [I: *contractors*] em potencial” se planejarem para o que está por vir, o *request for tender* (RFT) do TOMAK.

O registo EOI fornece informações sobre *Supply chain partners*, particularmente em Timor-Leste, e oportunidades para estabelecer parcerias colaborativas, *joint ventures*, consórcios, alianças ou acordos de subcontratação entre organizações interessadas. Pode também ser utilizado pelo proponente [I: *tenderer*] para estabelecer acordos de subcontratação no *delivery* após ter ganhado o contrato (DFAT, 2015b, s.p).<sup>54</sup>

Chamo atenção para o fato de que, ao transformar o TOMAK em uma mercadoria através dos sítio eletrônicos, o DFAT também está alterando as relações entre entidades “globais” e “locais”. Os arranjos de “subcontratação”, “parcerias colaborativas”, “consórcios”, dentre outras modalidades, são também novas formas de construir relações. Retomo a definição de Sautchuk (2017) para técnica, pois podemos observar que esses outros arranjos entre *Supply chain partners e operational contractors*, além, claro, desses termos acionados, são técnicas no sentido de operarem também na mudança do padrão de relação econômica das instituições.

Em seguida, todos os EOI, até 10 de novembro de 2015, estavam adicionados, inclusive o da Mercy Corps. Esta se define como “uma organização internacional de desenvolvimento que trabalha em mais de 40 países para promover o desenvolvimento liderado pela comunidade e impulsionado pelo mercado [I: *community-led and market-driven development*]” (DFAT, 2015c, p. 1). No seu EOI de duas páginas, a parte inicial das informações detalhadas da Mercy

<sup>53</sup> Esta percepção não exclui que diante de uma pesquisa de campo em conjunto com funcionários e pesquisadores surgiram outras percepções sobre relações econômicas neste contexto.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/about-us/business-opportunities/Pages/investment-design-and-supplier-engagement-tomak-farming-for-prosperity-timor-leste> Acesso em: 25 out. 2021.

Corps mesclam endereços dos EUA e de Timor-Leste, e as definições que ela tem, a depender do local – organização sem fins lucrativos, no primeiro, e ONG internacional, no segundo.

O breve resumo das experiências relevantes da Mercy Corps começa afirmando que a ONG, desde 2007, foca no, ainda incipiente, “sistema de mercado”, e na facilitação de relações “sustentáveis entre produtores, varejistas e consumidores, ao mesmo tempo em que fornece os insumos necessários e *know-how* técnico que permitirá que tais relações floresçam” (DFAT, 2015c, p. 1). Depois, a organização indica os programas com os quais já trabalhou e, ao passar o olho rapidamente, é possível ver várias siglas em inglês que indicam, ou os programas, ou as instituições promotoras.

Por fim, indico uma das frases que a Mercy Corps adicionou no EOI, a qual chamou a minha atenção (DFAT, 2015c, p. 2): “ao longo de seu **portfólio** de projetos de desenvolvimento agrícola, a Mercy Corps está obtendo maior compreensão da nutrição e da dinâmica de gênero por meio de análises aprofundadas de gênero e barreiras e está adaptando abordagens com base no aprendizado e nas evidências até o momento”. Percebe-se que no processo de produção e *delivery* de um programa, aquelas organizações que possuem um “portfólio” mais atrativo e com mais “conhecimento aprofundado” são as selecionadas para operarem o programa.

## 2.2 A HISTÓRIA DA *WEB*

Discurso sobre o fenômeno de distribuição e conexão de informações pela internet, iniciado a partir da criação do *World Wide Web* – o comum “www” – em 1989, a fim de demonstrar como esta rede participa do processo de engajar as populações com a economia de mercado (Polanyi, 2000[1944]). Arriscaria dizer, aqui, que a criação da internet e da *Web* constituem afinidades eletivas com a expansão da produção e reprodução para o mercado (Weber, 2004).

Entendo ser importante apresentar a história de surgimento desses meios de comunicação e compartilhamento de dados, colocada nos livros didáticos como a “essência” da Quarta Revolução Industrial. Coloco em diálogo perspectivas antropológicas que podem me auxiliar a entender como esses experimentos técnicos, tecnologias, iniciados em espaços científicos e utilizados para fins militares do último século XX, como é o caso da internet, chegaram ao cotidiano da operação de programas de desenvolvimento, como o caso da Austrália.<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> Aqui está fora de alcance, e do meu próprio conhecimento, abordar a operação, execução minuciosa da “técnica” da *web*. Como as máquinas e outros objetos são organizados e dispostos para que a *web* funcione não estará nesta

Aproximo os estudos da antropologia do desenvolvimento com os da antropologia da técnica para corroborar com aquilo que está no plano de fundo da dissertação, a saber, o meu interesse sobre as reproduções de relações econômicas. Por isso, coloco no meu horizonte a questão dos modos de operar programas de desenvolvimento, abordando-os por aquele que é o objeto mais próximo de nós, antropólogas, os documentos (Riles, 2006). O desenvolvimento, que engloba o comunicar de outras formas de produzir e se reproduzir no mundo, e de gerir a vida, torna essencial analisar, levando em consideração o contexto social, econômico, político (Ingold, 1997; Pfaffenberger, 1992).

Não estava nos meus planos iniciais trazer esta seção. Sentia que me distanciaria do meu objetivo principal. No entanto, no estalo da curiosidade e da surpresa pelo que encontrei, decidi trazer a história dessa nova técnica de compartilhamento de informação. Mariza Peirano (2014) foi uma das autoras que corroborou para essa postura, já que argumenta que estar pronta para as “surpresas sempre à espreita do pesquisador” (p. 382) é uma postura importante na antropologia. Ademais, a autora demonstra como o “despertar de realidades/agências desconhecidas do senso comum, especialmente no senso comum acadêmico” (p. 382) é um dos principais resultados da pesquisa de campo. Então, aqui vamos nós.

### 2.2.1 Internet e *Web*: sinônimos?

De onde veio essa tal de *Web*? Qual foi o contexto que tornou esse surgimento possível? O que diferencia internet e *Web*? O resumo da resposta, extraído do sítio eletrônico Manual de Instruções para a Literacia Digital, indica o seguinte: “em suma: a internet é uma rede global que liga redes de computadores; a *World Wide Web* é uma teia de páginas contendo texto, imagens, som, etc., com ligações diferenciadas entre si, disponíveis em computadores presentes na internet”.<sup>56</sup> Segundo outros pesquisadores, *World Wide Web* é “um dos muitos serviços oferecidos na Internet”, além de ser **“um sistema de informação mais recente que emprega a Internet como meio de transmissão”** (Morais; Lima, Franco; 2012, p. 58, gripos meus).

Asa Briggs e Peter Burke (2004), em “Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet”, tratam da trajetória dos meios de comunicação, dos objetos, técnicas e conhecimentos que, ao longo do século, foram surgindo e conformando o que hoje chamamos de mídia. O principal contexto histórico de análise é o ocidente moderno, a partir do século XV, com o

---

dissertação. O contexto histórico, os objetivos e os atores que participaram desse surgimento são o suficiente e o possível de ser feito.

<sup>56</sup> Trecho extraído do próprio Google que obteve tal informação do sítio eletrônico. Disponível em: <https://mild.rbe.mec.pt/qual-a-diferenca-entre-a-net-e-a-web/>. Acesso em 20 de set. 2021.

aparecimento da impressão, mas os autores também exploram a participação da mídia em outros lugares do globo.

O mais interessante da obra é a capacidade de discorrer sobre a história, evitando o determinismo tecnológico e reforçando a sua participação em processos históricos. Para Briggs e Burke (2004), “a mídia precisa ser vista como um sistema [...] em contínua mudança, no qual elementos diversos desempenham papéis de maior ou menor destaque. Temos aqui essencialmente uma história social e cultural que inclui política, economia e — também — tecnologia” (p. 15).<sup>57</sup>

Do início da imprensa gráfica ao rádio, à televisão e até à chegada da internet, Briggs e Burke (2004) demonstram como essa história é recheada de desafios, surpresas, complexidades e fenômenos. No que tange à internet, segundo os autores, muitos a viram como se fosse “o equivalente, nas comunicações, à ‘fronteira desbravada no Oeste’” (Briggs; Burke, 2004, p. 300).

A partir da década de 1960, pesquisas na área de ciência e tecnologia, financiadas por universidades, governos e empresas, começaram a ficar cada vez mais focadas na questão de como construir uma rede de comunicação entre os computadores e, logo, as pessoas. O contexto era o da Guerra Fria, o que significa que grande parte desses desenvolvimentos e pesquisas estavam sendo motivados por interesses militares – mas não só. Briggs e Bruke (2004) demonstram que a internet surgiu

[...] na física e nas políticas de defesa durante o período da Guerra Fria [...]. Ela foi inicialmente estabelecida em 1968-69, com o indispensável apoio financeiro do governo norte-americano por meio da Arpa, Administração dos Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, fundado em 1957 como parte da resposta do governo ao Sputnik. No início, tratava-se de uma rede limitada (Arpanet), compartilhando informação entre universidades “*hi-tec*” (outra palavra nova) e outros institutos de pesquisa — em 1975 havia dois mil usuários. Graças ao tipo de informação que estava sendo compartilhada, um elemento essencial de sua razão de ser era que a rede pudesse sobreviver à retirada ou destruição de qualquer computador ligado a ela, e, na realidade, até à destruição nuclear de toda a “infraestrutura” de comunicações (“infraestrutura” era outra palavra nova). Essa era a visão do Pentágono. A visão das universidades era que a Net oferecia “acesso livre” aos usuários professores e pesquisadores, e que eram eles comunicadores (p. 301).

O surgimento da internet, assim como de outras invenções, esteve conectado com os interesses políticos, econômicos, científicos etc., e teve desdobramentos inesperados. Os autores não só demonstram isso, como também destrincham partes dos debates e visões divergentes sobre os efeitos de tal sistema e modo de comunicação e de compartilhamento de

---

<sup>57</sup> Na obra, apesar de o foco ser na história, evita-se dar como “inevitável” que esse processo seja de progresso contínuo, ou que todas as mudanças foram para pior.

informação, e o futuro a partir dali. Ao mesmo tempo, não deixam de fora a questão de como esses objetos que permitem comunicação, desde a prensa gráfica, chegaram em diferentes contextos e culturas (Briggs; Burke, 2004).

Em termos metodológicos, Briggs e Burke (2004) propõem olhares e perguntas que auxiliam no direcionamento desta pesquisa, como a questão de que “afixar rótulos como ‘era da televisão’ ou ‘era digital’ aos fenômenos do passado e do presente pode ser revelador e útil [...]. Mas, na realidade, nos diz mais sobre as percepções que sobre os fatos” (p. 312). Por isso, entendo a importância de não naturalizar o momento que temos chamado de “hiperconectividade”, no qual vivemos.

A presença dos programas de desenvolvimento na *web* e de comunicação pela internet é observada de forma diferente, dependendo do olhar que se dá. Ao observar os conteúdos dos sítio eletrônicos com olhos de pesquisadora, sem descartar a existência também de uma “usuária”, é importante se perguntar como esse meio de comunicação está participando das políticas nomeadas “em prol do” ou “de desenvolvimento”.

### 2.2.2 Bem-vinda à *Web*

O passo seguinte, então, foi buscar um pouco mais da história de surgimento da *World Wide Web*. Encontrar o sítio eletrônico da *World Wide Web Foundation*<sup>58</sup> e duas páginas me ajudaram a compreender melhor essa técnica de compartilhamento de informação: “História da Web” e “Respostas para Jovens”. A última página contém perguntas recorrentes que crianças e jovens fazem para o cientista responsável pelo aparecimento da *Web*, Tim Berners-Lee, e a primeira traz uma breve explicação do surgimento dessa “rede”. Estas duas páginas são as principais fontes para o que será exposto abaixo.

A *Web* apareceu em 1989 dentro do espaço hoje chamado de Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear, mas que, na época, era conhecido como CERN (siga em francês para Conselho Europeu de Pesquisa Nuclear), tornando-se possível pelas mãos e percepção de Tim Berners-Lee, engenheiro de software da organização. Na página do sítio eletrônico “Respostas para Jovens”, um relato do próprio Berners-Lee, explicando a pergunta de uma das crianças sobre o que o instigou a começar a produzir a *web*, chamou a minha atenção:

Bem, achava frustrante que, naquela época, havia informações diferentes em computadores diferentes, mas você tinha que *logar* em computadores diferentes para obtê-las. Além disso, às vezes você tinha que aprender um programa diferente em

---

<sup>58</sup> Segundo o sítio eletrônico, a organização internacional foi criada em 2009 pelo criador da *web*, junto com Rosemary Leith, para defender o que se chama de igualdade digital. Defende-se uma *web* aberta, acessível e que seja um direito básico em todo o mundo. Outras informações: <https://webfoundation.org/about/> Acesso em 20 de jul. de 2021.

cada computador. Então descobrir como as coisas funcionavam era muito difícil. Frequentemente, era mais fácil perguntar às pessoas quando elas estavam tomando café.

Como os funcionários do CERN vieram de universidades de todo o mundo, eles trouxeram todos os tipos de computadores. Não apenas Unix, Mac e PC: havia todos os tipos de computadores grandes e médios rodando todos os tipos de software (Berners-Lee, *s. d.*).<sup>59</sup>

A possibilidade de criar um sistema específico que desse conta das diferentes informações e uniformizasse os protocolos necessários para a transmissão dessas informações foi um dos principais “saltos” de Berners-Lee. Da mesma forma, o cientista explica que a *web* só foi possível porque vários dos componentes que, combinados, possibilitam esse compartilhamento, já tinham sido apresentados ao mundo por outras pesquisadoras.<sup>60</sup>

Além de conectar todos os elementos, Berners-Lee aborda outro ponto que foi essencial para tornar a *Web* mais próxima do que conhecemos hoje:

[...] A coisa mais incrível que fez isso funcionar é que várias pessoas realmente criaram servidores *web* e que todos eles funcionam da mesma maneira na Internet. [...]. Portanto, a parte difícil foi persuadir as pessoas a participarem. E fazer com que concordassem em usar o mesmo tipo de HTTP, URLs e HTML. Ainda estou fazendo esse tipo de coisa. O World Wide Web Consortium (W3C) é como um clube de pessoas e empresas que sentem que a Web é importante, mantê-la funcionando é importante e torná-la ainda melhor e ainda mais poderosa é importante. Eu sou o diretor do W3C (eu comecei), mas milhares de pessoas agora estão trabalhando em todos os tipos de coisas maravilhosas.

Por fim, a última pergunta dessa página de questões feitas por jovens coloca um ponto de vista moral: seria a internet uma boa ou má ideia? A resposta do responsável pela WWW é interessante e recorda o que Burke e Briggs (2004) afirmaram sobre as diferentes visões e como a *internet* pode ser mais bem interpretada se olhada menos como “fatos” e mais como “fenômenos”:

Algumas pessoas apontam que a *Web* pode ser usada para todas as coisas erradas. [...] Outras pessoas dizem que suas vidas foram salvas porque descobriram sobre a doença que tinham na *Web* e descobriram como curá-la.

Acho que a principal coisa a lembrar é que qualquer coisa realmente poderosa pode ser usada para o bem ou para o mal. A dinamite pode ser usada para construir túneis ou para fazer mísseis. Os motores podem ser colocados em ambulâncias ou tanques. A energia nuclear pode ser usada para bombas ou para energia elétrica. Então, o que é feito da *Web* depende de nós. Você, eu e todos os outros. Aqui está minha esperança. A *Web* é uma ferramenta de comunicação. [...] A *Web* pode ajudar as pessoas a se entenderem.

<sup>59</sup> A página não contém a data na qual a informação foi adicionada e todos os trechos desta seção estão em inglês e a tradução para o português foi feita por mim. Disponível em: <https://www.w3.org/People/Berners-Lee/Kids.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

<sup>60</sup> Por exemplo, a rede de computadores, internet, o Protocolo de Internet (IP, sigla em inglês para Internet Protocol), o Protocolo de Controle de Transmissão (TCP, sigla em inglês para Transmission Control Protocol), o Sistema de Nome de Domínio (DNS sigla em inglês para Domain Name System) e o Hypertext Link.

Pense na maioria das coisas ruins que aconteceram entre as pessoas em sua vida. Talvez a maioria deles se reduza a uma pessoa que não entende a outra. Até guerras. Vamos usar a *Web* para criar coisas novas e interessantes.

Concordo com Berners-Lee: qualquer objeto ou artefato, de fato, pode ser usado para diferentes fins e propostas. A função do objeto, como já demonstrado por algumas antropólogas, não está nele internalizada automaticamente e nem pode ser presumida. É preciso considerar organização social, relações de poder, intenções não verbalizadas e contexto para entender a concordância ou rejeição de algum objeto, dinâmicas de autoridade e participação das pessoas (Pfaffenberger, 1992; Shepherd, 2013).

Entender como tal objeto, tal item não-humano, participa do cotidiano dos humanos e das suas relações com o mundo ao seu redor, deve levar em conta tais fatores. A disseminação de uma técnica, a realização do que muitos teóricos chamaram de “transferência de tecnologia”, ou a simples adesão “em massa”, em níveis globais, de alguma forma de comunicação, seja midiática, econômica, jurídica, dentre outras, não pode fechar nossos olhos para as diferentes formas de aderência que objetos, técnicas, políticas, possuem no cotidiano das pessoas.

Além do mais, não podemos esquecer que as respostas de Berners-Lee compõem apenas uma dentre as várias perspectivas e expectativas de caminhos da *web* e internet. No caso do cientista, “‘tecer’ a rede [...] não era inicialmente uma tarefa lucrativa ou de alta segurança, mas um meio de ampliar oportunidades. [Tim Berners-Lee] desejava conservar a Web sem proprietários, aberta e livre” (Briggs; Burke, 2004, p. 302).

Assim como ele, muitos acreditavam que “o desenvolvimento de hiperlinks, o destaque de palavras ou símbolos dentro de documentos ‘clitando sobre eles’, [...] era a chave de todo o progresso futuro” (Briggs; Burke, 2004, p. 302). Se é ou não, não é a questão a ser perseguida aqui, até porque diversas circunstâncias e fatores, como os interesses econômicos, as políticas estatais, a recepção das pessoas, os sentimentos, a esperança etc., participaram, e continuam participando. O fenômeno da produção e circulação de programas de desenvolvimento, assim como as mudanças na *web* e na internet, e da inclusão dessa técnica em contextos diversos, não são tratados aqui para serem julgados moralmente.

O principal ponto desta seção foi apresentar uma parte da história dessas ferramentas e técnicas, com o contexto, entusiasmo e expectativas, que vieram juntamente com uma gama de fenômenos e emoções. A questão das emoções e expectativas não é algo fácil de ser descrito. No entanto, entendo que ela deve ser levada em consideração quando possível, como no caso da defesa por uma internet livre e acessível para todas, proclamada por Tim Berners-Lee e sua

instituição; ou quando alguém espera que um celular possibilite melhorar o seu negócio e a vida da sua família.

Embora ninguém discorde que os objetos, métodos e técnicas do mundo digital ocupam papel central na sociedade de hoje, entendo que a experiência neste e com esse meio de comunicação, seja no Brasil, Austrália ou em Timor-Leste, ou seja, o “estar na *Web*” ou “acessar a internet”, varia.

### 2.3 A *WEB* E A INTERNET EM TIMOR-LESTE

Ainda que eu saiba que muitas pessoas não têm acesso a esses recursos, mesmo no Brasil, é muito fácil esquecermos, no cotidiano, que a nossa experiência *na* internet é sempre uma experiência particular e o que hoje tem sido chamado de desigualdade digital é mais presente do que imaginamos. Em Timor-Leste, durante a minha experiência de campo em 2017 no país, ficou ainda mais evidente como o acesso ao mundo digital, seja por redes móveis, *wi-fi*, computador ou celular, não era o mesmo que eu estava acostumada no Brasil.

Poucas horas depois da aterrissagem, Renata<sup>61</sup>, outra pesquisadora que já estava fazendo trabalho de campo em Timor-Leste há 1 ano, comentou comigo da importância de habilitar meu celular e adquirir um número: “vamos no Timor Plaza comprar um chip para você e vou te explicar tudo”. Comprei um chip e a tal da *pulsa*. Depois de conseguir habilitar, a Renata mencionou que eu tinha duas opções para acessar a internet por rede móvel: eu poderia contratar um plano mensal, que era muito caro, ou usar o método da *pulsa*, que é usado por grande parte da população local. Neste caso, adquire-se um pequeno papel retangular – que é o que é chamado de *pulsa*, contendo um código que deve ser primeiro raspado para ser descoberto e, depois, utilizado. No caso da companhia telefônica que eu aderi, a *pulsa* podia ser no valor de 1 dólar, dando direito à 24h de internet, ou 5 dólares, para 5 dias de internet. Eu alternava entre *pulsas* de 24h e 5 dias.

Depois de menos de dois meses morando em Timor, já tinha sido possível perceber que nem todo mundo tinha acesso a um celular e, muito menos, a uma rede móvel. Era evidente a discrepância na presença do aparelho móvel com internet entre a capital e as montanhas.

Em Díli, capital do país, eu costumava ver uma quantidade bem maior de jovens e adultos com celular. Por exemplo, nos dias de aulas na Universidade Nacional Timor Lorosa’e (UNTL), era fácil de identificar como a grande maioria dos meus colegas e dos outros

---

<sup>61</sup> Na época, Renata foi quem me recebeu no aeroporto, me ajudou a me instalar e me apresentou àquele novo mundo. Aproveitei a oportunidade para agradecer-lá mais uma vez por todas as dicas, atalhos, conselhos, sugestões, acadêmicas ou não, que continuam sendo essenciais para o meu percurso profissional na Antropologia.

estudantes que circulavam na universidade portavam algum aparelho, ainda que não tivessem *pulsa* nele<sup>62</sup>. Já nos meus percursos pelo interior do país, com estudantes que gostariam de me apresentar sua região de origem e seus pais, eu observei como a chegada da irmã ou irmão da cidade, que tem acesso a toda a realidade “mais moderna” da capital, também significava a chegada de outros objetos, como o próprio celular.

Em algumas famílias com poder melhor aquisitivo, também havia um computador portátil nas casas, mas, nos dois casos, esses objetos costumam ser compartilhados por mais de uma pessoa. Eu, inclusive, cheguei a comentar com uma das colegas que os seus irmãos mais novos pareciam muito entretidos com o celular, e ela confirmou que eles tinham acesso ao aparelho só quando ela estava ali.

Ainda que o acesso à internet, por meio da *pulsa*, não seja no modo discado, como na minha adolescência, isso não significava que era um acesso ilimitado e que eles tinham condições de manter essa conexão diariamente. Quando conversava com as famílias, principalmente as mulheres, sobre os usos que faziam do dinheiro adquirido da venda de mercadorias turísticas para o *merkado*, a questão do sustento de filhas e filhos na Universidade, em Díli, essa questão sempre vinha à tona (Oliveira, 2019a). Muitos desses jovens acabam vivendo na capital, dependendo financeiramente da verba dos pais e recebendo auxílios de moradia de outros parentes. Não era sempre que se tinha 1 dólar para colocar *pulsa*.

A minha comunicação com meus colegas da universidade se dava, basicamente, por meio da plataforma do Facebook, já que é uma das principais mídias sociais utilizadas, a qual, muitas vezes, vem embutida de graça para quem tem uma linha telefônica, a depender da companhia. Às vezes, também assinavam pacotes que davam direito apenas a certos aplicativos como Whatsapp, Facebook, Instagram etc., não podendo acessar nenhum sítio eletrônico<sup>63</sup> de fato. E, ainda assim, não era difícil que demorassem um ou dois dias para me responderem por falta de *pulsa*. Com as pessoas mais velhas que conheci nos meus percursos pelo interior do país, ou eu pegava o número de telefone, ou um dos jovens me adicionava no Facebook para conseguir manter contato. O Whatsapp, por exemplo, não era uma das principais formas de

---

<sup>62</sup> Cabe recordar aqui que, no meu primeiro contato com o Sr. Marcos Pacheco, em Ataúro, o artesão conhecido por suas estátuas com boa qualidade me perguntou se eu teria como conseguir alguém em Díli para trocar algum aparelho móvel por duas estátuas grandes. Tal evento foi mais bem abordado no terceiro capítulo da minha monografia (Oliveira, 2019a) e na apresentação realizada no evento Timor Leste Studies Association (Oliveira, 2019b).

<sup>63</sup> Até mesmo o meu pacote de dados no Brasil, antes de ir para Timor, tinha essa opção quando eu passava do limite de *giga bytes* mensais. Durante uma média de 2 semanas do mês, eu tinha meu acesso totalmente limitado ao aplicativo de mensagem instantânea, *WhatsApp*, sendo que imagens e áudios, dependendo do peso, não eram baixados até chegar em uma rede *wi-fi*.

comunicação e, na época, era utilizado mais no contato com as pessoas das organizações internacionais.

Essa desigualdade digital não ocorre somente em Timor. Na minha experiência no Brasil, pode ser fácil de acreditar que o *estar* na internet é uma condição geral, especialmente com o cenário pós pandemia de COVID-19, que ficou ainda mais distópico, diriam algumas pessoas. Comunicação, consumo, trabalho, diversão, romance, enfim, basicamente tudo pode ser feito por meio dessa complexa rede digital e virtual. Mas, segundo pesquisa dirigida pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil, realizada durante o ano de 2020, o país passou a ter 81% da população, com 10 ou mais, com acesso à internet, o que significa 152 milhões de usuários.<sup>64</sup> E foi a primeira vez que o Comitê identificou um número de domicílios com acesso à internet maior do que de usuários: 83% dos domicílios em detrimento à 81% de indivíduos usuários.

O relato etnográfico acima sobre a minha experiência pessoal com a internet no Brasil e em Timor-Leste foi a alternativa que eu acionei para situar a leitora ou leitor nas distintas realidades digitais. É importante evitar sucumbir à tentação de esquecer que o acesso à internet e aos sítio eletrônicos se dá a depender da dimensão econômica, além, claro, algorítmica (Cesarino, 2021). Além da variável da internet em si, o aparelho e a capacidade dele também interferem.

Quando me proponho a pesquisar o programa de desenvolvimento TOMAK, a partir da sua produção, circulação e *delivery*, em um país que tem o índice de penetração de internet em 37.9%, segundo dados do International World Stats, alertas são importantes.<sup>65</sup> Não posso deixar de pontuar que o conteúdo comunicado e compartilhado nos sítio eletrônicos dos programas, assim como o que é exigido pela AusTender, é direcionado para um público específico, primeiramente letrado em inglês. Ademais, a gramática da administração de negócios [I: *business*] é outro letramento necessário.

Por fim, pela observação dos registros EOI para *Supply chain partners*, foi possível identificar que, das 16 organizações submetidas, apenas duas estavam indicadas como “ONG nacional”, isto é, tendo origem em Timor-Leste. As outras sete instituições com indicação de Timor-Leste na parte do país são ONGs internacionais ou só ONGs. Em todo caso, isso demonstra que, na época de implementação do TOMAK, os “parceiros” que poderiam operar

---

<sup>64</sup> A pesquisa pontuou que a mudança nas porcentagens de 2019 para 2020 foi considerável: o número de moradores de áreas rurais com acesso à rede aumentou de 53% para 70% e o número de usuários da internet das classes D e E de 57% para 67%. Para outras informações, acessar: <https://cetic.br/pt/noticia/cresce-o-uso-de-internet-durante-a-pandemia-e-numero-de-usuarios-no-brasil-chega-a-152-milhoes-e-o-que-aponta-pesquisa-do-cetic-br/> Acessado em: 30 set. de 2021.

<sup>65</sup> Para saber mais, ver: <https://www.internetworldstats.com/asia.htm#tp> Acesso em: 20 abr. 2023.

junto com o *operational contractor*, e que se apresentavam alinhados com o tipo de conhecimento e in-formação exigidos pelo DFAT, eram basicamente do cenário internacional e global.

\*\*\*

Desde o lançamento do clássico, “The Anti-Politics Machine: ‘development’, depoliticization and bureaucratic power in Lesotho” (Ferguson, 1994), muitos estudos foram realizados, cruzando conhecimentos e teorias de diferentes áreas, para aprofundar a compreensão sobre intervenções e missões de organismos internacionais em países pós-coloniais e pós-conflito. Afirmar, e demonstrar, que as ações da cooperação internacional para o desenvolvimento desconsideram as divisões geopolíticas e estruturas de poder, se ancorando em argumentos, ações e objetos – técnicas – para implementar e legitimar suas políticas, como o fez Ferguson (1994), é parte importante, mas não é suficiente.

A “máquina antipolítica” do desenvolvimento tem vários efeitos e se utiliza de diferentes técnicas para o seu funcionamento. Ferguson (1994) já nos alertava para como as intervenções em nome do desenvolvimento, carregadas de uma roupagem puramente técnica, escondiam outros efeitos e produtos das suas ações. A própria reprodução dos programas, a partir da contínua presença de especialistas estrangeiros, recebendo quantias monetárias díspares da população local, é um efeito importante de ser considerado. Ao proporem mudanças, como se as estruturas sociais e dinâmicas de poder não fossem “fatores da equação”, o campo da cooperação internacional para o desenvolvimento também está construindo a sua própria dinâmica de poder.

Arturo Escobar, em “Bem-Vindos À *Cyberia*: Notas Para Uma Antropologia Da Ciberultura” (2016), originalmente escrito em 1994, discorre sobre possibilidades para o espaço cibernético ser explorado na Antropologia a partir de uma revisão de diferentes teóricos e da apresentação de questões e metodologias possíveis para esse novo cenário da modernidade. Escobar (2016) comenta sobre alguns domínios etnográficos que podem ser explorados nas pesquisas. Dos cinco elencados, os pontos 4 e 5 se alinham com os nossos propósitos: “4. O crescimento e desenvolvimento qualitativo da comunicação humana mediada pela computação, particularmente da perspectiva da relação entre linguagem, comunicação, estruturas sociais e identidade cultural [...] 5. A economia política da ciberultura” (Escobar, 2016, p. 40-46).

Com base no ponto quatro, entendo que podemos nos perguntar para quem a comunicação dos sítio eletrônicos está sendo direcionada; quem tem acesso a essas informações veiculadas nesses objetos e aparelhos; e como esse meio digital faz parte da performance da

indústria do desenvolvimento. O intuito de dissertar sobre os efeitos não esperados desse modo de comunicação digital na própria identidade do programa, e do “promotor” das mudanças, advém da leitura da argumentação de Leticia Cesarino (2021) para o caso da internet, novas mídias e plataformização. A autora retoma estudos de Gregory Bateson para tensionar a própria Antropologia.

A autora defende outro tipo de aproximação antropológica para o digital, enquanto reposiciona a abordagem funcional e estruturalista que se tornou predominante na história da disciplina. Como ela nos alerta, “repopoilar a antropologia do digital com agentes não humanos é levar a sério a sua agência e a sua relação com o humano” (Cesarino, 2021, p. 305) no sentido de ver a interação dos dois para além de uma “sobreposição”. A agência não humana pode ser tomada do ponto de vista técnico para entender as diversas agências em questão.

A maioria das ações produzidas e implementadas, com sucesso ou não, em Timor-Leste e alhures, são baseadas na passagem e na difusão de novos modos, formas, conhecimentos e, direta ou indiretamente, de novas técnicas. Esse conjunto que, também diz respeito a outras subjetividades, passa a informar um novo modo de relação das pessoas com o seu mundo humano e não humano ao redor, e os conhecimentos considerados necessários para a reprodução da vida social e econômica (Shepherd, 2013).

Demonstro, ao longo da dissertação que, além dos efeitos gerados na identidade do programa antes de sua implementação, a sua infraestrutura epistêmica também continua a promover mudanças na gestão da vida e da produção das comunidades leste-timorenses. O capítulo quinto tratará, justamente, da participação de outros modos de organizar e apresentar as in-formações.

Em relação à questão da economia política da cibercultura, Escobar (2016) me alertou para a necessidade de conectar o digital com a economia política. Em 1994, o autor já indicava o quanto o momento digital deveria ser entendido também com base nas relações estruturais e geopolíticas de poder, bem como nas dinâmicas de acumulação de capital entre os Estados. Nesse sentido, o autor propõe as seguintes questões: “qual a relação entre ‘informação’ e ‘capital’? [...] Como podemos teorizar a articulação entre informação, mercados e ordens culturais?” (Escobar, 2016, p. 46). Ou, por outro ângulo: “que novas formas de construção social da realidade e de negociação dessas ditas construções estão sendo criadas ou modificadas? [...] De que maneira estas práticas se relacionam a temas sociais mais amplos, por exemplo, o controle da mão de obra, a acumulação de capital, a organização de modos de vida e a globalização da produção cultural?” (idem, p. 39-40).

Junto a essas, adiciono a questão central deste capítulo: quais efeitos ocorrem quando a comunicação e exposição digital das ações do “desenvolvimento” passam a ser constituintes da própria produção dos programas? Se, em 1994, Arturo Escobar já pontuava a importância de se pensar no encontro das novas técnicas de compartilhamento de informação com a produção de capital, me parece quase impossível deixar essa parte de lado em 2021.

Desta forma, a partir de tais apontamentos, explorei os canais digitais do programa TOMAK, e das instituições correlatas, e o conteúdo disponível online, para analisar as formas com que essa infraestrutura digital de in-formação e comunicação interage com a operação de programas de desenvolvimento. Tais programas chegam nos países-alvo, como no caso de Timor-Leste, definidos como “programa agrícola australiano” e com a presença do logotipo da Australian Aid em eventos e documentos produzidos de forma centralizada. No entanto, o meu percurso pela construção e produção do programa demonstra outras formas de in-formar.

Continuemos para entender como o investimento do TOMAK, e no TOMAK, são definidos internamente no DFAT, e a infraestrutura epistêmica que o in-forma (Murphy, 2017).

### 3 INVESTIR OU NÃO INVESTIR?

A Comissão [para a Política de Desenvolvimento] constatou que Timor-Leste preencheu os critérios de graduação pela terceira vez consecutiva. No entanto, devido às preocupações contínuas sobre a sustentabilidade do seu progresso de desenvolvimento, **especialmente devido à falta de diversificação econômica e incerteza sobre as perspectivas de petróleo e gás, bem como a alta taxa de nanismo**, o Comitê decidiu adiar sua decisão sobre uma possível recomendação para graduação até a revisão trienal de 2024 (CDP, 2021a, p. 10, tradução e destaque nosso).

Em 1971, a Assembleia Geral da ONU estabeleceu a categoria Países Menos Desenvolvido (PMD), definindo-os como “grupo especial [...] caracterizado por **níveis de rendimento baixos e impedimentos estruturais** ao crescimento, que necessitavam de medidas especiais para lidar com esses problemas” (CDP, 2021b, p. iii, grifo nosso). Cinquenta anos depois, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento (CDP, sigla em inglês) apresenta o relatório da vigésima-terceira sessão (22 – 26 de fevereiro de 2021), no qual foi recomendado, pela terceira vez consecutiva, o adiamento da graduação<sup>66</sup> de Timor-Leste, como descrito na citação acima.

Segundo os critérios estabelecidos pela CDP, o “progresso do desenvolvimento” do país gera preocupações em relação à “sustentabilidade” pela “falta de diversificação e incerteza sobre as perspectivas de petróleo e gás, bem como a alta taxa de nanismo” (CDP, 2021a). Desde 2015, então, Timor-Leste cumpre os critérios para saída da lista de menos desenvolvido, mas ainda não alcançou a “graduação”, que é efetivada pela chancela da Assembleia Geral da ONU (CDP, 2021b, p. 3).

O programa TOMAK foi implementado oficialmente no meio de 2016 em Timor-Leste, e passou a focar em três distritos específicos – Baucau, Bobonaro e Viqueque. No entanto, sua história prévia de construção pelo Estado australiano, dentro do Departamento de Relações Exteriores e Comércio (DFAT, sigla em inglês), e de inclusão no orçamento de 2016 a 2021 da Austrália, é o que está no meu horizonte de pesquisa.

Essa escolha de recorte ocorreu a partir da relação entre os meus interesses e o que eu tinha acesso por meios digitais. O programa foi construído para cinco anos de duração, com possibilidade de extensão<sup>67</sup>. Para a minha surpresa, apesar de ser identificado com o logotipo da Australian Aid, o programa era gerido por uma empresa privada internacional, Adam Smith International, em parceria com uma organização internacional não governamental, Mercy

<sup>66</sup> Graduação é o processo de inclusão e retirada de países da lista.

<sup>67</sup> Essa extensão foi autorizada e a segunda fase ocorrerá entre 2022 e 2026.

Corps, e foi criado no mesmo departamento que trata de diversos interesses do Estado australiano com o exterior.

Decidi aproveitar que há, contemporaneamente, um esforço global para disponibilização de arquivos nos espaços digitais, sobre os mais variados tópicos, políticas e de diferentes naturezas, para compreender como o programa TOMAK foi produzido e circulou nas redes físicas e digitais da Austrália; como se deu o processo de criação e de direcionamento de dólares australianos para que ele fosse implementado em Timor-Leste; e como o DFAT constrói a ideia de investimento para o desenvolvimento do país em questão, divulga, aprova e vende o programa no mercado global de empresas privadas antes da sua implementação.

Este capítulo, dessa maneira, seleciona os documentos de gestação do programa TOMAK, *Investment Concept* e *Investment Design* respectivamente de 2014 e 2015, e disserta sobre o modo de definição do investimento, o que inclui também a definição de um problema pela cooperação internacional. Argumento como os programas assumem características e funcionam segundo o regime de mercado (Silva, 2016), que tem operado nas relações do mundo da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Ademais, aproveito para começar a percorrer, também, a infraestrutura epistêmica que norteia o programa e seu conceito. Este é um dos focos do próximo capítulo, “*Fini no To’os Ba Moris Di’ak*”, mas pontuo partes dessa infraestrutura desde já. Retomando Michelle Murphy (2017), infraestrutura epistêmica é como uma “*assemblage* [P: composição] de práticas de quantificação e intervenção conduzidas por especialistas multidisciplinares e multissituados que se consolidaram como arranjos extensivos de pesquisa e governança dentro de organizações estatais, transnacionais e sem fins lucrativos” (Murphy, 2017, p. 6). De um lado, o programa é construído com base no *Seeds of Life*; do outro, as definições e conjuntos epistemológicos dos organismos internacionais também constroem essa infraestrutura epistêmica.

Assim, este capítulo também considera que partes da infraestrutura epistemológica (Murphy, 2017) do desenvolvimento operam a partir do CDP, Ecosoc, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Nações Unidas, para citar alguns dos atores. O saber “do desenvolvimento”, no sentido foucaultiano, embasa a produção de programas no mundo “global” da cooperação internacional em contextos como o dos classificados “países menos desenvolvido” e é também parte da longa trajetória de expansão e difusão da ideia de economia de mercado e do modo de produção capitalista (Silva, 2016; Polanyi, 2000 [1944]).

Ademais, coloco em evidência que, no pano de fundo de todas essas concepções, está a própria formação do Estado-nação (Anderson, 2008). Para mim, engajada pessoalmente com questões do Brasil, um Estado-nação definido como “em desenvolvimento”, o qual promove

diversas ações em nome da Economia Nacional e da população, a pauta do desenvolvimento não se descola do período de colonização e da organização geopolítico-social e econômica produzida a partir de então (Murphy, 2017). É importante ter esse vínculo histórico com a produção e reprodução colonial em mente ao tratar do que é feito hoje em nome do desenvolvimento (Shepherd, 2013).

\*\*\*

Este capítulo tem como questão central responder quais são as bases epistemológicas que justificam e possibilitam a criação de um programa de desenvolvimento no contexto da relação entre Austrália e Timor-Leste. Ou, nos termos propostos por Michelle Murphy (2017), quais são as infraestruturas epistemológicas que ancoram a tomada de decisão de investir em um “país menos desenvolvido”. Debruço-me sobre como os programas de desenvolvimento da Austrália para Timor-Leste são definidos e defendidos pelo DFAT. Nesse sentido, investimento, problema e “solução”, termos nativos do *Investment Concept Document* são construídos a partir de bases “coerentes e coesas” com a infraestrutura epistêmica – e informacional – do desenvolvimento que opera na e através da Austrália (Murphy, 2017; Star, 1999; Riles, 2010).

Por isso, a primeira seção, “Assistência para os Países Menos Desenvolvido”, trata um pouco mais sobre o conceito definido pelo CDP, “países menos desenvolvido”. Além de introduzir algumas informações do documento orçamentário do DFAT de 2022 em relação a outra categoria que circula na cooperação internacional para o desenvolvimento, a saber, Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA, sigla em inglês). Demonstro como TOMAK, *Seeds of Life*, dentre outras ações, chegam nos artefatos documentais do DFAT direcionados para as organizações e instituições “globais”.

Em seguida, o *Investment Concept Document* é colocado em análise como o caso central para responder, pelo menos em partes, as perguntas deste capítulo e da dissertação. A problemática do “investimento” e do “problema” a ser resolvido é construída neste documento antes de ser “desenhada” e ter o seu *design* para o *delivery* pronto. Entendo que esse primeiro documento, não tão público, em comparação com o *Investment Design* até hoje mantido no sítio eletrônico [tomak.org/resources](http://tomak.org/resources), nos indica as bases e sementes fundantes do que passa a ser visto com o logotipo do TOMAK a partir do *delivery*.

Além disso, no cerne deste capítulo está como os documentos imaginam Timor-Leste, suas práticas econômicas e os comportamentos das suas populações, ao mesmo tempo que

justificam a necessidade de “intervenção e mudança”.<sup>68</sup> As definições sobre as economias e Economia de Timor-Leste são um dos meios pelo qual infraestruturas epistêmicas diversas promovem a economização da vida

### 3.1 ASSISTÊNCIA PARA PAÍSES MENOS DESENVOLVIDO

Por meio do DFAT, o Estado australiano direciona valores monetários em forma de programa de desenvolvimento para 40 países, sendo 16 no Pacífico, 9 no Sudeste e Leste Asiático e 8 no sul e oeste da Ásia<sup>69</sup>; e, dos 26 países vizinhos, 22 são países em desenvolvimento (DFAT, 2022, p. 1). Dito isso, volto à classificação da CDP e ao documento produzido pela Comissão que trata da categoria PMD. O “Manual para a Categoria de Países Menos Desenvolvidos” foi publicado originalmente em inglês, no ano de 2021, e traduzido para o português em 2022 com fundos do Governo de Portugal.

Esse documento nos possibilitou acessar as informações oficiais de gestão da Comissão e, principalmente, sua metodologia. Antes, busquei entender os vínculos da Comissão dentro da ONU. Por estar “sob tutela” do Conselho Social e Econômico da ONU (Ecosoc, sigla em inglês), as pautas de implementação da Agenda 2030 da ONU e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs, sigla em inglês) estão no pano de fundo da Comissão. Isso também porque a Comissão é “assistida” pelo Secretariado da CDP [I: *assisted by CDP Secretariat*], o qual participa da Divisão de Políticas e Análise Econômica do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA).

Os membros da CDP são nomeados diretamente pelo Secretário Geral das Nações Unidas, enquanto são “instalados” nas funções pelo Ecosoc (CDP, 2021b, p. ii). Em determinado momento, confundi com a atuação do Conselho ECOSOC e do Departamento DESA e, ao buscar entender como os dois funcionavam no CDP, deparei-me com a seguinte definição para o DESA: “**é uma interface vital entre políticas globais nas esferas econômica, social e ambiental, bem como a nível da ação nacional**” (idem, grifos meu).

Ao perceber que o próprio DESA se define como “interface” deixei de lado a minha busca por relações lineares entre CDP, Ecosoc e DESA. Como a noção de interface digital acionada no capítulo anterior me alerta, ao se encaixar como interface, o DESA se coloca como um departamento limítrofe, o qual se relaciona com diversos outros para “promover e apoiar a

<sup>68</sup> Esses dois termos são encontrados, respectivamente, 21 e 41 vezes no *Investment Concept* (2014a), e 79 e 175 vezes no *Investment Design* (2015).

<sup>69</sup> Esses números vieram da lista dos países no *site* do DFAT, na seção “Onde entregamos o programa de desenvolvimento da Austrália”. Para ver: <https://www.dfat.gov.au/development/where-we-deliver-australias-development-program>. Acesso em: 20 jan. 2023.

cooperação internacional na busca do desenvolvimento sustentável para todos” (CDP, 2021b, p. ii).

Aqui, retomo também o próprio esforço da CDP em explicar a sua metodologia como meio de alcançar a transparência e potencializar o auxílio para os “países menos desenvolvido”. As categorias que avaliam o processo de graduação ou não de um país são resultados de manejos de dados quantitativos que desembocam em Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*, Índice de Ativos Humanos (IAH), Índice de Vulnerabilidade Econômica e Ambiental (IVE) (CDP, 2021b, p. 8). No manual da CDP de 2021, inclui-se uma figura entre as páginas 8 e 9 com o processo de revisão trienal da metodologia e como ela mudou de 1971 até 2020. Escolho apontar essas partes do relatório, pois essas reflexões corroboraram com o nosso objetivo de entender as diversas dimensões e técnicas da infraestrutura epistêmica que operam no campo do desenvolvimento.

Por enquanto, reforço como Comitês e Comissões, vinculados a Conselhos e Departamentos, dentro das organizações como a ONU ou a OCDE, por exemplo, são escritórios transnacionais, espaços de encontros globais (Tsing, 2005) que produzem e difundem técnicas de quantificação (Murphy, 2017). As categorias, medidores e conceitos, definidos por pesquisadoras para avaliar, medir e impulsionar “o desenvolvimento”, operam em contextos pós-coloniais e pós-conflito, de modo não tão evidente, mas que perpassam caminhos dessa infraestrutura.

Por isso, é importante observar o papel dos documentos de produção e gestão de programas como o TOMAK e do conhecimento ali apresentado. Esses arquivos nos permitem identificar como o conhecimento apresentado em forma de relatórios, planos, atas, manuais, são tecnologias de governo e dispositivos para criação de consenso e uma “suposta” verdade sobre determinado tema em questão, como neste caso, “o desenvolvimento internacional” (Stoler, 2010, p. 466; Silva, 2012).

Depois de “PMD”, percebi que ODA (*Official Development Assistance*) também aparecia muitas vezes quando procurei entender as formas de quantificação “do desenvolvimento” em termos “globais”<sup>70</sup> e nas relações entre países. O Resumo Orçamentário do Desenvolvimento – Assistência Oficial ao Desenvolvimento da Austrália<sup>71</sup> de 2022-2023,

---

<sup>70</sup> Neste caso, “em termos globais” significa quando busquei a questão nas organizações e instituições internacionais.

<sup>71</sup> ODA, sigla em inglês para Assistência Oficial ao Desenvolvimento, criado pela OCDE em 1969. O conceito de ODA é definido, revisitado, atualizado pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) da OCDE, e utilizado como o “padrão’ ouro da ajuda externa”, além de “continua[r] sendo a principal fonte de financiamento para a ajuda ao desenvolvimento” (OCDE, 2021, p. 1). O DAC é responsável por avaliar, a cada três anos, quais são os países elegíveis, com base na renda *per capita*, além de definir também o que é, e o que não é, ODA. “As

publicado pelo departamento é instrutivo do tipo de efeito que o Estado australiano busca com o TOMAK e outros programas.

O documento começa com a seguinte afirmação em destaque: “O programa de desenvolvimento da Austrália está construindo um futuro que beneficia a nós e nossa região”. Em seguida, no primeiro parágrafo: “o programa de desenvolvimento internacional da Austrália ajudará a combater a pobreza e apoiar uma região estável, próspera e segura” (DFAT, 2022, p. 1). Contém oito páginas com diferentes figuras, formas e tabelas que indicam os dados quantitativos gerais e detalhados. Embora dessas oito apenas duas sejam reservadas para tabelas com dados quantitativos considerados relevantes, as outras seis são constituídas por dados quantitativos e breves explicações sobre como o orçamento chegou nos países do Pacífico e Sudeste Asiático, principalmente.

Não é surpresa que um documento orçamentário tenha foco em quantificação, mas, além disso, vejo esses números conforme o conceito de ecologias econômicas proposto por Kelly Silva (2008) no novo volume desta autora com Lisa Palmer e Teresa Cunha (2023). Os valores ali informados são fruto de relações sob a forma de “*development*” que também são praticadas como dádivas. Os documentos sobre orçamento e investimento monetário do DFAT são objetos que informam aos atores do mundo internacional, para além de outros países, como a Austrália tem investido na infraestrutura do *desenvolvimento* em escala global e regional (Murphy, 2017). Como uma relação de dádiva, devemos ter em mente que o Estado australiano, doadora – ou provedora, termo que tem sido usado com frequência nos sítio eletrônicos pesquisados – não é um ente desinteressado. O doar, receber e retribuir ancoram a reciprocidade na mesma medida que noções de crédito, débito e dívida (Graeber, 2016).

### 3.2 CONCEITO DE INVESTIMENTO E PROBLEMA A SER RESOLVIDO

A pauta da diversificação econômica, no centro da justificativa da Comissão em 2021, já está no horizonte do Estado leste-timorense desde o “Plano Estratégico de Desenvolvimento” (PED) em 2011 (Timor-Leste, 2011, p. 127, destaque nosso), o qual apresentou a agricultura, o turismo, além da indústria petrolífera, como as atividades a serem fortalecidas para aumentar a renda per capita (RNB) do país. Com isso, “Timor-Leste construirá uma **economia moderna e diversificada** com base na **agricultura**, turismo e indústria petrolífera, com um **sector privado**

---

estatísticas da OCDE são a única fonte de dados oficiais, verificados e comparáveis sobre ajuda relatados por 30 membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) da OCDE e cerca de 80 outros **provedores** de cooperação para o desenvolvimento, incluindo outros países, organizações multilaterais e fundações privadas.”

**emergente** e oportunidades para todo o nosso povo.” O PED é um documento presente para as relações internacionais de Timor-Leste por ser constantemente referido, citado e exemplificado.

Retomo a relevância do PED antes de introduzir o *Investment Concept Document*, tendo em vista que, apesar do termo diversificação econômica não aparecer de modo literal, o conceito *broad-based economic growth* – ou *broad-based economic development* (DFAT, 2014a, p. 3, 6) – é mobilizador da própria construção do TOMAK. Ademais, além do PED, o *Aid Investment Plan for Timor-Leste*<sup>72</sup> e a Estratégia de Diplomacia Econômica da Austrália são mencionados como referências para o que está sendo proposto no documento do TOMAK de 2014. No entanto, em ambos, o PED também é o documento referencial.

Mantenho o primeiro com o título em inglês, pois considero relevante que, em vez de desenvolvimento, tenha se optado por manter *aid*. Essa opção também se dá por ter no meu horizonte a problemática no cenário australiano sobre a Australian Aid ter sido anexada ao DFAT, a qual foi abordada no segundo capítulo (Hill, 2023).

Ao mencionar o AIP (sigla em inglês para *Aid Investment Plan*), o *Investment Concept* indica que, das três prioridades, o TOMAK será o principal investimento da Austrália sob a prioridade “abordar a pobreza e a falta de acesso à renda através da melhoria dos meios de subsistência” (DFAT, 2014a, p. 6). Ademais, também será o “investimento central” na promoção de um “*broad-based economic development*” (idem).

Continuaremos percebendo, nesta dissertação, que a definição de potenciais “soluções” e de como a Economia Nacional de Timor-Leste pode ser diversificada, pelo *Investment Concept* do TOMAK, é fundamentada a partir do acionamento de uma extensa teia de documentos, relatórios, planos, legislação, normativas, dentre outros. Esses artefatos modernos são amarrados na própria concepção do programa e se tornam, se pensarmos em termos de parentesco, genealógicos do programa a ser proposto (Riles, 2010).

Sigamos para o destrinchar do documento.

### 3.2.1 De onde vem o Conceito?

O *Investment Concept* possui 43 páginas no total e a maior seção é a intitulada *Definição e justificativa do problema/questão para investimento* [I: *Problem/Issue definition and rationale for investment*]. O conteúdo principal desta parte específica traz qual é o problema,

<sup>72</sup> O documento está disponível de forma “acessível”, se comparado com outras informações do sítio eletrônico do DFAT. No entanto, apesar de ter o período de investimento do plano no título (2015/2016 até 2018/2019) não encontrei a data de publicação, mas pressuponho que seja anterior ao *Investment Concept Document*, já que cita o Aid Plan constantemente. Para saber mais: <https://www.dfat.gov.au/about-us/publications/aid-investment-plans-aips> Acesso em: 15 jun. 2021.

enquanto também define o tipo de investimento a ser realizado para “solucionar” tal questão. No próximo capítulo, veremos que o TOMAK possui um dos seus embriões no seu antecessor, *Seeds of Life* [T: *Fini ba Moris*; P: Sementes para/da Vida], que começou junto com a retomada da independência, sendo o primeiro programa de agricultura entre Austrália e Timor-Leste. No entanto, para fins deste capítulo, trabalharemos com o ano de 2014 como o ponto inicial.

Fora os anexos que ocupam um total de 29 páginas, e que mereciam um capítulo à parte, o conteúdo do documento está organizado em 14 páginas. Contando com a capa, tabela de conteúdo e acrônimos restam 11 páginas para as seis seções centrais do documento:

- A. Resumo do Investimento;
- B. Definição e justificativa do problema/questão para investimento;
- C. Resultados propostos e opções de investimento;
- D. Abordagem de implementação/entrega;
- E. Abordagem de avaliação de riscos; e
- F. Processo proposto de *design* e garantia de qualidade.<sup>73</sup>

No resumo, o parágrafo único já indica a prevalência do *Seeds of Life* (SoL) e informa sobre a última fase do SoL, iniciada em 2011, cuja programação destinava 25 milhões de dólares<sup>74</sup> em parceria com o Ministério de Agricultura e Pesca (MAP, sigla em inglês), o Australian Centre for International Agricultural Research (ACIAR) e o DFAT. É interessante observar que, enquanto o SoL foi construído com parceria do DFAT – na época Australian AID – MAP e ACIAR, o TOMAK é construído para circular num processo de licitação para o *delivery*. No próximo capítulo, abordo outras diferenças entre os dois.

De volta ao *Investment Concept*, a seção B começa com os parágrafos a seguir:

Timor-Leste se beneficiou de aumentos consideráveis no Produto Interno Bruto (PIB) ao longo dos últimos anos. **No entanto, esse crescimento não foi abrangente [I: *broad-based*].** Em vez disso, tem sido impulsionado pelas receitas do petróleo e por resultado de contratos governamentais para infraestruturas maiores e menores. [...] Embora o crescimento nesses setores [setores de atacado, varejo e construção] seja bem-vindo em um país que passa por rápido crescimento populacional e exige oportunidades de emprego, esses setores representam uma pequena parte da economia **e o crescimento beneficiou apenas uma minoria de timorenses. O crescimento também tem sido fortemente dependente das decisões de investimento do setor público e está geograficamente concentrado na capital.**

O crescimento econômico de base ampla, ou abrangente, [I: *broad-based economic growth*] é essencial para garantir reduções sustentáveis das atuais altas taxas

<sup>73</sup> Segue, respectivamente, os termos em inglês: *Investment summary, Problem/Issue definition and rationale for investment, Proposed outcomes and investment options, Implementation/delivery approach, Risk assessment approach, Proposed design, and quality assurance process.*

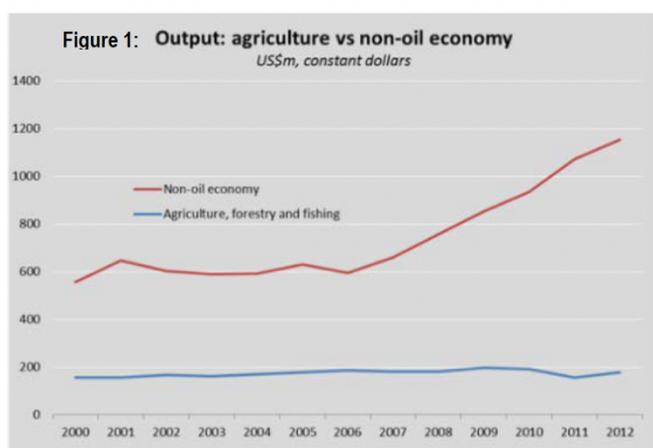
<sup>74</sup> Como no caso do TOMAK, imagino que os 25 milhões sejam em dólares australianos, mas no documento consta apenas “\$25 milhões”

de pobreza. O Governo de Timor-Leste reconheceu a necessidade disto no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento, e esta prioridade é ainda refletida no rascunho do *Plano de Investimento de Ajuda da Austrália* e na *Estratégia de Diplomacia Econômica* (DFAT, 2014a, p. 2, grifo em negrito meu; destaque em itálico do autor).

A próxima página inicia com um gráfico comparando os resultados da “economia agrícola” (definida na imagem como composta por agricultura, silvicultura e pescaria) e “economia não-petrolífera” nos primeiros 12 anos do século XXI (p. 5). O gráfico expõe um dos principais pontos de partida do documento e do conceito do programa, qual seja, enquanto o segundo setor da Economia Nacional teve um crescimento evidente depois de 2006, com o acordo estabelecido entre Timor-Leste e Austrália (Rodrigues, 2006)<sup>75</sup>, a “economia agrícola” se manteve no patamar de US\$200m anuais.

Abaixo, podemos ver, na figura, o gráfico mencionado acima e a Caixa 1, que mais à frente será abordada também. O destaque em amarelo foi feito por mim ao ler o documento pela primeira vez e achar interessante o tipo de conhecimento que a “experiência do programa *Seeds of Life*” adiciona. Esta Caixa será mais bem destrinchada a seguir. Por ora, aponto a importância de um programa que conseguiu produzir, com técnicas de quantificação, um “retorno” estimado de produtores de feijão moyashi, feijão azuki ou soja [I: *mung bean, red bean, soy bean*].

**Figura 11 – Recorte na vertical da primeira parte da Página 2 do *Investment Concept***



### Box 1: Agricultural Economic Opportunity

Recent examples demonstrate the real economic benefit that can be derived from profitable agricultural value chains and enable predictions. *Seeds of Life* has shown that pulse producers (mung bean, red bean, soy bean) can return \$1-2,000/ha per year.

USAID's DAC program has over 500 farmers now engaged in fresh salad vegetable production,

Fonte: DFAT. TOMAK – Investment Concept, p. 2.

O fraco desempenho do setor [agrícola] sugere que as oportunidades econômicas para a maioria dos leste-timorenses permanecem indefinidas”, enquanto, por outro lado, “Timor-Leste é, em grande parte, **uma sociedade agrária**, na qual o setor agrícola é o maior contribuinte para o **PIB não-petrolífero**, na fundação da economia informal e é a base da segurança alimentar da nação (DFAT, 2014a, p. 2, grifo meu).

<sup>75</sup> Disponível em: <https://www.publico.pt/2006/01/13/jornal/timorleste-e-australia-repartem-recursos-de-gas-e-petroleo-58175> Acesso em: 18 mar. 2023.

Tais afirmações são seguidas de um parágrafo que define a necessidade de a Economia Nacional continuar crescendo, mas com “sustentabilidade” e “mais equitativa” para a maioria dos leste-timorenses. Segundo o *Concept Document* (2014a, p. 2), esse seria o desafio do futuro do país. “No entanto, essa não é uma tarefa fácil, especialmente porque 75% da população timorense (cerca de 137.000 agregados familiares [I: *households*]) vive em áreas rurais relativamente afastadas de Díli ou de outros centros urbanos”. Na citação anterior, percebe-se como a característica essencial da sociedade leste-timorense apresentada anteriormente, ou seja, ser agrária, é também, segundo o documento, um dos seus principais obstáculos.

Em seguida, uma lista com nove pontos expõe quais seriam as principais dificuldades que os “agregados familiares” rurais enfrentariam. Antes, uma breve explicação sobre a opção por traduzir “*households*”, termo nativo em inglês, para “agregado familiar”. Por estar tratando de documentos escritos por especialistas [I: *experts*], os quais carregam consigo determinado arcabouço teórico, metodológico e, claro, epistemológico, atentei-me para os potenciais termos traduzidos de “*household*”, levando em consideração como o próprio buscador Google o definiria.

Ao digitar “*household*”, a plataforma me ofereceu três respostas automaticamente: do lado esquerdo, a definição em inglês e a tradução como substantivo – casa, família; e, no lado direito da tela, uma caixa escrita “Agregado Familiar” com a seguinte explicação retirada do Wikipédia: “é a unidade orçamentária básica em que a produção econômica, consumo, herança, parentalidade e abrigo são organizadas e realizadas; [...] O agregado familiar é a unidade básica de análise em muitos modelos sociais, microeconômicos e do governo” (Google, 2022)<sup>76</sup>. Já que o foco, aqui, é nos documentos, optei por manter a tradução segundo aquilo que parecia mais próximo das ideias da Economia.

Voltando à lista das dificuldades em torno dos agregados familiares rurais, encontramos os seguintes pontos (DFAT, 2014a, p. 2, grifos nossos):

**elevados níveis de pobreza** – 60% dos agregados familiares agrícolas vivem abaixo do limiar nacional de pobreza; **alto número de desemprego ou subemprego** – o dobro das áreas urbanas; **altas taxas de crescimento populacional e famílias numerosas** – mais de 50% da população tem menos de 19 anos<sup>3</sup>; **63 a 75% dependem da agricultura de subsistência; insegurança alimentar durante períodos significativos do ano; nutrição deficiente e falta de diversidade alimentar** – mais de 50% das crianças menores de cinco anos são “atrofiadas”, enquanto mais de 75% dos bebês têm dietas insuficientemente diversificadas<sup>4</sup>; **acesso limitado à terra** – uma média de 0,9 ha de terra por pessoa para alimentos e produção de mercado, enquanto, ao mesmo tempo, grandes áreas de terra comunal permanecem

<sup>76</sup> Disponível em: [encurtador.com.br/alnI0](https://encurtador.com.br/alnI0) Acesso em: 20 mar. 2023.

pouco desenvolvidas; **geralmente um acesso rodoviário ruim; e fraca participação no mercado**, exceto para comércio/troca informal de produtos primários.<sup>77</sup>

Esses são os *problemas* apresentados para propor possíveis soluções e defender o direcionamento de valores monetários para esse programa. Por outro lado, esses chamados “problemas” também se caracterizam como in-formações definidoras que retratam e “emolduram” o que é a Economia de Timor-Leste, que precisaria ser “ampliada e expandida” para o seu “desenvolvimento”. Ampliar e expandir, neste caso, significaria, na concepção antropológica de economia, limitar os laços e relações econômicas para operarem com o mercado, principalmente, em nome da Economia Nacional.

O *Investment Concept* ainda reforça que tais problemas são sentidos de forma mais aguda por “mulheres, agravadas por famílias grandes, altas taxas de mortalidade materna e oportunidades desiguais” (DFAT, 2014a, p. 2). Analisando com o olhar do que esses problemas in-formam sobre a Economia de Timor-Leste, as mulheres também deveriam ser aquelas a se engajarem com o mercado.

Tal ponto chama atenção também por aquilo que James Scott abordou em “Against the Grain: A Deep History of the Earliest States” (2017) – sobre a história de expansão e estruturação dos Primeiros Estados – a partir de questões sobre a “revolução agrícola” ou “neolítica”. Nesse processo, um dos seus argumentos é que o surgimento dos Primeiros Estados, milhares de anos atrás, não teve a ver com domesticação.

Segundo Scott (2017), foram as práticas de violência com corpos específicos, dentre outras “técnicas”, que permitiram que o Estado passasse a ser construído. Um desses corpos foram os das mulheres. Guardo essa informação aqui para abordá-la mais adiante.

Antes de indicar os caminhos que o TOMAK pretende perseguir para “solucionar os problemas”, há uma breve exposição sobre os possíveis cenários que podem ser imaginados para o futuro de Timor-Leste (DFAT, 2014a, p. 2-3, grifos nossos):

O primeiro é a espiral descendente [I: *downward spiral*], em que a agricultura é negligenciada, há **pouco desenvolvimento das cadeias de valor comerciais domésticas**, os rendimentos permanecem baixos ou diminuem, os alimentos cada vez mais importados e Timor-Leste enfrenta um crescente fardo duplo de desnutrição e significativa desigualdade.

O segundo cenário é a espiral ascendente [I: *upward spiral*], na qual as **cadeias de valor agrícolas domésticas são catalisadas pela crescente urbanização e pelo crescimento emergente. Essas cadeias de valor comercial, juntamente com a diversificação da produção agrícola, colaboram com o aumento da renda rural,**

---

<sup>77</sup> Os números 3 e 4 na citação referem-se às notas de rodapé do próprio documento que, nesses casos, indicam os dois materiais de onde as informações foram retiradas: Timor-Leste Demographics and Health Survey, de 2010, e Timor-Leste Food and Nutrition Survey, de 2013.

**permitem dietas mais saudáveis e criam oportunidades para micro e pequenas empresas, bem como opções de emprego para jovens.**

Como o próprio *Concept* afirma, o segundo cenário é o desejado e seria possível de ser construído por “experiência<sup>7</sup> dos programas australianos *Market Development Facility* (MDF) e *Seeds of Life*”. O número sete indica uma nota rodapé que adiciona outra experiência para embasar o investimento no e para o *upward spiral*: “confirmado por estudos recentes, inclusive pela Monash University, e outros programas de doadores” (DFAT, 2014a, p. 3.).

O segundo cenário imaginado estaria relacionado com outros planos desenvolvidos pelo próprio Estado de Timor-Leste. Estes são: Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011); Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo e Plano de Investimento de Médio Prazo do Ministério da Agricultura e Pesca, os quais foram financiados pela própria Austrália [I: *supported*], como indicado na nota de rodapé número cinco; e o Plano de Ação Nacional Desafio Fome Zero, ação da ONU com o mesmo nome – em 2014a, Timor-Leste foi o primeiro país da Ásia-Pacífico a se engajar no pacto<sup>78</sup>.

Todos esses argumentos são apresentados para afirmar que “existem oportunidades econômicas latentes em uma série de cadeias de valor agrícola de Timor-Leste, algumas das quais já estão a se desenvolver de forma rentável” (DFAT, 2014a, p. 3). Para os gestores e *experts* que produziram o documento, cadeias de valor fortalecidas e produtivas “irão ajudar Timor-Leste” a alcançar o *upward spiral*, gerando impactos tanto dentro quanto fora “da fazenda” (DFAT, 2014a, p. 3). Não se define cadeia de valor no documento; esta aparece como um conceito a ser adjetivado e imaginado. A imaginação, assim como demonstrou Murphy (2017) para o caso dos programas de controle de natalidade em Bangladesh, é componente (infra)estruturante para o que se diz e faz em nome da Economia Nacional.

Em prol de *justificar* essa proposição e a opção de e para o investimento, um terço das páginas dois e três, de onde vem a maior parte das citações prévias sobre o “problema”, é ocupado com caixas de texto complementares. A primeira (ver Figura 11), “Oportunidade Econômica Agrícola” [I: *Agricultural Economic Opportunity*], traz referências de outros programas para demonstrar possibilidades de investimento potenciais. Como visto nas páginas anteriores, essas “oportunidades” são in-formadas pelo que já tinha sido produzido por outros programas em termos de conhecimento quantitativo sobre produção, retorno e tipos de culturas para serem plantadas.

---

<sup>78</sup> Para outras informações: <https://news.un.org/en/story/2014/01/459362> Acesso em 20 março 2023.

Antes do parágrafo conclusivo, as informações sobre potenciais oportunidades são apontadas, e, então, mobilizados os resultados do *Seeds of Life* e do programa da USAID DAC<sup>79</sup>, de modelagens econômicas australianas sobre o arroz, dentre outros. “No geral, a análise mostra que **oportunidades econômicas latentes** estão disponíveis, mas principalmente para **alimentos não básicos** [I: *non-staple food*] e para aqueles onde existe uma demanda de mercado atualmente” (DFAT, 2014a, p. 2, grifo nosso).

A partir desse conjunto de referências, o documento indica os seguintes *non-staples food* que podem ser “oportunidades econômicas” para a diversificação da Economia de Timor-Leste: “leguminosas, hortaliças, frutas anuais (melão) e perenes (café, abacaxi, mamão, manga e caju) e especiais (pimenta, cravo); suínos, bovinos, frangos; e pesca e madeiras de alto valor como eucalipto, sândalo, teca, bambu e jacarandá” (*id.*).

Assim, dado os “engajamentos contínuos da Austrália na agricultura de Timor-Leste” (DFAT, 2014a, p. 3), o *Investment Concept* afirma que o fortalecimento das cadeias de valor comerciais pode ocorrer, ou melhor, “deve ocorrer”, mas não pode ser esperado como “natural”. “Existem vínculos, mas não é razoável supor que todos os agricultores de subsistência possam ser facilmente transformados em agricultores comerciais”. Para os pesquisadores e funcionários do DFAT, o “amplo setor informal de subsistência” e o “pequeno setor de agricultura comercial”, de Timor-Leste, não pode ser tratado como contínuos, ou seja, como se a prática “de subsistência” fosse automaticamente, e de modo geral, transformada em prática “comercial” (DFAT, 2014a, p. 3).

Enquanto o engajamento australiano, principalmente através do *Seeds of Life*, esteve focado na “subsistência” [I: *subsistence livelihood*] leste-timorense, o conceito do TOMAK se fundamentaria no “salto da existência de subsistência [I: *subsistence existence*] e do comércio informal para o envolvimento efetivo e equitativo [dos agregados familiares] em uma cadeia de valor lucrativa [que] é mais desafiador do que a retórica geralmente sugere.” (DFAT, 2014a, p. 3). Enquanto o SoL trabalhou para o alcance de uma “suficiência e diversidade nutricional”, que não deixa de ser importante, o do TOMAK pretende ir além: dar o salto, nesse sentido, significa mudar também comportamentos dos próprios produtores.

Na página seguinte, a Caixa 2, “Sistemas de Meios de Subsistências Timorenses [I: *Timorese Livelihood Systems*], apresenta uma prévia do conteúdo destrinchado no Anexo 6 do documento, Sistemas de Meios de Subsistência e Engajamento dos Beneficiários [I: *Livelihood Systems and Beneficiary Engagement*]. O conteúdo dessa caixa, e do Anexo 6, serão

---

<sup>79</sup> Development Agricultural Communities (DAC).

destrinchados a seguir ao abordar a próxima parte do *Concept Document* sobre as opções de investimento.

Vale ressaltar, por enquanto, que o conteúdo da Caixa 2 se refere à “tipologia definida [I: *defined*] pelo DFAT” para identificar os principais [I: *major*] “Sistemas de Meios de Subsistências Timorenses” com base na clusterização<sup>80</sup> dos *sukus*<sup>81</sup> a partir da “semelhança das suas características demográficas, produtivas, climáticas, econômicas e agroecológicas” (DFAT, 2014a, p. 3).

O programa TOMAK tem o seu conceito construído a partir de um primeiro exercício hipotético e imagético de dois “cenários espirais” para o futuro de Timor-leste. O cenário “preferido”, *upward spiral*, é aquele no qual o documento presume que a “os centros urbanos e o crescimento emergente” aumentaria o engajamento com “cadeias de valor produtivas” e a renda dos agregados familiares rurais.

O “desafio de ampliar o pequeno setor de agricultura comercial” também indica que nem todos os agregados familiares rurais serão capazes de “incorporar a produção comercial nos meios de subsistência deles” (DFAT, 2014a, p. 3). Isso significa que alguns agregados envolverão com o mercado e estimularão o que o *Investment Concept* vem definindo como “desenvolvimento econômico abrangente” [I: *broad-based economic development*]. Este seria um efeito encadeado pelas oportunidades criadas a partir do engajamento de alguns agregados familiares com cadeias de valor comerciais que passariam a estimular “oportunidades econômicas” em “outros lugares, muitas vezes nas oportunidades de emprego geradas pela agricultura e pelo crescimento econômico mais amplo [I: *broader economic growth*]” (DFAT, 2014a, p. 3).

Até aqui, a seção *Definição e justificativa do problema/questão para investimento*, nos informou o resumo do *problema* em foco, as possíveis causas e “solução”. O que me chamou atenção nesta parte, além, claro, do acionar das técnicas quantitativas, foi a extensa teia de referências a programas e engajamentos do Estado australiano na questão agrícola de Timor-Leste, bem como de outras áreas correlatas.

Outro fator relevante, conectado aos documentos, é a frase final, antes das opções, que considera o conceito do TOMAK como um componente “sólido” do “argumento [...] que

---

<sup>80</sup> Abordo de forma mais detalhada esse conceito e a sua prática no próximo capítulo. Por enquanto, vale ressaltar *insights* do trabalho de José Augusto Baranauskas encontrado no sítio eletrônico da Universidade de São Paulo: clusterizar é uma técnica que agrupa informações e encontra as semelhanças entre os “dados” muitas vezes inesperadas.

<sup>81</sup> Os *sukus* são as menores subdivisões administrativas de Timor-Leste. Em primeiro lugar, temos os municípios, depois subdistrito, e em seguida os *sukus*, que agrupam aldeias. Para outras informações, ver: <http://timor-leste.gov.tl/?p=91&lang=pt> Acesso em: 15 abr. 2023.

sustenta o envolvimento contínuo da Austrália na agricultura em Timor-Leste”. Ademais, o “suporte contínuo se alinharia com o interesse da Austrália em fortalecer a economia timorense e desenvolver as contribuições significativas da Austrália no passado” (DFAT, 2014a, p. 3). Vemos, neste ponto, uma conexão entre o conteúdo do programa e o Resumo Orçamento ODA da Austrália, abordado na seção anterior.

### 3.2.2 Quais são as opções para “solucionar” o problema e “defender” o investimento?

O documento nos informa que, a partir da “definição do escopo de atuação da Austrália”, três Opções foram “avaliadas” [I: *assessed*] e, por não serem exclusivas, o conceito do programa “adota elementos” de todas (DFAT, 2014a, p. 3), quais sejam:

1. Trabalhar em nível local dentro dos principais Sistemas de Meios de Subsistência do país para melhorar as cadeias de valor comerciais;
2. Foco nos sistemas alimentares de subsistência que construam a sustentabilidade, segurança alimentar e estado nutricional dos agregados familiares;
3. Construir a capacidade institucional do MAP (Ministério de Agricultura e Pesca) para o desempenho do seu mandato. (DFAT, 2014a, p. 4-5).

Adiciono três imagens extraídas do PDF do *Investment Concept* para demonstrar a forma e o conteúdo de cada opção. Chamo atenção para um aspecto que não muda em nenhuma das figuras: a junção da frase “assim sendo [I: *as such*], oportunidades significativas residem em:”, sempre abaixo dos parágrafos explicativos, com o quadro seguinte dividido desigualmente em duas colunas que contrapõem as abordagens que serão evitadas [Coluna 1 – Evitando abordagens que:] com as que estarão no foco [Coluna 2 – Enquanto se concentra em: (ver Figura 12, 13 e 14)].

Tendo este formato repetido em cada Opção, analiso o conteúdo que essa forma textual e visual in-forma e relaciona para definir o conceito do TOMAK.

#### **Figura 12 – Extração de trecho do *Investment Concept Document*: Opção 1**

---

**OPTION 1: WORK AT THE LOCAL LEVEL WITHIN THE MAIN LIVELIHOOD SYSTEMS ACROSS THE COUNTRY TO IMPROVE COMMERCIAL VALUE CHAINS.**

This option is solidly supported by the evidence of other programs. *Seeds of Life* has demonstrated the richness of Timorese Livelihood Systems, showing that these vary distinctively across the country (see Box 2). Opportunity exists to work with rural households, be they subsistence or partly commercial, to develop their productive capacity and link them with profitable markets in promising value chains. Rather than promoting a single national value chain, TOMAK should work within the chosen Livelihood Systems on those value chains that exhibit the most potential for economic growth. TOMAK should then address the production, market, logistics and enabling constraints faced by these Systems. It should also help men, women, families and communities in rural areas to make whatever changes are necessary to their norms and behaviours. Inevitably, however, this will be a long-term process of trust and confidence building. Approaches will need to be tailored depending on the status of each household and differentiate between: a) the poorest and most vulnerable; b) the economically active poor; and c) emerging private sector leaders (see Annex 6). It will also require specific interventions to promote women's engagement and economic empowerment (see Annex 8). There is agreement among major donors<sup>8</sup> that significant effort is needed in helping communities to culturally adjust. Many initiatives have taken five to ten years to achieve appreciable change. Pleasingly, there is recent evidence that the rate of change within communities is increasing, driven by householder aspirations for economic growth, and the evidence of success by others. Furthermore, NGOs and donors alike have, over the years, gained significant experience in how to do this well.

As such, significant opportunity lies in:

**Avoiding approaches that:**

- *Work nationally and are insufficiently tailored to Timor-Leste's diversity;*
- *Put insufficient effort at the local level into helping subsistence farmers make the major behavioural transition to commercial agriculture;*
- *Fail to take into account the varying economic aspirations of men and women, be they youth or adults;*
- *Focus solely on local productive capacity while neglecting the essential market linkages.*

**While focussing on:**

- Expanding the currently successful approaches to cover the major Livelihood Systems across the country;
- Focusing on three to five of the major Livelihood Systems, defining up to four of the most promising commercial value chains in each;
- Assisting men and women commercial farmers to produce the quantity and quality necessary to meet value chain and market demand;
- Including focused activities for women's economic empowerment to improve their relative incomes, reduce their workload, and promote their position, both within the household and the economy (detailed in Annex 8);
- Building agribusiness and broader private sector capacity and linkages to ensure that markets function properly.

Fonte: DFAT, 2014a, p. 4.

O título da Opção 1, “Trabalhar em nível local dentro dos principais Sistemas de Meios de Subsistência do país para melhorar as cadeias de valor comerciais”, faz referência ao conteúdo do Anexo 6, conhecimento produzido no SoL, que, em 2014, ocupou o papel de fator de produção, fundamento infraestrutural, para a produção do TOMAK. As duas primeiras frases se referem ao que outros programas evidenciaram, mas o único programa que está sendo referenciado é o SoL.

O TOMAK também deveria promover assistência aos agricultores comerciais em termos de quantidade e qualidade para que alcancem as demandas do mercado e das cadeias de valor; colocar o empoderamento econômico feminino na pauta e melhorar a posição das mulheres dentro dos agregados familiares e na Economia. A última abordagem que deve ser priorizada é aquela na qual “o agronegócio [I: *agribusiness*] e a capacidade e vínculos mais **amplos do setor privado** [garantiriam ...] que os mercados funcionem adequadamente” (DFAT, 2014a, p. 4). Esta abordagem é contraposta àquelas que não levam em consideração a diversidade de Timor-Leste, mais especificamente aquelas que não colocam esforços

suficientes “no nível local para ajudar os agricultores de subsistência a fazer **a principal transição comportamental** para a agricultura comercial” (idem, grifo nosso).

Segundo o documento, depois que o SoL identificou, classificou, categorizou e “*clusterizou*” os “sistemas meios de subsistência timorenses”, “o TOMAK deveria, [depois de identificar as cadeias de valores mais potenciais] abordar a produção, mercado, logística e limitações enfrentadas por esses sistemas. Deve também **ajudar** homens, mulheres, famílias e comunidades em áreas rurais **a fazer quaisquer mudanças necessárias em suas normas e comportamentos**. Inevitavelmente, no entanto, este será um processo de longo prazo de confiança e de construção de tal” (DFAT, 2014a, p. 4, grifo nosso).

Aquilo que já estava evidente desde o início – a centralidade do SoL – fica mais explícito nesta parte, na qual os 15 anos de execução deste programa em Timor-Leste se tornam (quase) palpáveis ao serem entrelaçadas, in-formadas e encadeadas às possibilidades de investimento para do TOMAK. O Anexo 6, operado como complemento para esta opção, será o único abordado de forma mais detalhada dentre os anexos, já que o conhecimento ali exposto se vinculou ao SoL.

A segunda opção traz o foco para a alimentação e a dimensão nutricional. É verdade que este tema ainda estava operando de outra forma enquanto o programa definia o conceito. A questão da “pobreza nutricional”, ou insegurança alimentar, foi pontuada duas vezes apenas e com referência à dados quantitativos. É na Opção 2 que a parte nutricional fica um pouco mais em evidência.

**Figura 13 – Extração de trecho do *Investment Concept Document*: Opção 2**

---

**OPTION 2: FOCUS ON SUBSISTENCE FOOD SYSTEMS THAT BUILD THE SUSTAINABILITY, FOOD SECURITY AND NUTRITIONAL STATUS OF HOUSEHOLDS.**

This option builds on the significant achievements of *Seeds of Life* in improving the productive potential of Timor-Leste's core staple food systems. Rural communities now have improved choices with which to meet their basic food needs. Yet despite this, the subsistence sector remains moribund – it is characterised by low agricultural productivity, uncertain access to land and water, and harsh working conditions. There is also very little incentive to increase the production of the staple commodities when the formal markets remain limited, and when government intervention in the staple crop sector has created price expectations (largely unmet) that have further undermined the already fragmented markets.

One of the significant lessons of *Seeds of Life* has been that simple improvements in the productivity of the basic food crops are insufficient, by themselves, to adequately address Timor-Leste's nutrition and food security needs. *Seeds of Life* attempted to address this issue by piloting "nutrition sensitive agriculture" approaches that provided IEC materials<sup>9</sup> to help rural families better understand food production needs, as well as the need for a diversified diet.

*Seeds of Life*, along with other donors, have also demonstrated the economic, social cohesion and sustainability benefits to be derived by communities through the assessment, planning and capable management of their productive natural resources. Understandably, traditional 'custom' practice and customary law fails to encapsulate practices that maximise economic return while maintaining ecosystem services.

This gap can, however, be filled by community-based catchment planning, enabling householders to more confidently enter into commercial production of crops or livestock. The benefits of such catchment planning include community agreements/regulations that: categorise land use capability and access; improve water source management and water use

---

<sup>8</sup> Confirmed by contacts in Seeds of Life, MDF, USAID, ILO, IFAD, EU, GIZ and other donors in Timor-Leste

<sup>9</sup> A blend of information, education and communication tools.

---

planning; control free stock grazing; define boundaries; influence infrastructure planning, lessen conflict, improve social cohesion, and improve women's engagement in resource planning and economic enterprise.

As such, significant opportunity lies in:

**Avoiding approaches that:**

- *Focus on staple crop productivity without a complementary focus on the desired changes in household production and consumption;*
- *Assume that community custom practice is sufficient to ensure equitable and sustainable access to productive resources.*

**While focussing on:**

- Helping to promote year-round production and consumption of diverse and sufficient food, thereby enabling households to better and more confidently engage in the broader economy; and
- Helping communities to manage and access their land and water resources more productively, sustainably and equitably, thereby promoting sustainable economic growth.

Peço licença para abordar a Opção 2, de forma mais bem detalhada, no próximo capítulo, que traz a episteme do SoL, a qual tem vínculo com um ramo da Economia enquanto ciência. Como o SoL ocorreu durante 15 anos, faço um recorte específico a partir do *Investment Concept*, com foco na contraposição e binarismo do *staple food/non-staple food*, que mobiliza esta segunda opção. Isso me ofereceu conteúdo importante para pensar a infraestrutura epistemológica operante no TOMAK (Murphy, 2017).

Coloco em evidência, para os propósitos deste capítulo, que a Opção 2 aborda a noção de “*subsistence food systems*” a partir do que o SoL trouxe como *achievements* [P: resultados]. Ao mesmo tempo, esta opção nos oferece também uma outra retratação da Economia de Timor-Leste. Logo nas primeiras leituras do *Investment Concept* (2014a), deparei-me com a definição para o “o setor de subsistência [como] moribundo” (p. 4).

Moribundo, segundo o documento, é um setor “caracterizado por baixa produtividade agrícola, acesso incerto à terra e à água e duras condições de trabalho.” (DFAT, 2014a, p. 4). Os *non-staple food* também seriam uma forma mais “rentável” de tratar o investimento do TOMAK, pois ainda há

pouco incentivo para aumentar a produção de *staple commodities* quando os mercados formais permanecem limitados e quando a intervenção do governo no setor de culturas básicas criou expectativas de preços (em grande parte não atendidas) que prejudicaram ainda mais os mercados já fragmentados (DFAT, 2014a, p. 4).

Dadas as “dificuldades” que a Opção 2 endereça, a in-formação de que “melhorias simples na produtividade das culturas alimentares básicas [I: *basic food crops*] são insuficientes, por si só, para atender adequadamente às necessidades de nutrição e segurança alimentar de Timor-Leste” (DFAT, 2014a, p. 4) torna central a opção por “*non-staple food systems*”. O SoL concentrou esforços “na melhoria do potencial produtivo dos principais *staple food system* de Timor-Leste”, o que fez com que “as comunidades rurais, agora, tenham melhores opções para atender às suas necessidades alimentares básicas” (DFAT, 2014a, p. 4).

Algo relevante e inédito nas páginas anteriores apareceu para mim nesta opção: a menção a “*traditional custom practices*” e “direito consuetudinário”, bem como à metodologia “nutrition sensitive agriculture”. Segundo o documento, “compreensivelmente, [“*traditional custom practices*” e direito consuetudinário] falham em encapsular práticas que maximizam o retorno econômico, mantendo os serviços ecossistêmicos” (DFAT, 2014a, p. 4).

Deixarei para o próximo capítulo a abordagem mais adensada. No entanto, não há como passar despercebido que “as limitações” das práticas tradicionais e costumeiras, no sentido proposto pelo *Investment Concept*, são definidas como “defeituosas” ao colocar em foco o objetivo de “maximização do retorno econômico”. Por outro lado, os “*gaps*” poderiam ser trabalhados com algumas técnicas ou metodologias: *community-based catchment planning*, por exemplo. Ademais, o SoL “demonstrou os benefícios econômicos, de coesão social e sustentabilidade a serem obtidos pelas comunidades através da *assessment, planning* e *capable management* de seus recursos naturais produtivos” (DFAT, 2014a, p. 4).

**Figura 14 – Extração de trecho do *Investment Concept Document*: Opção 3**

**OPTION 3: BUILD THE INSTITUTIONAL CAPACITY OF MAF TO UNDERTAKE ITS MANDATE.**

Significant success has been achieved through the long-term partnership between *Seeds of Life* and specific MAF operational units. The exit phase of *Seeds of Life* is now focused on sustaining these achievements to ensure that the gains made will not be dissipated. MAF is, however, facing institutional, financial and other risks that are compromising its capacity to deliver effective services. Strong leadership is therefore needed to institute the necessary broad-based institutional reforms. To this end, the World Bank has developed a pilot *MAF Institutional Strengthening Program* (MISP). Donors have also formed a *MAF Development Partners* group to help synchronise and streamline assistance to MAF, in line with its *Strategic Development Plan*, as well as the MTDP and the MTIP. It is to be hoped that MAF will also be successful in its request for budget funding through the multilateral *Global Agriculture and Food Security Program* (GAFSP). At the national level, Australia would do best to continue to monitor progress - particularly the outcomes and opportunities arising from the MISP and GAFSP initiatives as these progress – while using its influence to press for change as opportunity arises.

At the District level, MAF is one of the few Ministries with an appreciable presence through its District Directorates and its network of Suco-based agricultural extension officers. MAF is committed to increasing local service delivery in line with the Government's "deconcentration" agenda. Pleasingly, the MAF Minister and the MAF Director General have instrumental roles in the cross ministerial *National Council for Food Security, Sovereignty and Nutrition in Timor-Leste* (KONSSANTIL), as well as the KONSSANTIL permanent technical working group. The primary responsibility of KONSSANTIL is oversight of the *Action Plan for Hunger and Malnutrition Free Timor-Leste*, part of which will involve the establishment of district KONSSANTIL councils.

As such, significant opportunity lies in:

**Avoiding approaches that:**

- Only work with Government, while neglecting the range of dynamic service delivery partnerships needed at the local level.

**While focussing on:**

- Broadening partnerships with District Administrations, district KONSSANTIL councils, agri-business, NGOs, churches, and civil society to innovatively improve services that support community engagement in local commercial opportunity; and
- Engaging with MAF nationally on a case by case basis to help forge national enabling policies that can stimulate local/regional economic growth.

Fonte: DFAT, 2014a, p. 4-5.

Esta foi a opção menos esmiuçada por mim, dado o recorte temático e de abordagem feito para a produção desta dissertação. Ademais, as siglas, os programas de outras organizações, como Banco Mundial, ou a operação do *Global Agriculture and Food Security Programa* (GAFSP), programa multilateral, mereceriam uma pesquisa mais aprofundada. O interessante é identificar que, enquanto o SoL manteve vínculos e parcerias intrínsecas com algumas unidades operacionais do MAP, o TOMAK se constrói pela expectativa de descentralizar e estabelecer vínculos diretos com os municípios.

### 3.2.3 “*The way forward*”

Antes de finalizar a subseção “Opções”, o *Investment Concept* adiciona uma seção intitulada “o caminho a seguir” [I: *the way forward*]. Nesta, “o trabalho analítico” anterior “confirma uma oportunidade para a Austrália investir em um programa que”: primeiro, “crie **oportunidades econômicas** equitativas em Timor-Leste através da promoção de cadeias de valor rentáveis dentro dos seus Sistemas de Meios de Subsistência prioritários;”, e, em segundo lugar, “ajude a população rural a obter **melhores resultados nutricionais** para que as pessoas

possam viver de forma mais produtiva e se envolver melhor em atividades comerciais” (DFAT, 2014a, p. 5).

É nesse ponto que o documento engloba tudo que foi exposto sobre o “problema” e a justificativa para encaminhar os resultados propostos. Há mais uma página trazendo referências sobre o vínculo que o TOMAK terá com outros documentos e planos estratégicos do Estado australiano, mas considero que o que foi exposto até então já é suficiente para prosseguirmos.

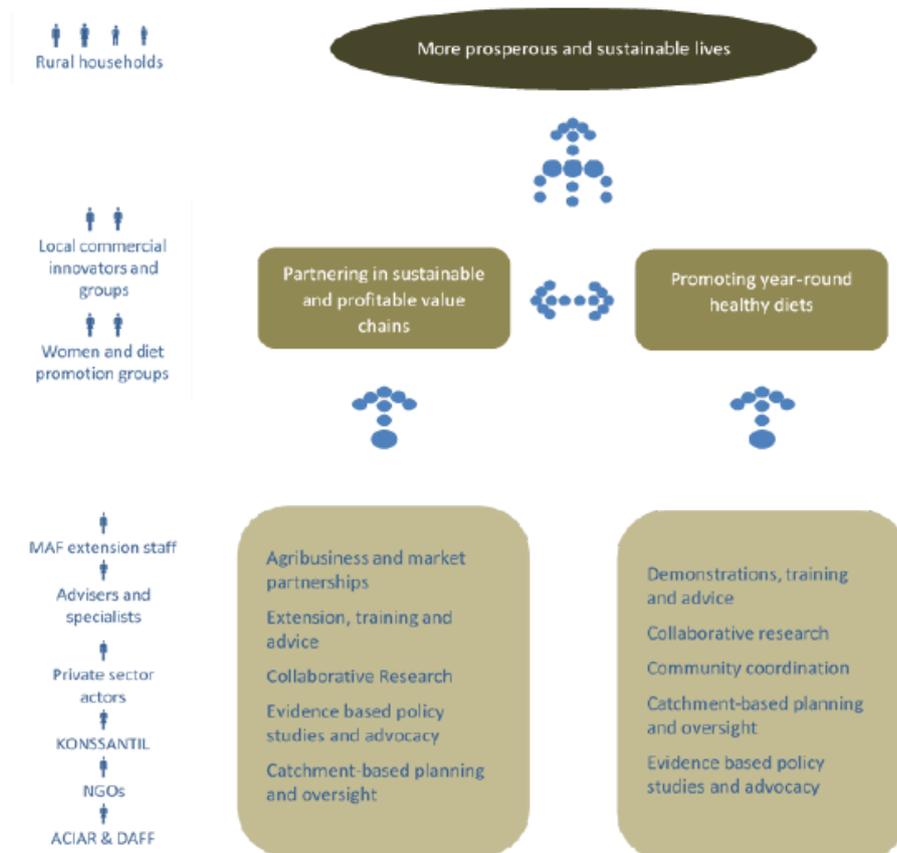
### 3.3 RESULTADOS ESTIMADOS PARA O INVESTIMENTO

A parte C, Resultados propostos e opções de investimento, indica algo que eu abordei logo na introdução, na seção “O que significa TOMAK?": a Teoria da Mudança que embasa o TOMAK. Naquela ocasião, com base no *Investment Design* (2015a), adicionei a Figura 3 que é uma versão mais elaborada, textual e visualmente, do que está exposto na figura a seguir.

#### Figura 15 – Teoria da Mudança segundo o *Investment Concept*

The following logic underpins the TOMAK program, while its underlying 'theory of change' is reflected in Figure 2.

Figure 2: TOMAK's Theory of Change



Goal: Rural households in Timor-Leste live more prosperous and sustainable lives.

O objetivo [I: *goal*] está indicado em destaque, assim como demonstrei para o caso do *Investment Design*, na introdução. Aqui, pontuo a diferença da Teoria da Mudança do *Investment Design* e do *Investment Concept* em termos de forma e quantidade de in-formação. Em certo sentido, a figura do *Design* é uma “evolução” do que está apresentado no *Concept*.

A criação e operação desse modelo e forma de “Teoria da Mudança” é mais comum do que eu imaginava no campo de programas de desenvolvimento. A sua análise esmiuçada, partindo para a própria compreensão da infraestrutura epistemológica, requereria mais tempo e conhecimento da minha parte. Mobilizo-as somente para demonstrar como o conhecimento do *Investment Concept* e *Investment Design* pressupõe um conjunto teórico, metodológico e epistêmico específico.

Depois da figura e da indicação do objetivo, os dois *outcomes*, esmiuçados e destrinchados, são os seguintes (DFAT, 2014a, p. 8): “Produtores comerciais locais e *agribusinesses* estão fazendo parcerias sustentáveis e lucrativas em cadeias de valor selecionadas” e “*Community-based groups* estão promovendo uma dieta saudável baseada na produção e consumo, durante todo o ano, de alimentos diversos e suficientes”. Esses são os resultados a serem *delivered* em Timor-Leste pelo programa.

O primeiro contribui para o objetivo na medida em que “oferece [I: *delivering*] mais opções corporativas e acesso ao mercado” (DFAT, 2014a, p. 8). Neste caso, o programa estima que, ao se engajar com alguns Sistemas de Meios de Subsistências Timorenses (como esmiuçado no Anexo 6 do *Investment Concept*), definindo até quatro cadeias de valores mais promissoras, potenciais efeitos podem ser desencadeados mesmo em regiões adjacentes. Este é o argumento para a diversificação econômica, ou “*broad-based economic growth* ou *development*”.

No *Investment Design*, os resultados esperados são mais detalhados. Não é à toa que o arquivo do *Concept* tem 43 páginas totais, enquanto o *Design* possui 115. De toda forma, as técnicas de quantificação para produção de conhecimentos a serem *delivered* são significativas neste ponto. Segundo o *Investment Concept*, é esperado ter, ao final dos primeiros cinco anos do programa, “seis cadeias de valor revigoradas dos principais sistemas de subsistência do país [com] retornos anuais médios de US\$ 2.000 a US\$ 3.000 para 7.000 famílias; e uma gama de investimentos do setor privado e oportunidades de emprego nas cadeias de valor selecionadas” (DFAT, 2014a, p. 8).

Em relação ao segundo, vinculado ao tema nutrição e segurança alimentar, o documento argumenta que o *delivery* deste resultado pode ser alcançado com a equipe de extensionistas agrícolas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Soberania e Nutrição em Timor-Leste

(KONSSANTIL), funcionários da administração dos distritos e parcerias com ONGs. “Este trabalho será apoiado por um especialista em agricultura da TOMAK e vinculado à pesquisa colaborativa proposta pela ACIAR com o MAP” (DFAT, 2014a, p. 9). É interessante evidenciar que, depois dos dois resultados, o documento destrincha melhor algumas formas, ou métodos, a serem mais bem “desenhadas” na etapa do *design*: “*Catchment-based, Community Agreements on Access to land and water*” e “*Improved Enabling Policy*”.

Essa justificativa para a seleção dos dois resultados é seguida pela descrição breve da “Abordagem de implementação/entrega” [I: *implementation/delivery approach*]. No *Investment Design*, esta seção é transformada em “*Delivery Mechanism*”. De toda forma, trago o modo como o *Investment Concept* apresenta o resumo dos métodos de *delivery* que estão em processo de avaliação até o *design*.

**Figura 16 – Resumo dos métodos de *delivery* retirado do *Investment Concept Document***

|                                       | Coordination or Delivery Partnerships  | Program Resources  |
|---------------------------------------|--|--|
| Economic Opportunity                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• District extension staff and local NGOs;</li> <li>• Agribusiness and the broader private sector;</li> <li>• ACIAR Research for Development in key value chains.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Value Chain Adviser;</li> <li>• TOMAK or other business advisers;</li> <li>• Community development specialist;</li> <li>• Local staff in each Livelihood System.</li> </ul> |
| Household food security and nutrition | <ul style="list-style-type: none"> <li>• KONSSANTIL District Councils;</li> <li>• MAF extension staff;</li> <li>• SISCa/Sanitarrians;</li> <li>• Local NGO/civil society groups.</li> <li>• ACIAR Research for Development in the key catchments.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nutrition Adviser;</li> <li>• Agriculture Adviser;</li> <li>• Local staff in each Livelihood System.</li> </ul>   |

Fonte: DFAT, 2014a, *Investment Concept*, p. 10.

Na primeira coluna da esquerda, estão os dois *outcomes*; a segunda pontua as parcerias que poderão ser estabelecidas para cada *delivery*; e, a última, indica quais serão os recursos, o que, na verdade, remete aos tipos de funcionários, pesquisadores que podem vir a ser necessários para garantir a implementação. A falta de parceiros, como era esperado por mim, já que todo o documento é ancorado em *achievements e experiences* de outros programas, é um dos principais riscos.

Não abordarei o conteúdo sobre riscos de forma detalhada, mas é importante mencionar o argumento de Shahar Hameiri (2008) acerca das mudanças na política de ajuda externa da Austrália com a publicação do *White Paper* em 2006. A partir desse momento, o documento e os programas implementados pela agência passaram a focar, cada vez mais, na “securitização”, ou seja, a segurança da Austrália tinha relação direta com a redução da pobreza na região.

A securitização, como definida por Hameiri (2008, p. 357), foi reflexo de uma forma de “gestão de riscos” para prevenir o transbordamento para a Austrália de riscos transnacionais, potencialmente infeccionados dentro das fronteiras de estados ‘ineficazes’, ao desenvolver a capacidade das instituições governamentais nos países vizinhos.” Assim como Murphy analisa

a economização da vida através da operação das técnicas quantitativas, Hameiri (2008) também apresenta a participação da probabilidade e dos cálculos para a questão da participação do “neoliberalismo” na política externa.

O autor persegue outras questões interessantes ao analisar as relações políticas do Estado australiano com o Pacífico e Sudeste Asiático, como Papua Nova-Guiné e Ilhas Salomão. A securitização, entrelaçada com a questão do desenvolvimento, como demonstrou Hameiri (2008), pode ser entendida também como um dos blocos epistemológicos da infraestrutura epistemológica que passou a operar nas relações do programa de desenvolvimento da Austrália, da qual o TOMAK faz parte.

Finalizemos a análise do *Investment Concept* (2014a).

Antes do Anexo 1, o documento indica que a etapa de *design* poderá “testar a viabilidade, funcionalidade, sustentabilidade e custo provável das parcerias de entrega” (DFAT, 2014a, p. 10). Depois de todo esse trajeto textual para demonstrar como o TOMAK poderá entrecruzar concepções e visões de mundo, pessoas e lugares de diferentes contextos a fim de criar uma forma coesa e coerente, pensando nos termos de Riles (2006; 2010) e Star (1999), vem o espaço para a abordagem dos riscos do programa e outras necessidades para a etapa de *design*:

uma matriz de avaliação de risco detalhada, incluindo estratégias de mitigação apropriadas; recursos apropriados alocados para o monitoramento e reporte de riscos identificados e emergentes; e uma exigência para os funcionários do TOMAK e DFAT revisarem/atualizarem regularmente o perfil de risco (DFAT, 2014a, p. 10).

Por fim, o *Investment Concept* apresenta a breve seção F, Processo proposto de *design* e garantia de qualidade. Este tópico é interessante na medida em que contém as estratégias de publicizar o documento de conceito e circulá-lo para além do DFAT, entre os governos envolvidos e *stakeholders*. Em Díli ou em Camberra, o DFAT se responsabiliza por circular o *Investment Concept Document* para que questões e sugestões possam ser incluídas no Termo de Referência (ToR) do *Investment Design Document* que é lançado no mercado e dá início à candidatura – e competição – de pesquisadores que receberão para produzir o documento sobre o *design* do investimento.

A informação final, antes do Anexo 1 – *Investment Risks* –, diz respeito aos requisitos de aprovação ao qual o *Investment Design Documento* é submetido. Uma versão de rascunho deve ser analisada por um especialista técnico independente e outro interno do DFAT. “A equipe irá então considerar os comentários da avaliação e concordar com quaisquer modificações antes da aprovação final no DFAT” (DFAT, 2014a, p. 11).

Indago-me, novamente, sobre o que hoje está sendo pontuado dentre pesquisadores sobre a participação e relação entre *aid* e *development* com as outras atividades do DFAT, que opera com esse nome desde 1987, quando Relações Exteriores e Comércio passaram a estar juntos (Hill, 2023; Hameiri, 2008).

A produção arquivística é em si um processo que gera efeitos, enquanto também é produto das relações de poder. Espero ter demonstrado partes de como operam os arquivos e essa técnica de governo que hoje também está vinculada ao fenômeno do desenvolvimento. Como nos alertou Ann Stoler (2010, p. 480), “é preciso [ler os arquivos] em busca de suas regularidades, suas lógicas de rememoração, suas densidades e distribuições, as consistências das desinformações, omissões e erros, sempre seguindo o fluxo do arquivo”.

O conteúdo in-formado para justificar o investimento, e os títulos e resumos de outros materiais produzidos durante a execução do programa, apontam para engajamentos correntes para mudança de comportamentos, atitudes e habilidades na área de agricultura comercial e segurança alimentar. Junto com a técnica, o conceito de pedagogia de Kelly Silva (2016), ao estudar alguns engajamentos para implementação do *tara bandu*<sup>82</sup> no período pós-colonial, também é interessante para pensar o caso em questão.

Silva (2016) analisa propagandas, materiais televisivos de 2012, como pedagogias econômicas que buscam informar e ensinar aos leste-timorenses, tanto com palavras como por imagens – por meio de vídeos educativos –, como dispender seus recursos, energia e tempo, a partir da modernidade que deveria vir com a retomada da independência. Assim como Stoler (2002), para os arquivos coloniais, o *tara bandu*, prática resgatada do período da colonização, é uma tecnologia local de governança e construção e manutenção da ordem (Silva, 2016, p. 149).

Pensando junto com Silva (2016) e Stoler (2010), além das observações anteriores sobre Star e Greisemer (1989), podemos dizer que os arquivos que produzem o TOMAK, antes de ser implementado, são como pedagogias, objetos de fronteiras e técnicas que colocam em relação, não o Estado australiano e os leste-timorenses diretamente, mas *suppliers* que serão selecionados para o *delivery* do programa para os leste-timorenses alvo [I: *target*]. Espero,

---

<sup>82</sup> Esta é uma prática que em português se traduz como “dependurar proibição” e, além de Kelly Silva (2016), outras pesquisadoras – Marisa Gonçalves e Maria Paula Menezes (2019) – também estudam outras dimensões do. Como a abordagem de pedagogia econômica se relaciona com o nosso propósito, trago a captura que Silva (2016, p. 133) faz sobre: “de um modo sintético, o *tara bandu* [...] tem sido descrito como um dispositivo local de governança que opera pela imposição ritual de regras, proibições e punições. [...] Além de instaurar proibições relativas a relações entre seres humanos e meio ambiente, seres humanos e instituições públicas e entre seres humanos e seres humanos, o *tara bandu* também pode instituir punições àqueles que desobedecerem às ordens prescritas.”

agora, partir para a análise da infraestrutura epistêmica anterior, tantas vezes mencionadas ao longo deste capítulo, e que será recortada para fins desta dissertação.

#### 4 FINI NO TO'OS BA MORIS DI'AK

Este capítulo apresenta uma discussão mais densa de duas seções do *Investment Concept Document* (2014<sup>a</sup>): Opção 2 de investimento, “Foco nos Sistemas Alimentares de Subsistência [I: *Subsistence Food Systems*] que Construam a Sustentabilidade, Segurança Alimentar e Estado Nutricional dos Agregados Familiares” (p. 4), e o Anexo 6, “Sistemas de Meios de Subsistência Timorenses”. Trato essas duas partes separadamente como uma forma de melhor compreender os meios pelos quais o programa australiano anterior, *Seeds of Life* (SoL), ancora a produção do conceito do TOMAK. A Opção 2 de investimento inicia com o fato de que foram os “resultados” do SoL que tornaram esse investimento um potencial. O Anexo 6, por outro lado, apesar de não mencionar o SoL, afirma que o que foi ali produzido advém de anos de engajamento da Austrália em Timor-Leste. Assim, esses conhecimentos são partes importantes da fundação da infraestrutura epistêmica de produção do TOMAK (Murphy, 2017).

Os documentos do TOMAK analisados no capítulo anterior se ancoram em conhecimentos produzidos durante 15 anos de execução do programa agrícola já mencionado aqui algumas vezes: *Seeds of Life* (SoL). Opto por intercalar a sigla SoL e o título em inglês, como os documentos também o fazem. Diferente do TOMAK, que tem seu nome em tétum muito mais disseminado que a versão em língua inglesa, o *Seeds of Life* aparece principalmente na versão em inglês.<sup>83</sup> Neste capítulo, exploro duas questões específicas que participaram do TOMAK: o conceito *non-staple food/staple-food*; e o conhecimento *clusterizado* e mapeado que produziu o Anexo 6, “Sistemas de Meios de Subsistência Timorenses”.

Nesse sentido, o conhecimento que embasa a produção do TOMAK pode ser entendido como um dos segmentos da infraestrutura ramificada e extensa que permite que redes globais e tecnologias de governança “do desenvolvimento” circulem (Riles, 2010; Silva, 2016). Ao ler os documentos, seus conceitos, imaginários construídos em conjunto com as técnicas quantitativas, percebi que epistemologias mais amplas estavam sendo enredadas em nome da Economia Nacional de Timor-Leste (Murphy, 2017).

O cenário *downward spiral* ou *upward spiral*, por exemplo, foi um primeiro alerta da participação de pressupostos e paradigmas científicos específicos (DFAT, 2014<sup>a</sup>, p 3-4). Estes são construídos no documento como se as ferramentas para imaginar tal cenário fossem compartilhadas igualmente por todos os potenciais leitores. Afinal, ou a Economia de Timor-Leste ascende com “cadeias de valor comercial” lucrativas ou descende se tais cadeias de valor não forem desenvolvidas (DFAT, 2014a, p 3-4).

---

<sup>83</sup> Talvez, porque, no período da sua construção e implementação, o país estava começando a retomada da independência e poucos estrangeiros sabiam a língua mais falada, o tétum.

Como demonstrei, entre a produção e *delivery* do TOMAK, há a transformação do programa em uma mercadoria para circular internacionalmente na economia de mercado (Polanyi, 2000 [1944]; Gregory, 1982). O DFAT produz o TOMAK e o transaciona com organizações, como empresas e ONGs, para atuarem como *Contractor* e *Supply Chain Partner* em nome do Estado australiano. Este capítulo, então, é uma continuação do anterior para seguir dissertando sobre a produção do TOMAK, suas infraestruturas epistêmicas que perfazem da sua aprovação, venda e implementação.

O conceito de infraestrutura epistêmica, segundo Murphy (2017), tem o propósito de chamar atenção para a dimensão técnica e material que garante a circulação dos programas de desenvolvimento do escritório de um país para as comunidades de outro. Também, é por meio dessas infraestruturas que as redes globais são criadas e recriadas (Riles, 2010). Para fins desta dissertação, e do argumento que me conduz, este capítulo começa apresentando o SoL de forma breve e generalizada. Disserto sobre os saberes, ou epistemes, que vinculam o TOMAK a resultados, in-formações e “*achievements*” do SoL no *Investment Concept Document* (2014a). Na seção, intitulada “A Infraestrutura a partir do *Seeds of Life*”, abordo dois conjuntos epistêmicos, inspirados por Murphy (2017), que apresenta a participação de teorias de Keynes, Kuznets, dentre outras, na construção infraestrutural que fez parte do processo de economização da vida.

Em primeiro lugar, a questão dos *non-staple food/staple food*, que esteve presente principalmente na Opção 2 do *Investment Concept* (2014a, p. 4-5). Estes são conceitos que, no campo da Economia, são denominados pela “Teoria desenvolvimentista canadense” (Moraes, 2017). Ainda, apresento partes da leitura do volume “*The Creation of the East Timorese Economy*” (2019) de Mats Lundahl e Frederik Sjöholm, onde me deparei com o conceito *staple food* pela primeira vez.

Em segundo lugar, o Anexo 6 é colocado em análise para discorrer sobre como a prática de *clusterizar*, em inglês *clustering*, foi uma técnica do SoL importante para que o TOMAK pudesse ser proposto. É a clusterização dos “meios de subsistência timorenses” que possibilitou a geração de sistemas e, conhecimento, ou insumo, para a produção do TOMAK.

Por fim, a última seção “Os Programas e as Técnicas”, traz uma breve discussão das abordagens antropológicas que têm guiado a minha pesquisa e sobre como a relação entre o SoL e o TOMAK é permeada por conhecimentos compostos por técnicas. O próprio documento

já é resultado de um conjunto<sup>84</sup> de técnicas para ser criado. Desse modo, pretendo destrinchar como a infraestrutura do TOMAK é mais bem compreendida se tivermos em perspectiva que as ações da Austrália resultam de anos de engajamento com outros países em nome da ajuda ou desenvolvimento.

#### 4.1 BREVE HISTÓRICOS DO *SEEDS OF LIFE*

Embora todas as atividades da Seeds of Life (SoL) sejam encerradas no final de junho de 2016, o legado do programa SoL continua. [...]

Embora não estejamos publicando novos artigos, publicações ou mapas, você pode continuar acessando a riqueza de informações e recursos que o programa gerou nos 15 anos desde o início em novembro de 2000, incluindo acesso à infinidade de relatórios de pesquisa, estudos especiais e uma infinidade de mapas disponíveis no site da SoL por pelo menos mais alguns anos (Seeds of Life, s. d.).<sup>85</sup>

Eu já tinha tido contato com o SoL através de outras duas leituras de Christopher Shepherd (2013; 2019). Como é um programa que operou durante 15 anos, em três fases e que começou junto com a retomada da independência, infinitas possibilidades surgem ao colocá-lo em análise. Em 2000, no período da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET, sigla em inglês para United Nations Transitional Administration In East Timor), o Centro Australiano para Pesquisa em Agricultura Internacional (ACIAR, sigla em inglês para Australian Centre for International Agricultural Research) já tinha uma missão com funcionários, pesquisadores e outras participantes no país.

No caso do ACIAR, este Centro foi importante para a construção da proposta do programa SoL. O ACIAR, junto com o Ministério de Agricultura e Pesca (MAP), começou a identificar intervenções que poderiam ser feitas no modo das comunidades leste-timorenses praticarem a agricultura. “A missão identificou a falta de germoplasma melhorado nas principais culturas alimentares como uma restrição mais séria na produção de culturas alimentares” (ACIAR, 2016, p. 4).

Em 2001, a Australian Aid, hoje anexada ao DFAT, lançou a primeira fase do SoL até 2005 com o valor de 1,2 milhão de dólares australianos. O conteúdo desta seção foi coletado no próprio sítio eletrônico do programa e no relatório final do ACIAR de 2016. Na primeira fase, então, o SoL “foi desenhado [I: *design*] para melhorar o acesso dos agricultores a uma

<sup>84</sup> Poderia pensar, neste ponto, com o conceito de *assemblage*, que participou da pesquisa de diferentes pesquisadoras com as quais tive contato durante a realização do curso de Antropológica da Ciência e Tecnologia. No entanto, restrinjo-me a indicar apenas esta nota de rodapé para análises futuras.

<sup>85</sup> Informação proveniente da página de abertura do sítio eletrônico do *Seeds of Life*. Para ver: <http://seedsoflifetimor.org/> Acesso em: 20 abr. 2022.

variedade de variedades de culturas de maior rendimento adaptadas aos ambientes variados em Timor-Leste” (ACIAR, 2016, p. 4).

O SoL se apresenta com a seguinte frase: “Segurança alimentar começa com segurança de semente [I: *Food security begins with seed security*]”. Segundo o sítio eletrônico e o relatório final do ACIAR, a meta [I: *goal*] era “melhorar a segurança alimentar através do aumento da produtividade das principais culturas alimentares”, e o objetivo é que “65.000 famílias produtoras de culturas (50% do número esperado em 2015 em Timor-Leste) têm acesso e estão usando rotineiramente variedades melhorada de culturas”.<sup>86</sup>

A primeira fase do SoL foi de 2001 a 2005, a segunda de 2005 a 2011 e a terceira de 2011 até meados de 2016. Na segunda metade de 2016, deu-se o início do TOMAK, mostrando uma sequência não só em termos conceituais, mas temporal também. Enquanto o SoL finalizava, o TOMAK estava sendo gestado dentro do DFAT para depois ser negociado no mercado nacional australiano e internacional.

Desde o início, o SoL, como o próprio nome indica, trabalha com variedades de sementes agrícolas. A terceira fase do SoL (usam o termo SoL3 para se referir a esse período de atuação), antes do começo do TOMAK, foi definida para “[...] ter as bases de um sistema nacional de sementes para Timor-Leste estabelecido e capaz de proporcionar um elevado nível de acesso a sementes de variedades melhoradas aos agricultores em todo o país”.<sup>87</sup> Assim, as principais sementes, ou *staple food*, foram analisadas, melhoradas, testadas, depois lançadas de volta, e a etapa final era ter um sistema nacional de sementes.

Segundo o relatório final, os *staple food/crops* visados na execução do SoL foram, “em primeiro lugar, os [...] do menu timorense, ou seja, milho, arroz, amendoim, mandioca e batata-doce.” Depois, “se expandiu para a pesquisa de leguminosas (por exemplo, feijão, feijão mungo e feijão alado) e culturas temperadas (por exemplo, trigo, cevada, batata)” (ACIAR, 2016, p. 4). O termo *staple foodcrops* – além dos dois separados *staple food* ou *staple crop* – se refere, no documento, aos tipos de alimento mais plantados e comuns em Timor, e ao foco principal do SoL.

Junto com as sementes, as comunidades também são engajadas ao longo da execução do SoL, não sendo um programa só “laboratorial” com as sementes. Aproveitei a página “10 coisas que talvez você não saiba sobre *Seeds of Life*”, publicada em 11 de outubro de 2013 na

---

<sup>86</sup> O termo em inglês “*varieties*” aparece em diferentes momentos, como demonstrarei, ao se referir às sementes trocadas, testadas, implementadas. Disponível em: <https://seedsoflifetimor.org/about-us/>

<sup>87</sup> <https://seedsoflifetimor.org/about-us/>

seção “The Latest” por Yessy Betty, para trazer nesta dissertação o que o próprio programa realça como informações importantes sobre si mesmo. Os dez pontos são:

1. SoL reintroduziu sementes locais para agricultores que as perderam há 30 anos;
2. O SoL está acelerando o processo de introdução de culturas em Timor; [...]
3. Quando o SoL introduz novas sementes em Timor, estas podem ser cultivadas gratuitamente pelos agricultores timorenses para sempre; [...]
4. O SoL realizou mais de 3.800 pequenos experimentos com agricultores nos últimos sete anos; [...]
5. O sabor é muito importante para nós, porque é importante para os agricultores; [...]
6. Embora as variedades lançadas venham originalmente do estrangeiro, elas são testadas e cultivadas em Timor durante pelo menos cinco épocas antes de serem liberadas; [...]
7. Os agricultores fazem parte do comitê nacional que decide liberar e nomear novas variedades; [...]
8. O SoL usa mais de 10 idiomas todos os dias para garantir que estamos nos comunicando bem; [...]
9. As variedades vêm de muitos países, muitas vezes não do local original onde foram criadas; [...]
10. A cada 10 minutos de cada dia, o SoL coleta dados climáticos em 20 locais em todo o país para uso em pesquisas de cultivo [...] (Seeds of Life, 2013, p. 1-6, tradução livre).

Abaixo de cada título, um parágrafo pequeno explicava um pouco da atuação do SoL no ponto em questão. Na primeira, o caso do feijão-da-Flórida ou mucuna (*Mucuna pruriens*) foi o exemplo oferecido. “*Seeds of Life* recebe sorrisos enormes quando os agricultores percebem que algumas das sementes que oferecemos são as mesmas que perderam há 30 anos” (Seeds of Life, 2013, p. 1). Para complementar, indica-se que em um dos momentos de encontro entre agricultores e investigadores, no *suku* Hataz, Maliana, “contaram [...] as grandes vantagens do cultivo do feijão mucuna. Isso incluiu o controle de ervas daninhas, fertilização do solo e que o feijão possa ser consumido após o processamento”. Por fim, o SoL indica que “já são centenas de agricultores que voltam a utilizar o mucuna, um saber tradicional próprio, graças ao *Seeds of Life*” (Seeds of Life, 2013, p. 1).

No ponto 2, o SoL faz uma conexão com o passado de Timor-Leste que merece ser citada diretamente. O MAP-SoL, segundo a reportagem, repete o processo histórico de troca e introdução de sementes, mas, neste momento, com o foco em variedades melhoradas, e tendo o artifício de testá-las em laboratório. É importante evidenciar como o programa reconheceu a complexidade histórica do fenômeno em questão.

Por mais de 3.500 anos, os agricultores timorenses têm experimentado novas variedades do exterior. Muitas espécies de cultivo como café, milho e arroz foram todas trazidas para Timor. Os agricultores testam essas colheitas e, em seguida, optam por manter as sementes e cultivá-las novamente. O MAP-SoL está a repetir este processo e a tentar acelerar a taxa de introdução de culturas (testando na estação e com os agricultores), seleção e distribuição (Seeds of Life, 2013, p. 2, tradução minha).

Por fim, os pontos 3, 6 e 9, abordam os modos de troca das sementes que envolvem o programa na relação com os “agricultores timorenses” ou “países estrangeiros”. No primeiro, é explicado que nenhum agricultor tem que pagar para ter acesso às sementes. Essas seriam, “obrigatória e eternamente”, gratuitas (Seeds of Life, 2013, p. 2). O ponto 6 detalha como o SoL intermedia as sementes originalmente trazidas do exterior, e aquelas que vão ser lançadas em Timor-Leste. Menos de 300g das sementes são estrangeiras, o que possibilitará que toneladas de sementes sejam produzidas pelo menos 5 anos antes de serem lançadas (Seeds of Life, 2013, p. 4).

Finalmente, o ponto 9 aborda que “assim como a troca de sementes entre vizinhos é uma atividade normal, também é a troca de semente entre países” (Seeds of Life, 2013, p. 4). Por isso, nem sempre as variedades chegam através dos países onde foram criadas. O exemplo, neste caso, é da variedade do amendoim Utamua, que o SoL recebeu do International Crops Research Institute for the Semi-Arid Tropics (ICRISAT), proveniente da Índia, que foi cultivada nos Estados Unidos da América, no estado da Geórgia, e não na própria Índia.

Acredito que esta breve e, ao mesmo tempo, extensa apresentação do SoL já nos tenha demonstrado como as trocas com os centros de pesquisa, por exemplo, a relação entre o ACIAR e o ICRISAT no caso acima, foram centrais para o SoL e, conseqüentemente, para o TOMAK. É nesse sentido que a infraestrutura epistêmica de produção do TOMAK não se limita só ao que acontece ao redor do TOMAK. O que o SoL produziu e “conquistou”, exposto no *Investment Concept Document* (2014a), será destrinchado abaixo. Por enquanto, espero continuar o percurso sobre os diferentes fluxos de conhecimentos que percorrem a infraestrutura que conecta tanto as instituições, os programas, quanto os países.

## 4.2 A INFRAESTRUTURA A PARTIR DO *SEEDS OF LIFE*

### 4.2.1 *Staple food theory*

Eu já tinha cruzado com o conceito de *staple food* na leitura da história de criação da Economia de Timor-Leste desde a colonização portuguesa (Lundahl; Sjöholm, 2019). Além disso, encontrei um atlas da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) de 1995, “Dimension of need: an atlas of food and agriculture”, com um capítulo intitulado “Staple Food: What do people eat?”. Com a questão orientadora da minha etnografia – como o TOMAK justifica o investimento no *concept e design* – cheguei ao SoL.

Segundo o TOMAK (2014a, p. 4), a Opção 2 se baseia “nas realizações significativas do *Seeds of Life* em torno da melhoria do potencial produtivo dos principais sistemas de *staple food* de Timor-Leste. As comunidades rurais, agora, têm opções melhores para atender às suas

necessidades alimentares básicas”. Se por um lado este início aponta para conquistas do SoL, logo em seguida, a frase começa com uma conjunção adversativa, “no entanto”, para dizer que, mesmo com o SoL atuando nos *staple food*, o “setor de subsistência continua moribundo”<sup>88</sup>. Não só “moribundo”, como não há incentivos para aumentar a “produção de *staple commodities* quando os mercados formais permanecem limitados e quando a intervenção do governo no setor de *staple crop* criou expectativas de preços (em grande parte não atendidas) que prejudicaram ainda mais os mercados já fragmentados” (DFAT, 2014a, p. 4).

Diante dessa constatação, o *Investment Concept* afirma que a contribuição significativa do SoL foi demonstrar que “melhorias simples na produtividade de *basic food crops* são insuficientes” se formos pensar nos termos nutricionais e de segurança alimentar. É importante mencionar que esta Opção 2 foca na questão do componente alimentar e nutricional do TOMAK. Enquanto a Opção 1, exposta no capítulo anterior, focava nas opções para engajar os agricultores com “cadeias de valor rentáveis”, esta segunda opção aborda como engajar os agricultores com nutrição e alimentação.

Nesse sentido, a contribuição relevante do SoL, ao ter trabalhado com os principais *staple food*, segundo o documento, foi ter demonstrado que essa categoria de produção não consegue englobar nutrição e fatores alimentares e que outra abordagem seria necessária. O próprio SoL buscou resolver tal problemática enquanto trabalhava com os *staple foods* por meio da aproximação com a “agricultura sensível à nutrição” [I: *nutrition-sensitive agriculture*] e a produção de materiais chamados pela sigla IEC (sigla para *Information, Education e Communication*). Na nota 9, a sigla é explicada como uma mistura de ferramentas da Information, Education e Communication<sup>89</sup>, que seguem modos de se comunicar com as comunidades e tornar possível que elas entendam “melhor as necessidades de produção de alimentos, bem como a necessidade de uma dieta diversificada” (DFAT, 2014a, p. 4).

Antes de continuar, é importante reforçar o que foi exposto acima. As limitações apontadas no SoL acerca de como produzir *staple food* ou *commodities* foram “solucionadas” no próprio programa, que propôs materiais IEC para a abordagem “*nutrition-sensitive agriculture*”. Ademais, o *Investment Concept* (2014a), assim como “o *Seeds of Life*, juntamente com outros doadores, [...] demonstrou os benefícios econômicos, de coesão social e

---

<sup>88</sup> Ver capítulo 3 sobre essa definição do documento para o “setor de subsistência” e a própria Economia de Timor-Leste.

<sup>89</sup> Conjunto de atividades que, segundo o que o documento do TOMAK traz e pesquisa rápida na *web*, são produzidas a partir de um plano de comunicação e técnicas de comunicação.

sustentabilidade a serem obtidos pelas comunidades através da avaliação, planejamento e gestão competente de seu recursos naturais produtivos” (DFAT, 2014a, p. 4).

As ferramentas de gestão, ou como definido no documento, *community-based catchment planning*, foram meios sugeridos para conseguir engajar os agricultores na produção comercial de colheita [I: *crops*] e com os animais de forma mais confiante (DFAT, 2014a, p. 4). As formas de manejar e experimentar a agricultura e a criação de animais em Timor-Leste segue diferentes dinâmicas e regimes econômicos, como demonstrou Silva (2016). Nesse sentido, o engajamento com esse *catchment planning* traria os seguintes benefícios:

acordos/regulamentos comunitários que: categorizam a capacidade de uso e acesso da terra; melhoram a gestão das fontes de água e o planejamento do uso da água; controlam o pastoreio livre; definem limites; influenciam o planejamento de infraestrutura, diminuem conflitos, melhoram a coesão social e melhoram o envolvimento das mulheres no planejamento de recursos e empreendimentos econômicos (DFAT, 2014a, p. 4-5)

Percebi que na contraposição entre *staple food* e *non-staple food*, o DFAT indicava as técnicas e os conhecimentos a serem utilizados para lidar com a “lacuna” [I: *gap*] existente com a “prática ‘costume’ tradicional” [I: *traditional ‘custom’ practice*] e a direito consuetudinário [I: *customary law*]” (DFAT, 2014a, p.4). A maximização do retorno econômico não seria possível só com as práticas “tradicionais”, que, segundo o documento, não são capazes de “encapsular” aquelas que maximizem o comércio e, neste caso, a Economia Nacional.

É neste sentido que a Opção 2 é definida, e a oportunidade pontuada:

### Figura 17 – Recorte da Opção 2 de Investimento

As such, significant opportunity lies in:

#### Avoiding approaches that:

- Focus on staple crop productivity without a complementary focus on the desired changes in household production and consumption;
- Assume that community custom practice is sufficient to ensure equitable and sustainable access to productive resources.

#### While focussing on:

- Helping to promote year-round production and consumption of diverse and sufficient food, thereby enabling households to better and more confidently engage in the broader economy; and
- Helping communities to manage and access their land and water resources more productively, sustainably and equitably, thereby promoting sustainable economic growth.

Fonte: DFAT, 2014a, *Investment Concept Document*, p. 5.

A figura acima é composta pelo quadro que opõe as abordagens que devem ser evitadas daquelas nas quais o programa deve focar. “Focar em *staple crop* sem um foco complementar nos desejos de mudança na produção e consumo dos agregados familiares” deve ser evitado, enquanto focam em “ajudar promover a produção e o consumo durante todo o ano de alimentos diversos e suficientes, permitindo assim que as famílias se envolvam melhor e com mais confiança na economia em geral” (DFAT, 2014a, p. 5).

O segundo ponto indica que deveriam evitar abordagens que “suponham que a prática costumeira da comunidade seja suficiente para garantir o acesso equitativo e sustentável aos recursos produtivos”, enquanto focam em “ajudar as comunidades a administrar e acessar suas terras e recursos hídricos de forma mais produtiva, sustentável e equitativa, promovendo assim o crescimento econômico sustentável” (DFAT, 2014a, p. 5).

Por mais que o caminho escolhido pelo TOMAK seja “oposto” ao de *staple food*, como demonstrado acima, ainda manteve o foco nesse conceito diante do argumento acerca da infraestrutura epistêmica que embasa a proposição de certas questões e não outras. Nesse sentido, esboço a seguir o encontro com o conceito de *staple food* na literatura sobre a história econômica de Timor-Leste.

\*\*\*

Em 2020, durante a leitura do volume “História de uma Colônia”, da obra “The Creation of the East Timorese Economy” (Lundahl; Sjöholm, 2019), deparei-me pela primeira vez com o conceito de “*staple food*”, aparentemente natural para parte da comunidade científica que trata das questões intituladas “econômicas” e “do desenvolvimento”. Depois de alguns usos no começo, na página 75, Lundahl e Sjöholm (2019) possibilitam uma breve explicação com base no livro publicado em 1977, “Essays on economic development and cultural change, in honor of Bert F. Hoselitz”. A análise tinha olhar especial para o capítulo do economista Albert Hirschman, “A Generalized Linkage Approach to Development, with Special Reference to Staples” (2013).

Historicamente, sabe-se que os alimentos básicos “conduzem” as economias e impulsionam o crescimento, que se espalha da produção de exportação também para outros setores da economia, por meio do processo de criação de encadeamentos [I: *linkages*<sup>90</sup>]. A demanda por insumos que podem ser usados na produção do alimento básico aumenta e resulta na produção doméstica de tais insumos (encadeamentos para trás [I: *backward linkages*]), ou o produto básico pode ser usado como insumo na produção doméstica de outros bens (encadeamento para frente [I: *forward linkages*]). A renda gerada pela produção dos alimentos básicos pode ser gasta em bens de consumo produzidos internamente e, portanto, gerar investimento em outros setores (encadeamentos de consumo [I: *consumption linkages*]). Finalmente, as receitas dos impostos sobre alimentos básicos também podem ser canalizadas para investimentos produtivos (encadeamento fiscal [I: *fiscal linkage*]). **Cria-se, assim, uma espiral virtuosa que serve tanto para criar emprego e aumentar os rendimentos como para diversificar a economia** (Lundahl; Sjöholm, 2019, p. 75, grifo nosso).

---

<sup>90</sup> Aqui, optei por traduzir *linkages* como encadeamento por conta própria e por motivos os quais demonstrarei mais a frente, na seção sobre a minha participação nas matérias do Departamento de Economia da UnB. A ideia de que a produção de *staples* gera crescimento pelos *linkages* também corroborou com o fato do *encadeamento* se apresentar como o melhor para tradução

Segundo Lundahl e Sjöholm (2019), os alimentos caracterizados como *staple* tendem a gerar crescimento econômico por uma dinâmica na qual os insumos demandados na sua produção seriam produzidos domesticamente, ou o alimento poderia ser usado como insumo para produção de outro bem<sup>91</sup>. Os autores se utilizam do conceito *staple* para tratar das culturas, no sentido agrícola, que participaram e participam da história de Timor-Leste desde a colonização portuguesa. Há o intuito de explicar, mesmo que em partes, alguns caminhos percorridos na criação e engajamento das pessoas com as demandas da Economia e como o crescimento ocorreu ou *poderia* ter ocorrido.

Por exemplo, o sândalo, apesar das características de *staple food*, esgotou-se pela prática de dominação e apropriação da administração portuguesa, a falta de consciência da necessidade de renovação, e não foi possível encadear nenhum crescimento a partir dessa produção. O caso do café, do arroz e do milho também são abordados e todos os autores demonstram como esses *staple foods* participaram e intermediaram a relação das autoridades coloniais com as populações locais da parte leste da ilha de Timor.

Aqui, faço uma ressalva sobre as práticas de Portugal em engajar pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, principalmente no século XX. Os estudos tinham como intuito geral fortalecer a administração e a tomada de decisão nas e das colônias. Esses passaram a operar de forma ainda mais presente e Lundahl e Sjöholm (2019) evidenciam essa estratégia para o investimento somente em arroz, além do café, na década de 60. Entre 1961 e 1968, as exportações deste produto aumentaram de 7 para 650 toneladas.

Hélder Lains e Silva, engenheiro agrônomo português, propôs estratégias para mudar a produção de milho para arroz<sup>92</sup> (Lundahl; Sjöholm, 2019, p. 125). Apesar do aumento da produção, a rejeição pela troca do milho pelo arroz foi intensa por parte da população. As pequenas transformações econômicas decorridas das políticas implementadas por Portugal atingiram apenas uma pequena parcela da população. De todo modo, o que abordo é como os autores se ancoram na ideia de *staple food* para abordar a Economia de Timor-Leste.

O que Hirschman (2013) ou Harold Innis, considerado “um dos pais” da abordagem sobre *staple* na Economia, previam em seus modelos veio principalmente pela experiência analisando o desenvolvimento econômico canadense e a produção de *staple* naquele contexto. O artigo “A Staple Theory of Economic Growth”, de Melville H. Watkins (1963), e o trabalho

---

<sup>91</sup> O caso da “indústria de bolinhos” a ser abordado no próximo capítulo poderia lembrar algo relacionado à utilização de algum *staple* para produção de outro bem.

<sup>92</sup> A sugestão para mudança na produção foi a seguinte: “[substituir] os pés de café que protegiam o solo pelos pés de milho. Seu objetivo era reduzir em dois terços o cultivo de milho de sequeiro. A chave para seu esquema era a extensão do cultivo de arroz nas planícies costeiras” (Lundahl; Sjöholm, 2019, p. 125).

de Julio Moraes, “‘Staple School’: Breve Apresentação sobre a Teoria Desenvolvimentista Canadense” (2017), corroboraram para compreender a gênese dessa abordagem.

Para complementar, o documento da FAO, “Dimensions of Need: an Atlas of Food and Agriculture”, traz uma explicação e lista de *staple foods* em diferentes regiões. O documento começa explicando o conceito e, em seguida, aborda as dietas das populações em termos globais e regionais. O capítulo, “*Staple food: What do people eat?*”, explica que o conceito é definido como alimentos

“ingeridos regularmente e em quantidades que constituem a parte dominante da dieta e fornecem a maior proporção das necessidades de energia e nutrientes. Um alimento básico não atende às necessidades nutricionais totais de uma população: é necessária uma variedade de alimentos” (FAO [Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura], 1995, s.p.)<sup>93</sup>.

O que demonstrei até aqui foi o suficiente para indicar como o conhecimento que o TOMAK aciona, a partir dos funcionários, pesquisadores e outros centros envolvidos, faz parte de uma infraestrutura epistemológica extensa, que percorre diferentes escalas. Mais uma vez, as técnicas quantitativas estão presentes de forma intrínseca, como no caso de Murphy (2017). No entanto, chamo atenção para o lugar de centralidade dado para as técnicas de “*community-based*” e outras formas de gestão das comunidades que, na minha análise distante, parecem ser meios qualitativos. O que considero importante, aqui, é reforçar como “meios de governar” as populações são tão comuns hoje quanto antigamente, mas com outros artefatos, meios e informações.

#### 4.2.2 “*Clustering*”: técnica para produzir Sistemas de Conhecimento

A segunda parte da seção principal deste capítulo trata do Anexo 6, “Sistemas de Meios de Subsistência Timorenses” [I: *Livelihood Systems and Beneficiary Engagement*] (DFAT, 2014a, p. 22). Este é o segundo ponto que eu gostaria de melhor explorar sobre a relação entre SoL e TOMAK.

O programa que começou junto com a UNTAET produziu conhecimentos *clusterizados* sobre os modos de praticar agricultura no interior do país. Os “dados” produzidos ao longo do SoL foram agrupados, de modo que as regiões de Timor-Leste passaram a ser classificadas pelo “diverso mix de atividades de subsistência e econômica que varia conforme fatores como clima e localização” (DFAT, 2014a, p. 22).

Segundo o documento,

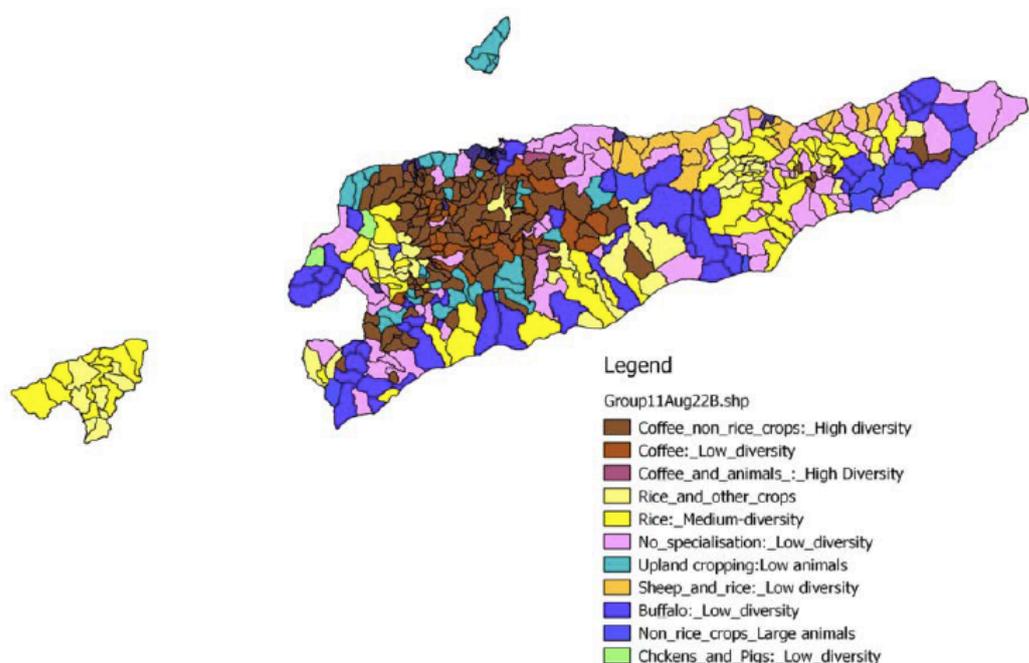
<sup>93</sup> Disponível em: <https://www.fao.org/3/u8480e/U8480E00.htm#Dimensions%20of%20need> Acesso em 20 mar. 2023.

o *clustering* dos *sukus* resultou na definição de 11 grupos que mantêm 86% da variação original. O maior grupo tem 106 sucos e 187.000 pessoas. Existem dois pequenos grupos, cada um com 2 sucos. Cada um dos 11 grupos recebeu uma descrição. Em geral, a descrição inclui a característica dominante desse grupo e alguns comentários sobre o nível de diversidade dentro desse grupo (DFAT, 2014a, p. 22).

Abaixo adiciono a figura com a forma *clusterizada* que as informações do SoL tomaram.

### Figura 18 – Forma do conteúdo expresso no Anexo 6 sobre Sistemas de Meios de Subsistência Timorenses

Figure 3: Clustering of similar suco livelihoods (based on census data)



Fonte: DFAT, 2014a, *Investment Concept Document*, p. 22.

No Anexo 6, o conhecimento produzido pelo SoL é indicado como o fundamento para que a equipe do *Investment Design* persiga a tarefa de definir uma “tipologia simples que agrupe adequadamente os principais sistemas de subsistência rural timorenses” (DFAT, 2014a, p. 22). No *Investment Design* (2015a), gasta-se bastante tempo para explicar a tipologia e a metodologia adotada pelo programa. Neste capítulo, não estou interessada em indicar o que foi selecionado, mas sim demonstrar como o conhecimento do SoL participa intimamente do TOMAK.

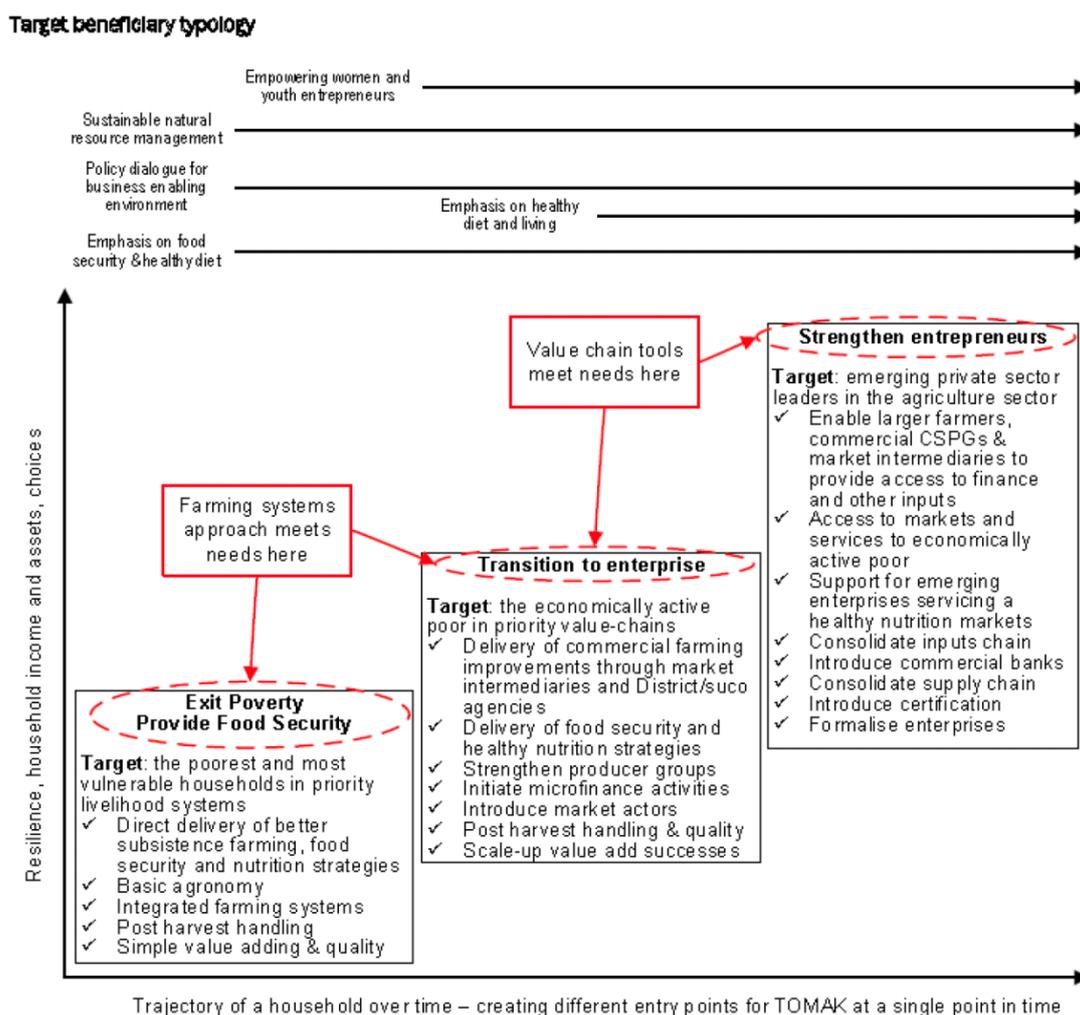
De todo modo, o que aponto aqui é como a técnica de *clustering* é uma forma de produzir conhecimentos dos mais diversos. Ao mesmo tempo que o *clusterizar* já resulta em certas tipologias, o *Investment Concept* argumenta que esse é só um primeiro mapa. Esses meios de

subsistência ainda podem ser *clusterizados* a partir de outros critérios para alcançar determinado resultado de intervenção. Isso é exposto a seguir:

As intervenções planejadas podem então ser adaptadas a cada sistema de subsistência, em vez de – de forma mais convencional, mas menos eficaz – serem definidas por limites políticos/administrativos. O trabalho inicial com uma análise de agrupamento [I: *cluster analysis*] dos atuais sistemas de subsistência [I: *current livelihood systems*] já está mostrando bons resultados (Figura 4) (DFAT, 2014a, p. 22).

A seguir, indico a “Figura 4”, citada acima, Figura 19 nesta dissertação, pois esta seria resultado de uma tipologia criada a partir do Sistema de Meios de Subsistência. O documento in-forma a possível trajetória dos “agregados familiares” ao longo do tempo a partir de intervenções focadas no engajamento dos beneficiários com o mercado. O quadro de tipologia me deixou com uma impressão de que o *clustering*, então, seria um meio de criar outras tipologias. Por enquanto, esta é apenas uma ideia que pode ser melhor analisada e entendida em outro trabalho de campo.

**Figura 19 – Recorte da Figura “Target Beneficiary Typology”**



Ao olhar para a questão central do programa, de como garantir o engajamento dos agregados familiares com o mercado, o TOMAK sugeriu dividir as comunidades em três tipos: aquelas “mais pobres e vulneráveis”; os agregados “pobres, mas economicamente ativos”; e “líderes emergentes do setor privado”. Para fins desta dissertação, apenas realço o ponto acerca de como o *clustering* forma possibilidades quase infinitas de enquadrarmos grandes quantidades de dados sobre os “*livelihood systems*”. É possível dizer que o *cluster* que é produzido na figura acima é uma primeira clusterização dentre os inúmeros agrupamentos e classificações possíveis (Baranaska, s. d.).

Pauso aqui a minha observação do Anexo 6.

#### 4.3 OS PROGRAMAS E AS TÉCNICAS

O campo internacionalmente conhecido *Science and Technology Studies* (STS) é uma das áreas com as quais a minha pesquisa se relaciona pelo encontro no trabalho de campo com documentos, técnicas, outros artefatos e tecnologias. No que tange às temáticas relacionadas ao mundo da cooperação internacional para o desenvolvimento, nomes já mencionados – Shepherd (2013), Mosse (2005), Cesarino (2014), Riles (2006; 2010), dentre outros – trouxeram questões relevantes para o recorte desta dissertação. As ações rotuladas como de “desenvolvimento”, acionadas em nome do combate à pobreza, como o TOMAK, o SoL e tantas outras em Timor-Leste e alhures, se ancoram em conhecimentos e técnicas de diferentes áreas, como demonstrado ao longo deste capítulo.

De diferentes formas, seja analisando políticas de transferência de tecnologia, como fez Cesarino (2014) e Akrich (1997), ou programas da cooperação internacional em zonas rurais, como no caso de Shepherd (2013) e Mosse (2005), a técnica foi o foco etnográfico para compreender as questões. Como intermediadores de relações, a técnica e os objetos de fronteiras, para Star e Griesemer (1989), podem reforçar ou modificar relações, ao mesmo tempo que também são moldadas pelas diversas participantes desde os escritórios até os “agregados familiares” (Sautchuk, 2017; Shepherd, 2013).

Shepherd (2013), para o caso de Timor-Leste, abordou a dimensão técnica ao discorrer sobre as políticas em nome do “desenvolvimento” deste século. A teoria do ator-rede, inspirada também por apropriações de Star (1989; 1999), foi a forma que Shepherd (2013) acionou para acompanhar os canais de tradução e as estratégias de purificação enquanto os diferentes atores

participam dos programas de desenvolvimento. O trabalho de traduzir e interferir nos projetos é realizado pelos próprios beneficiários, à medida que eles

acomodam, apropriam, absorvem, reinventam e distorcem os objetivos dos projetos a fim de dar ao desenvolvimento um lugar particular em suas vidas. Os projetos de desenvolvimento são, portanto, um entrelaçamento mútuo – os tradutores são tanto os traduzidos quanto os traduzidos são tradutores (Shepherd, 2014, p. 25).

Shepherd (2013) também analisa períodos históricos para argumentar que programas e ações contemporâneas direcionadas para regiões rurais se constituem a partir do ofuscamento das relações econômicas e da complexa estrutura política nas quais o país receptor e o doador estão envolvidos. Ao comparar as “ordens” de desenvolvimento implementadas na parte leste da Ilha de Timor desde o tempo colonial português, Shepherd apresenta as continuidades nas formas de atuação entre colonização portuguesa, invasão indonésia e retomada da independência. A análise feita a partir de algumas ações da cooperação australiana, e do envolvimento desta com as práticas agrícolas, demonstra bem isso (Shepherd, 2013, p. 243):

A ordem de desenvolvimento “negociada” do regime de desenvolvimento internacional contemporâneo pertence à uma rede mais ampla que aumentou marginalmente o patrimônio timorense em petrodólares em troca de manter as fronteiras marítimas ilegais não negociáveis.[...] Entretanto, o impacto dos programas de desenvolvimento é insignificante, Timor-Leste fica mais pobre e o efeito mais visível e útil do desenvolvimento é de facto a construção de um “outro patologizado” para que os promotores possam justificar a sua presença em primeiro lugar (Ferguson, 1990).

Essa foi a conclusão de Shepherd (2013) em decorrência dos programas analisados, inclusive um deles foi o projeto do SoL. Embora o argumento do autor esteja no meu horizonte de análise e tenha participado pelas interpelações desta dissertação, os objetivos neste capítulo foram apenas abordar algumas técnicas de conhecimento e conjuntos epistemológicos que participam da produção de um programa de desenvolvimento como o TOMAK (Sautchuk, 2017).

Técnica e transformação andam juntas e unidas para ajustar o “padrão de relação” a fim de um objetivo específico. No caso do TOMAK, o intuito é alterar o padrão de engajamento dos “agregados familiares” rurais e agrícolas com o mercado. Segundo Sautchuk (2017, p. 12), a antropologia deveria se preocupar com as formas que as relações assumem. No caso aqui apresentado, a forma assumida é de mudança na dieta e alimentação das populações. Tal política retoma contribuições importante de Timothy Mitchell (2002).

Além de Mitchell (2002), Mintz (1985; 2001), e outros, James Scott (2017) é um nome que traz contribuições importantes no estudo sobre a formação dos primeiros estados<sup>94</sup> e a relação com a prática da agricultura. Segundo o autor, esses primeiros estados só se instituíram como forma possível devido a um conjunto de elementos e estratégias relacionadas à dieta dominada por grãos domesticados, relações de tributação, e à manutenção, por mecanismos de força na grande maioria das vezes, das pessoas no modelo de organização sedentário, dividido e demarcado.

O autor demonstra as inúmeras mudanças na produção e reprodução da vida, segundo arquivos e um amplo trabalho arqueológico. Não foi o “progresso técnico” da domesticação que possibilitou essa nova formação social. A obra de Scott (2017) questiona as afirmações de que o *Homo sapiens*, a partir da domesticação e do sedentarismo, teria caminhado inevitavelmente para estrutura política estatal. O que possibilitou essa difusão do estado como formação de sociedade foi, principalmente, a domesticação de grãos, sendo usados como formas de pagamento de impostos, e o uso da força para implementar isso. Esse caso nos demonstra como a mudança na prática alimentar de um povo, naturalmente ou à força, pode implicar em novas relações de poder e, obviamente, novas formas de se reproduzir no mundo.

Os *commodities, staple food* ou alimentos passaram a atuar na forma de relação entre pessoas e destas com os estados. Através de diferentes meios, ao longo dos milhares de anos, a relação entre alimentos e poder continuou, tomando outros formatos mesmo na contemporaneidade. O que pretendo ter demonstrado é como os alimentos, e os modos das pessoas se engajarem com as práticas agrícolas, são conhecimentos que foram produzidos no SoL e se transformam em fundamentos infraestruturais da epistemologia que tornará possível a implementação do TOMAK.

As análises e técnicas epistemológicas para definir, *clusterizar* os “meios de subsistência timorenses” e propor mudanças nas “práticas ‘costume’ tradicionais” estão centradas na alimentação como modo de alterar a produção. Não consigo afirmar nada em torno da efetividade ou não dessas ações em campo quando o TOMAK encontra com “as beneficiárias”. O que busco aqui é apenas demonstrar como a epistemologia do TOMAK nos alerta para modos de gerir populações, comunidades e objetos que são fundamentados em lugares e espaços que merecem também ser investigados.

---

<sup>94</sup> Aqui, respeito a grafia que o autor utiliza em inglês, estado, com a inicial minúscula.

## 5 OS RITUAIS DO DESENVOLVIMENTO<sup>95</sup>

Neste capítulo, abordo o seminário ocorrido em parceria com a Rede Feto, na sede da Fundação Alola<sup>96</sup>, para tangenciar algumas questões que o campo de 2017 já tinha me alertado. O seminário “*Hametin Kolaborasaun Feto no Halo Desizaun iha Agricultura, Nutrisaun no Dezensvolvimentu Merkadu Ambiente Servisu*” [P: “Fortalecer a colaboração e a tomada de decisão das mulheres na agricultura, nutrição e no desenvolvimento do ambiente de serviço do mercado”] é um tipo de evento mais comum do que eu suporia. Os programas que se definem em nome do “desenvolvimento” e da “Economia” buscam fortalecer suas redes em Timor-Leste, dentre outras formas, pela promoção de seminários, workshops e outros tipos de encontros (Hart; Padayachee, 2010; Riles, 2010; Shepherd, 2013).

Fecho esta dissertação com o exercício analítico de revisitar o seminário, adotando a prática de estudo de caso para abordar algumas faces da forma de *delivery* de programas em Timor-Leste. A partir da análise da forma e conteúdo do seminário sob o logotipo do TOMAK, da Rede Feto e da Australian Aid, demonstro como o evento possibilita troca de conhecimentos, saberes e questionamentos – além de sonhos – de pessoas engajadas, ou que intentam estar, nas ações em prol do desenvolvimento em Timor-Leste (Li, 2004). Parto do entendimento de que o seminário, enquanto compartilha, também ensina e comunica aos presentes “como deve ser”, como produzir, se comportar e se adequar às demandas do mercado para que, o que é entendido como desenvolvimento, seja alcançado (Tambiah, 1985; Rappaport, 2001).

Argumento neste capítulo que os eventos nos “locais” de implementação dos programas são rituais de aprendizado, de projetar com o intuito de ensinar, que atuam no sentido de, mesmo sem certeza alguma, produzir e reproduzir certas verdades, convenções, organizações sociais e culturais. Por mais que seja de uma forma meio eclipsada e oculta, esses elementos costumam estar atreladas com o *concept e design documents*.

Opto por abordá-lo através da lente do ritual (Rappaport, 2001), uma vez que ambos, conceito e teoria, terem se mostrado potentes para explorarmos algumas partes dessa infraestrutura epistemológica, criada nas interações “em prol do desenvolvimento”. Ao acionar o conceito ritual, escolho um caminho que envolve tanto estudos da Antropologia da Religião

---

<sup>95</sup> Por este capítulo se tratar de um evento ocorrido principalmente para mulheres, utilizo a terceira pessoa do plural no feminino.

<sup>96</sup> A Alola é uma ONG sem fins lucrativos em Timor-Leste, a qual trabalha com mulheres e crianças para melhoria na qualidade de vida. “Fundada em 2001 pela ex-primeira-dama, Dra. Kirsty Sword Gusmao, a organização procura estimular mulheres líderes e defender os direitos das mulheres”. Informação contida na abertura do site oficial da ONG, traduzida do inglês para o português pela própria autora. Maiores informações: <<http://www.alolafoundation.org/>> Acesso em 29 de outubro de 2018.

quanto da Ciência e Tecnologia, além dos aqui já mencionados sobre “desenvolvimento” e “redes globais”.

Roy Rappaport em “Ritual y Religión en la formación de la humanidad” (2001), escrito originalmente em 1999, define ritual como “a execução de sequências, mais ou menos invariáveis, de atos e expressões formais não completamente codificadas por quem as executa” (p. 57). Ainda que os propósitos deste trabalho e o de Rappaport sejam distintos, dois pontos do autor me chamaram a atenção para a possibilidade de atrelar o seminário como uma prática ritual.

Em primeiro lugar, mesmo que não totalmente, a forma do seminário, a execução dos atos e sua sequência não eram singulares. Diversos atores engajados na problemática do desenvolvimento em Timor-Leste implementavam e organizavam seus programas, incluindo algum evento, seja seminário, *workshop* ou conferência para discussão dos temas. Em outras ocasiões, presenciei eventos com pautas, organizações e participantes diferentes, mas que seguiam a sequência mais ou menos invariável, a forma não rígida, que eu também tinha experienciado no seminário ocorrido na Rede Feto.

Além disso, concordo com Rappaport (2001) quando afirma que no ritual, atos, mensagens e informações transmitidas não são totalmente codificados por quem os executa. Arrisco dizer que nem por quem os organiza e participa de modo coadjuvante. O lugar que o autor oferece à forma, às *performances*, ou como diria Austin (1962) aos atos performativos, e aos objetos que participam dos rituais, tornou-se a inspiração analítica para responder às perguntas geradoras deste capítulo.

Essas perguntas são: como os atores da cooperação internacional para o desenvolvimento em Timor-Leste transmitem parte dos conhecimentos, saberes e aprendizados que compõem a infraestrutura epistemológica do desenvolvimento? Como noções de verdade sobre o regime de troca do mercado e o modo de existência e de reprodução econômica, social e cultural das pessoas em Timor-Leste são comunicadas? O que a forma, estrutura e elementos não humanos que participam do ritual do Seminário transmitem acerca do desenvolvimento, da economia nacional e do próprio comportamento das pessoas? Ao assumir o seminário como um ritual, também introduzi mais perguntas para a pesquisa: o que esses espaços comunicam e informam às participantes? Qual é a mensagem acerca do desenvolvimento econômico e do engajamento dos grupos?

O que proponho nesta dissertação vem de uma formação que não se dá somente na Antropologia. Em 2013, entrei para o curso de graduação em Relações Internacionais na UnB. Os meus interesses na “sociedade internacional” sempre estiveram ligados a direitos humanos, redução da pobreza e desigualdade social, bem como desenvolvimento econômico. Em 2015, aproximei-me dos estudos antropológicos acerca da cooperação internacional em Timor-Leste e passei para a Antropologia no ano seguinte.

A cooperação internacional engloba um amplo conjunto de atuação em diversas questões que requeiram trocas de conhecimento, profissionais, valores, entre países. Diante das diversas possibilidades de análise, esta dissertação foca em torno do que tem sido feito para mobilizar “agregados familiares” com o mercado em nome da Economia Nacional de Timor-Leste. Transferência de tecnologia, novos objetos participando das ecologias econômicas (Silva et al., 2023), classificação e categorização de formas locais de se relacionar economicamente para promover mudanças no comportamento, como no caso do TOMAK (DFAT, 2014a), são algumas formas pelas quais podemos abordar o que se faz em nome do desenvolvimento.

Nesse sentido, este capítulo se aproveita das diferentes abordagens antropológicas para analisar o seminário como um evento que comunica e possui força ilocucionária, no sentido de Austin (1962), pois seus “atos de fala” tem, na linguagem e no modo como se fala, um impulso gerador de outras ações. Ademais, entrelaçando os estudos da linguagem com o ritual, algo já tecido por autoras há décadas na antropologia, demonstro que o seminário promovido em parceria com a Rede Feto encadeia ações que têm o intuito de engajar as comunidades com o mercado. Comunicar, in-formar para transformar pode ser feito de diferentes formas.

A primeira seção aborda “O Seminário” e o meu caminho ao longo do evento, expondo e colocando em evidência os aspectos de forma e conteúdo. O evento teve um total de quase dez horas: em torno de sete destinadas à apresentação e discussão, e a outras três horas para momentos de socialização – café da manhã, almoço e café da tarde, que foram oferecidos para todas as pessoas presentes. Essa seção é dividida em três partes, “Do convite à sessão de abertura”, “Apresentação e discussão” e “Socialização”, já que percebi que poderíamos ter esses três como os momentos principais do ritual que se sucedeu naquele dia.

O trabalho do Christopher Shepherd (2013), a partir de como ele persegue o conceito de desenvolvimento em campo, levou ao argumento de que este tem sido acionado de forma onipresente – e como sinônimo de governança –, transformando-o na própria (infra)“estrutura principal de regulação da relação entre ‘o estado’ e ‘seus cidadãos’” (p. 1) no Timor-Leste contemporâneo, pós-colonial. No centro da investigação antropológica de Shepherd, estão os desacordos e negociações decorridos do cotidiano das políticas do desenvolvimento,

principalmente nas áreas rurais de Timor-Leste, que se traduzem e são traduzidos através da relação entre desenvolvedores, beneficiários e os objetos de fronteira (Star; Griesemer, 1989).

Por ser uma relação, isso significa que não existe completa e irrestrita adesão dos beneficiários da cooperação internacional às visões dos desenvolvedores. Para Shepherd (2013), as práticas em nome do desenvolvimento são menos uma estrutura monolítica imposta aos leste-timorenses e mais um encontro entre atores com históricos e expectativas distintas. O que surge desses encontros são “políticas culturais que se torcem em torno de *interfaces sociotécnicas* entre atores do desenvolvimento e beneficiários locais” (p. 2), as quais são compostas por deformações e tensões à medida que a agenda do desenvolvimentismo é espalhada no interior do país.

Nessa seção, então, parto da compreensão de que a própria forma de execução de programas da cooperação internacional para o desenvolvimento é uma constante negociação, na qual pessoas, objetos, técnicas e *performances* interagem (Turner, 2015 [1982]; Shepherd, 2013). A fim de produzir verdades e modos “certos” de agir, no caso, na relação das mulheres com o mercado através da produção agrícola, o seminário não é só um espaço de discussão, é uma forma de demonstrar o ser e se portar no mundo, as subjetividades. Esse argumento nos relembra o próprio lugar da comunicação e do ritual na antropologia (Rappaport, 2001; Tambiah, 1985).

“Discussão” é a seção seguinte na qual apresento parte da minha bricolagem etnográfica (Peirano, 2014). Entrelaço alguns estudos sobre rituais, que tão bem analisaram o papel do “não-dito”, dos objetos e das técnicas que participam da sua operação, com o que eu conhecia do campo da Antropologia do Desenvolvimento. De todo modo, é importante ressaltar que o que estou analisando neste capítulo tem sua limitação, haja vista que acompanhei o programa TOMAK de forma adjacente no campo e não pretendo me aprofundar na temática do ritual.

Em outra ocasião, gostaria de seguir o conselho de Annelise Riles (2010) e acompanhar o evento desde a sua preparação nos escritórios do programa, na relação com as instituições parceiras, na preparação do espaço, dos materiais e objetos necessários, na aquisição dos alimentos para as convidadas, dentre outras atividades. O seminário em questão foi produto de arquivos enviados por ONGs vinculadas à Rede Feto, que enviou o material para o Programa TOMAK. Tais arquivos, por sua vez, foram produzidos conjuntamente com grupos de produção de vários distritos com os quais essas ONGs trabalham. No seminário, esse documento, intitulado “Perfil Grupu Produsaun Feto Agrikultura & Nutrisaun” [P: Perfil dos Grupos de Produção de Mulheres em Agricultura e Nutrição] (TOMAK, 2017), foi entregue para mim e todas as outras participantes.

Ou seja, o documento tem uma vida social que desemboca no seminário e não para por aí. Eventos no final do ano foram produtos deste seminário e do documento. Para os efeitos aqui propostos, traço alguns paralelos com o ritual, de uma forma pontual, por se tratar de um fator complementar para discussão desta dissertação.<sup>97</sup> No âmbito deste capítulo, focalizo apenas nesse evento específico como um ritual, sabendo que se tivesse acompanhado o antes e o depois, e a atuação dos documentos, outras questões e outras etapas precisariam ser incluídas. Deixo para outra ocasião.

Voltando à seção “Discussão”, discuto como, além do objetivo evidente de discutir ou selecionar grupos para serem avaliados, os eventos também são operados de uma forma ritualizada e informam às pessoas presentes como devem se engajar, se portar e se conectar a fim de possibilitar o engajamento com o mercado. Essa conexão se dá por um momento ritualizado e pela sua contraposição, o *networking*. As pessoas se conectam enquanto ouvem, veem e discutem o material apresentado no seminário, produzido por algumas delas.

Ademais, neste capítulo, o que busco acionar é o caráter criativo e produtivo do ritual (Rappaport, 2001). No caso de Rappaport (2001), o ritual é o ato fundamental pelo qual conceitos de sagrado, luminoso, oculto e divino são produzidos, normalizados e ultrapassam a necessidade de definição, passando para o nível quase inconsciente dos participantes e da sociedade. O intuito aqui é bem mais modesto, obviamente.

Em primeiro lugar, o seminário “Fortalecer a colaboração e a tomada de decisão das mulheres na agricultura, nutrição e no desenvolvimento do ambiente de serviço do mercado”, enquanto tem o intuito de produzir um documento final, a saber, a carta de recomendação para o governo, é produto do documento sobre o perfil dos grupos de produção. Este e outros artefatos circulam e participam dos diversos objetivos do ritual (Riles, 2010), a saber, discutir sobre o acesso ao mercado das zonas rurais para Díli e criar redes para os engajamentos com o mercado.

A forma do seminário se conectar com o efeito geral de fazer *networking*, produzir redes, trocas e aprendizado, é algo interessante de ser abordado.

## 5.1 O SEMINÁRIO

### 5.1.1 Do convite à sessão de abertura

Em agosto de 2017, eu ainda estava nos primeiros passos do tétum e aquele seria um dos primeiros espaços de campo no qual eu observaria e participaria de discussões sobre

---

<sup>97</sup> Esta afirmação se faz necessária haja vista que o interesse antropológico pelo ritual é tão presente quanto a própria história da disciplina e não abordar obras consideradas clássicas se dá pelos objetivos aqui propostos.

engajamento de mulheres com o mercado. O Benny, um amigo leste-timorense, estava trabalhando na Rede Feto e me convidou para participar do seminário. Ele sabia que eu estava pesquisando projetos nacionais e internacionais que envolvessem transformação econômica, mulheres e mercado e aquele poderia ser um bom espaço para conhecer possíveis organizações que trabalhavam com a pauta do empoderamento econômico feminino.

Algumas noites antes, recebi o convite impresso do Benny enquanto conversávamos sobre o início da minha pesquisa, com quem eu já tinha me encontrado, quais instituições eu já tinha entrado em contato, dentre outros assuntos. Ele me entregou o convite e, ao tocar o papel, já percebi que era mais grosso do que uma folha A4 normal. Em seguida, surpreendi-me com a formalidade do convite. No início da página, tinha a *logo* da Rede Feto e do programa TOMAK; na segunda linha, estava endereçado a mim e à Renata, amiga com a qual compartilhei o período de campo.

O texto, em tétum, traduzido com ajuda do Benny, dizia:

Com respeito,

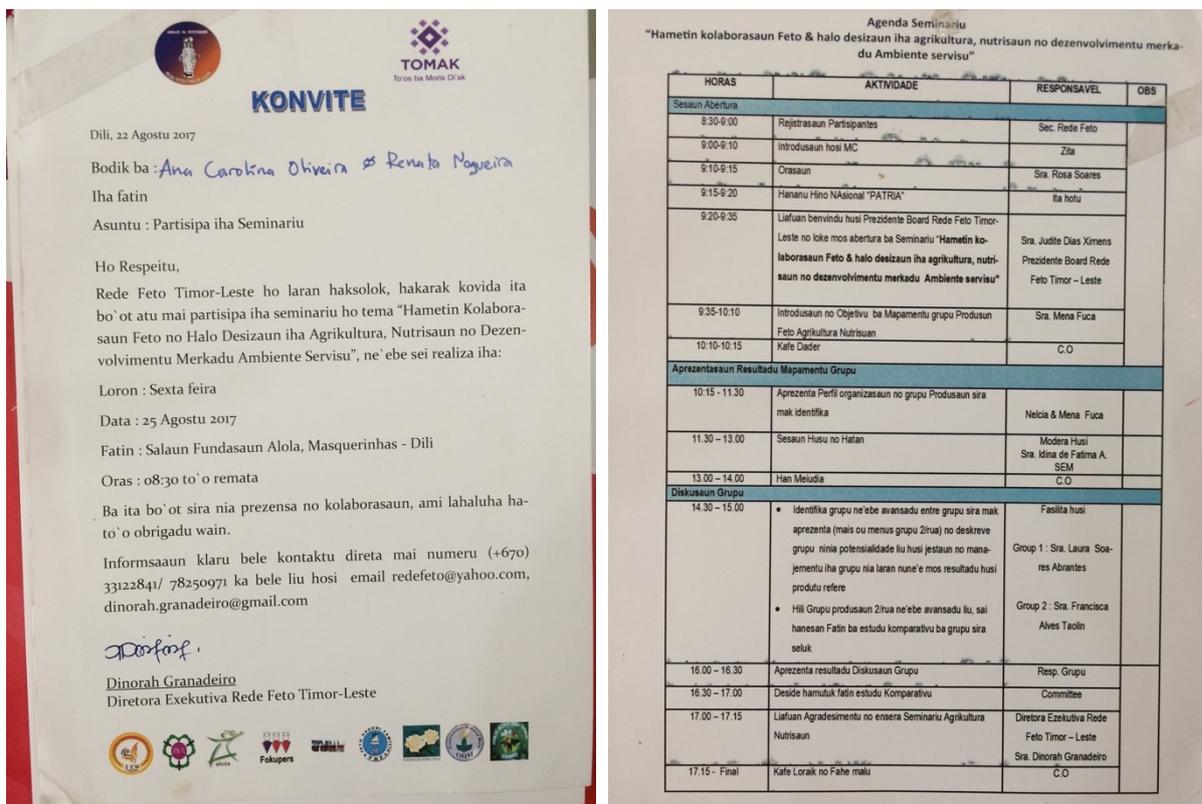
Rede Feto cordialmente convida você para participar do seminário com tema 'Fortalecer a Colaboração das Mulheres e a Tomada de Decisão na Agricultura, Nutrição e no Desenvolvimento do Ambiente de Serviço do Mercado', que vai ser realizado [...]"

Pela presença dos senhores/as e com colaboração, nós não esquecemos de agradecer-los. (Caderno de campo da autora. Ver Figura 19)

Na parte de traz da folha, estava o cronograma do seminário com os horários bem delimitados, incluindo tempo para oração, hino nacional, café da manhã e almoço, além, claro, dos espaços reservados para as atividades relativas ao tema proposto. Eu descobriria, depois, que o cronograma com a inclusão de oração e hino nacional logo na abertura de seminários, workshops, conferências, dentre outros eventos, era mais comum do que eu imaginava, mas, de todo modo, a formalidade do convite não passou despercebida.

Fiquei empolgada com o encontro porque, até então, eu só tinha me encontrado de forma pontual, em entrevistas e conversas informais, com pessoas e organizações. O tema estava bem próximo da minha questão geral de pesquisa sobre o empoderamento econômico feminino, mercado e transformações econômicas em Timor-Leste. No entanto, esta seria a primeira oportunidade de estar em meio a diversas mulheres que plantavam, produziam e vendiam para mercados.

Figura 20 – Convite da Rede Feto e TOMAK para Seminário



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Agosto de 2017.

Poderia dizer que, fosse na ilha ou em Díli – onde eu dividia uma casa com outros dois estudantes da Universidade de Brasília (UnB), Renata e Carlos –, a questão agrícola também rondava o meu interesse. Por um lado, me relacionava com os temas de pesquisa, e em ambos a questão da alimentação, da terra e da produção agrícola era um tema constante. Por outro lado, agricultura era, junto com o turismo, definida como um setor a ser cada vez mais engajado com a Economia Nacional (Timor-Leste, 2011). Nesse sentido, também encarei aquela oportunidade como uma forma de ver o que se fazia em nome da produção agrícola, um item que, ao ser direcionado para o mercado, tinha questões diferentes de uma *merkadoria* turística (Oliveira, 2019a).

\*\*\*

Fui para o seminário no dia 25 de agosto de 2017, ainda com pouca compreensão do idioma tétum. Cheguei mais cedo na Fundação Alola<sup>98</sup>, onde ocorreria o evento, e o salão

<sup>98</sup> ONG nacional filiada à Rede Feto que trabalha no sentido de promover os direitos das mulheres, aumentar a capacidade de liderança feminina, potencializar acessos à educação e saúde, além de desenvolvimento econômico. Assim como outras ONGs, foi criada depois dos ataques e violências contra mulheres e crianças em 1999 e foi oficialmente estabelecida em 2001, pela então primeira-dama, Kirsty Sword Gusmão.

indicado no convite era logo na entrada. O espaço estava organizado com uma mesa central no fundo, que também tinha um banner do título do evento e outro com as organizações parceiras da Rede, ao fundo, e, na frente, cadeiras enfileiradas para as participantes.

Ao lado da mesa, estava um cavalete com uma tela para servir de quadro para a projeção, um projetor, um computador além de uma caixa de som e um microfone. Cumprimentei as pessoas na entrada, fiz o registro e, logo, o Benny me introduziu para Judite Ximenes e Dinorah Granadeiro, respectivamente, presidenta nacional e diretora da Rede Feto naquela altura, e Cecília da Fonseca, especialista em gênero no Programa TOMAK, todas leste-timorenses.

Depois de um pequeno atraso, tivemos a primeira sessão de abertura. Atrás da mesa central, estavam seis cadeiras, e cobrindo-a tinha um *tais*, tecido tradicional do país, considerado patrimônio cultural imaterial em necessidade imediata de salvaguardar, e algumas garrafas de plástico com água, além de uma caixa com lenços de papel. Sentei-me nas primeiras fileiras para ter melhor audição e visualização, principalmente por causa da dificuldade da língua e por receio de não conseguir acompanhar. Foi feita a introdução, a oração e o canto do hino nacional.

É importante notar que todo o seminário foi conduzido por uma moderadora que, com o microfone ligado a caixa de som, comunicava o início e o fim de cada atividade presente no cronograma. Em seguida, Judite Ximenes, que estava sentada na mesa central junto com outras mulheres, abriu oficialmente o seminário e proferiu as “palavras de boas-vindas” – como indicado no convite (Figura 18).

Apesar de uma fala de apenas dois minutos, Judite me deixou refletindo pela eloquência, firmeza e por um fato que, até então, eu não sabia: este seminário era sequência de um evento anterior ocorrido em março de 2017 no João Paulo II<sup>99</sup>, intitulado “Conferência Nacional de Empoderamento das Mulheres, Nutrição e Agricultura Comercial”. Depois de comentar que não se prolongaria, ela fez a seguinte interjeição e reflexão com as participantes:

Oinsá mak ita bele identifica grupu sira ne’ebe maka, hanesan, atu sai modelu, sai piloto ba atu anima ita, atu estimula ita? Oinsá maka bele, hanesan, sae ema agrikulor ne’ebe maka iha expectativa ho nutrisaun ne’ebe mak di’ak ba família sira, ita nia oan sira, atu ba bem-estar familia ninian, baa ita nia produsaun ne’ebe maka di’ak, no mos oinsá ita nia hanoin oin ba merkado? Ita kria grupu barak barak, organizasaun

<sup>99</sup> Centro Formação João Paulo II, construção em Díli na qual ocorreu, em março de 2017, o primeiro evento que deu abertura para a relação entre Rede Feto e Programa TOMAK. Em diferentes momentos, o evento anterior era mencionado. No final do campo, recebi algumas pastas do Benny e da Cecília da Fonseca, por transferência digital, com diferentes informações sobre as atividades que compuseram o engajamento da Rede Feto com o programa TOMAK. Entendi melhor como o seminário se encaixava em um amplo processo de práticas da cooperação internacional para o desenvolvimento para implementar e executar seus objetivos propostos nos documentos gestadores do projeto.

sosiedade civil sira apoia grupu barak barak, SEM apoia grupu barak barak, Ministério da Agricultura [...] mos apoia grupu barak barak, maibé ita **estadu naruk nafatin hanesan agricultor subsistênci**a. Agricultura ida ne'ebe ita han, hemu de'it, enkuanto iha rai seluk hodi agricultura bele sosa aviaun, bele sosa kareta, bele sosa motor, maibé ita diak maka ne'e. [...] La iha visaun ida katak agrikultura ida ne'e ami halo, halo, ida ne'e, bele halo fali buat seluk (Ximenes, 2017, gravação de campo da autora).<sup>100</sup>

O conteúdo do discurso não é uma excepcionalidade. A transformação das formas como as pessoas experimentam as práticas agrícolas e produzem-nas seria uma das chaves para o desenvolvimento e para alcançar o “estado de ser agricultor”. Assim, a prática de uma agricultura de subsistência – que é definida na fala de Ximenes como “apenas comer e beber”, ou seja, de consumir –, é o primeiro ponto abordado no seminário para chamar a atenção para o que será apresentado a partir dali.

As mulheres produtoras, e todas as presentes, foram chamadas à atenção de que outra prática agrícola precisa ser engatilhada ou impulsionada e que era para isso que elas estavam ali. Mena Fuca Barreto, diretora de programas da Rede Feto, foi a oradora seguinte. Introduzida pela moderadora Zita, iniciou sua fala com um extenso “meus respeitos a”, mencionando todas as representantes das instituições, como o TOMAK, instituições do governo de Timor-Leste, organizações parceiras da Rede Feto e dos supermercados locais.

A sua fala durou três minutos e vinte segundos, os quais foram suficientes para ela indicar como haviam chegado até ali – comentando novamente sobre o evento de João Paulo II –, quais eram os objetivos para o seminário e as atividades seguintes depois do resultado daquele dia, até chegar no que poderíamos chamar de finalização: entrega de uma carta com recomendações da Rede Feto e do Programa TOMAK ao VII Governo Constitucional de Timor-Leste.

Se Judite Ximenes apresentou suas inquietações de forma que eu considero mais incisiva e recheadas de perguntas, Mena Fuca já tomou o microfone com um tom mais acanhado e focou na explicação do objetivo do seminário, qual seja, apresentar o mapeamento dos grupos de produção de mulheres e dos seus *perfis*, considerando “estrutura, nutrição e acesso para

<sup>100</sup> Os dados de gravação estão sob minha responsabilidade. Tradução provisória: Como vocês podem identificar os grupos que podem sair como modelo, como piloto para animar vocês, estimular vocês? Como vocês podem, tipo, ser uma pessoa agricultora que tem expectativa com nutrição boa para a sua família, seus filhos, para que a sua família tenha de bem-estar, sua produção seja boa e, também, mantenha olho no mercado? Vocês criam um monte de grupo, organização da sociedade civil apoia um monte de grupo, SEM apoia vários grupos, Ministério da Agricultura [...] também apoio muito grupos, mas o **seu estado é mantido como agricultor de subsistênci**a. Essa agricultura, vocês só comem e bem, enquanto em outros lugares a agricultura pode comprar avião, comprar carro, mas vocês são assim [...] não tem visão de uma agricultura que você faz, faz, e pode continuar fazendo outra coisa.”

mercado”. Os grupos foram indicados pelas próprias organizações parceiras da Rede Feto que, de março a agosto, tiveram tempo para selecionar e produzir esse perfil a ser apresentado.

Objetivu husi mapeamentu ida ne’e atu *follow up* fila fali rekomendasaun sira ne’ebe mai husi konferensia iha João Paulo II. Iha rekomendasaun katak atividade sira ne’e tenke halo mos bali keda, iha grupu, iha areas rurais, tamba ne’e maka objetivu ida katak atu halo mapeamento ne’e hodi hatene produsaun husi grupu feto sira e, no mos, oinsá sira nia acessu ba iha merkadoria<sup>101</sup> (Fuca, 2017, gravação de campo da autora).

Naquele momento, entendi vagamente o que estava sendo dito. Com uma escuta ainda limitada, eu captava as palavras em língua portuguesa presentes no tétum ou nomes de locais – conferência, estudo comparativo, recomendação, os meses do ano, nomes de cidade e tentava tirar dali algum entendimento. Consegui compreender que aquele era um item dentro de um projeto mais amplo, mas eu não saberia dizer muito além disso. O Programa TOMAK, nesse momento de abertura, não teve um espaço no cronograma, mas era mencionado como um ator importante, mas não central. Poderia dizer que passaria despercebido por mim se não fossem os logotipo nos banners e conversas no momento de socialização.

O retorno ao caderno de campo alguns anos depois e à fala da Mena Fuca, especialmente, me mostraram informações que eu não tinha capturado naquele momento. Percebi que o seminário era resultado de sugestões produzidas na conferência de março e as resoluções de agosto seriam passos importantes para o que se veria a seguir nos meses de setembro a dezembro.

O seminário era um momento de consolidação e validação do mapeamento, com sessão de perguntas e respostas, além da discussão e escolha de quais dos oito grupos poderiam ser classificados como modelo. Os critérios de produção nutritiva e de acesso ao mercado iam ser ponderadas mais tarde pelas participantes. Mena Fuca mostrou como tinham chegado até ali e para onde iriam. Depois desse seminário, seria feito um estudo comparativo em setembro e outubro com os grupos escolhidos e, depois, o ato de entregar as recomendações finais para os governantes e, principalmente, Primeiro-Ministro.

Chamo a atenção para a fala da Mena Fuca pois, tanto em 2017 quanto no meu retorno ao caderno, mais de quatro anos depois, o encadeamento de eventos – conferência, mapeamento, seminário, estudo comparativo e carta de recomendação – foi um fator que me deixou intrigada. Ao final do campo, no dia 14 de dezembro, fui ao evento de encerramento do

---

<sup>101</sup> Tradução provisória: “O objetivo deste mapeamento é *follow up* de novo a recomendação que chegou da conferência em João Paulo II. As recomendações devem ser repetidas e feitas também nas áreas rurais, com os grupos, porque esse é o objetivo de fazer o mapeamento, assim pode compreender a produção dos grupos de mulheres e, também, como é o acesso delas com as mercadorias.”

projeto, o workshop “*Hasae Vizibilidade No Konsiensia Publika Kona Ba Kontribuisaun Feto Iha Produsaun Agrikultura, Nutrisaun No Asesu Ba Merkadu*” [P: Melhorar a visibilidade e consciência pública sobre a contribuição das mulheres na produção agrícola, nutrição e acesso ao mercado], que ocorreu na sede da então Secretaria de Estado da Mulher (SEM).

Dito isso, volto ao seminário. Depois da fala da Mena Fuca, houve o momento do café da manhã; só depois, voltaríamos para começar a atividade principal da manhã, a saber, a leitura do documento com o perfil dos grupos. Os momentos de socialização do evento – café da manhã, da tarde e almoço – ficam para a última parte desta seção.

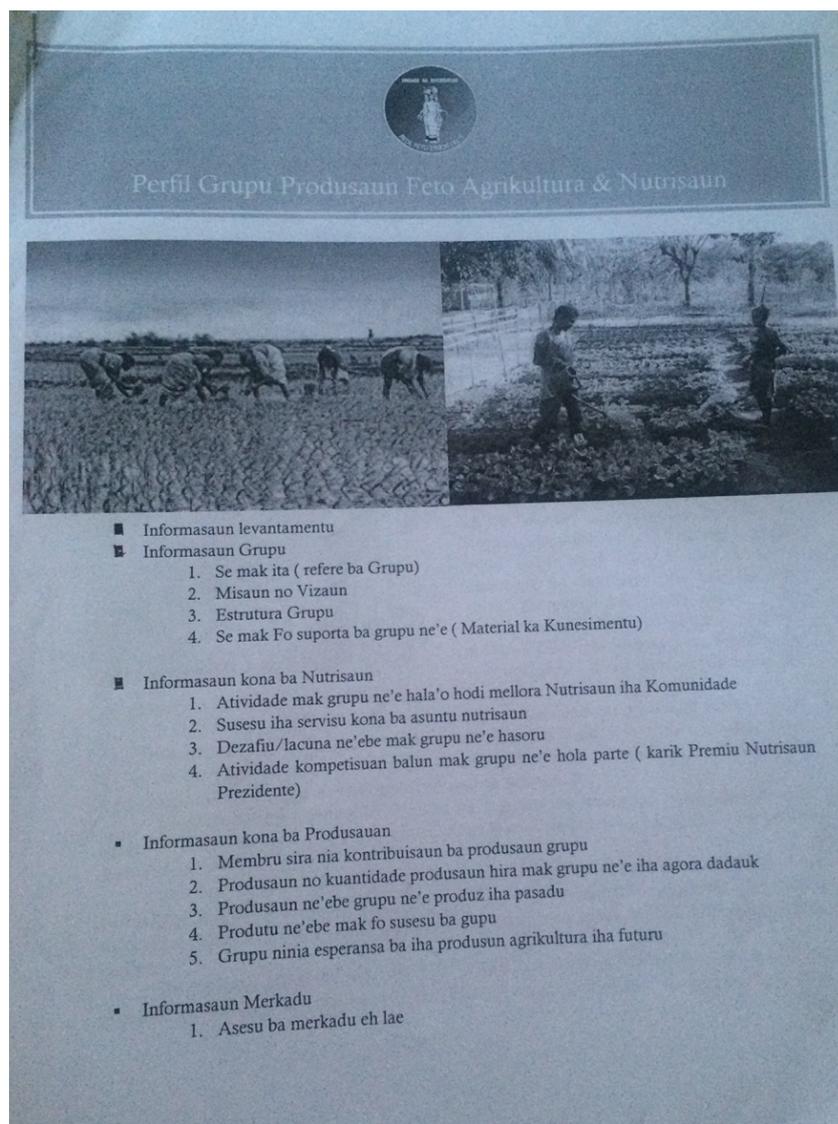
### 5.1.2 Apresentação e discussão

O café da manhã terminou e voltamos para a sala. Neste instante, se deu a apresentação do mapeamento, com direito a um tempo em seguida para perguntas e respostas. Para a minha sorte, a apresentação contava com o suporte do material físico. O documento tinha a primeira folha com a logo da Rede Feto, o título – Perfil dos Grupos de Produção de Mulheres em Agricultura e Nutrição –, e uma lista de perguntas as quais cada “*grupu tarjetu*”<sup>102</sup> – termo em tétum para “grupo alvo” – deveria responder. A exposição oral pela moderadora era, na verdade, a leitura desse documento, usando o microfone e transformando algumas das frases que estavam em primeira pessoa para a terceira.

#### **Figura 21 – Capa do Perfil dos Grupos de Produção de Mulheres em Agricultura e Nutrição**

---

<sup>102</sup> É bem comum, no tétum, que palavras estrangeiras do inglês e português sejam adotadas, mas com a transformação da sua fonética e escrita para a forma do tétum. Esse é o caso de *seminariu*, *konferensia*, *rekomendasaun*, dentre tantas outras.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Agosto de 2017.

Foram apresentados oito grupos por oito instituições, das dez inicialmente listadas para fazerem parte do levantamento depois da conferência de março. Ao longo da manhã, entendi que não era apenas o grupo que estava fazendo parte daquele momento do ritual, mas também as organizações não governamentais vinculadas à Rede Feto. No título para introdução das informações de cada grupo, não tinha o nome do grupo, mas sim da organização, e, ao longo do texto, as parcerias criadas, seja com essa organização da Rede Feto ou com outras, eram reforçadas e colocadas em evidência. Quando não tinham nenhum auxílio direto, também pontuavam tal fato como um desafio para o grupo.

Como o objetivo desta dissertação é sair da esfera de análise apenas do conteúdo desse tipo de evento e colocar a forma também no foco, não vou trazer em detalhes o que foi exposto sobre cada grupo. Sintetizei todas as informações em torno de quatro pontos – o que produzem, quais são os desafios, quais apoios tiveram e quais são os diferenciais – que foram escolhidos

pelo simples fato de terem sido as informações mobilizadas e acionadas no momento de discussão e escolha. Os grupos selecionados para o estudo comparativo, REMAJELEJU e HIKMOR, terão um pequeno destaque por terem *passado* pelo seminário, ou melhor, ritual, com êxito a ponto de estarem no centro do próximo.<sup>103 104</sup>

Em termos de produção, todos os grupos, exceto um, praticam a plantação e colheita de vegetais e/ou grãos. A exceção era do grupo que, mesmo não tendo atividades relacionadas à prática de plantar, estava ali, pois tinha uma “indústria caseira de doces e bolos”, gerenciava um quiosque<sup>105</sup>, fazia costura e oferecia treinamentos para outras mulheres e grupos. Havia alguns que praticavam a pesca e a criação de animais, principalmente galinha, e outros dois, que praticavam o microcrédito após treinamentos recebidos, concedendo empréstimos para membros da aldeia e *suku*. Por fim, outra prática apresentada foi a de alugar cadeiras, mesas, e outros, como uma forma de diversificar sua atividade e ter outras entradas de dinheiro quando o tempo não corrobora com as plantações.

Percebe-se que, no encontro, os vocábulos agricultura e produção agrícola eram acionados de forma que as práticas supostamente inadequadas e desconectadas do que se costuma entender como agricultura, como o microcrédito, os aluguéis e a produção de bolinhos, não fossem questionadas, mas, pelo contrário, endossadas. Assim, o termo agricultura, neste capítulo, está sendo acionado na sua forma nativa, incorporando as ações supostamente contraditórias e incompatíveis.

É interessante observar que, ao informar sobre suas atividades produtivas, os grupos incluíam como conseguiram ter sucesso ou não. Em todos os casos, o indicativo de sucesso na produção, nutrição e no acesso ao mercado estava ligado à prática de parceria com instituições nacionais, governamentais ou não, internacionais e supermercados. A partir dessas relações estabelecidas, outros desafios também surgiam. A questão de como armazenar os alimentos para evitar estragos apareceu por todos os grupos, assim como a dificuldade no processo para a venda. Essa dificuldade estava fortemente relacionada ao transporte dos seus itens para outros espaços de venda para além do *suku*, aldeia e distrito.

---

<sup>103</sup> É importante evidenciar que no estudo comparativo todos os outros grupos também participam para aprender e participar das análises da dinâmica de produção daqueles considerados exemplares.

<sup>104</sup> O primeiro grupo, REMAJELEJU, estava ali na qualidade de grupo alvo selecionado pela organização parceira da Rede Feto, APSCT-TL. Já o segundo, HIKHMOR, não tinha indicação de nenhuma organização que o tivesse selecionado. Depois do evento, quando fui avaliar melhor o documento entregue, entendi que o grupo não era só um grupo de produção, mas também uma organização parceira da Rede Feto.

<sup>105</sup> Pequenos espaços que comercializam itens dos mais diversos em todo o país. Estes, na grande maioria das vezes, estão na frente das casas, entre estas e a rua.

Segundo o seminário, não fossem alguns supermercados e instituições parceiras, que se deslocam da capital para os municípios, grande parte dos grupos não conseguiriam ter o chamado “acesso ao mercado”. Nesse ponto, ao apresentar um dos grupos, a moderadora pronunciou com um tom de voz diferente do que estava usando:

Grupi preferi kudu mak modo de'it, atu nune'e bele ba faan iha mercado, atu bele atende lalais necessidade familia nian, kona ba produs koto hanesan deit, tamba governu dehan “povo kudu, governu sosa” maibe laiha realidade. Povu kudu, no povu mak sosa fali, grupu sira mak nain ba rai (Dados caderno de campo).<sup>106</sup>

O apontamento para a responsabilidade do governo, de forma direta e incisiva, não foi recorrente, mas a solicitação de ajuda sim. O caso acima é expressivo da insatisfação com as possibilidades de venda. Outro desafio evidenciado foi a questão da terra: muitos grupos não conseguiam produzir mais, e aumentar o seu rendimento, pela falta de espaço e de posse de terra.

Por último, um ponto levantado por uma parcela pequena dos grupos chamou a minha atenção: a falta de acesso às informações necessárias para pleitearem fundos, participação em treinamentos, eventos, premiações, etc. A técnica de documentação burocrática das instituições, sejam elas governamentais, da sociedade civil ou das agências internacionais, composta por formulários, planilhas, propostas, dentre outras, era pontuada como uma dificuldade.<sup>107</sup>

Outros, principalmente os grupos escolhidos, REMAJELEJU e HIKMOR, reforçavam o quanto certas parceiras contribuía para o transporte, armazenamento dos produtos e até testagem e avaliação laboratorial. Inclusive, a maior parte das mulheres apenas se definiram como um grupo de produção depois de receberem algum tipo de treinamento e perceberem que, para conseguir parcerias, precisariam se organizar e se estruturar conforme indicado pelas organizações estatais e/ou do setor privado.

Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE)<sup>108</sup>, Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA, sigla em inglês), Ministério de Agricultura e Pesca (MAP) e

---

<sup>106</sup> Tradução provisória: “Grupo preferi plantar só vegetais, para assim poder vender no mercado, e para também atender as necessidades da família mais rápido, sobre produção de feijão, é só essa porque o governo diz ‘povo planta, governo compra’, mas não é a realidade. O povo planta, o povo é quem vende, o grupo que é dono da terra.”

<sup>107</sup> Em Atauro – ilha 25 km distante da capital do país, por exemplo, o meu contato com a ONG Empreza Di'ak, demonstrou como o preenchimento dos documentos para os investidores era um processo que destoava dos afazeres cotidianos e requeria um conjunto de técnicas e conhecimento diferentes daqueles acionados nas visitas às comunidades e do trabalho feito cotidianamente no local. Não me aprofundi em tal questão na monografia de graduação, mas não deixei de manter no meu horizonte de reflexão como as técnicas e os saberes das áreas de contabilidade e estatística, apesar de distantes daquela população, eram condições indispensáveis para fazer parte da indústria do desenvolvimento.

<sup>108</sup> No nível nacional, a parceria entre o programa, a Rede Feto e o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE) me chamou bastante atenção, já que este aparecia como uma instituição técnica capacitada

Chefes de *Suku* e de Aldeia foram os atores que mais apareceram como apoiadores contínuos ou pontuais, ao lado dos supermercados, cafés e lojas da capital que se deslocam até os distritos para comprarem os itens. O apoio, em termos de transporte, tomou centralidade no momento de apresentação e na sequência, com perguntas e respostas, já que a maioria dos grupos abordou a centralidade da parceria para, de fato, conseguirem vender “longe de casa” e “sair da subsistência”, como informado no seminário e no documento.

Sem o apoio dos supermercados ou das organizações que compram seus produtos e, depois, revendem para os estabelecimentos – com transformação da embalagem, na grande maioria das vezes –, não conseguiriam fazer o armazenamento adequado para a viagem, e ainda teriam mais custos. Em alguns casos, havia fundos em dinheiro para começar a sua produção, mas esses recebimentos em espécie eram mais raros e o caso mais emblemático, de uma quantia elevada, foi por parte de apenas um grupo, que recebeu o Prêmio de Nutrição do Gabinete Presidencial em 2016, no valor de U\$ 10.000.

Abaixo, trago em maiores detalhes os diferenciais que me chamaram atenção, principalmente no momento de apresentação dos grupos selecionados. REMAJELEJU e HIKMOR foram escolhidos pelas participantes para serem objeto de estudo aprofundados em perspectiva comparativa. Enquanto o primeiro definiu sua atividade principal como indústria caseira de bolos e doces, o segundo, além de plantar vegetais (horticultura), também demonstrou que administrava transações de guarda e empresta dinheiro (o que tem sido chamado de microcrédito).

\*\*\*

O grupo REMAJELEJU – originário de Suai, capital do município de Cova Lima – foi o primeiro a ser apresentado e ocupou o maior espaço de tempo nas quase duas horas dessa sessão: 27 minutos e 13 segundos. Os seguintes não passaram de 10 a 15 minutos. Parte dessa diferença no tempo ocorreu pelo detalhamento nas informações sobre a sua história, suas práticas de produção, como e com quem aprenderam a produzir os bolinhos e de como têm acesso ao mercado.

Outro aspecto que me chamou foi a mudança no tom de fala, a entonação no microfone e as respostas das participantes quando traziam informações sobre acesso a mercados da capital e internacionais. Ao mencionarem os frutos das relações de parceria com ONGs e agências

---

para promover estudos e exposições sobre como se tornar uma pessoa empreendedora, que pratica a agricultura comercial, em Timor-Leste. Os grupos apresentados também reforçaram a importância do IADE para conseguirem sucesso.

financiadoras, como o caso da testagem dos bolinhos do REMAJELEJU pela parceria com a PARCIC, também havia uma entonação diferenciada.

A moderadora lia todos os trechos do documento, transformando, gramaticalmente, o número – de primeira para terceira pessoa. Naqueles segundos enquanto ela terminava uma frase, olhava o conteúdo das próximas linhas e começava a próxima fala, ocorria tanto a transformação de número quanto de entonação em alguns casos. O conteúdo comunicado com mais ênfase, era como se pedisse mais atenção.

A parceria com a Pacific Asia Resource Center Interpeoples' Cooperation (PARCIC, sigla em inglês)<sup>109</sup> possibilitava que os bolinhos e doces fossem para o Japão serem testados e avaliados em laboratório. Essa era uma ação da cooperação internacional japonesa que, naquele momento, não se repetia em nenhuma outra agência internacional e em nenhum outro grupo presente. No sítio eletrônico, é definida como uma prática de comércio justo.<sup>110</sup>

Além da padronização nutricional em laboratórios japoneses, outro fator colocava o grupo como diferencial: a embalagem, que era fruto da parceria com e a PARCIC. A agência comprava os bolinhos e os embalavam em material de plástico, no formato de tubo, em torno de 20cm de altura, e era a compradora principal do grupo, a ponte com os espaços de venda. Desse modo, os testes laboratoriais e a embalagem necessária para transporte por longas distâncias foram ações apontadas como positivas durante todo o ritual, aparecendo nas falas das perguntas e respostas, bem como nas discussões seguintes. A apresentação dos dados do grupo deixou inevitável a centralidade que a PARCIC tinha naqueles resultados.<sup>111</sup>

Uma particularidade desse, e de apenas dois outros grupos, eram os apoios internacionais recebidos e a realização de treinamentos para outros grupos, como “facilitadoras”<sup>112</sup>. As capacitações para mulheres vítimas de violência de gênero, como elas, mas não só, tinham o principal intuito de que independência financeira feminina significasse também prevenção e solução para as violências domésticas acometidas principalmente às mulheres.

---

<sup>109</sup> PARCIC vem da Pacific Asia Resource Centre (PARC), “organização sem fins lucrativos, [criada em 1973], comprometida com a justiça social e a econômica, internacional” (tradução própria). Em 2008, o PARC optou por dividir suas atividades, relegando à PARCIC, “organização irmã”, o foco em cooperação entre pessoas e comércio justo. Disponível em: <http://parc-jp.org/english/index.html> Acesso em: 20 jul. 2022.

<sup>110</sup> A PARCIC tem o comércio justo na essência da sua constituição, mas esse modo de operação e de praticar a cooperação internacional não será aqui abordado. Para saber mais, ver Silva et al. (2020) em “Commerce as ‘total social fact’: Fair trade practices in Dili”.

<sup>111</sup> Outros grupos, inclusive, deixaram claro, no seu mapeamento, que não tiveram tantos frutos por falta de apoios nacionais e internacionais.

<sup>112</sup> Este termo era utilizado para se referir à transferência de conhecimento entre os grupos.

A APSC-TL, organização responsável pela apresentação do grupo REMAJELEJU, assim como a Rede Feto e outras ONGs, foi criada para trabalhar nessa pauta a partir da retomada da independência em 2002. Nos momentos de socialização, esse tema ocupou grande parte das minhas conversas com outras mulheres no local.

Dois grupos, ao trazerem na sua apresentação por escrito um *mote* ou lema<sup>113</sup>, engajavam a moderadora e muitas participantes. Para nenhuma surpresa, esses grupos eram o REMAJELEJU e o HIKMOR, e os seus lemas eram, respectivamente: “Partisipasaun Feto Barak iha área hot-hotu Kontribui ba Dezenvolvimentu Sustentável” e “Sei hamutuk, Sei servisu, Sei badinas, Sei Manán” [P: Participação de muitas mulheres em todas as áreas contribui para o desenvolvimento sustentável; e “Estar juntas, Ser Trabalhadora, Ser Vencedora” (TOMAK, 2017, p. 5 e 14). O lema do HIKMOR foi entoado algumas vezes pelas participantes ao longo do seminário. Isso incluiu também a discussão no período vespertino, em que o lema do HIKMOR era ouvido em algumas frases isoladas ou em coro.

Na época, e ouvindo as gravações no retorno do campo, fiquei impressionada com o engajamento das participantes no e com o lema do HIKMOR. Nem precisava de tétum fluente para sentir que o grupo de Aileu tinha um lugar diferenciado na história da Rede Feto e das pessoas presentes. O grupo não estava sendo apresentado por nenhuma organização da Rede, como era o caso de todos os outros. Na segunda página, como mencionei anteriormente, tinha a lista das ONGs que participaram do levantamento prévio para o seminário e o grupo HIKMOR era o único que tinha o nome indicado diretamente.<sup>114</sup>

**Figura 22 – Segunda página do Perfil dos Grupos de Produção de Mulheres em  
Agricultura e Nutrição**

---

<sup>113</sup> Entendo *mote* ou lema como pontuado no dicionário Michaelis: “4. aquilo que constitui um lema de vida; 5. ANT - frase de efeito que caracterizava um ideal, usada pelos cavaleiros ao participarem de ações de risco”. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mote> Acesso em: 15 jul. 2022.

<sup>114</sup> Em todos os outros casos, o nome do grupo só aparecia ao longo do texto, o espaço do título era dado à organização

2. Iha ne'ebe no oinsa

I. Organizaun sira mak hola parte iha levantamentu informasaun ba grupu tarjetu produsaun feto Agrikultura no Nutrisaun mak hansesan :

1. SEM
2. APSC-TL
3. Aloia Foundation
4. FOKUPERS
5. FHM
6. FHF
7. HMF
8. HIKM OR
9. OHM
10. Sekretariadu Rede - Feto

Grupu 1:

**Informasaun Grupu APSC-TL :**



Grupu 1: Grupu REMAJELEJU hahu iha 16 Março 2012 wainhira ekipa APSC-TL hamutuk ho UN Women halao programa Feto, Paz no Seguransa hamutuk ho Xefes Suku ho Konsellu tomak Suku Debos, Oges, Matae, Maudemu, Cassabauk no Suai-Loro. Nia hela iha Vila Nova, Kampung Baru, Suku Debos, Posto Administrativo Suai. Membrus Grupu REMAJELEJU partisipa ativa iha konsultasaun no workshops hasae konkiensializasaun ba prevensaun violéncia bazeia ba jéneru no atividade hirak seluk.

REMAJELEJU liafuan murak mai hosi Pioneiras ninia naran inisial rasik, i.e. R=Regolinda Ikun Leseq, E=Emiliana Modesta, M=Margareta Beno, A=Amélia, J=Jefina Alves, L=Leonida dos Santos, L=Leonora, J=Juliana Alves. Membru hirak ne'e mak nudar fundadoras ba harii Grupu REMAJELEJU no total membru hamutuk feto nain 10.

Membrus Grupu REMAJELEJU ativu iha fahe sira nia esperiensa oinsá hetan violéncia bazeia ba jéneru no oinsá sira ninia prosesu halao servisu hamutuk ho Membrus Organizasoins Rede Referral ba Vitima sira.

Membrus Grupu REMAJELEJU maioria hetan esperiensa moruk relasiona ho violéncia bazeia ba jéneru, hanesan vitimas no viúvas funu nian. Membru sira haktuir mai APSC-TL katak ho esperiensa moruk hirak ne'e nudar **mestre** ba sira ninia dalan moris no bele hases-an hosi siklu violéncia.

Ho prezensa APSC-TL nian iha Posto Administrativo Suai-Vila reforsa diak liu sira nia matenek no koñesimentu iha rezolusaun 1325, Lei Kontra Violéncia Doméstika ho analiza

Fonte: Arquivo pessoal da autora. Agosto de 2017.

Outro diferencial do grupo, que engajou várias participantes no ritual, foi a conquista do Prêmio Presidencial de Nutrição<sup>115</sup> em 2016. O grupo foi criado em 2011, tendo parceria com a organização World Vision<sup>116</sup> durante um tempo, de quem recebia apoio para produção

<sup>115</sup> Em 2021, foi anunciado o lançamento do Programa do Prêmio Nacional de Nutrição pelo Secretariado Nacional do SUN Movement das Nações Unidas e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Soberania e Nutrição de Timor-Leste (KONSSANTIL) e era uma sequência desse prêmio presidencial implementado entre 2014 e 2017. Disponível em: <https://www.ucla.pt/noticias/lancamento-do-programa-do-premio-nacional-de-nutricao> Acesso em: 20 jul. 2022.

<sup>116</sup> Segundo o sítio eletrônico da organização: “Por mais de 70 anos, a World Vision está comprometida em proteger e cuidar de crianças e pessoas necessitadas. Hoje [...] a instituição] se tornou a maior organização não-governamental internacional cristã, trabalhando em quase 100 países em todo o mundo” (tradução própria). Disponível em: <https://www.wvi.org/our-history> Acesso em: 20 jul. 2022.

agrícola com sementes. Em seguida, a organização também facilitou o estabelecimento da relação com o supermercado Kmanek na capital. Semanalmente, o supermercado comprava os vegetais, frutos e legumes produzidos por 39 das 150 participantes do HIKMOR. Ademais, outra parte do grupo também atuava no campo do microcrédito desde o início. Ainda, foi reforçado como a prática agrícola era uma possibilidade de manejar os empréstimos para as pessoas da comunidade.

Por mais que a apresentação tenha sido mais curta, por causa do tempo, isso não impediu o agito que veio, não da moderadora, mas das próprias participantes. Essa surpresa me fez anotar, na época, ao lado do nome do grupo: “existe um reconhecimento do lugar desse grupo como referência para as mulheres”. Nos quase 15 minutos de apresentação, as pessoas presentes bateram palmas, sendo o único de todos apresentados a conseguir todo esse envolvimento.

O grupo pontuou que não teve apoio dos fundos monetários de nenhum doador, apenas materiais, e que esse fato ainda é um desafio. Entretanto, diferente de outros, essa falta de parceria não era reforçada como prejudicial; aparecia como uma limitação, mas não como um prejuízo. Ao falar das dificuldades, o modo *badinas* de ser e de trabalhar, para atingir o vencimento, era pontuado como potente e “solução”.

A categoria *badinas*, no português e em tétum, é de adjetivo e pode ser traduzida como diligente, zelosa e proativa. Além do lema do HIKMOR, ao falar sobre o objetivo da instituição, o “serviço *badinas*” também era adicionado para reforçar a forma como o “sucesso” poderia ser alcançado. “A Organização tem o sonho de libertar a comunidade da pobreza e escassez, para reparar a vida dela por meio do serviço *badinas*, segundo o potencial da própria terra” [T: “Organizasaun iha mehi atu liberta komunidade husi ki’ak no mukit, hodi hadia sira nia moris liu husi servisu badinas, tuir potensial nebé rai ne’e iha”] (TOMAK, 2017, p. 14).

Na mesma página, ao falar sobre a sua produção, HIKMOR informa:

Iha grupu 39 nebé kuda modo no asesu ba mercadoria ka KMANEK Supermarket mak mai sosa/tetu. Grupu sira ne’e lao ho diak no ativu, **balun susesu tamba hare husi membrus sira nia badinas** atu halo servisu kuda modo no tetu ba iha KMANEK Supermarket, no sira hetan rendementu nebé diak, sira nebé **la susesu tamba ladun badinas** atu halo servisu ka halo produsaun.<sup>117</sup>

Diferente de REMAJELEJU, HIKMOR usou o adjetivo para demonstrar o quanto o sucesso e as realizações do grupo estavam ligados a uma postura individual de parte das membras. Nem todas tinham a postura *badinas* na produção agrícola a ponto de conseguirem

<sup>117</sup> Tradução provisória: No grupo, 39 plantam vegetais e têm acesso à mercadoria ou o Supermercado Kmanek vem comprar. Esse grupo caminha bem e com ativo, alguns com sucesso pois veem os membros “*badinas*” fazerem serviço de plantar vegetais e vender para o Kmanek, e eles conseguem rendimento bom, agora, aqueles que não tem sucesso é porque não são “*badinas*” no serviço ou no fazer da produção.

vender. Durante a discussão no período vespertino, a qualidade individual de algumas membras do grupo foi reforçada como algo que deveria ser considerado positivo e digno de, junto com o prêmio, colocar o grupo como um dos escolhidos finais para ter o estudo comparativo realizado.

\*\*\*

Pensando no seminário pela dimensão da comunicação e *performance*, o grupo HIKMOR se destacou evidentemente. Enquanto o REMAJELEJU foi escolhido ao serem pontuadas as suas vantagens no período vespertino – “indústria de bolinhos”, e pelo apoio do PARCIC, que possibilita testagem, embalagem, armazenamento e transporte –, o HIKMOR, desde o momento que começou a sua apresentação pela moderadora, no turno da manhã, a seleção dele já parecia ser automática, pelo engajamento das participantes com o *motto* do grupo. As palmas e a repetição do lema do grupo como um coro tornou evidente que muitas pessoas já conheciam o HIKMOR, ou que a sua apresentação já tinha engajado facilmente as pessoas.

Na segunda parte do evento, no período da tarde, todas as participantes foram divididas entre dois grupos. Eu fiquei naquele coordenado pela Laura Abrantes, no qual escolhemos o grupo REMAJELEJU para ser analisado no estudo comparativo da etapa seguinte do projeto da Rede Feto com o TOMAK. O outro grupo indicou o HIKMOR, seleção que não foi uma surpresa para nenhuma das participantes. Uma das responsáveis pelo grupo estava presente e parecia ter conexões com grande parte das organizações e grupos de produção.

Antes de passar para a última parte desta seção, na qual abordarei a dimensão da socialização do seminário, gostaria apenas de reforçar que o processo de seleção, por mais que possa ser entendido como uma competição, não seguia esses termos. No estudo comparativo a ser desenvolvido nos meses seguintes, REMAJELEJU e HIKMOR estariam no centro, mas os outros grupos de produção não só participariam das visitas, como seriam visitados. Esses dois, então, eram os modelos para os quais os outros grupos e outras mulheres deveriam ter atenção. A moderadora fortaleceu isso durante a apresentação de manhã com entonação, gestos e expressões usadas com o microfone e os papéis na mão.

É verdade que não há nada de excepcional no uso de microfone, projetor, computador e caixa de som, mas me questionei algumas vezes: qual era a finalidade do projetor se o documento que estava sendo lido e projetado também estava nas nossas mãos? Como a sala era bem iluminada, a projeção não era tão visível. De todo modo, foi utilizado principalmente na parte da manhã. Acho interessante apontar que esses objetos e materiais “tecnológicos”, no senso comum, estavam ali como coadjuvantes.

O seminário poderia ter ocorrido sem eles, principalmente sem o projetor e os aparatos adjacentes para a projeção. No entanto, se fosse para indicar algum possível motivo, diria que tem relação com os modos pedagógicos de se portar, apresentados nesses espaços intitulados seminários, conferências, *workshops* etc. (Silva, 2016). Indico que um dos efeitos desses eventos, dos infinitos que podem ser gerados nas participantes e a partir delas, é também expor como se dá o “desenvolvimento” e as subjetividades nesse “mundo desenvolvido”. Serviço *badinas*, por exemplo, é mais do que trabalhar diligentemente; ele passa a ser um modo de estar no mundo a partir do qual a produção para o mercado é prioridade.

Agora, abordo os momentos de socialização. O último ponto que gostaria de realçar diz respeito aos principais diferenciais considerados relevantes para tal seleção: recebimento do prêmio; cooperação japonesa para testar e produzir as informações nutricionais de alguns produtos a partir das análises laboratoriais; compradores regulares, como os supermercados; o processo de embalar e armazenar que possibilita escoar a produção para lugares mais distantes; propriedade da terra de cultivo, no caso do HIKMOR. Talvez, pudesse adicionar a concepção comportamental que o grupo demonstra nos lemas, como a postura “*badinas*” para “*hadia nia moris*” [P: postura “de trabalhador” para “melhorar a sua vida”].

### 5.1.3 *Networking* e Socialização

O que estou chamando de socialização muitas vezes é chamado de *networking*. Definidos no cronograma como café da manhã, almoço e café da tarde, esses momentos foram organizados para ocorrerem na parte lateral do salão do evento. Imaginemos que a sala principal tem duas entradas: uma virada para o portão da rua e outra, na diagonal oposta, que dava acesso para um espaço de transição entre o prédio da sala e o restante da Fundação Alola. Esse espaço de transição se transformou no meio pelo qual parte dos *networkings* ocorreram.

A estrutura se manteve em todos os momentos. Uma mesa vertical estava encostada na parede, onde havia comidas, pratos e talheres em cima. Nos espaços restantes, algumas mesas quadradas com cadeiras, todas de plástico, estavam dispostas para que as participantes se sentassem. Durante o almoço, até a sala do seminário foi modificada para que mais pessoas pudessem se sentar e comer. No café da manhã e da tarde, por outro lado, as pessoas se mantiveram mais em pé, beliscando enquanto conversavam. Os alimentos servidos em todas as

refeições estavam dentro do que havia em vários espaços como tradicional e local e, alguns deles, vinham dos próprios grupos que estavam sendo apresentados.<sup>118</sup>

O café da manhã e da tarde tiveram um período menor que o almoço. Neles, conheci a representante da ONU Mulheres, que tinha acabado de chegar no país e estava se ambientando como eu, e outras participantes da equipe de organização do evento. Já durante o almoço, me aproximei de Laura Abrantes, representante da Asia Pacific Support Collective – Timor Leste (APSC-TL), e de Cecília da Fonseca, especialista em gênero no TOMAK.

Sentei-me junto com elas na sala principal, que tinha algumas mesas espalhadas para que coubessem todas as participantes, além do espaço externo. Conversamos sobre algumas questões relacionadas a mulheres, produção, violência de gênero. Foi retomada a questão que as sessões anteriores do seminário colocaram: os empecilhos para a produção dos grupos e, pela presença de diversos doadores, o potencial do evento. Estávamos em uma mesa com outras mulheres, mas as duas tomavam a centralidade da voz. Cecília da Fonseca trouxe um pouco da sua experiência com a Rede Feto, dos trabalhos com mulheres, e sobre a sua posição no TOMAK naquele momento. O TOMAK estava começando o seu segundo ano de implementação no país.

Laura falava com mais propriedade sobre a experiência com o REMAJELEJU e sobre as dificuldades desse grupo. Ela também foi uma das pessoas que comentou, durante a sessão de perguntas e respostas, e foi enfática. Laura questionou todas presentes sobre como os grupos conseguiriam experimentar a prática agrícola para o mercado se não há estradas em boas condições; se o armazenamento adequado dos vegetais, entre a saída da terra e a chegada às prateleiras dos supermercados, de produtos como bolinhos e doces, é limitado; e se os grupos não conseguiam ter uma embalagem de qualidade para empacotar suas produções. Lembrando o modo da Judite Ximenes, Laura Abrantes foi fazendo suas colocações cheias de perguntas: *“se não fosse a PARCIC... estrada oinsá? Bolinho até capital, oinsá? Ne’e tenke preziza kualidade de embalagem ne’e didiak”* [P: se não fosse a PARCIC.... estrada como? Bolinho até a capital, como? Para isso, precisa de embalagem com embalagem apropriada].

No almoço, Laura trouxe um pouco da história inicial da APSC-TL e de como ela, outras mulheres e políticos, em conjunto, ajudaram algumas pessoas na condição vulnerável no distrito de Suai. Esses são termos que apareceram na nossa conversa. Com o foco na questão de gênero, a organização ajudou principalmente as mulheres, crianças e idosas que tinham ficado sem suas

---

<sup>118</sup> Esses momentos costumam ser chamados, na linguagem empresarial, de *“networking”*, palavra em inglês para designar atividades organizadas para ativação e expansão da rede de contatos e que proporcionem interações e relacionamentos importantes para as atividades produtivas em questão.

famílias, seus maridos, por causa dos conflitos com forças da Indonésia no final da ocupação. Laura reforçou como essas mulheres não tinham direito à terra, que costuma ser dos maridos, e muitas foram retiradas. Elas ficaram sem vínculo, sem amparo das famílias, e precisavam de apoio.

Toda a conversa durante o almoço fortaleceu a minha relação com Laura Abrantes e Cecília da Fonseca. Depois daquele dia, recebi um convite da Cecília para participar de uma festa da sua família, que parecia ser a celebração de casamento. Nos encontramos outras vezes para conversas sobre o desenvolvimento do programa TOMAK nos grupos escolhidos e em outras áreas de Timor-Leste. Com Laura não foi diferente. Em outro momento, nos encontramos para uma entrevista na APSC-TL, e aproveitei para adquirir seu livro, fruto do mestrado realizado no Brasil.

Posso dizer que a criação de redes que costuma ser o objetivo de espaços de *networking* funcionou bem no meu caso.

\*\*\*

Renata Nogueira (2023) demonstrou como o ato de comer também envolve a troca com ancestrais, antepassados e seres mais-que-humanos, mas que também fazem parte da organização social leste-timorense. Em Same, cidade no interior de Timor-Leste, ela observou a agência e participação dos antepassados em refeições cotidianas, as diferentes formas de preparar os alimentos para humanos e não humanos, e argumentou sobre a importância do comer e beber juntos tanto em rituais e cerimônias quanto na própria produção e reprodução cotidiana.

Aqui, aproveito o argumento de Nogueira (2023, p. 165) sobre a força produtiva e reprodutiva do comer e beber juntos para nos lembrar que, nos eventos, os momentos de *networking* envolvem necessariamente o compartilhar de bebidas e comidas. A troca entre pessoas e as comidas participa diretamente de todo o propósito do seminário, e do ritual ao qual esse faz parte. Além do documento, considero que essas redes são efeitos esperados pela realização do seminário (Riles, 2010).

O conteúdo que os grupos produziram e enviaram tem importância ímpar, inclusive ao mencionarmos a vida social ativa que o documento possui. No entanto, aqui argumento que a forma documental de inserir as informações é tão importante quanto a possibilidade de as participantes interagirem entre si e se relacionarem. A mudança da estrutura e forma para que ocorra interação entre as participantes e o estabelecimento de redes entre pessoas, objetos e alimentos considerados tradicionais se mostrou como um elemento importante de todo o ritual.

O evento durou em torno de nove horas e os momentos reservados para a alimentação e *networking* ocuparam um terço do tempo. A transição de lugar e a mudança da estrutura do espaço do Seminário, para possibilitar os diferentes trânsitos de pessoas, palavras, pratos e comidas, realçaram a importância da estrutura e dos objetos. Se na primeira parte, projetor, computador, microfone, e divisão da sala entre participantes e oradores eram objetos e formas bem operantes, os momentos de *networking* e da discussão vespertina colocavam diferentes artefatos e pessoas em relação para construção das redes (Riles, 2010).

## 5.2 DISCUSSÃO

Ao tirarmos a lupa do seminário, e pensarmos nas informações do *Investment Concept* e *Investment Design Document*, penso que, em determinada escala, os *networkings* ali produzidos são conexões, encontros e fluxos que fazem parte da infraestrutura epistêmica global e transnacional. A minha presença ali fazia parte de uma das inúmeras redes construídas a partir da retomada da independência em 2002.

Estudos sobre fluxos, redes, expansão do modo de produção e economização da vida me levaram a observar as ações e práticas com o logotipo do TOMAK como resultados de articulações e negociações. Elas encadeiam ou tentam encadear outras formas de experimentar a prática agrícola, produzir e investir tempo, força do “agregado familiar” e valores. (Tsing, 2005; Shepherd, 2013). A bagagem referencial vinculada à percepção de Arjun Appadurai (1986) também me trazia logo em mente autoras como Anna Tsing (2005; 2015), Annelise Riles (2010), além de Shepherd (2013) e os objetos de fronteira.

No caso de Tsing (2005), ela demonstra como há muita “fricção” no movimento de pessoas, bens, dinheiros e ideias, como em qualquer movimento da física. A partir desse olhar, Tsing (2005) aponta para o caráter produtivo das fricções ocorridas nos encontros globais. No entanto, essas não são como resistência ou conflito, mas como uma “imagem metafórica [...] nos lembra que encontros heterogêneos e desiguais podem levar a novos arranjos de cultura e poder” (2005, p. 5). Segundo ela, nessas frestas do atrito entre mundos fronteiriços, o capitalismo, os desejos e imaginários daqueles que trabalham e participam nas e com as redes globais, produzem novas formas de organizar e de se engajar com a contemporaneidade.

Todos esses autores analisam fluxos e conexões globais, buscando questionar a fantasia que pairou, principalmente na última década do século passado, de que os processos de globalização transformariam o mundo em um lugar sem fronteiras e uniforme. Dessa forma, por mais que o seminário analisado também seja reproduzido em outros espaços e temáticas com “repetições mais ou menos invariáveis”, como o ritual de Rappaport (2001), produz

inúmeras redes e conexões imprevisíveis, mais meramente controláveis, a partir do investimento na documentação (Stoler, 2010).

Roy Rappaport (2001) defende que o ritual é o ato de criação das concepções mais básicas da humanidade e da organização em sociedade. Ele se fundamenta nas teorias semânticas, nos estudos acerca de signos, símbolos e ícones, ou seja, do processo de atribuição de significados e verdades. Como o autor demonstra, os aspectos não discursivos, experimentais e afetivos do que é religioso, do que é viver em sociedade, são gerados *no* ritual e, a partir dele, concepções das mais diversas aparecem (Rappaport, 2001). É especificamente o potencial produtivo que Rappaport (2001) viu no ritual que optei por levar adiante, de forma sucinta, a fim de abordar as diversas comunicações no e do seminário enquanto ritual.<sup>119</sup>

O ritual seria, na gênese social, a forma encontrada para dar sentido e ordem, pela própria natureza da humanidade: “uma espécie que vive, e só pode viver, de acordo com os significados que deve fazer, em um mundo desprovido de significado intrínseco, mas sujeito às leis físicas” (Rappaport, 2001, p. 21). Segundo o autor, os significados, as moralidades, a cultura, o próprio estabelecimento de convenções, são resultados do ritual. Por isso, entendo que os eventos desenrolados antes e depois do seminário são todos rituais de engajamento que buscam promover o engajamento dos “agregados familiares” com o mercado.

Os atos, os objetos escolhidos para compor os eventos, o modo de fazer e de estar, além, claro, dos discursos vociferados através de microfones, eram elementos que, como nos ensinou Roy Rappaport (2001), estavam transmitindo mensagens autorreferenciais, sobre cada um, e canônicas, sobre o estado de ser. É verdade que existem diferentes mensagens, receptoras e emissoras presentes, mas a partir do que abordei previamente dos documentos de produção do TOMAK (2014a, 2015a), ali, pode-se observar como as concepções do que é e como é fazer parte de um país – e de uma Economia Nacional – se materializam.<sup>120</sup>

Ademais, os rituais possuem mensagens “não codificadas”, as quais são emitidas mesmo sem serem elaboradas verbalmente. Nesse sentido, a presença e participação – ou não – naqueles espaços de exposição, discussão e criação de redes para conectar as mulheres com o

---

<sup>119</sup> Como abordado, outras autoras “mais clássicas” da teoria do ritual e linguística poderiam ter sido acionadas, o próprio Austin (1962) tinha bordado a relação entre comunicação, linguagem e efeitos, assim como Tambiah (1985). No entanto, pelas limitações de tempo, optei por manter o vínculo com a obra de Rappaport (2001), a qual acessei durante o curso de Antropologia do Tabu, com o Prof. Alberto Fidalgo, no segundo semestre de 2019.

<sup>120</sup> Admito que, ao argumentar que há materialização através do ritual, lembro das observações de Murphy sobre o porquê ela optava por usar o conceito de infraestrutura epistemológica: “[...] os chamo de infraestruturais para sublinhar as maneiras pelas quais a produção de conhecimento pode instalar suportes materiais no mundo – como edifícios, burocracias, padrões, formas, tecnologias, fluxos de financiamento, orientações afetivas e relações de poder” (2017, p. 6). Arrisco, aqui, apenas pincelar que podemos questionar como os rituais que materializam concepções e expectativas de programas da cooperação internacional fazem parte de toda uma infraestrutura que, enquanto busca se manter concreta, mesmo que simbolicamente, também tem suas fricções (Tsing, 2005).

mercado informava a elas também outras prioridades que teriam que ter para conseguirem se engajar, dada a conjuntura de necessidade de apoio e parceria. Se naquele momento, enquanto eu terminava a graduação, esses materiais pareciam insuficientes para uma análise, dois pontos mudaram a minha percepção.

O primeiro diz respeito às leituras sobre documentos como artefatos da modernidade e a abordagem da etnografia colonial (Riles, 2006; 2010; Stoler, 2010). O documento compilado com os arquivos enviados pelos grupos foi produzido antes do evento para passar pelo ritual do seminário e encadear outros documentos. Todos esses artefatos estão vinculados ao tema do projeto criado na conferência de março, nutrição e produção agrícola para o mercado.

Nesse ponto, indico que documentos não são formas naturais de organizar informações. A submissão de proposta, o pleito de fundos em editais, dentre outros modos, requer o engajamento constante com arquivos do tipo dos apresentados acima em PDF e em Word. Como demonstrado, o seminário é encadeado em torno do documento que os grupos produziram e esse tipo de artefato da modernidade requer tempo e energia (Riles, 2010). Por isso, ao participarem e terem os grupos ali projetados, as mulheres também estão participando do ritual e informando sobre suas possibilidades de fazer redes e conexões.

Em segundo lugar, mesmo sem conhecer as particularidades de cada grupo, todas as pessoas estavam juntas por um “propósito maior”, isto é, identificar as melhores práticas e os grupos exemplares em termos de mercado e nutrição para um estudo comparativo que geraria uma recomendação das mulheres para o Governo de Timor-Leste. Por isso, entendi que os grupos tinham se preparado para estar ali.

O programa TOMAK estava participando como se fosse um ator coadjuvante, sem muita centralidade. Se eu não soubesse pelo convite da parceria entre o programa e a Rede Feto, imaginaria que esta era a responsável por estar promovendo o encontro das mulheres. Assim, abordar objetos, relações, ações e redes criadas que seguem uma forma que eu chamo ritualizada e são performadas por distintas atrizes com diferentes trajetórias – pesquisadores internacionais, gestores de projeto, mulheres líderes de organizações, movimentos sociais e mulheres agricultoras, dentre outras vinculadas às redes globais que circulam na infraestrutura epistemológica do desenvolvimento (Murphy, 2017; Riles, 2010).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos, demonstrei como se deu a produção do programa TOMAK (*To'os ba Moris Di'ak*) antes de sua implementação em Timor-Leste a partir de agosto de 2016. Dois anos antes, em 2014, o *Investment Concept Document* foi lançado para ser apreciado pelo DFAT e governo australiano. Depois da aprovação, a etapa seguinte foi de confecção do *Investment Design Document*, publicado em agosto de 2015. Entre o *Concept* e o *Design*, decorreu-se um processo de aprovação interno do DFAT. Em novembro de 2014, o *Investment Concept* foi autorizado pela Primeira Secretária Assistente da Divisão Marítima do Sudeste Asiático do DFAT.

O *Investment Design*, então, é produzido na primeira metade de 2015 para, a partir de agosto, começar a circular digital e fisicamente dentre as organizações. Assim, antes de ser transformado efetivamente em uma mercado, no sítio eletrônico da plataforma AusTender, o *Investment Design* atava diferentes circuitos e se transforma em uma mercadoria (Gregory, 1982; Kopytoff, 2008). Antes de ser lançado na plataforma AusTender ([tenders.gov.au](http://tenders.gov.au)), com um número de ATM (Approach to Market)<sup>121</sup> e como “*Request for Tender*”, o TOMAK foi apresentado em Díli e Camberra para *stakeholders* [P: partes interessadas], *suppliers* [P: fornecedores] e *supply chain partners* [P: parceiros da cadeia de fornecimento]. Este processo foi chamado de *networking*. Considero a publicação do *Concept Document* (2014a), por um lado, e o *networking*, por outro, dois pontos chaves na produção do TOMAK como política de desenvolvimento do Estado australiano, ao mesmo tempo em que ele atua e é plasmado como uma mercadoria.

Esta dissertação tem débito explícito com o estudo de Michelle Murphy (2017) sobre a economização da vida e infraestrutura epistêmica, que lhe corresponde. Também mantenho no horizonte de análise as perguntas dos estudos de Anna Tsing (2005; 2015), Tania Muray Li (2014) e Arturo Escobar (1994). Para o caso de Timor-Leste, além de Christopher Shepherd (2013), os projetos de pesquisa aos quais estou vinculada, coordenados pela Profa. Dra. Kelly Silva e do Prof. Dr. Daniel Simião, são também contribuições ímpares para o meu próprio olhar. De diferentes maneiras, essas autoras e projetos de pesquisa, abordam as questões relativas ao “global”.

---

<sup>121</sup> Segundo o sítio eletrônico AusTender, “uma Abordagem ao Mercado (ATM) é qualquer aviso convidando potenciais fornecedores a participar de uma aquisição [I: *procurement*] que pode incluir uma solicitação de licitação [I: *request for tender*], solicitação de cotação [I: *request for quote*], solicitação de manifestação de interesse [I: *request for expression of interest*], solicitação de informações [I: *request for information*] ou solicitação de proposta [I: *request for proposal*].” Disponível em: <https://www.tenders.gov.au/atm> Acesso em: 15 ago. 2021.

O conceito que mobiliza esta dissertação, “desenvolvimento econômico”, é algo que mobiliza o “global” e, por isso, são inúmeras e infinitas as possibilidades de análise. Nessas páginas, não tive interesse em definir “desenvolvimento”, dado que Hart e Padayachee (2010) já nos indicaram, apontando como esse termo tem se acoplado a diferentes significados ao longo das décadas. Na verdade, tenho como motivação investigar o que se faz em nome do desenvolvimento, e como se faz isso. Diante da extensa lista de possibilidades para analisar as ações em prol do desenvolvimento, optei por discorrer sobre uma dimensão específica: as infraestruturas epistemológicas que legitimam os investimentos financeiros e que possibilitam a transformação de um programa em uma mercadoria, por exemplo (Gregory, 1982).

O segundo e terceiro capítulo tratam mais detidamente do processo de produção e *delivery* do programa de desenvolvimento da Austrália. Os dois capítulos discorrem sobre como, entre a “saída” da Austrália e a chegada em Timor-Leste, o TOMAK circula como uma mercadoria e engaja o mercado internacional de empresas de gestão com a questão do desenvolvimento (Kopytoff, 2008). Dessa forma, no centro da minha observação nesses dois capítulos está o argumento de que, como mercadoria, o TOMAK promove, em outros mercados, o que ele afirma ser o seu objetivo em Timor-Leste: engajar as comunidades leste-timorenses com o mercado.

“A circulação do programa pela *Web*”, título do segundo capítulo, enquanto mostra o espaço digital, também argumenta que estes são Arquivos no sentido de hospedarem, classificarem e armazenarem os inúmeros documentos em PDF, Word, dentre outros formatos. Também, apresentei brevemente um pouco da história da *Web* e de como foi a minha experiência com a internet e a *web* em Timor-Leste. Neste capítulo, demonstro especialmente como os *urls* têm participado inerentemente das transformações dos programas em mercadoria, além de comentar sobre como certas dimensões da infraestrutura digital também interagem com essas dimensões biográficas do programa (Kopytoff, 2008)

O terceiro capítulo, “Investir ou não Investir?”, é uma análise mais detida sobre o *Investment Concept Document* (2014a), tendo no centro do holofote as informações apresentadas por ele para justificar o investimento no e do TOMAK. Início com uma breve introdução acerca da categoria de “país menos desenvolvido” e sobre o conceito ODA (Assistência Oficial ao Desenvolvimento), que observei tanto na OCDE quanto no DFAT. Em seguida, parto para a abordagem do documento em si na seção “Conceito de Investimento e Problema a ser Resolvido”. Nesta, reservo os meus comentários para as formas pelas quais há a definição da Economia Nacional de Timor-Leste. Ao falar da Economia, “problema”, “conceito” e “investimento” são definidos. Considero este capítulo um dos centrais para

demonstrar como a definição de um programa de desenvolvimento como o TOMAK também se ancora em noções de “retorno econômico”, rentabilidade, e o próprio regime de mercado (Silva, 2016).

Separei parte do conteúdo do terceiro capítulo para ser destrinchado no quarto, *Fini no To'os ba Moris Di'ak*. Esta opção se dá pela centralidade que o *Seeds of Life*, programa anterior da Austrália, possuía na própria produção do TOMAK. Considero o conteúdo desse capítulo vinculado ao TOMAK, mas mais centralizado no SoL. Isso se dá, pois o próprio TOMAK nos apresenta informações do SoL para definir sua atuação. A perspectiva de atuação de longa duração da Austrália com Timor-Leste, na questão agrícola, aparece de forma centralizada.

Ademais, um fator interessante que esse capítulo destrincha é a relação entre, Estado, poder e dieta alimentar. Diante do conhecimento sobre *staple food/non-staple food* que fundamenta o TOMAK, discorro sobre algo que entendo que precisaria de mais tempo para ser mais bem aprofundado: a relação entre alimento, relações de poder, estruturas e organizações sociais. A discussão e implementação de projetos para erradicação da pobreza em lugares categorizados como país menos desenvolvido perpassa, principalmente, por mudanças nas políticas econômicas e alimentares, seja das populações ou do Estado. Demonstro, no quarto capítulo, como as práticas, ou melhor, os modos de fazer economia, dizem respeito também aos modos de como e o que se come.

Michelle Murphy (2017) demonstra como, a partir do século XX, a gestão de “populações”, em nome da “Economia”, passa a estar ancorada em indicadores e medidores econômicos e sociais como Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou Índice de Gini (Murphy, 2017). No caso aqui estudado, complementar que o processo de economização da vida também perpassa o modo de alimentação. Não é o meu intuito fazer alguma relação direta ou de causa e consequência entre o trabalho da Murphy e o aqui proposto. Indico, apenas, como a infraestrutura epistemológica do TOMAK tem relação com conhecimentos do SoL, os quais são fontes vinculadas a teorias econômicas canadenses e circulantes também em organizações como a FAO.

O último capítulo, “Rituais do desenvolvimento”, apesar de trazer um conteúdo diferente dos anteriores, foi o modo que optei para conseguir aproveitar a minha participação com o TOMAK, em 2017, durante a pesquisa de campo em Timor-Leste. Neste evento, que aconteceu na Fundação Alola em Díli, com parceria da Rede Feto, o engajamento de diferentes grupos de produção de mulheres se deu para a escolha de dois como modelos. A apresentação, discussão e *networking* que compuseram o evento possibilitaram que eu analisasse os diferentes

efeitos que o TOMAK engaja quando o programa “percorre” as redes locais e participa dos contextos (Riles, 2006).

Ademais, algo que esboço intensamente na introdução desta dissertação, e que perpassa todos os capítulos, inclusive o último, é a questão de como os documentos, artefatos da modernidade, continuam tendo centralidade e sendo meios para engajar as populações. Essa é a forma de in-formar e encadear as pessoas com não-humanos modernos. Tal situação também acontece no caso do *Investment Concept* (2014a) e *Investment Design Documents* (2015a).

No último capítulo, o seminário *Hametin Kolaborasaun Feto no Halo Desizaun iha Agricultura, Nutrisaun no Dezenvolvimentu Merkadu Ambiente Servisu* [P: “Fortalecer a colaboração e a tomada de decisão das mulheres na agricultura, nutrição e no desenvolvimento do ambiente de serviço do mercado”] é analisado como estudo de caso. Abordo o conteúdo e a forma do evento tendo em perspectiva as análises antropológicas sobre ritual. Tratando-o como um ritual, demonstro que a forma e os objetos que operam nesse evento não são algo exclusivo. Em outras ocasiões, percebi modos e formas similares de se relacionar com as comunidades em torno de algum programa de desenvolvimento.

Com formas mais ou menos invariáveis, disposição de objetos, classificação, o seminário é abordado como um ritual que, decorrente da parceria entre o TOMAK e a Rede Feto, tem o efeito de criar e produzir, além dos *networkings*, modos subjetivos de como se posicionar e dispor no mundo (Rappaport, 2001; Riles, 2010). Apesar do TOMAK não ter tido tanta centralidade no evento, todo o custo e encadeamento das atividades ligadas ao seminário estavam englobadas no projeto estabelecido em parceria com a Rede Feto em março de 2016.

Diversas ONGs nacionais, junto com mulheres engajadas na produção para o mercado de diferentes regiões de país, se encontram através do vínculo com a Rede Feto. Aquelas passam a se engajar na participação de projetos por meio de atividades, tais como reuniões, planilhas, viagens, estudos, produção de texto, relatórios, dentre outros modelos. O objetivo do capítulo, então, é demonstrar como o seminário promovido pelo programa TOMAK, construído com metas e objetivos destrinchados anteriormente, engaja as comunidades com a pauta da produção para o mercado por meio de rituais protocolares para discussão e *performance* (Tambiah, 1985).

No entanto, limito-me apenas a esse comentário, haja vista que o ponto principal desta dissertação foi demonstrar como o programa TOMAK, produzido a partir do SoL, circulou nos espaços “globais” antes de chegar em Timor-Leste. Tsing (2015), para as cadeias globais de cogumelos enquanto mercadorias, demonstra os diferentes significados que esse produto assume durante o trajeto até chegar no seu destino. Das diversas possibilidades argumentativas que o trabalho de Tsing (2015) nos indica, acionei o olhar para o processo de produção, desde

os escritórios do DFAT, até o início da operação no meio de 2016. Várias são as mudanças e os artefatos, além de técnicas, utilizadas ao longo da operação da cadeia global de produção de programa de desenvolvimento.

\*\*\*

Para finalizar a dissertação, adiciono um trecho de uma conversa entre parlamentares e funcionários do DFAT em fevereiro de 2016, antes da implementação do TOMAK em Timor-Leste. O Subcomitê de Relações Exteriores e Ajuda, vinculado ao Comitê Permanente Conjunto de Relações Exteriores, Defesa e Comércio, do Parlamento da Austrália se reuniu para ouvir testemunhas convocadas para discorrerem sobre o tema “Parcerias de desenvolvimento em agricultura na região do Indo-Pacífico”.

Na ocasião, diretores, secretários e especialistas do DFAT estavam na condição de testemunha para responderem aos senadores solicitantes, moderados por um “Presidente”, sobre o papel das parcerias de desenvolvimento tanto atuais quanto potenciais “estabelecidas com uma variedade de *stakeholders* no setor de alimentos e agricultura – incluindo empresas, sociedade civil, pesquisa e comunidade acadêmica, órgãos da indústria e governos – na promoção da prosperidade, redução da pobreza e aumento da estabilidade na região Indo-Pacífico” (Australia, 2016, p. 3-4, tradução livre, grifo meu).

Sra. KAMATH: Estamos prestes a começar a implementar nosso primeiro programa de investimento em agricultura sensível à nutrição [I: *Nutrition-Sensitive Agriculture*] em nosso portfólio. É em Timor-Leste. O Dr. Delforce está aqui, então ele pode querer comentar sobre isso.

**PRESIDENTE:** Muito bem. **Essa ainda é a área com maior taxa de nanismo em crianças no mundo, eu acho?**

Dr. Delforce: Sim. Certamente ainda existem alguns problemas graves de desnutrição. **O programa chama-se TOMAK, que é um acrônimo da língua tétum – então não vou tentar! Mas a tradução em inglês é “Agricultura para Prosperidade”.**

É um programa inovador que tenta reunir os elementos de nutrição e empoderamento econômico das mulheres de um programa agrícola, bem como produção para oportunidades de mercado. Um dos componentes consiste em ajudar as agricultoras a acessarem diferentes novos mercados os quais não acessaram até à data. Mas também incorporado a isso está a questão: “Quais são as implicações nutricionais dessas novas oportunidades de produção?”. Um componente separado, mas sob o mesmo guarda-chuva, aborda especificamente questões de nutrição.

Descobrimos – e tenho certeza de que os programas de nutrição mais amplos de nossa área de saúde também atestam isso – que **a nutrição é realmente uma questão multissetorial**. A agricultura é uma parte do quadro e as intervenções de saúde são claramente outra parte. E a educação é outra parte—certamente, num caso como o de Timor-Leste, parte da questão é a compreensão que as pessoas têm da nutrição—

PRESIDENTE: De comidas não tradicionais, ou mesmo de comidas tradicionais também, eu acho, não é?

Dr. Delforce: De fato. **Existem tradições, por exemplo, sobre alimentação infantil que, do ponto de vista nutricional, podem não ser as ideais. Mas, obviamente, será um processo lento para informar e educar as pessoas e envolver as comunidades com diferentes mensagens nutricionais.** Temos vários programas em Timor-Leste que estão a fazer isso – abordando-o de vários ângulos diferentes.

PRESIDENTE: **Então é realmente de uma perspectiva cultural, bem como pura produtividade e assim por diante?**

Dr. Delforce: Sim. Requer uma série de abordagens, e é certamente assim que os nossos programas de Timor estão a progredir.

PRESIDENTE: Presumo que você tenha uma parceria com uma ONG com a qual está trabalhando? Quais?

Dr. Delforce: Existem várias ONGs muito ativas no país. Certamente. A World Vision está lá, a CARE, a Caritas. Há vários outros — Mercy Corps. Eu acredito que há uma série de grandes ONGs no terreno – as ONGs internacionais – também.

PRESIDENTE: Talvez Timor-Leste não seja o melhor exemplo para eu perguntar sobre esta questão, mas parte da nossa investigação também está olhando para ONGs ou grupos locais com os quais poderíamos fazer parceria. As igrejas em PNG são as mais óbvias para se pensar. [...]

Consegui identificar alguma ONG *home-grown* equivalente em Timor-Leste—vou chamá-la assim—para trabalhar, ou é muito importante que estejamos a entrar e a tentar ajudar...

Além do que foi exposto acima, as respostas dos técnicos incluíam também explicar as metodologias e formas pelas quais o Estado australiano tem garantido a estabilidade e segurança do próprio país na região. Finalizo com essa citação apenas para elucidar como, no cenário político australiano, há muito que poderíamos pesquisar para continuar expandindo e capturando outras dimensões do programa de desenvolvimento da Austrália para Timor-Leste. Este tema é urgente para continuar pesquisando as relações em torno do “desenvolvimento” que são construídas em e para Timor-Leste.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIAR (HUTTNER, E). **Final report Seeds of Life 3 – Ministry of Agriculture and Fisheries, Timor-Leste FR2016-28.** 2016. Disponível em: [https://www.aciar.gov.au/sites/default/files/project-page-docs/final\\_report\\_cim.2009.049.pdf](https://www.aciar.gov.au/sites/default/files/project-page-docs/final_report_cim.2009.049.pdf). Acesso em: 2 maio. 2023.

ADAM SMITH INTERNATIONAL. **Who we are.** Disponível em: <https://adamsmithinternational.com/who-we-are/> Acesso em: 03 abr. 2017.

AKRICH, M. 1997. The Description of Technical Objects. In: BIJKER, W.E.; LAW, J. **Shaping Technologies/ Building Society. Studies in Sociotechnical Change.** The MIT Press, Cambridge/London, 205-224.

ALOLA FOUNDATION. **Website.** Disponível em: <https://www.alolafoundation.org/history/> Acesso em: 20 abr. 2022.

APPADURAI, A. **The Social Life of Things: commodities in cultural perspective.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words.** Oxford: Clarendon Press, 1962.

BARANAUSKA, J. A. **Clustering (Agrupamento).** Disponível em: <https://dcm.ffclrp.usp.br/~augusto/teaching/ami/AM-I-Clustering.pdf> Acesso em: 20 abr. 2023.

BOURDIEU, P.; SAYAD, A. A dominação colonial e o saber cultural. **Revista de Sociologia e Política**, no 26, p. 41-60, 2006.

BOHANNAN, Paul. Some principles of exchange and investment among the Tiv. **American Anthropologist**, v. 57, n. 1, p. 60-70, 1955.

BRIGS, A.; BURKE, P. **Uma História Social da Mídia. De Gutenberg à Internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CDP (Comissão de Políticas para o Desenvolvimento). **Report on the twenty-third session (22–26 February 2021).** 2021a. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N21/070/41/PDF/N2107041.pdf?OpenElement> Acesso em: 20 nov. 2022.

CDP (Comissão de Políticas para o Desenvolvimento). **Manual para a Categoria de Países Menos Desenvolvidos: Inclusão, Graduação e Medidas de Apoio Especiais.** 2021b. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/LDC-Handbook-2021-Portuguese.pdf> Acesso em: 20 nov. 2022.

CESARINO, L. Antropologia digital não é etnografia: Explicação cibernética e transdisciplinaridade. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, 21(2), 304–315, 2021. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39872>.

CESARINO, L. Minicurso "Introdução à etnografia online". 2020. Disponível em: <https://youtu.be/y5Q480GkQag?si=esl63W65DSps9gzO>

CESARINO, L. Antropologia Multissituada e a Questão da Escala: Reflexões com Base No Estudo da Cooperação Sul-Sul Brasileira. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 19-50, jan./jun, 2014.

CETIC.BR. **Cresce o uso de Internet durante a pandemia e número de usuários no Brasil chega a 152 milhões, é o que aponta pesquisa do Cetic.br.** 2021. <https://cetic.br/pt/noticia/cresce-o-uso-de-internet-durante-a-pandemia-e-numero-de-usuarios-no-brasil-chega-a-152-milhoes-e-o-que-aponta-pesquisa-do-cetic-br/> Acessado em: 30 set. de 2021.

CLASTRES, P. “Arqueologia da Violência: a guerra nas sociedades primitivas”. In **Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify. pp. 229-270, 2004 [1980].

DA CUNHA, O. M. G. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, v. 10, n. 2, p. 287–322, out. 2004.

DAY, B. Australian aid after the ‘Golden Consensus’: from aid policy to development policy?, **Australian Journal of International Affairs**, 2016. DOI: 10.1080/10357718.2016.12204932016.

DFAT. **Aid Investment Plans.** Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/about-us/publications/aid-investment-plans-aips> Acesso em 15 jun. 2021.

DFAT. **Investment Design Document.** 2015a. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/timor-leste-tomak-investment-design.pdf> Acesso em: 20 ago. 2021.

DFAT. Updated: **TOMAK - Farming for Prosperity (Timor-Leste) Request for Tender (RFT)** Released. 2015b. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/about-us/business-opportunities/Pages/investment-design-and-supplier-engagement-tomak-farming-for-prosperity-timor-leste> Acesso em: 20 ago. 2021.

DFAT. **TOMAK – FARMING FOR PROSPERITY (TIMOR-LESTE) – Expression of Interest – Mercy Corps.** 2015c. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/tomak-supply-chain-participant-eoi-form-mercy-corps.pdf> Acesso em: 20 ago. 2021.

DFAT. **Australia Development Program.** Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/development/australias-development-program>

DFAT. **Investment Concept Document.** 2014a. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/tomak-concept-document.pdf> Acesso em 15 ago. 2021.

DFAT. **Proposed program in Timor-Leste—TOMAK: Farming for Prosperity—Investment Concept.** 2014b. Disponível em:

<https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/tomak-concept-document.pdf> Acesso em 15 ago. 2021.

DFAT. **Proposed Program in Timor-Leste.** Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/about-us/business-opportunities/Pages/proposed-program-in-timor-leste-tomak-farming-for-prosperity-investment-concept> Acesso em: 25 de outubro de 2021.

DFAT. **Timor-Leste.** Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/geo/timor-leste/development-assistance/economic-recovery-in-timor-leste#market-development-facility> Acesso em: 20 de ago. de 2021.

DFAT. **Website.** Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/> Acesso em: 20 ago. 2021.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo.** 2a Edição. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1966].

ESCOBAR, A. **Encountering Development: the making and unmaking of the Third World.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

ESCOBAR, Arturo. Bem-vindos à Cyberia: notas para uma antropologia da cibercultura. In SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**, 21-66. Brasília: ABA Publicações, 2016 [1994].

FAO.

FERGUNSON, J. **The Anti-Politics Machine: development, depoliticization and bureaucratic power in the Third World.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FIALHO, D. Altruism but not Quite: the genesis of the least developed country (LDC) category **Third World Quarterly**, Vol. 33, No. 5, 2012, pp 751–768.

FIDALGO-CASTRO, A. **Dinâmicas Políticas y Económicas En El Dominio Ritual y La Vida Cotidiana En Timor Oriental. Estudios de Caso Desde La Aldeia de Faulara.** [Political and Economic Dynamics in Timor-Leste. Ritual Domain and Everyday Life. Case Studies from Faulara's Hamlet.] PhD diss., University of Coruña, 2015.

FORMAN, S. East Timor: Exchange and political hierarchy at the time of the European discoveries. In: HUTTERER, K. **Economic exchange and social interaction in Southeast Asia: perspectives from prehistory, history, and ethnography.** Center for South and Southeast Asian Studies, University of Michigan: 318 p, 1978.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas/Michel Foucault**, (tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

GRAEBER, D. **Dívida: os primeiros 5.000 anos.** São Paulo: Três Estrelas, 2016.

GREGORY, C. A. **Gifts and Commodities.** London, Academic Press, 1982.

HAMEIRI, S. Risk management, neo-liberalism and the securitisation of the Australian aid program. **Australian Journal of International Affairs**, 62:3, 357-371, 2009. DOI: 10.1080/10357710802286817.

HAMUTUK. TOMAK. Disponível em: <https://hamutuk.tl/tm/profiles/organisation/TOMAK>  
Acesso em: 15 jul. 2021.

HART, K.; PADAYACHEE, V. Development. In: HART, K.; LAVILLE, J.-L.; CATTANI, A. D. **The Human Economy**. Cambridge: Polity Press, 2010, p. 51-62.

HERZFELD, M. **Antropologia: Prática teórica na cultura e na sociedade**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2016.

HICKS, D. **Tetum Ghosts and Kin: Fertility and Gender in East Timor**. 2nd edn. Long Grove: Waveland, 2004 [1976].

HILL, C. A shot at the title: why DFAT should change its name. **DevPolicy Blog**, 2023 <https://devpolicy.org/a-shot-at-the-title-why-dfat-should-change-its-name-20230208/> Acesso em 15 abr. 2023.

HIRSCHMAN, A. O. “A Generalized Linkage Approach to Development, with Special Reference to Staples”. In: ADELMAN, J.(ed.). **The Essential Hirschman**. Princeton, NJ, 2013. <https://doi.org/10.23943/princeton/9780691159904.003.0007>.

INGOLD, T. **The Perception of the Environment**. Londres e Nova York: Routledge, 2000.

INGOLD, T. Eight Themes in the Anthropology of Technology. **Social Analysis** 41(1): 106–138, 1997.

INTERNET WORLD STATS. **Asia**. Disponível em: <https://www.internetworldstats.com/asia.htm#tp> Acesso em: 20 fev. 2023.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. (org) **A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 89-121.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society**. Cambridge: Harvard University Press, Cambridge Mass, 1987.

LI, T. M. **Land's End: Capitalist Relations on an Indigenous Frontier**. Durkham: Duke University Press, 2014.

LUNDAHL, M.; SJÖHOLM, F. **The Creation of the East Timorese economy: Volume 1: History of a Colony**. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan, 2019.

MARX, K. A mercadoria. In: MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 113-158.

MICHAELIS. **Mote**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mote> Acesso em: 15 jul. 2022.

MILD. **Qual a diferença entra a Net e a Web**. Disponível em: <https://mild.rbe.mec.pt/qual-a-diferenca-entre-a-net-e-a-web/> Acesso em 20 de set. 2021.

MINTZ, S. **Sweetness and Power: the place of sugar in modern history**. Londres: Penguin Books, 1985.

MINTZ, S. 2001. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, p. 31–42, out. 2001.

MITCHAM, C. Types of technology. **Research in Philosophy and Technology** 1: 229–94, 1978.

MITCHELL, T. **Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity**. Berkeley, CA: University of California Press, 2002.

MORAIS, J. ‘Staple School’: Breve Apresentação sobre a Teoria Desenvolvimentista Canadense. 2017. **Informações FIPE – Temas de Economia Aplicada**. [s.n.]. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif441-18-20.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

MORAIS, C. T. Q; LIMA, J. V.; FRANCO, S. R. K. **Conceitos sobre Internet e Web**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2012. 112 p.

MOSSE, D. **Cultivating Development: An Ethnography of Aid Policy and Practice**. MI: Pluto Press, 2005. 315pp.

MURPHY, M. 2017. **The Economization of life**. Durham: Duke University Press.

MURPHY, M. **The Economization of life**. Durham: Duke University Press, 2017.

NOGUEIRA, S. R. 2023. SILVA, K.; PALMER, K; CUNHA, T. **Economic Diversity in Contemporary Timor-Leste**. Leiden: Leiden Press University, 2023, p. 171-165.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **Official Development Assistance (ODA)**. OCDE: Development Co-operation Directorate, 2021.

OLIVEIRA, A. C. R. **Fazendo merkadorias, transformando relações: um estudo sobre a expansão da produção para o mercado em Ataúro**, Timor-Leste. 152f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)—Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, 2019a.

OLIVEIRA, A. C. R. **Compra ou presente? Formas de troca no Timor-Leste contemporâneo**. Timor-Leste Studies Association Conference 2019. Anais, 2019b.

PARCIC. **Website Oficial**. Disponível em: <http://parc-jp.org/english/index.html>

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PFAFFENBERGER, B. Social Anthropology of Technology. **Annual Review of Anthropology** 21(1): 491–516, 1992.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].

POUND, C. “Imagining in-formation: the complex disconnections of computer networks”. In MARCUS, G. “**Technoscientific imaginations: Conversations, profiles, and memoirs.**” Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

RAPPAPORT, R. **Ritual and Religión en la formación de la humanidad**. Madri: Cambridge University Press, 2001[1999].

RILES, A. **Documents: Artifacts of Modern Knowledge**. 1. ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.

RILES, Annelise. **The Network Inside Out**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2010 [2000].

RODRIGUES, P. C. Timor-Leste e Austrália repartem recursos de gás e petróleo. **Publico**, 2006. <https://www.publico.pt/2006/01/13/jornal/timorleste-e-australia-repartem-recursos-de-gas-e-petroleo-58175> Acesso em: 15 jan. 2023.

SAUTCHUK, C. (org.). **Técnica e transformação: perspectivas antropológicas**. Rio de Janeiro; ABA Publicações, 2017. Disponível em: [http://www.aba.abant.org.br/files/20181120\\_5bf44c04cf2e3.pdf](http://www.aba.abant.org.br/files/20181120_5bf44c04cf2e3.pdf) Acesso em 20 ago. 2019.

SAUTCHUK, C. Ciência e técnica. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. D. (Orgs.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil - Antropologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 97–122.

SCHIFFER, M. The explanation of Long-Term Technological Change. In SCHIFFER, M. (org). **Anthropological perspectives on technology**. Albuquerque, University of New Mexico Press, pp. 215-236, 2001.

SCOTT, J. C. “Hills, Valleys, and States: An Introduction to Zomia”. In **The Art of Not Being Governed: An Anarchist History of Upland Southeast Asia**. New Haven & London: Yale University Press. pp. 1-39, 2009.

SCOTT, J. C. **Against the grain: a deep history of the earliest states**. New Haven: Yale University press. 336p, 2017.

SEEDS OF LIFE. **Website**. Disponível em: <http://seedsoflifetimor.org/> Acesso em: 30 out. 2022.

SEEDS OF LIFE (BETTY, Y.). **10 things you may not know about Seeds of Life**. 2013. Disponível em: <https://seedsoflifetimor.org/10-things-you-may-not-know-about-seeds-of-life/1/8> Acesso em: 20 nov. 2021.

SEGATA, J. O Duplo Cego da Antropologia: Breve Reflexão sobre o Estatuto Da Descrição. **Cadernos de Tradução**, v. 2 n. 30, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2012v2n30p83>

SHEPERD, C. **Development and Environmental Politics Unmasked Authority, Participation and Equity in East Timor**. Abingdon: Routledge, 2013.

SILVA, K. Administrando pessoas, recursos e rituais. Pedagogia econômica como tática de governo em Timor-Leste. **Horiz. antropol. [online]**. 2016, vol.22, n.45, pp.127-153.

SILVA, K. O governo da e pela *kultura*. Complexos locais de governança na formação do Estado em Timor-Leste. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 104, p. 123-150, 2014. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5727>>.

SILVA, K. **As Nações Desunidas, Práticas da ONU e a Estruturação do Estado em Timor-Leste**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SILVA, K. Aid as a Gift: an initial approach. **Mana** vol.4, 2008. Disponível em: [http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132008000100004](http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000100004)

SILVA, K.; FERREIRA, A.; GOSAVES, L. Commerce as ‘total social fact’: Fair trade practices in Dili. In: SILVA, K. **Performing modernities: pedagogies and technologies in the making of contemporary Timor-Leste**. Rio de Janeiro: ABA Publicações; AFIPEA, 2020.

SILVA, K.; PALMER, K; CUNHA, T. **Economic Diversity in Contemporary Timor-Leste**. Leiden: Leiden Press University, 2023.

STAR, S. L. The Ethnography of Infrastructure. **American Behavioral Scientist** 1999 43: 377 DOI: 10.1177/00027649921955326.

STAR, S. L.; GRIESEMER, J R. “Institutional Ecology, ‘Translations’ and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley’s Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39.” **Social Studies of Science** 19, no. 3 (August): 387–420, 1989. <https://doi.org/10.1177/030631289019003001>.

STOLER, A. L. Colonial archives and the arts of governance. **Archival Science** 2, 87–109, 2002. <https://doi.org/10.1007/BF02435632>.

STOLER, A. L. Archivos coloniales y el arte de gobernar. **Revista Colombiana De Antropología**, 46(2), 465–496, 2010. <https://doi.org/10.22380/2539472X.1078>.

TAMBIAH, S. J. **Culture, Thought, and Social Action**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

TENDERS. **Website**. Disponível em: <https://www.tenders.gov.au/> Acesso em: 20 out. 2021.

TIMOR-LESTE. 2011. **Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030**. Disponível em: <[http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento\\_PT1.pdf](http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf)>. Acesso em abril de 2021.

TOMAK. **Website Oficial**. 2017. Disponível em: <https://tomak.org/>

TRAUBE, E. 1986. **Cosmology and Social Life. Ritual Exchange among the Mambai of East Timor**. Chicago: The University of Chicago Press.

TSING, A. L. **Friction: An Ethnography of Global Connection**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.

TSING, A. L. **The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins**. Princeton: Princeton University Press, 2015. 352 p.

TURNER, V. **Do Ritual ao Teatro: a Seriedade Humana de Brincar**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015 [1982].

UCCLA. **Lançamento do Programa do Prémio Nacional de Nutrição**. 2021. Disponível em: <https://www.uccla.pt/noticias/lançamento-do-programa-do-premio-nacional-de-nutricao>  
Acesso em: 20 jul. 2022.

UN News. **Timor-Leste becomes first Asia-Pacific country to launch UN's Zero Hunger Challenge** <https://news.un.org/en/story/2014/01/459362> Acesso em 20 março 2023.

USP. **Jornal da USP. Digital, virtual e remoto não são sinônimos**. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/digital-virtual-e-remoto-nao-sao-sinonimos/> Acesso em 10 de nov. de 2021.

VAN VELSEN, J. “A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado”. In B. Feldman-Bianco (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos**. São Paulo: Ed. Global, 1987 [1967].

W3. **Answers for Young People**. Disponível em: <https://www.w3.org/People/Berners-Lee/Kids.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

WALLERSTEIN, I. 1974. **The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the 16th century**. New York, Academic Press, v. 1.

WATKINS, M. H. “A Staple Theory of Economic Growth.” *The Canadian Journal of Economics and Political Science / Revue Canadienne d’Economie et de Science Politique* 29, no. 2, 1963, 141–58. <https://doi.org/10.2307/139461>.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WORLD WIDE WEB. **About**. Disponível em: <https://webfoundation.org/about/> Acesso em: 15 nov. 2021.

WORLD VISION. History. Disponível em: <https://www.wvi.org/our-history> Acesso em: 20 jul. 2022.

## ANEXO A – EOI (Expression of Interest) Form

| <b>TOMAK – FARMING FOR PROSPERITY (TIMOR-LESTE)</b>   |
|---|
| <p><b><u>TOMAK Supply Chain Partner - Expressions of Interest (EOI) Form</u></b></p> <p>The Australian Department of Foreign Affairs and Trade (DFAT) is seeking expressions of interest (EOI) from potential supply chain partners interested in being included in a public <i>TOMAK Supply Chain Partner Register</i> on the DFAT website.</p> <p>DFAT intends that the public register will promote market knowledge on organisations that have indicated their availability for potential involvement in the implementation of the upcoming TOMAK program in Timor-Leste. This is expected to go to tender in late 2015.</p> <p>EOIs for inclusion on this public register may be put forward by both Timor-Leste based and international organisations, including not-for-profit organisations, private sector organisations, academic and research institutions, consultancies, and small and medium enterprises (SMEs). Interested parties should note that there is no requirement for any organisation to be linked exclusively with one other organisation, or be involved with only one potential tenderer/consortium. All organisations must make their own business decisions with regard to their involvement in any potential delivery.</p> <p>All organisations that submit completed forms will be listed on the <i>TOMAK Supply Chain Partner Register on the DFAT public website</i> (with submitted EOI form attached) at the following link: <a href="http://dfat.gov.au/about-us/grants-tenders-funding/tenders/business-notifications/Pages/investment-design-and-supplier-engagement-tomak-farming-for-prosperity-timor-leste.aspx">http://dfat.gov.au/about-us/grants-tenders-funding/tenders/business-notifications/Pages/investment-design-and-supplier-engagement-tomak-farming-for-prosperity-timor-leste.aspx</a></p> <p>The TOMAK EOI Register will be a resource for potential tenderers and suppliers for the upcoming planned TOMAK Request for Tender (RFT). The register will assist and equalise market knowledge on parties in the sector, and with the planning of collaborative partnerships, joint ventures, consortiums, alliances or sub-contracting arrangements between any listed organisations. It may also be used by the successful tenderer to establish sub-contracting arrangements in delivery after the contract award.</p> <p>Interested organisations should return completed EOI forms to DFAT through the TOMAK mailbox (<a href="mailto:tomak@dfat.gov.au">tomak@dfat.gov.au</a>) for uploading to the public register.</p> <p>DFAT's privacy policy is available at <a href="http://dfat.gov.au/about-us/about-this-website/Pages/privacy.aspx">http://dfat.gov.au/about-us/about-this-website/Pages/privacy.aspx</a></p> <p><b>Organisation Details</b><br/>           Organisation Name: _____<br/>           Organisation Type: (ie. NGO/ SME/ Company etc) _____<br/>           Business ABN/National Business Registration Number _____<br/>           Address: _____<br/>           Country _____</p> |

Contact Person: \_\_\_\_\_

Position: \_\_\_\_\_

Telephone: \_\_\_\_\_ Mobile: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

**Organisation Profile/Areas of relevant expertise/Link to website**  
(Maximum 150 words)

**Brief summary of relevant experience** (Maximum 500 words)

*Note: This EOI is provided by the organisation to DFAT, on the understanding that it does not represent solicitation or constitute a request for proposal, nor is it a promise of any future work. It is solely for the purpose of including the organisation's details on DFAT's website on a public register of parties available in the overall market for possible involvement in any future delivery of TOMAK in Timor-Leste.*

## ANEXO B – Investment Concept Template (Versão de 2022)

JANUARY 2022



**Australian Government**  
Department of Foreign Affairs and Trade

### Investment Concept Template

This template provides a structure for an investment concept over \$10 million (GST inclusive) and/or high risk. It should be a maximum of 5 pages and be written in plain English. Contact [designmail@dfat.gov.au](mailto:designmail@dfat.gov.au) for advice.

|   |   |
|---|---|
| <b>Investment Concept Title:</b>  |   |
| <b>Start date:</b>  | <b>End date:</b>                                    |
| <b>Total proposed DFAT funding: AUD</b>   | <b>Total proposed funding from all donor/s: AUD</b> |
| <b>Current program fund annual allocation: AUD</b>  | <b>AidWorks investment number:</b>                  |
| <b>Overall Risk Profile: &lt;low/medium/high/very high&gt; Risk &lt;low/medium/high/very high&gt; Value</b> |   |
| <b>Proposed design pathway:</b>   |   |
| <b>Concept endorsed by AGB: Yes/No/NA</b>   |   |
| <b>Quality Assurance: &lt; e.g. appraisal, peer review &gt;</b>   |   |
| <b>Policy Approval: Delegate at Post: &lt;name&gt;</b>  | <b>Delegate in Canberra: &lt;name&gt;</b>           |

#### A. Development Context (What is the problem?)

- › Provide a brief situational analysis (political economy) of the development issue, including an assessment of partner government priorities and resourcing.
- › Overview of proposed investment (one paragraph).

#### B. Strategic Intent and Rationale (Why should Australia invest?)

- › Set out DFAT's policy objectives for this particular country/sector/thematic issue.
- › Provide a rationale for why this development issue is the most appropriate for the Australian aid program, in consideration of the Foreign Policy White Paper, Partnerships for Recovery, the country or regional COVID-19 Development Response Plan, relevant regional and other strategies and briefly outline how it meets the relevant aid principles (national interest and influence, impact on economic growth and poverty, Australia's value add and leverage, and performance).
- › Refer to the ODA eligibility checklist to demonstrate how the investment is/is not expected to meet ODA eligibility criteria
- › Synthesise the main lessons from any past donor engagement (as rationale for C).
- › Describe what success would look like.
- › Describe the level of ambition in relation to localisation (as appropriate).

#### C. Proposed Outcomes and Investment Options (What?)

- › Identify preliminary end-of-program outcomes<sup>1</sup> and development constraints
- › Identify where Australia proposes to invest and where we have chosen not to invest. Outline rationale for this choice. Include indicative budgets and assumptions on levels of partner resources and reform to ensure level of ambition matches resourcing.

<sup>1</sup> Note that end-of-program outcomes should be written as an end state, i.e. who or what is expected to change, by when. The type of change should cover a change in knowledge, behaviour or condition. Integrate gender in the overarching objectives and outcomes. Refer to [Guidance Note: Facility Investments](#) if considering a facility modality.

- › Identify what DFAT hopes this investment will achieve and who will benefit.

#### D. Implementation Arrangements and Delivery Approach (How will DFAT deliver it and engage?)

- › Identify at least 3 options for how the investment will be delivered, type of delivery partner, what form it will take. Provide an initial value for money analysis of each option, including efficiencies (and savings) for DFAT management and administration including FTE (A-based, LES), staff time, specialist advisor roles and engagement.<sup>23</sup> Include brief assessment of benefits and risk of alternative options.
- › Outline proposed role of DFAT, implementing partners, local partners, including assumptions being made about DFAT staff, and capabilities.
- › Outline proposed governance arrangements with partner governments and other major partners (if known).
- › Identify leverage opportunities for Australia in partner government policies, of other DFAT investments, other donor financing, or private sector partnerships.
- › Outline indicative budget, M&E and DFAT administration costs (if known) and DFAT FTE.

#### E. Risks

- › Outline the key strategic risks to meeting investment objectives.
- › Complete the Risk and Safeguards Tool and update the risk register (both available in AidWorks) to determine the overall risk rating for quality assurance pathway.

#### F. What are the next steps?<sup>4</sup>

- › Outline the proposed design process, including internal management arrangements, partner engagement requirements, timeframe, budget and technical inputs. *Options to consider include the Adaptive Design and Procurement Pathway (ADAPT) which can include design update, design-extension, concept to tender, co-creation with the private sector, or design-implement.*
- › If the design process is leading to confirming existing partnerships or a partner led design, justification should be provided to the delegate as to why this approach is preferred and how the requirements of the Commonwealth Procurement Rules (CPRs) and/or the Commonwealth Grant Rules and Guidelines (CGRGs) will be achieved through the planned approach.
- › Outline quality assurance, including Aid Governance Board consideration, independent appraisal and peer review steps. Contact [designmail@dfat.gov.au](mailto:designmail@dfat.gov.au) for advice.

<sup>2</sup> *Aid modality* can be a flexible program, sector wide approach, facility, project, or humanitarian assistance. *Delivery partner/s* may include partner government, multilateral bank, UN, regional organisation, NGO, or commercial contractor, or combination. *Forms of aid* include technical assistance, budget support, grants, infrastructure, training, and cash transfers. Consider including independent M&E mechanisms, such as technical advisory groups, specialist advisers, and joint donor review missions.

<sup>3</sup> If the proposed approach is to establish a facility modality refer to [Guidance Note: Facility Investments](#) and ensure requirements in the [Checklist for Approving Facilities](#) are met.

<sup>4</sup> See [Investment Design Quality Criteria](#).

## ANEXO C – Investment Design Template (Versão de 2023)

MAY 2023



Australian Government  
Department of Foreign Affairs and Trade

### DFAT-LED DESIGN - INVESTMENT DESIGN TEMPLATE

This template provides a recommended structure for an investment design document for a DFAT-led design over \$3 million (GST inclusive) or more. It should be a maximum of 25 pages (including Executive Summary) plus annexes and be written in plain English. Use the [Investment Design Quality Criteria](#) as reference. Contact [designmail@dfat.gov.au](mailto:designmail@dfat.gov.au) for advice.

|  |  |
|--|--|
| Investment Design Title:                                     |  |
| Start date:  | End date:                                    |
| Total proposed DFAT funding: AUD                             | Total proposed funding from all donor/s: AUD |
| Current program fund annual allocation: AUD                  | AidWorks investment number:                  |
| Overall Risk Profile: <low/medium/high/very high>            | Risk <low/medium/high/very high> Value       |
| Concept approved by: <name>                                  | Concept endorsed by AGB: Yes/No/NA           |
| Quality Assurance completed: < e.g. appraisal, peer review > |  |
| Approval: Delegate at Post: <name>                           | Delegate in Canberra: <name>                 |

#### A. Executive Summary

This section should provide a succinct summary (maximum 2 pages). It can be expressed as a diagram and/or as a narrative. It should describe:

- › The development problem and key lessons learned.
- › Australia's policy objectives for the country/sector/thematic issue.
- › The expected end-of-program outcomes.
- › The recommended delivery approach, key partnerships and performance funding approaches.
- › Priority areas for reform, policy advocacy and budget dialogue.
- › Approach to M&E and cross-cutting issues, including gender equality.
- › Timeframe for engagement and resource commitments; resources leveraged.
- › Procurement and partnership arrangements; use of partner government systems.
- › Any critical risks and challenges to success, and how these will be addressed.

#### B. Development Context and Situational Analysis (What problem are we addressing?)

Provide a strategic analysis of the investment operating environment. Set out relevant background information to understand the environment and key issues likely to impact on the investment.

##### Country/Regional and Sector Issues

- › Concisely set out the country/regional and sector/thematic context, including gender equality, empowerment of women and girls, disability; contribution to the Sustainable Development Goals, and an explanation of the relevant policy background.

##### Development Problem/Issue Analysis

- › Explain the development problem/issue being addressed and what investment success would look like.

*Political Economy Analysis*

- › Analysis of why the development issue has developed, the political economy, key stakeholders and demand for change, coalitions or champions of reform, political will versus constraints.

*Evidence base/Lessons Learned*

- › Highlight what other relevant activities are being undertaken by the partner government, local partners or other donors, how effective they are and the principal lessons learnt through these and similar thematic activities elsewhere.
- › Include references to prior evaluations/reviews of investments that have informed decisions in this design.

**C. Strategic Intent and Rationale (Why?)***Strategic Setting and Rationale for Australian/DFAT Engagement*

- › Set out DFAT's policy objectives for this particular country/sector/thematic issue. Refer to alignment with the Foreign Policy White Paper, Partnerships for Recovery, the country or regional COVID-19 Development Response Plan, relevant regional and other strategies.<sup>1</sup>
- › Explain the reasons why this investment is being proposed and what key development outcomes (growth, poverty reduction, service delivery improvement, improved governance, etc.) will be achieved.
- › Address the relevant aid principles (national interest and influence, impact on economic growth and poverty, Australia's value add and leverage, and performance).
- › Review other donors and organisations<sup>2</sup> operating in-country and explain how the investment takes these into account, against partner government priorities.

*Gender, innovation and cross-cutting themes*

- › Identify areas where gender and disability will be integrated and addressed as well as other cross-cutting issues (including climate change, innovation, environment and private sector engagement).
- › Describe the level of ambition in relation to localisation (as appropriate).

**D. Proposed Outcomes and Investment Options (What?)**

Clearly set out expected end-of-program outcomes; explain and justify the proposed delivery approach.

- › Explain the expected end-of-program outcomes<sup>3</sup> and how they link to proposed interventions.
- › Explain the logic chain<sup>4</sup> from end-of-program outcomes, to intermediate outcomes and where known, outputs and activities (if known).<sup>5</sup> Ensure gender is embedded in the end-of-program outcomes and logic. Measurement of outcomes must be described in the monitoring and evaluation section. Include baseline data (if known).

*Delivery Approach*

- › Outline proposed choice of partner, delivery options and describe and justify the approaches and types of aid proposed, explaining specific arrangements for defining DFAT's role in working with other partners and the financing arrangements selected.

<sup>1</sup> Also consider the Gender Equality Strategy and Sustainable Development Goals.

<sup>2</sup> International development banks, UN and other international organisations, bilateral donors, regional bodies and local/international NGOs, including any new development actors working in country.

<sup>3</sup> Note that end-of-program outcomes should be written as an end state, i.e. who or what is expected to change, by when. The type of change should cover a change in knowledge, behaviour or condition. Integrate gender in the overarching objectives and outcomes.

<sup>4</sup> Use SPECTOR (Simple, Plausible, Evidence based, Cause/Effect, Testable, Owned, Risks Identified) to check program logic is sound. Refer to [Explanatory Note on Program Logic](#).

<sup>5</sup> Note that outputs and activities may not be defined for facilities. Refer to [Guidance Note: Facility Investments](#) if considering this modality.

- › Explain why the proposed approach represents value for money and how it is the best practical option. Explain how the investment will work to support partner ownership and sustainability, and leverage partner resources and capabilities.
- › Explain if the investment will work directly with partner government systems, local organisations and/or local supply chains. If the investment will not work with partner government systems, provide an explanation why and how it will operate.
- › Explain any innovative elements/approaches featured in the design.<sup>6</sup>
- › Outline linkages between performance and funding (incentives, results).

#### **E. Implementation Arrangements (How will DFAT engage?)**

##### *Governance Arrangements and Structure*

- › Set out governance arrangement and how key decisions will be made. Set out clear roles and responsibilities between DFAT, the partner government, implementing partners and other key stakeholders. Show how performance information (including any independent advisory support<sup>7</sup>) will inform policy dialogue, program management and iterative evidence-based decision making.

##### *Management*

- › Set out management responsibilities of the implementing team, key skill sets required (NB: individual job descriptions are not necessary)
- › Outline the DFAT resources required to manage and administer the program including FTE (A-based, LES), staff time, complexity of engagement, specialist advisor roles, key policy, programming, data and M&E skills and engagement. Consider efficiencies (and savings) for DFAT, integrating lessons from previous phases and similar programs. Consider the appointment of a Senior Responsible Officer for larger, complex programs and facilities.

##### *Early Activities*

- › Describes early stage activities (if known) with a planning process for identifying future activities.

##### *Policy Dialogue*

- › Describe processes for agreeing to policy reform roadmaps and strategic policy and budget dialogue at the sector level, in partnership or in coalition with donors, the partner government and other key stakeholders. Include the [Policy Dialogue Matrix](#)<sup>8</sup> as an annex.

##### *Profile and Public Diplomacy*

- › Consideration should be given to opportunities to promote Australian development engagement, including through events, use of media, digital content, signage, branding and production of project communication materials.

##### *Sustainability*

- › Explain the issues likely to affect investment sustainability in absence of direct donor/investment support<sup>9</sup> and strategies to address these issues. Explain how the investment will leverage policy and budget reform, and additional/more efficient use of resources in the longer term.

<sup>6</sup>Such as new ways of partnering, including through flexible design, adaptive management, performance funding, output-based contracting.

<sup>7</sup>Include Terms of Reference for any advisory/ technical groups as an annex.

<sup>8</sup>The matrix selects a number of policy and budget issues that will be a focus for policy dialogue, backed up by research, analysis and tools such as problem driven iterative adaptation. It should describe key stakeholders, leadership and donor coalitions, and outline entry points for engagement.

<sup>9</sup>This could include ongoing requirements for technical assistance, budget issues, political instability, social unrest, etc.

#### F. Monitoring and Evaluation (How will DFAT measure performance?)

- › Summarise the proposed monitoring and evaluation (M&E) approach and arrangements, including key methodologies or techniques to measure the changes created by the investment.<sup>10</sup> The M&E Plan/Framework in the design should, where possible, identify the baseline, targets, performance questions, key indicators (including safeguards), data collection (sex-disaggregated), methods and frequency for each level of the program logic, and the cost of proposed M&E approach.<sup>11</sup> It must also identify who is responsible for collection and monitoring, and ensuring linkage with decision making, governance structures and evidence based policy dialogue (see annex on Minimum Sufficient MEF at design).
- › During early implementation, a detailed M&E Plan/Framework should be developed within 6 months of implementation and a baseline and formal M&E system should be operational within the first 12 months. Specify requirements such as these in the M&E plan at design, and also in the Statement of Requirements. Given Facilities have portfolio level characteristics, a [Performance Assessment Framework](#) is required to be developed within the first 6 months of implementation.
- › Where relevant, the section should include a list of thematic research or studies the investment will need to carry out to support implementation and learning. For investments designed to test causal changes rigorously, a conceptual framework and design of an impact evaluation should be included. An annex should set out M&E arrangements in more detail.
- › Describe what independent performance review mechanisms will exist (quality technical advisory groups or independent M&E mechanisms), their frequency and their link to regular performance and program discussions, policy reform and advocacy.
- › Outline how key stakeholders such as women, people with disabilities will be involved in monitoring and evaluation.

#### G. Gender, Disability and Other Cross Cutting Issues

##### *Gender Equality*

- › Explain how and to what degree the investment will contribute to closing gender equality gaps in the country/region/sector and how this has been reflected throughout the design (including in the program logic and M&E). Provide a rationale for the gender policy marker that has been selected in line with OECD/DAC minimum standards. Outline how the investment will address the three priority pillars of DFAT's Gender Strategy.<sup>12</sup> Ensure a gender action plan/gender strategy is developed early in implementation.

##### *Climate Change*

- › Explain relevant climate change vulnerabilities and impacts particularly how specific groups may be affected (women and girls, remote communities). Identify opportunities for positive climate change responses and disaster risk reduction. Where appropriate include an explicit climate change outcome or integrate climate change into the program logic.<sup>13</sup>

<sup>10</sup> Refer to minimum sufficient M&E standards (annex).

<sup>11</sup> Refer to [Guidance Note: Facility Investments](#) if considering this modality. Also note the requirements for Facilities to have a Performance Assessment Framework.

<sup>12</sup> Refer to [Gender Equality and Women's Empowerment Strategy](#)

<sup>13</sup> Refer to [Climate Change Action Strategy](#) and associated [Implementation Guide](#) (under development).

#### *Disability Inclusiveness*

- › Explain the level of consultation carried out with and advice received from Disabled People’s Organisations (DPOs), disability specialists and DFAT’s Disability Section during the design process. Identify the main barriers to inclusion and opportunities for participation and how the investment will address these barriers. Set out how DPOs and/or people with disabilities will be involved in implementation, monitoring and evaluation.<sup>14</sup>

#### *Private Sector*

- › Set out expectations and opportunities for engaging the private sector and the ways in which the investment is able to incorporate attempts to encourage commercially sustainable solutions to the development challenge (if applicable).

#### *Innovation*

- › Outline any development innovations<sup>15</sup> and their scale. This could mean a new development technique, financing mechanism, technology, partner or process.<sup>16</sup> Include expected results.

#### *Localisation*

- › Outline the level of ambition to localise, appropriate to the country and sector context and the intent to build local capabilities (across government, private sector, NGOs and civil society). A localisation plan may also be developed in early implementation with the lead partner(s).

### **H. Budget and Resources (What will it cost?)**

#### *Budget*

- › Set out investment cost assumptions as a narrative and in a table to achieve the outcomes (see Budget annex for Table).<sup>17</sup>
- › Provide information on budgets or resources planned to be leveraged (government, private sector, donor partners).
- › Describe how the investment represents value for money and provides efficiencies for DFAT.

#### *Resources*

- › Outline DFAT resourcing (A-based and LES), appointment of a Senior Responsible Officer, FTE staff. Outline DFAT administration costs (including monitoring, travel). Consider efficiencies and savings for DFAT.
- › Outline additional resource requirements, including partner government staffing capacity needs.

### **I. Procurement and Partnering**

- › Discuss the proposed delivery mechanism<sup>18</sup> and procurement arrangements and how these will support the achievement of the end of program outcomes. Consult Aid Business Branch at [aid.contracts@dfat.gov.au](mailto:aid.contracts@dfat.gov.au) on procurement arrangements, timeframes and preparing a draft Statement of Requirements (if required for commencement of procurement).
- › Where partner government systems are proposed as the delivery mechanism for Australian funds, describe in detail what is proposed, which components of the public financial management system (including

<sup>14</sup> Refer to [DFAT Disability Action Strategy 2017-2020](#).

<sup>15</sup> Such as new approaches, with the potential to be cheaper, faster, better or more inclusive.

<sup>16</sup> Such as new ways to design, procure, implement, monitor or report.

<sup>17</sup> Include the percentage of total country program budget represented by the investment, partner government/contributions, and if relevant any leveraged finance and donor funding. Provide overarching program and support costs and pricing assumptions.

<sup>18</sup> For example will the program be delivered by a managing contractor, through a tender process, or a grant arrangement (through an NGO, multilateral or other) or use of partner government systems.

procurement) will be used, who will do this and what risk mitigation strategies-controls and treatments will be used to manage and monitor identified risk.<sup>19</sup>

- › Discuss (if appropriate) how the investment will link performance and results to funding.

#### **J. Risk Management and Safeguards (What might go wrong?)**

##### *Risk Management*

- › Complete the Risk and Safeguards Tool and the Risk Register, and include as annexes.
- › Discuss the risk context. This includes understanding the risks that may arise from (1) the specific country context, (2) the proposed delivery partner(s), and (3) the investment's activities. Where possible, use evidence to support this analysis.
- › Identify the most significant risks that may hinder ability to achieve end of investment outcomes, including consideration of risks arising from assumptions in program logic.
- › Identify any governance arrangements, including how partners and stakeholders will be involved throughout implementation in the ongoing assessment and management of risks.

##### *Environmental and Social Safeguards*

- › Identify risks and impacts associated with environmental protection; children, vulnerable and disadvantaged groups; displacement and resettlement; indigenous peoples; sexual exploitation, abuse and harassment; and health and safety risks (including any identified at concept stage) including how they will be addressed, monitored and reported.

##### *Other mandatory risk policy areas*

- › Identify risks associated with fraud and terrorism resourcing (including any identified at concept stage) including how they will be addressed, monitored and reported.

#### **K. Annexes**

##### *Required Annexes:*

- › Program Logic model (if not included in main document);
- › Implementation & Governance Arrangements (including organisation chart and other details as appropriate including roles/responsibilities of stakeholders); (if not included in the main document)
- › Policy Dialogue Matrix;
- › 'Minimum Sufficient' M&E Framework;
- › Risk Register;
- › Budget and Resourcing Requirements (including costing methodology).
- › Draft Statement of Requirement (NB: mandatory for procurement tender processes)

##### *Optional Annexes*

- › Sector/Problem and other relevant analyses (may include social, economic, environment, gender equality, poverty, disability, institutional capacity, political economy, private sector development etc.);
- › Implementation Plan (description of early indicative interventions/ activities, if appropriate);
- › Gender and Social Inclusion Analysis/Strategy;
- › Assessment of National Systems and Sector-level Assessments (of public financial management and procurement) as required;

<sup>19</sup> For details of required assessments and guidance on conducting them contact Environment Safeguard Public Finance Management & Aid Risk Section (SRS) at [Partner.Systems@dfat.gov.au](mailto:Partner.Systems@dfat.gov.au)

- › Assessment of Procurement Systems at Sector or Agency Level (Mandatory if use of partner government procurement systems is proposed);
- › Safeguard management plans - for example an environmental and social management framework or environmental and social management plan